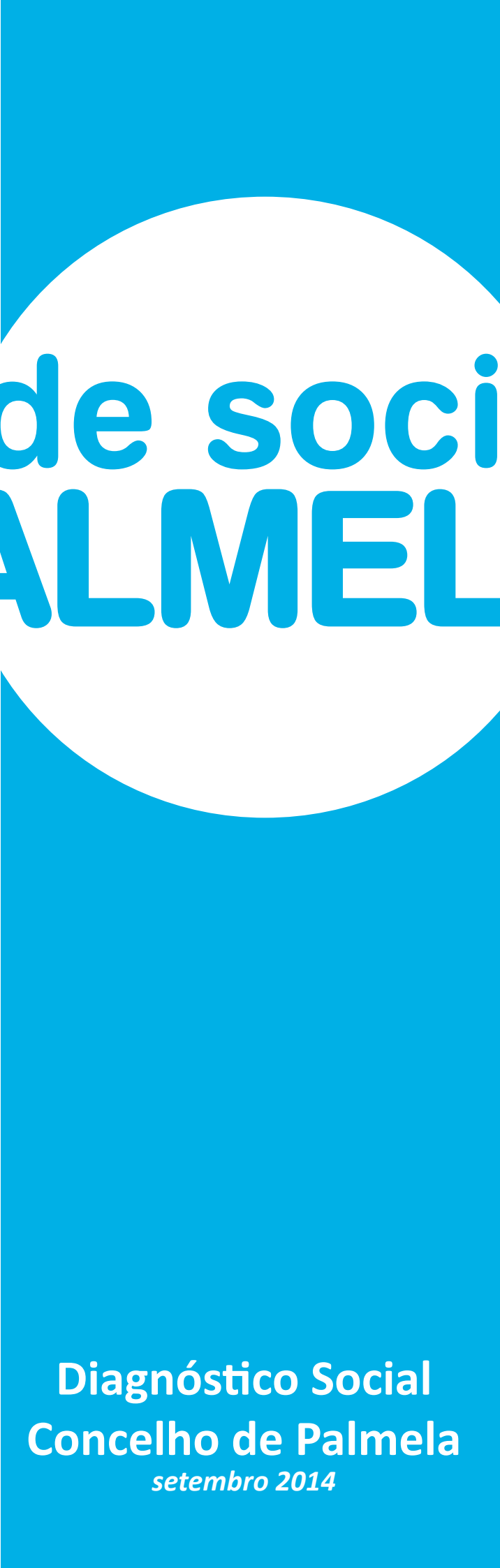




rede social **PALMELA**

Diagnóstico Social
Concelho de Palmela
setembro 2014

Ficha Técnica

Núcleo Executivo do CLAS Palmela

Ana Rita Mendes, União Social Sol Crescente da Marateca

Gina Costa, Fundação COI

Lina Ventura, Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal

Patrícia Matos, Centro Social de Quinta do Anjo

Sandrine Palhinhas, Câmara Municipal de Palmela

Apoio Técnico

André Amaro, Câmara Municipal de Palmela

Bruno Marques, Câmara Municipal de Palmela

Cláudia Romba, Câmara Municipal de Palmela

Cristina Correia, Câmara Municipal de Palmela

Luís Marvão, Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal

Paulo Ricardo, Câmara Municipal de Palmela

Sónia Ramos, Câmara Municipal de Palmela

Agradecimentos

A todos os parceiros formais e não formais que participaram nas oficinas;

A todos os participantes nos grupos focais, entre eles beneficiários da Medida de RSI, pessoas desempregadas, crianças, jovens, pessoas idosas, técnicos das instituições, imigrantes e pessoas com deficiências;

A todos os parceiros entrevistados e a todos aqueles que disponibilizaram informação.

Uma década e meia volvida sobre a criação da Rede Social podemos afirmar que esta estrutura de parceria cumpriu, persistentemente, a sua primeira ambição: enquadrar uma parte significativa das parcerias de carácter social ao nível territorial. Se algumas das redes pereceram, como são exemplo as Redes Regionais de Emprego, outras cresceram e foram enquadradas no trabalho de parceria no âmbito da Rede Social, como são exemplos o Rendimento Social de Inserção e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Presentemente, e após este período de ancoragem, a Rede é uma realidade com aspetos consolidados que se apresentam como pontos fortes para a sua intervenção futura: uma cultura de parceria, sobretudo entre as organizações do terceiro setor, uma relação forte entre a Rede e outras parcerias e uma metodologia de trabalho conjunto que se consubstancia em instrumentos de planeamento estratégico como são os diagnósticos sociais e os planos de desenvolvimento social.

Hoje, olhando para este percurso, importa encontrar novas ancoragens do ponto de vista da definição de prioridades de política pública para a mobilização da Rede. A Rede Social constituindo hoje a mais ampla e a mais ambiciosa estrutura de parceria a nível nacional enfrenta novos desafios que carecem de intervenções significativas. Importa promover o envolvimento das populações através de métodos de participação pública inscrevendo os seus pontos de vista e expectativas na intervenção da Rede; importa aumentar o espectro das entidades envolvidas, mobilizando o sector privado e aprofundando a responsabilidade social das empresas; importa consolidar as capacidades técnicas de planeamento e monitorização, para que se amplie a capacidade de inovação necessária à produção de respostas pertinentes, eficazes e ajustadas por parte da Rede Social.

Estes são desafios de todos nós.

*Adilo Costa,
Presidente do Conselho Local de Ação Social de Palmela*

Nas dinâmicas de parceria, os instrumentos de planeamento – desde diagnósticos, planos de ação, planos de desenvolvimento social, entre outros – são cada vez mais importantes por conduzirem a uma maturação da intervenção, obrigando que todos pensem sobre o seu território. Mas mais do que criar estes instrumentos, é a forma como são elaborados que se deve ter como objeto principal a reflexão. Atualizar um diagnóstico deve ser uma razão para promover o diálogo entre as pessoas e as instituições. Neste diagnóstico procurámos traçar um caminho que permitisse ir ao encontro das expetativas lançadas pelos parceiros, pautando e marcando esse trilha com momentos de participação abertos aos parceiros e à comunidade.

Enquanto técnicas envolvidas no estudo, preparação e elaboração do Diagnóstico Social de Palmela, ajuizámos que todo este processo foi um conjunto de aprendizagens progressivas, fonte de motivação para aquisição de novos conhecimentos, enriquecido substancialmente, com todos os sujeitos envolvidos nas diversas áreas estudadas que prezámos contatar e que neste documento se encontra explanado.

Participar na elaboração deste diagnóstico possibilitou ao núcleo executivo reforçar a consciência sobre a emergente responsabilidade de cada um na construção de uma sociedade mais solidária.

*Núcleo Executivo do Conselho Local
de Ação Social de Palmela*

Índice

I. Nota introdutória	000
II. O Diagnóstico Social de 2009	000
III. A atualização do Diagnóstico: síntese estratégica e opções metodológicas	000
IV. O concelho de Palmela	000
V. Áreas Temáticas	
1) Nascer e crescer com oportunidades	000
2) Trabalho e atividade	000
3) Vulnerabilidades e inclusão.....	000
4) Inclusão da pessoa deficiente	000
5) Origens e diversidade cultural	000
6) Envelhecer com qualidade.....	000
7) Acesso à saúde	000
8) Dinâmicas da habitação	000
9) Cenários de projeção demográfica	000
VI. Considerações finais	
Índice de gráficos, figuras e mapas	000
Bibliografia e sites consultados	000
Glossário	000
Entrevistas	000
VII. Cadernos Síntese de freguesia	
Caderno da Freguesia de Quinta do Anjo	000
Caderno da Freguesia de Palmela	000
Caderno da Freguesia de Pinhal Novo	000
Caderno da União de Freguesias de Marateca e Poceirão	000

I. Nota introdutória

A Rede Social foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, do Despacho Normativo nº 8/2002 de 12 de fevereiro que regulamenta o Programa de Apoio à sua implementação, bem como nos termos do Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de junho, que regulamenta a Rede Social, define o funcionamento e as competências das suas estruturas e ainda os princípios e instrumentos de planeamento que lhes estão associados. A Rede Social pretende constituir uma parceria específica entre entidades públicas e privadas que atuam nos mesmos territórios, baseada num conjunto de princípios que devem caracterizar a sua ação: participação, articulação, concertação, inovação, subsidiariedade, igualdade de género.

No concelho de Palmela, a constituição formal do CLAS Palmela data de Outubro de 2001, anterior à apresentação da candidatura ao Programa da Rede Social, em Abril de 2002, o que atesta todo um trabalho de valorização da parceria e a prática já existente de uma cultura de rede neste Concelho.

Com efeito, o Município de Palmela não se tem poupado a esforços com vista à adoção de práticas capazes de promoverem uma maior inclusão social local sendo sensível por isso mesmo, ao acolhimento de diferentes Medidas/Programas – entre eles, o Programa da Rede Social. Foi deste modo que a Câmara Municipal acabou por dar corpo à Resolução do Conselho de Ministros nº197/97 de 18 de Novembro, acreditando que a filosofia e os objetivos propostos pelo Programa da Rede Social constituiriam um meio privilegiado para a resolução mais eficaz e eficiente dos problemas sociais da nossa comunidade.

A introdução do normativo do Programa da Rede Social (Decreto-Lei nº115/2006 de 14 de Junho de 2006) trouxe novos desafios à Rede Social Palmela, com a adaptação do seu Regulamento Interno (15 de Novembro de 2007) e com a constituição dos seus órgãos, designada-

mente Conselho Local de Ação Social de Palmela, Comissões Sociais de Freguesia e Núcleo Executivo.

Neste percurso, o Conselho Local de Ação Social de Palmela sempre procurou a qualificação dos seus instrumentos de trabalho, entendidos como importantes ferramentas para um melhor planeamento da ação social local. Refira-se, a título de exemplo o primeiro Pré-Diagnóstico Social, datado de 2003, dedicado à população idosa, do qual decorreu o primeiro Diagnóstico Social (2004) e o primeiro Plano de Desenvolvimento Social (2005-2007).

Em 2009, no quadro de uma nova metodologia de trabalho que decorre da contratação da empresa LOGFRAME, o Conselho Local de Ação Social de Palmela, apresenta o seu terceiro Diagnóstico Social, do qual decorre o Plano de Desenvolvimento Social 2009-2013. A presente versão pretende constituir a atualização dos conteúdos constantes no Diagnóstico Social de 2009.

II. O Diagnóstico Social 2009

Em 2009 a empresa LOGFRAME elaborou o terceiro Diagnóstico Social do Concelho de Palmela sendo *“este Diagnóstico produto de um processo de maturação da Rede Social e Palmela que após dar os primeiros passos e de ter passado por uma primeira fase em que se centrou os seus esforços numa única problemática ligada à população idosa, decidiu alargar o âmbito do diagnóstico a outras problemáticas.”* A maior abrangência de áreas resultou num desafio de proporções significativas e estimulantes, tendo decorrido sobretudo da vontade expressa e consciente dessa necessidade tanto por parte do núcleo executivo como dos restantes parceiros do CLASP.

Os conteúdos do Diagnóstico Social de 2009 resultaram, assim, dos contributos dos diversos atores locais mobilizados para o processo, cruzados e complementados por baterias de indicadores recolhidos com o apoio dos parceiros do CLASP. A metodologia centrou-se numa abordagem participativa valorizando experiências das equipas técnicas e instituições, tendo promovido um debate que permitiu incluir a diversidade de visões da realidade social do concelho.

Neste processo importa referir a importância do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) que, à data de elaboração do Diagnóstico, se encontrava em vigor sendo compreendido como um instrumento regulador para a intervenção social. O PNAI, inserido na Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010 apresentava uma estratégia global assente na análise do contexto socioeconómico e dos seus reflexos sobre a pobreza e a exclusão social, conduzindo à definição de prioridades políticas de intervenção visando a concretização de objetivos comuns europeus. Decorrente de um conjunto de riscos, foram consagradas (três) prioridades nacionais de política centradas no *combate à pobreza dos idosos e das crianças, na correção das desvantagens na educação, formação e qualificação, e na necessida-*

des de ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e imigrantes.

Sendo considerada a Rede Social como um instrumento de operacionalização do PNAI, por congregar diferentes políticas do desenvolvimento social, o Diagnóstico Social 2009 teve como objetivo conhecer as prioridades do PNAI ao nível do concelho de Palmela tendo sido analisadas, por conseguinte, as seguintes áreas temáticas: crianças, jovens, idosos, imigração, deficiência.

Partindo do conjunto de áreas identificadas, as opções metodológicas recaíram sobre um conjunto de métodos de cariz essencialmente qualitativos, complementados com informação quantitativa. Foram, assim, realizados diferentes workshops temáticos e de âmbito territorial, assim como foi recolhida, analisada e sistematizada informação quantitativa obtida a partir de diferentes fontes que permitiu caracterizar cada uma das áreas temáticas.

De acordo com um processo contínuo de planeamento, decorreu do Diagnóstico Social de 2009, o primeiro Plano de Desenvolvimento Social 2009-2013. Neste plano foram concretizadas em linhas estratégicas e objetivos, ideias de mudança e de desenvolvimento para o concelho com as respetivas propostas de intervenção. O PDS 2009-2013 respeitou as diretivas do Programa Rede Social, e esteve em consonância com as linhas orientadoras do PNAI, tendo sido elaborado com os contributos e dados recolhidos junto das instituições com intervenção social no concelho de Palmela.

Concluído o tempo de vigência destes instrumentos de planeamento, concluídos os planos de ação anuais, assim como os relatórios de avaliação da execução¹, importa ter em conta os seguintes aspetos:

¹ Os Planos de Ação anuais e respetivos Relatórios encontram-se disponíveis em <http://clasp.cm-palmela.pt>.

- Os constrangimentos socioeconómicos e as alterações ao nível das tendências demográficas conduziram a uma redefinição de prioridades de intervenção social por parte das IPSS, levando à suspensão de projetos programados ao abrigo do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) direcionados, tanto para o eixo Infância/Juventude como para o eixo das pessoas idosas;

- A intervenção da parceria local, suportada pelo trabalho das instituições particulares de solidariedade social, da autarquia, das entidades públicas e associações, permitiu um significativo desenvolvimento de um conjunto alargado de intervenções tanto ao nível da animação, como do emprego e formação previstas nos vários eixos de intervenção (Infância/Juventude, Idosos, Pessoas com deficiência);

- Nos diferentes planos de ação anuais e consecutivos relatórios que decorreram do Diagnóstico Social de 2009 e consecutivo PDS, apesar do efetivo amadurecimento ao nível destes instrumentos, constataram-se diversas dificuldades no que diz respeito à execução concreta de alguns objetivos gerais e específicos dificultando, por conseguinte, os processos de avaliação;

- A implicação e a apropriação dos parceiros e outras entidades na execução das ações previstas nos instrumentos de planeamento é central para um processo de desenvolvimento social, pelo que importa, cada vez mais, aprofundar a contratualização e a responsabilização dos diferentes atores com um papel na intervenção social.

III. A atualização do Diagnóstico: síntese estratégica e opções metodológicas

No âmbito do processo de atualização do Diagnóstico Social do concelho de Palmela foi considerado como pertinente o tentar romper com a descrição e enumeração estatística do problema social que se circunscreve a descritores, dados e/ou valores. Com efeito, apesar de se reconhecer a centralidade e pertinência da informação estatística num processo de recolha de informação que visa um “retrato social”, foi considerada pertinente uma abordagem pró-ativa do diagnóstico com capacidade de interpretação e de atribuição de significado social aos dados.

Assim, e tendo em conta que o Diagnóstico Social propõe um melhor conhecimento e uma melhor compreensão da realidade social do concelho, foi considerado como ponto de partida a listagem de indicadores que decorre do Diagnóstico Social 2009 e que se constitui como a base de trabalho para a análise das diferentes áreas consideradas. Relembre-se que de acordo com a estrutura constante no Diagnóstico Social 2009 foram consideradas as seguintes áreas temáticas: crianças, jovens, idosos, imigração, e deficiência (Diagnóstico Social do Concelho de Palmela 2009, p. 15). Considerou-se que estas áreas e respetivos grupos de destinatários configuram a dinâmica do desenvolvimento e da coesão social do território, constituindo-se como o “objeto da intervenção”. Assim, decorrente desta reflexão, o diagnóstico apresenta um conjunto de áreas temáticas de análise que se circunscrevem aos grupos de destinatários e que se configuram da seguinte forma:

Nascer e crescer com oportunidades

A UNICEF refere “estar comprovado cientificamente ser na primeira infância que a criança desenvolve grande parte do potencial mental que terá quando adulto constituindo-se esta fase como uma janela de oportunidades. A atenção integral nessa faixa etária tem influência

no sucesso escolar, no desenvolvimento de fatores de resiliência, na auto estima necessária para continuar a aprendizagem, e para desenvolver um percurso formativo e educativo com sucesso”. Apresenta-se, por conseguinte, como uma área central para o diagnóstico e para a intervenção social.

Trabalho e atividade

A atividade, o emprego, a formação são uma condição de partida para o desenvolvimento e inclusão dos indivíduos. Com efeito, o trabalho constitui-se como uma dimensão de base para a construção identitária do indivíduo, conferindo-lhe um lugar, um estatuto e um sentido na vida social. O trabalho, o emprego, a formação, são por conseguinte dimensões fulcrais que asseguram ao indivíduo não apenas os meios de subsistência para a vida, mas também contribuem para a sua identidade social. Hoje, o aumento do desemprego lança um conjunto de desafios que se reflete nos domínios da organização das famílias, nas opções formativas, na ocupação dos indivíduos, entre outras dimensões que trazem mudanças para a organização e o equilíbrio social.

Vulnerabilidades e inclusão

A componente inerente às vulnerabilidades e inclusão integra um conjunto complexo e diversificado de problemáticas sociais que afetam os indivíduos e as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, aqui referidas e articuladas no facto de ser necessária a promoção de uma política coerente e integradora das diferentes respostas institucionais. Com o objetivo de promover a inclusão e de combater as formas de pobreza e exclusão, são analisadas as diferentes medidas, programas e ações que visam, em última instância, uma sociedade mais justa e coesa.

Inclusão da pessoa deficiente

Há longa data que a deficiência é uma preocupação para a intervenção local, substanciando-se num trabalho de promoção da pessoa deficiente e de cooperação com as entidades com intervenção nesta área. A promoção da saúde, a acessibilidade, o acesso a equipamentos e serviços, são algumas das áreas de trabalho que são centrais para a integração plena da pessoa deficiente

Origens e diversidade cultural

Para a construção de um território de cidadania, aberto, múltiplo e complexo, as diferentes culturas são um recurso e uma potencialidade merecendo, por conseguinte, uma atenção e uma leitura atenta.

Envelhecer com qualidade

As tendências demográficas e o consecutivo envelhecimento demográfico da população lançam um conjunto de desafios que se prendem com uma disparidade entre a idade legal para a reforma e as capacidades individuais das pessoas que a detêm. Têm-se, efetivamente, incentivado a um conjunto de práticas promotoras de um envelhecimento saudável e ativo como forma de concretizar os princípios estabelecidos no conceito de Envelhecimento Ativo da Organização Mundial de Saúde e da Agenda Social Renovada. Importa por conseguinte, conhecer como se comporta o crescimento da população idosa e quais os recursos locais que se apresentam como uma mais valia para uma política de envelhecimento ativo.

Acesso à saúde

A saúde é cada vez mais uma questão premente para o desenvolvimento, sustentabilidade e qualidade de vida dos territórios. Com efeito, o acesso à saúde é um direito fundamental dos cidadãos e surge como um dos principais indicadores de desenvolvimento.

Num contexto de agravamento das condições socio ecó-

nomicas, importa conhecer a dimensão da oferta de serviços de saúde e os meios que disponibilizam a fim de se compreender e aferir o deficit das respostas de saúde e os seus consecutivos impactos nas populações.

Dinâmicas da habitação

A habitação e as suas condições de acesso são uma condição basilar para a integração e inclusão plena dos indivíduos e famílias. Pretende-se com esta análise aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas do parque habitacional local, aferindo necessidades e oportunidades que facilitem o acesso a este recurso fundamental para a vida.

Cenários de projeção demográfica

Uma análise centrada nas componentes demográficas assume-se como uma necessidade para a correta e eficaz definição de estratégias de planeamento, não só por permitir a caracterização da população, como também por levar a uma identificação dos problemas com ela relacionados, apontando posteriormente vias a seguir para a sua resolução.

Neste sentido, torna-se necessário prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, como por exemplo, a programação de equipamentos coletivos e redes de infraestruturas e as necessidades habitacionais, a fim de satisfazer os habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo.

De referir, também, que a opção pela estrutura constante no diagnóstico e que compreende as diferentes temáticas apresentadas e metodologias, teve em consideração um conjunto de expectativas apresentadas pelos parceiros. Com efeito, em resposta à questão “Queremos que o processo de elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Palmela (envolva, aprofunde, integre...)” referiram os parceiros que o diagnóstico deve:

- *Envolver todos os parceiros, em contexto; aprofunde o conhecimento real social, integrando todos os parceiros nas suas próprias realidade, procurando a vontade de mudança e realização em todos os sentidos;*
- *Envolver não só o maior número de parceiros como também a comunidade em geral;*
- *Aprofundar o conhecimento dos recursos existentes para otimizar as respostas;*
- *Permitir envolver os parceiros na reflexão sobre a problemática da V/V6, fazer emergir dificuldades, dúvidas, receios, saberes sobre práticas e experiências, bem como a “cumplicidade” profissional que permite esta emergência;*
- *Rentabilizar outros instrumentos de trabalho como a Carta Educativa; Instrumentos das cidades Educativas PEL; das Cidades Saudáveis;*
- *Possa aprofundar realidades de cada uma das freguesias em concertação com o trabalho das CSF envolvendo e para isso encontrando novos mecanismos de participação mais apelativos;*
- *Seja dinâmica e permanente; esteja atento e alerta para as mudanças, aprofundando aquelas áreas que surgindo como novas preocupações careçam de atenção especial;*
- *Parceiros rede solidária todos: cooperativas/misericórdias/fundações;*
- *Elucidativa da realidade existente para poder ser uma referência para as respostas sociais existentes, possível remodelação e futuras necessidades, com a preocupação constante da sustentabilidade das mesmas.*

Fonte: CLASP, Oficina, maio de 2013

Partindo deste conjunto de expectativas foi opção proceder, por conseguinte, a um trabalho de proximidade, escuta e diálogo com os parceiros locais e outras entidades, recolhendo informação para a interpretação da realidade social. Assim, a consecutiva elaboração do

Diagnóstico Social teve subjacente uma questão metodológica que se prende com a criação de um quadro de referência para a ação, a ser apropriado pelos diversos intervenientes, a partir da identificação de tendências de mudança social e de problemas e necessidades enquadrados em domínios específicos.

Para tal, o processo de atualização do Diagnóstico Social decorreu com base num múltiplo suporte metodológico que agregou diferentes fontes, designadamente:

- *A análise da informação decorrente da realização de entrevistas semi-diretivas junto de parceiros;*
- *A análise de informação decorrente do levantamento de problemas e necessidades das Juntas de Freguesia do Concelho, no âmbito das Comissões Sociais de Freguesia;*
- *A análise de diversas fontes documentais/estatísticas, organizadas de acordo com a bateria de indicadores do anterior Diagnóstico Social;*
- *A análise de conteúdos/dados solicitados às IPSS do concelho, relacionados com as suas respostas;*
- *A análise de conteúdos/dados específicos na área da deficiência solicitados às instituições dos concelhos limítrofes com intervenção na área.*

Este trabalho de recolha de informação, nem sempre bem-sucedido pela dificuldade das instituições na sistematização e no envio de informação e pela impossibilidade em abranger todos os intervenientes propostos, contribuiu para um diagnóstico mais próximo da realidade do concelho e para a consecutiva incorporação de informações da parceria, atores privilegiados na construção do diagnóstico.

Este processo de recolha de informação, foi ainda complementado por um trabalho de recolha de informação qualitativa baseado na metodologia de “Grupos Focais”. Com o objetivo de envolver as pessoas e a comunidade no processo de atualização do diagnóstico, incorporando as suas reflexões e expectativas, foram realizadas

13 sessões de acordo com a metodologia de Grupo Focal tendo sido auscultados cerca de 100 pessoas entre crianças, jovens, idosos, imigrantes, deficientes, beneficiários da Medida de Rendimento Social de Inserção, desempregados e técnicos das instituições particulares de solidariedade social. Os resultados foram integrados em cada uma das áreas temáticas, como complemento à informação estatística.

Esta é uma metodologia que parte das perceções e representações dos seus participantes e que permite conhecer diferentes opiniões e pontos de vista sobre o tema em discussão. Permite conhecer o porquê e como os participantes pensam, comparar experiências e perceber diferentes perspetivas sobre os temas que se encontram em análise.

No documento optou-se por introduzir os resultados dos grupos focais na área temática respetiva, em “caixas de texto” assinaladas numa outra cor. Pretende-se com esta opção facilitar ao leitor a compreensão das matérias apresentadas, distinguindo-se a informação estatística da informação complementar de carácter qualitativo.

IV. O concelho de Palmela

O concelho de Palmela situa-se na Península de Setúbal e abrange uma vasta área das bacias do Tejo e do Sado, ficando uma parte do seu território inserido na Reserva Natural do Estuário do Sado, e uma outra no Parque Natural da Arrábida. Integra ainda a Área Metropolitana de Lisboa, de que é o município com maior área, com aproximadamente 465 km². Apesar da sua proximidade com a cidade de Lisboa e do crescimento industrial da península de Setúbal, Palmela tem conseguido conciliar o desenvolvimento industrial com a preservação de muitas das suas características rurais.

Administrativamente, o concelho de Palmela está dividido em quatro freguesias: Palmela, sede de concelho e centro administrativo; Pinhal Novo, o polo urbano mais dinâmico; Quinta do Anjo, caracterizada pelo seu património natural que coexiste ao lado de uma forte componente industrial; União de Freguesias de Marate-

ca e Poceirão, freguesia predominantemente rural cuja agregação resulta por via do disposto na Lei n.º 22/2012 de 30 de maio e na Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, tendo cessado a sua existência na data de realização das últimas eleições autárquicas (29 de setembro).

A rede urbana do concelho encontra-se estruturada em principal e secundária, e integra 19 perímetros urbanos. É um dos 18 municípios que integra a Área Metropolitana de Lisboa (que corresponde à NUT II Lisboa), e um dos 9 municípios que compõe a NUT III Península de Setúbal. Como concelho apresenta as seguintes particularidades:

- Tem 62.831 habitantes (INE, Censos 2011), o que corresponde a 8,1% da população da NUT III Península de Setúbal e 2,2% da população da Área Metropolitana de Lisboa;

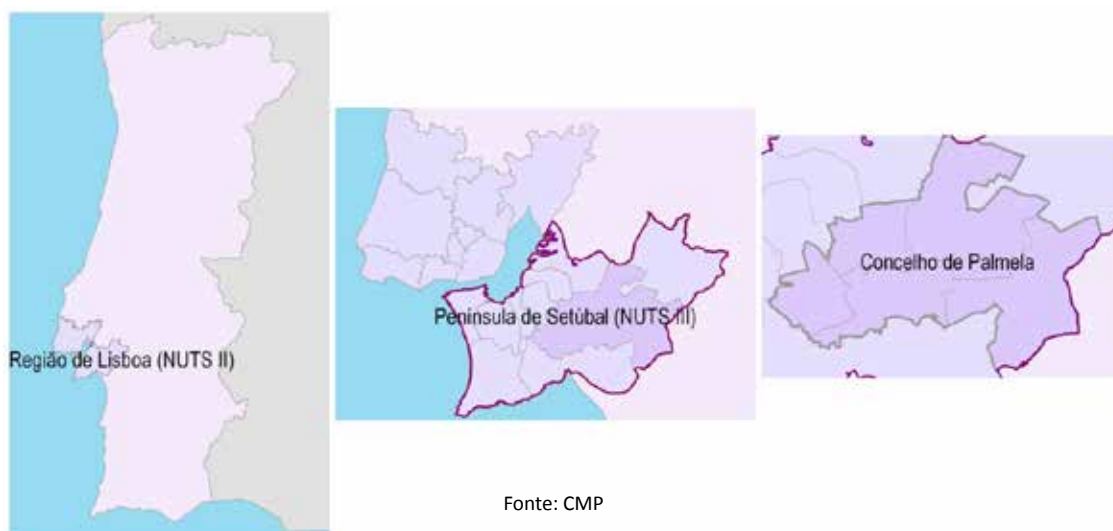
Quadro 1. População residente por unidade territorial, 2011

	População residente
	2011
	N.º
Portugal	10.562.178
Lisboa	2.821.876
Península de Setúbal	779.399
Concelho Palmela	62.831
Freguesia Marateca	3.724
Freguesia Palmela	17.481
Freguesia Pinhal Novo	25.003
Freguesia Quinta do Anjo	11.865
Freguesia Poceirão	4.758 Parte inferior do formulário

Fonte: INE, Censos

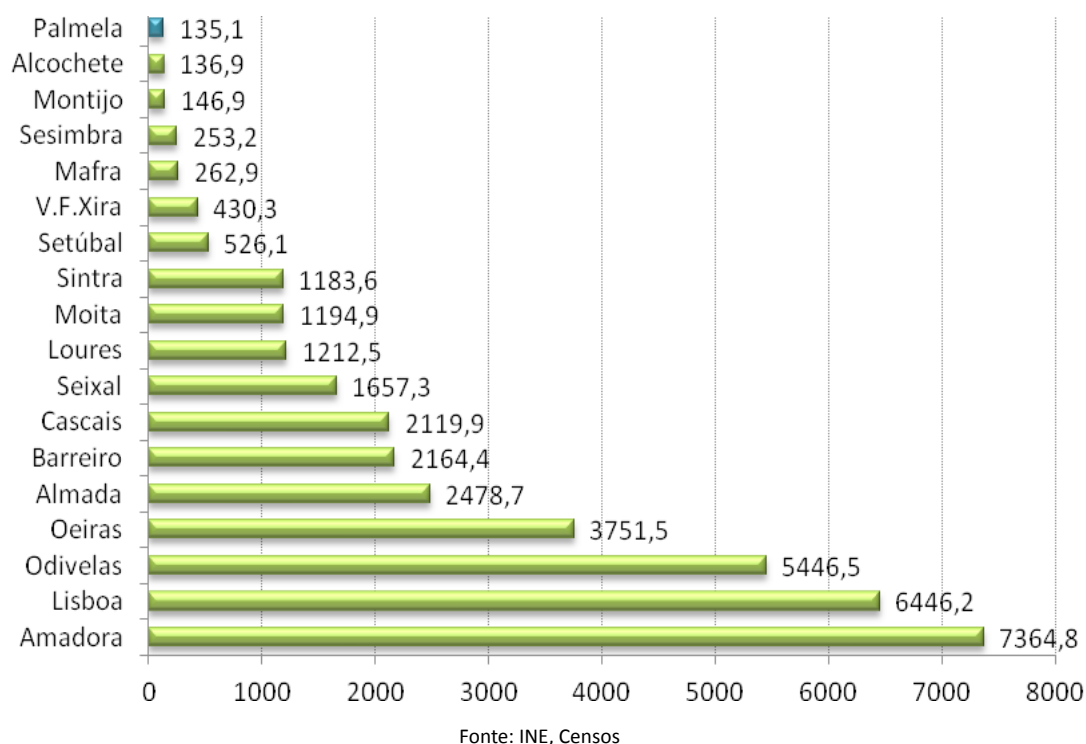
- É o maior concelho da Área Metropolitana de Lisboa, com 465,1 km², representando 28,6% da área da Península de Setúbal e 15,5% da Área Metropolitana de Lisboa; a sua área equivale a 5,5 vezes o município de Lisboa, e 11,2 vezes o município do Porto;

Figura 1. Enquadramento geográfico do concelho de Palmela



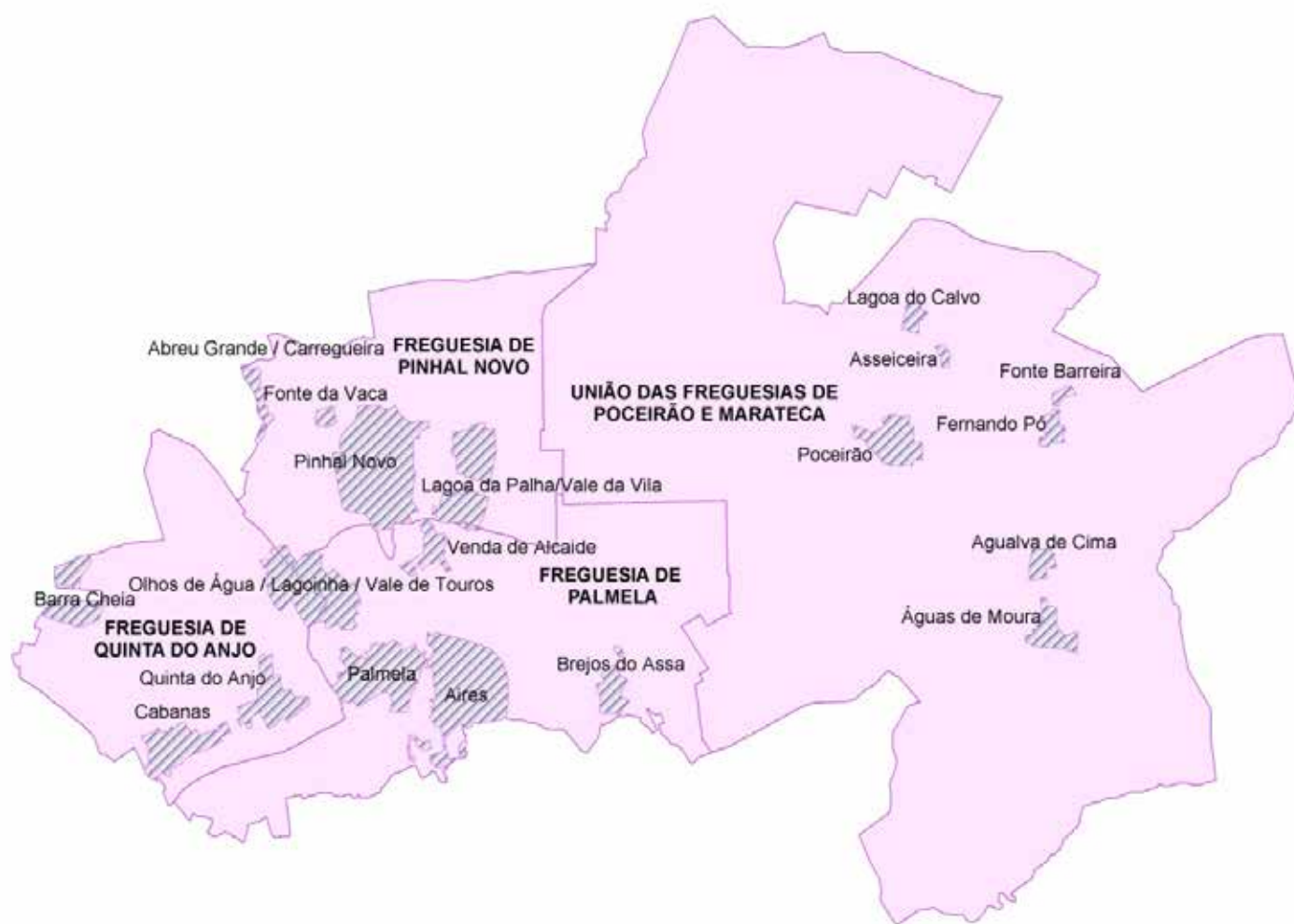
- Apresenta uma densidade populacional de 135,1 habitantes por km², a mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa;

Gráfico 1. Densidade populacional dos concelhos da AML (Nº) - 2011



- É composto por quatro freguesias evidenciando-se um contraste entre um território de características marcadamente rurais a Este, e um sistema predominantemente urbano a Oeste; a tipologia de áreas urbanas no INE classifica as freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo como Áreas Predominantemente Urbanas, e a União das freguesias de Poceirão e Marateca como uma Área Predominantemente Rural; o padrão de povoamento é tipicamente disperso, existindo ainda uma presença assinalável de Áreas Urbanas de Génese Ilegal;

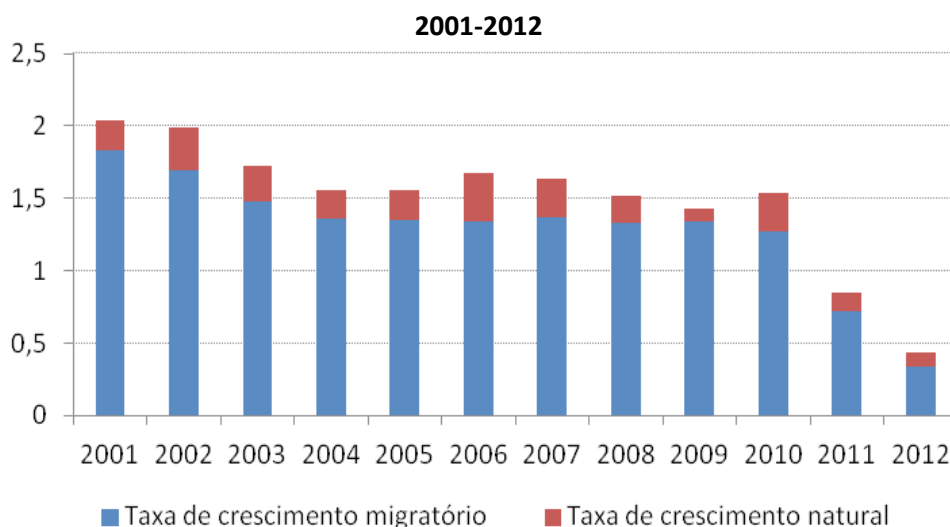
Figura 2. Mapa do concelho de Palmela



Fonte: CMP

- O seu crescimento demográfico superou os 2% por ano (apenas suplantado por Alcochete e Sesimbra, na margem sul, e Mafra, na margem norte da AML) entre 1997 e 2006, tendo abrandado em anos recentes; este crescimento tem assentado quase exclusivamente na capacidade de atrair novos residentes, sobretudo na zona norte do concelho (Pinhal Novo, pela proximidade à ponte Vasco da Gama via A12), mas também a poente (Quinta do Anjo, perto da Serra da Arrábida) e a sul (Aires, no eixo de ligação a Setúbal);

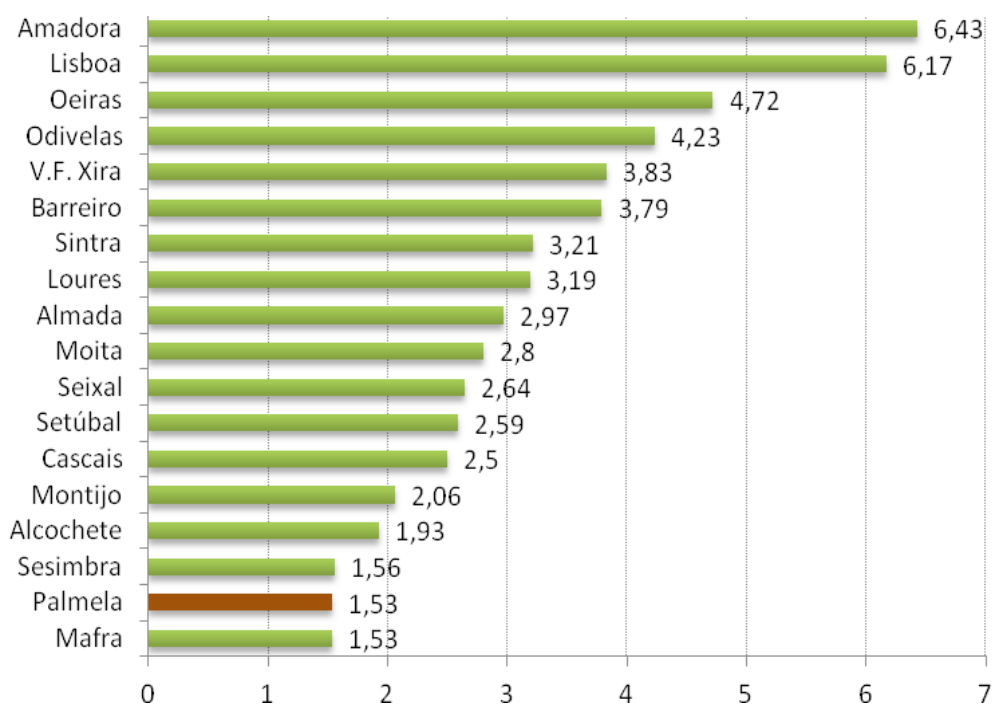
Gráfico 2. Taxa de crescimento efetivo, migratório e natural no concelho de Palmela



Fonte: INE, Censos

- O nº de alojamentos por edifício (1,53 em 2011) é o mais baixo da AML (Área Metropolitana de Lisboa) a par com Mafra, e no caso do concelho de Palmela resulta da síntese entre o rural (onde a tipologia preponderante é a moradia unifamiliar) e o urbano (de baixa densidade e verticalidade, com predomínio de cêrceas baixas) que caracteriza o concelho; em 2001 este valor situava-se em 1,50, o que significa que o concelho tem crescido sem se descaracterizar;

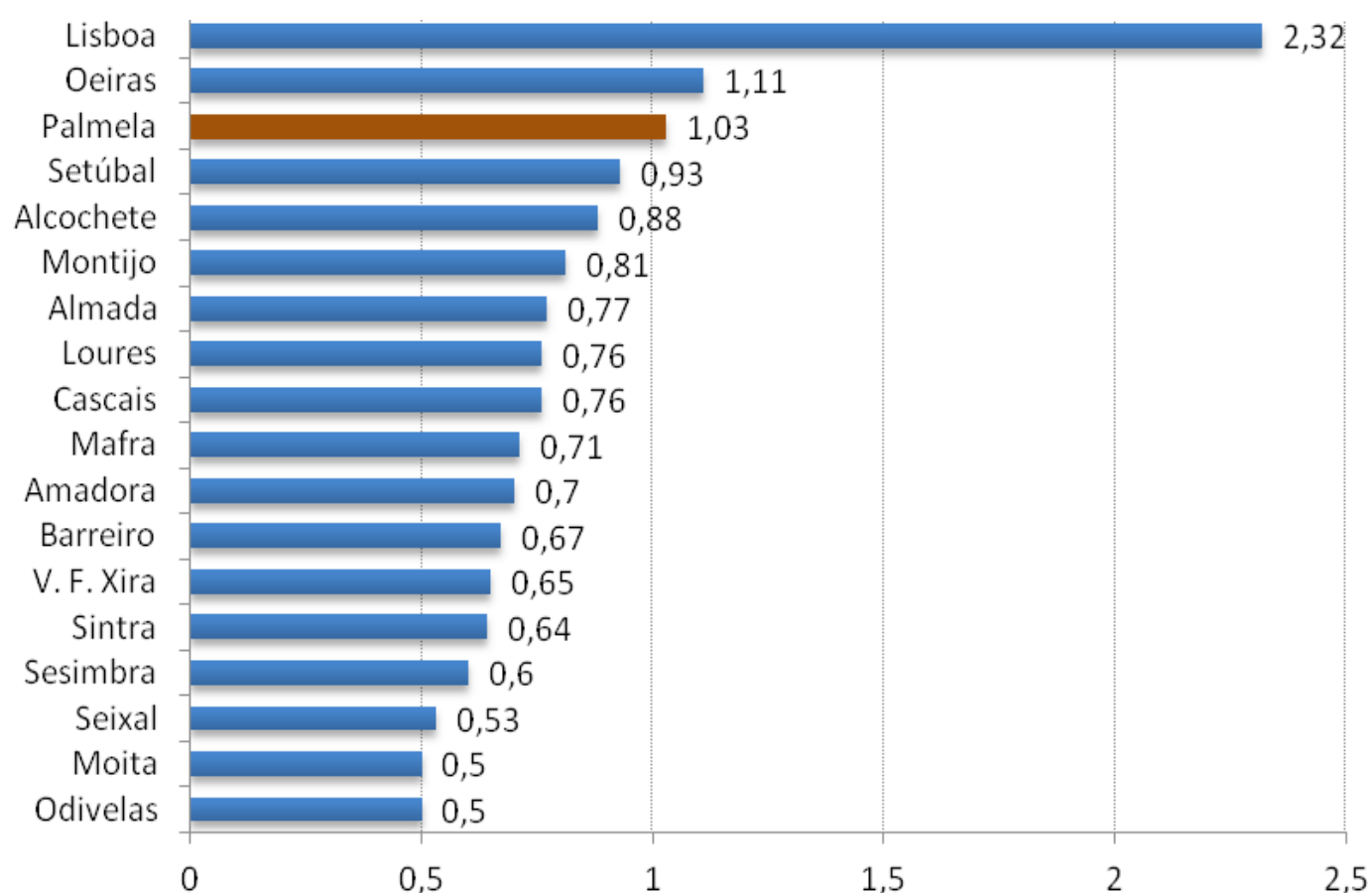
Gráfico 3. Alojamentos por edifício nos concelhos da AML (Nº)



Fonte: INE, Censos

- A instalação da Autoeuropa (fábrica da Volkswagen) no concelho em 1991, à volta da qual se aglomerou um importante *cluster* do sector automóvel, bem como a já referida construção da ponte Vasco da Gama em 1998, veio alterar a posição de Palmela no contexto dos movimentos pendulares metropolitanos; a evolução do Índice de polarização de emprego (quociente entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população aí residente e empregada) evidencia esta mudança, passando de 0,78 em 1991 para 1,02 em 2011, sendo juntamente com os concelhos de Lisboa e Oeiras os únicos da AML a apresentar um valor superior à unidade deste índice;

Gráfico 4. Índice de polarização de emprego nos concelhos da AML - 2011



Fonte: INE, Censos

- Os dados dos quadros de pessoal do Ministério do Trabalho (população empregada por conta de outrem em empresas do concelho, independentemente da área de residência) confirmam o perfil de especialização do concelho na indústria automóvel: em 2011, perto de 28% (5219) dos trabalhadores por conta de outrem estavam afetos à divisão 29 da Classificação das Atividades Económicas (“Fabricação de veículos automóveis e componentes”), e 57,4% (10705) exerciam funções em empresas do sector secundário; a análise por profissão (Classificação Nacional das Profissões) revela 28,5% (5326) de “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” e 14,6% (2729) de “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”.

Quadro 2. Empregados por conta de outrem por profissão (CNP) - 2011

Classificação Nacional das Profissões	Nº
1 - Representantes do poder legisl. e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	1328
2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas	1312
3 - Técnicos e profissões de nível intermédio	2143
4 - Pessoal administrativo	2755
5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	1629
6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	158
7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	2729
8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	5326
9 - Trabalhadores não qualificados	1279

Fonte: INE, Censos

1. Nascer e crescer com oportunidades

Nota introdutória

Findo o período de vigência do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (2008 – 2010) que compreendia as crianças como um dos grupos mais vulneráveis às condições de pobreza e exclusão, particularmente aquelas sujeitas a condições de abandono, negligência, maus tratos e exposição a comportamentos desviantes, mantêm-se com igual pertinência as preocupações pelo seu pleno desenvolvimento social.

Com efeito, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CDC), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e ratificada para Portugal em 1990, enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos económicos, sociais e culturais – de todas as crianças, bem como as respetivas disposições para que sejam aplicados, sendo estes direitos intemporais.

Esta declaração de princípios gerais, quando ratificada, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar as normas de Direito interno às da Convenção, para a promoção e proteção eficaz dos direitos e liberdades nela consagrados. Assim, as orientações da Convenção enquadram, reforçam e asseguram a intemporalidade dos direitos da criança.

A nível nacional, as preocupações em torno das crianças e jovens encontram eco no Programa de Emergência Social (PES) apresentado em 2011 pelo Governo Português. Este instrumento de trabalho do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, com vigência até 2014, identifica as situações de resposta social mais urgente e pretende minorar o impacto social da crise atual. O PES elege cinco áreas de atuação prioritárias, designadamente Famílias, Idosos, Deficiência, Voluntariado e Instituições. No conjunto de medidas que contribuam para a proteção das crianças e jovens enquanto grupo vulnerável, o PES aponta para intervenções diri-

gidas para as famílias, que visam uma maior proteção aos pais, com menores, em situação de desemprego, designadamente, a criação da rede solidária de cantinas sociais, a majoração do subsídio de desemprego para casais com filhos, entre outras medidas. Para o sucesso na implementação destas medidas, é crucial o desempenho de várias instituições, públicas e privadas, e a concertação num trabalho que vise a promoção e a inclusão da criança/jovem.

Ao nível do território supra concelhio refira-se, também, o Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015, elaborado pela Plataforma Supra Concelhia de Península de Setúbal (PSCPS) com os contributos dos nove Conselhos Locais de Ação Social da Península (Almada, Barreiro, Seixal, Montijo, Alcochete, Moita, Palmela, Sesimbra, Setúbal), instrumento de planeamento estratégico que sistematiza eixos prioritários de intervenção para o território da Península. Neste documento, também a área da *Educação, Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional* compreende como prioritária uma intervenção que permita *adequar a diversidade da oferta educativa/formativa dos territórios da Plataforma ao contexto local*, o que apela efetivamente a uma maior aposta na articulação estreita entre educação, segurança social e emprego.

Para os públicos em idade escolar, também este instrumento de planeamento compreende, como objetivo, a *garantia de uma cobertura mais adequada, variada e articulada ao nível das diferentes escolas dos territórios, que vise garantir a oferta formativa mais adequada aos diferentes perfis de públicos em idade escolar*.

A nível concelhio, importa também sublinhar o Projeto Educativo Local (PEL), enquanto processo que assenta na construção de um compromisso educativo com toda a comunidade. Inspirado nos 21 princípios do Movimento das Cidades Educadoras, o PEL tem como objetivo criar identidade coletiva de Palmela Cidade Educado-

ra, identificar agentes e organizações da Comunidade Educativa e mapear necessidades, recursos, respostas e expectativas, criando oportunidades de interação e partilha.

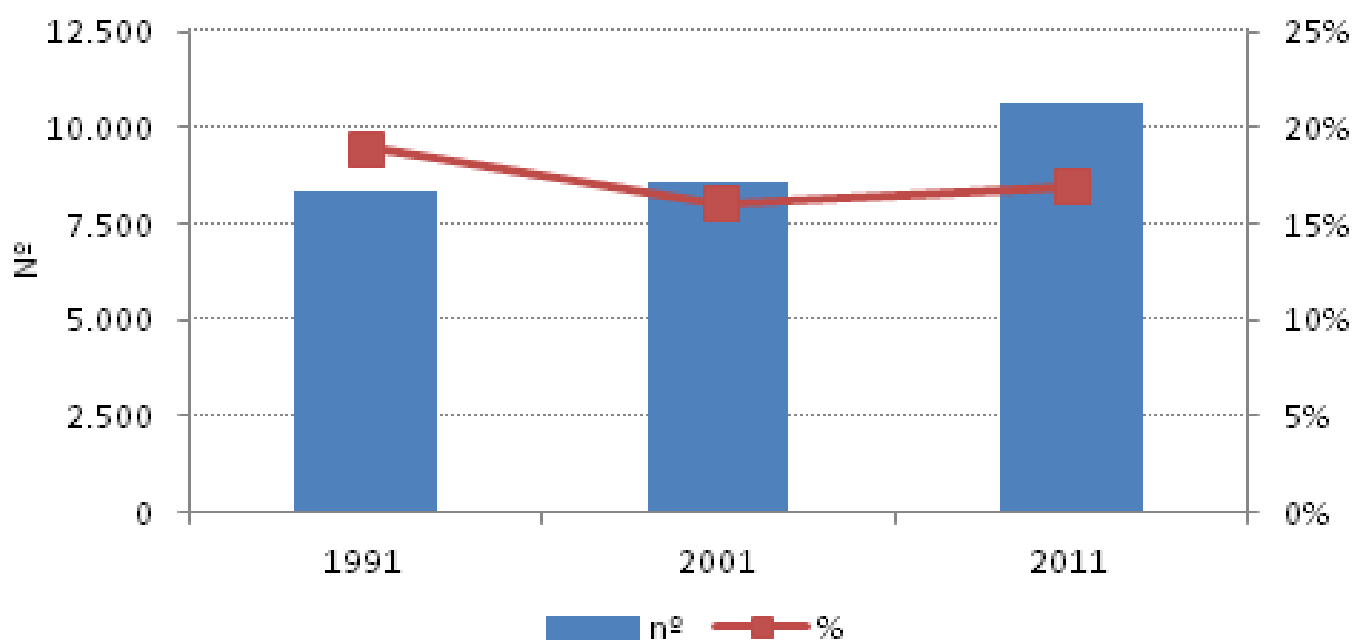
Para uma efetiva promoção da proteção e inclusão da criança, várias instituições são cruciais. As estruturas de acolhimento e de educação pré-escolar criam condições para apoiar o desenvolvimento da criança, assim como os sistemas de educação formação desempenham um

papel importante na criação de oportunidades e projetos de vida. Também a família é o espaço natural que deve garantir a educação, a proteção e o desenvolvimento das crianças, com os pais e educadores e assumir responsabilidades de acordo com as suas competências e potencialidades. Uma parentalidade positiva em conjugação com os meios e recursos necessários ao desenvolvimento da criança são condições essenciais para que possam ter acesso aos Direitos e Crescer com Oportunidades.

Informação estatística

De acordo com a informação censitária, no concelho de Palmela, regista-se um aumento da população com menos de 15 anos, embora o peso relativo deste grupo tenha caído ligeiramente. Assim, entre 1991 e 2011 a população jovem cresceu de 8.435 para 10.680 indivíduos, respetivamente. Contudo, em percentagem, o peso da população com menos de 15 anos desceu de 19% em 1991 para 16,1% em 2001, verificando-se uma ligeira recuperação na última década – 17% em 2011.

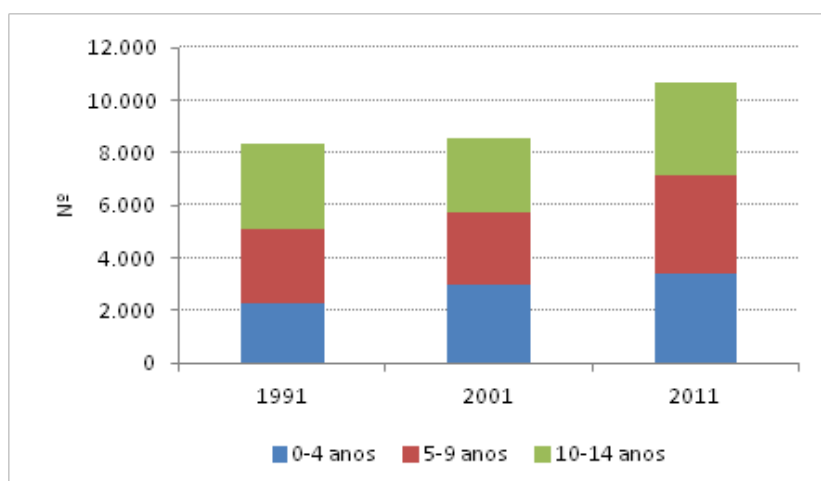
Gráfico 5. População com menos de 15 anos residente no concelho de Palmela (Nº e %)



Fonte: INE, Censos

A análise por grupo etário mostra que é no escalão até aos 4 anos que se verificou o maior aumento: de 2.300 crianças em 1991 para 3.444 em 2011, o que corresponde a um crescimento de quase 50%. Os restantes escalões (5-9 anos e 10-14 anos) também aumentaram os seus números em 33,2% e 8,1%, respetivamente (cf. gráfico 6).

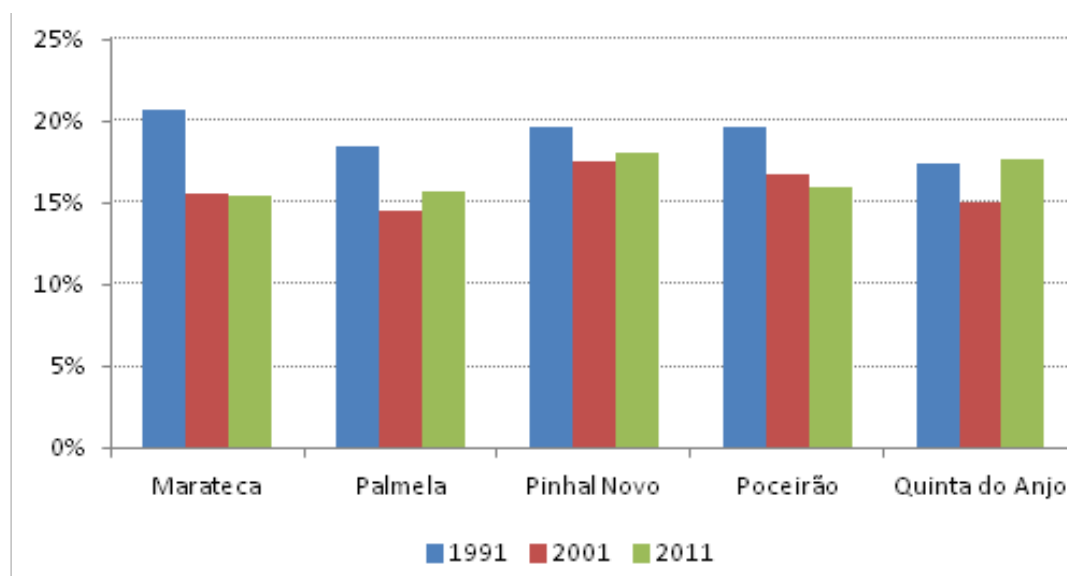
Gráfico 6. População com menos de 15 anos residente no concelho de Palmela, por escalão etário (Nº)



Fonte: INE, Censos

Relativamente à distribuição da população com menos de 15 anos pelas freguesias do concelho, Pinhal Novo e Quinta do Anjo registaram acréscimos muito significativos de população jovem (49,6% e 82,3%, respetivamente), em ambos os casos representando perto de 18% da população. Em Marateca e Poceirão verificou-se um declínio nos dois períodos intercensitários em análise, quer em termos absolutos, quer em termos relativos (cf. gráfico 7).

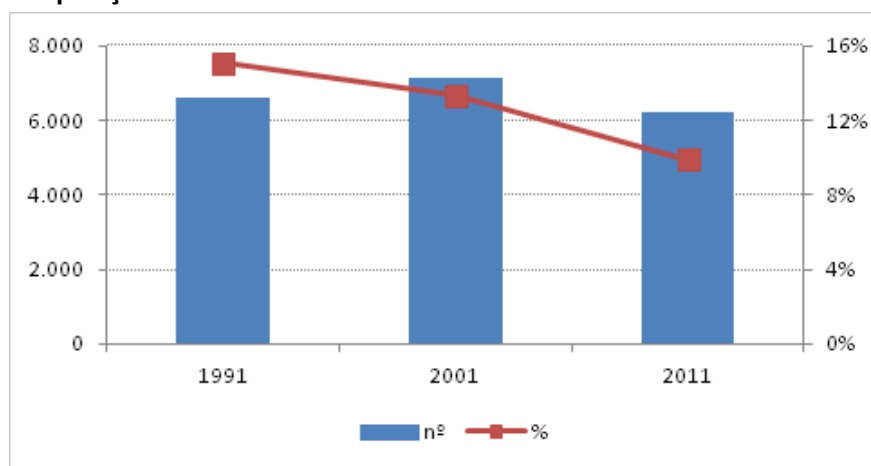
Gráfico 7. População com menos de 15 anos residente no concelho de Palmela, por freguesia (%)



Fonte: INE, Censos

Em relação à população com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos, a análise dos últimos recenseamentos evidencia um aumento da população deste escalão etário entre 1991 e 2001 (de 6.618 para 7.129 jovens), e uma inversão desta tendência na última década, em que se regista uma descida para 6.205 indivíduos. Contudo, em termos relativos, o significado da população jovem vem descendo de forma gradual desde 1991 (quando significava 15,1% da população do concelho) até ao recenseamento mais recente, em que representava apenas 9,9% (cf. gráfico 8).

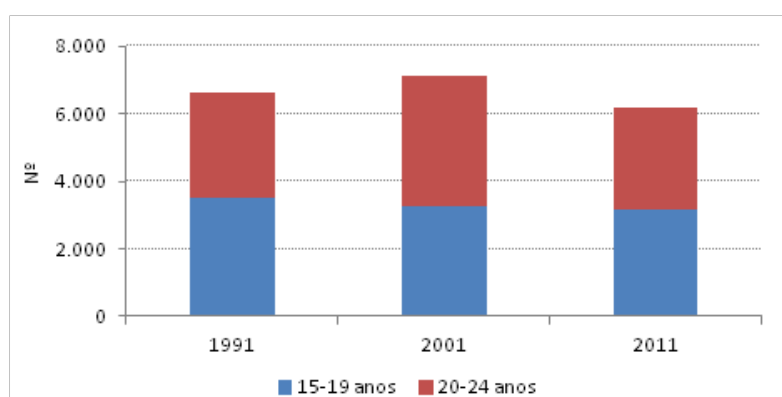
Gráfico 8. População entre os 15 e os 24 anos residente no concelho de Palmela (Nº e %)



Fonte: INE, Censos

Por escalão etário, verifica-se que a diminuição de efetivos é consistente entre os 15 e os 19 anos (3.532 jovens em 1991, 3.280 em 2001 e 3.153 em 2011), ao passo que no grupo com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos observa-se um forte crescimento no primeiro momento intercensitário (de 3.086 para 3.849 jovens), e uma quebra significativa (superior a 20%) no último decénio, em que os valores regressaram aos de 1991 (cf. gráfico 9). Esta evolução exprime duas tendências que marcam o concelho do ponto de vista demográfico: por um lado, um certo rejuvenescimento do concelho associado à atração de novos residentes e a uma elevada dinâmica urbanística, permitidas pelas novas acessibilidades à escala metropolitana; e por outro, o declínio da natalidade e o envelhecimento da população, que é transversal a todo o território nacional.

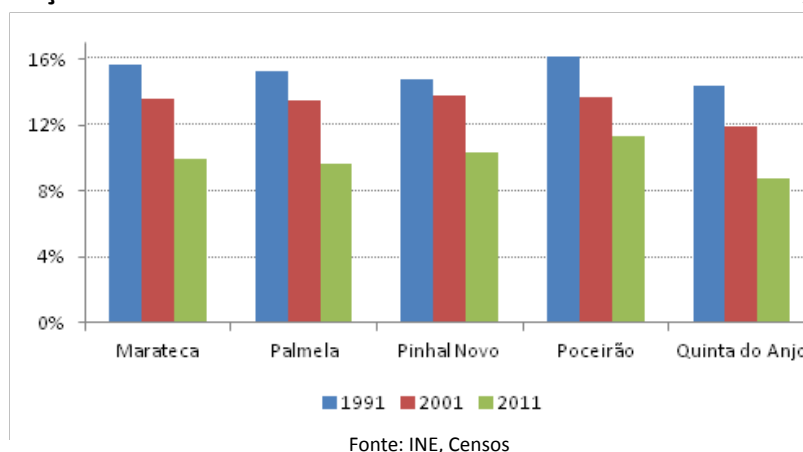
Gráfico 9. População entre os 15 e os 24 anos residente no concelho de Palmela, por escalão etário (Nº)



Fonte: INE, Censos

A distribuição por freguesia não apresenta grandes disparidades face ao perfil traçado atrás para o concelho, notando-se um decréscimo da importância relativa deste grupo etário em todas as freguesias. Em 2011, Poceirão apresenta a maior proporção de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (11,3%), seguindo-se Pinhal Novo (10,3%). Em valor absoluto, a única freguesia que apresenta crescimento constante é Quinta do Anjo, que passou de 947 jovens em 1991 para 996 em 2001, e 1.043 em 2011 (cf. gráfico 10).

Gráfico 10. População entre os 15 e os 24 anos residente no concelho de Palmela, por freguesia (%)



A comparação do Índice de Dependência de Jovens² do concelho com as unidades territoriais em que o mesmo se insere mostra, em primeiro lugar, uma ligeira recuperação do concelho (bem como da península de Setúbal e da região de Lisboa) entre 2001 e 2011, depois da década anterior ter sido marcada por um decréscimo acentuado e generalizado a todo o território. Esta recuperação contrasta com a tendência de descida a nível nacional, e é um sinal de vitalidade demográfica do concelho, cujo índice se situa acima dos valores de Setúbal e de Lisboa (cf. quadro 3 e gráfico 11).

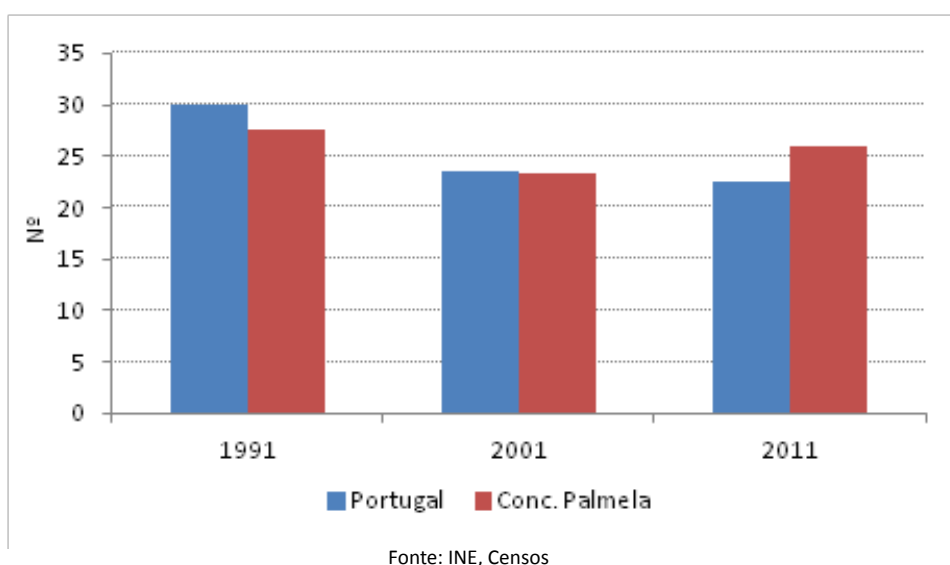
Quadro 3. Índice de Dependência de Jovens (Nº)

	1991	2001	2011
Portugal	30,1	23,6	22,5
Região Lisboa (NUTS II)	26,0	21,4	23,4
Península Setúbal (NUTS III)	27,6	21,8	24,0
Concelho Palmela	27,6	23,3	25,9
Freguesia Marateca	30,5	22,9	24,4
Freguesia Palmela	26,4	20,8	24,3
Freguesia Pinhal Novo	28,7	25,4	26,9
Freguesia Quinta Anjo	25,5	22,3	27,1
Freguesia Poceirão	28,3	24,9	24,8

Fonte: INE, Censos

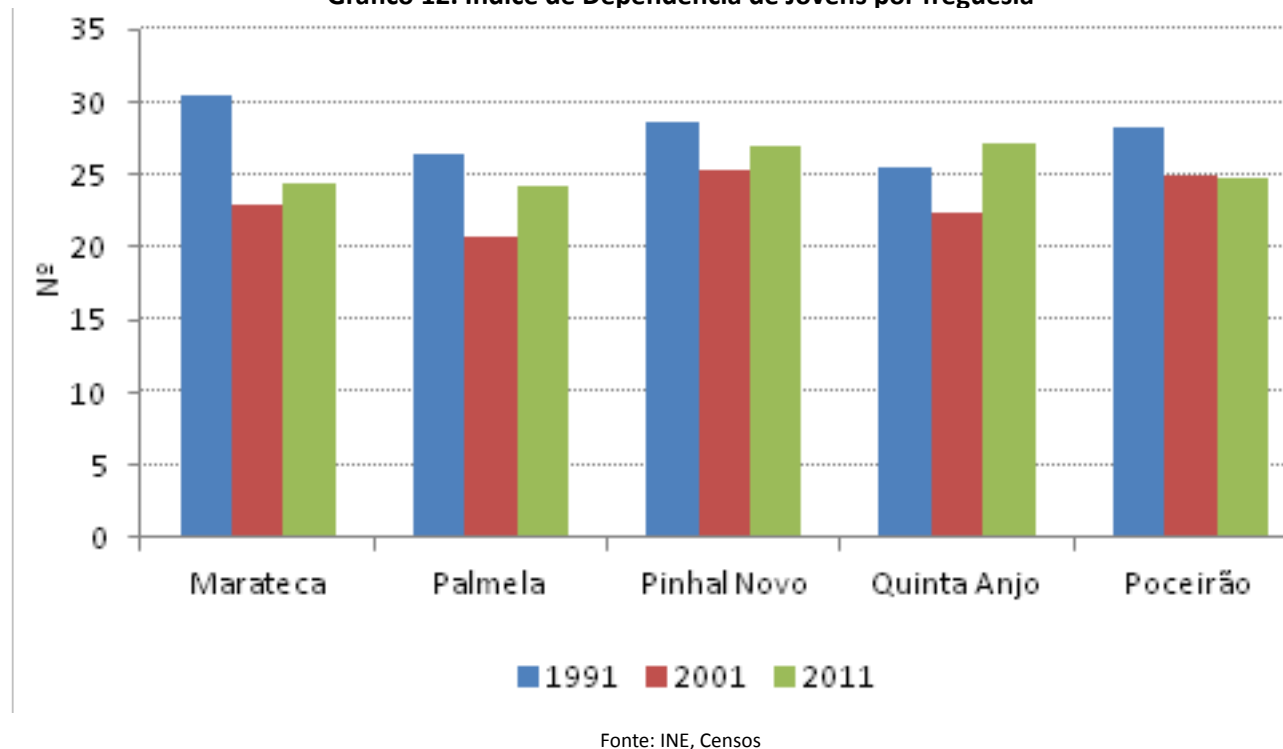
² Índice que exprime a relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, expressa habitualmente por 100 habitantes. Quanto mais elevado o índice, maior o significado relativo da população jovem face à população em idade ativa.

Gráfico 11. Índice de Dependência de Jovens



Por freguesia, Pinhal Novo e Quinta do Anjo evidenciam em 2011 os valores mais elevados do concelho, pertencendo a esta segunda a maior subida face a 2001, ao passo que Marateca e Palmela apresentam as menores proporções de jovens face à população em idade ativa. Constatase um certo envelhecimento das freguesias mais rurais do concelho: Marateca tinha, em 1991, o mais elevado Índice de Dependência de Jovens do concelho, e Poceirão apresentava um dos valores mais altos em 2001 (cf. gráfico 12).

Gráfico 12. Índice de Dependência de Jovens por freguesia



Equipamentos de educação e ensino

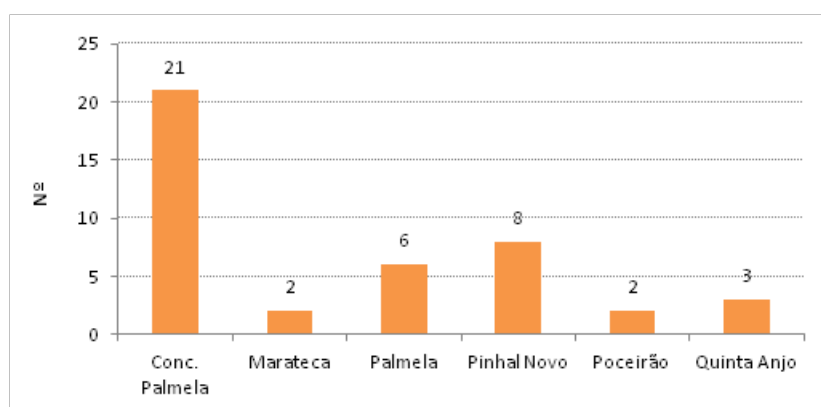
Relativamente à oferta de equipamentos no concelho, a dispersão da rede de estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 4. Estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários (Nº)

	Pré-escolar	Pré-escolar, 1º ciclo	Pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e secundário	Pré-escolar, 1º, 2º, 3º ciclos	1º, 2º e 3º ciclos	2º e 3º ciclos (Ensino Artístico)
Conc. Palmela	14	3	1	1	1	1
Marateca	1	0	0	1	0	0
Palmela	3	1	1	0	0	1
Pinhal Novo	7	1	0	0	0	0
Poceirão	2	0	0	0	0	0
Quinta do Anjo	1	1	0	0	1	0

Fonte: MEC – DGEstE, 2012

Gráfico 13. Estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários no concelho de Palmela (Nº)

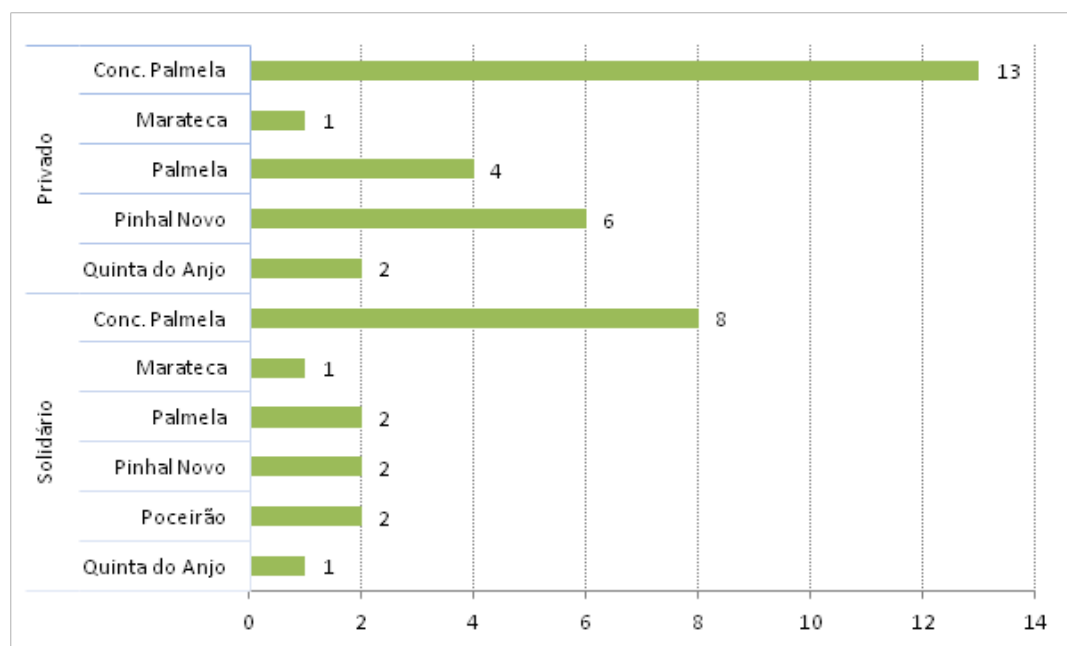


Quadro 5. Estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários, por tipo de rede

Tipo rede	Unidade territorial	Pré-escolar	Pré-escolar, 1º ciclo	Pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e secundário	Pré-escolar, 1º, 2º, 3º ciclos	1º, 2º e 3º ciclos	2º e 3º ciclos (Ensino Artístico)
Privado	Conc. Palmela	7	2	1	1	1	1
	Marateca	0	0	0	1	0	0
	Palmela	1	1	1	0	0	1
	Pinhal Novo	6	0	0	0	0	0
	Quinta do Anjo	0	1	0	0	1	0
Solidário	Conc. Palmela	7	1	0	0	0	0
	Marateca	1	0	0	0	0	0
	Palmela	2	0	0	0	0	0
	Pinhal Novo	1	1	0	0	0	0
	Poceirão	2	0	0	0	0	0
	Quinta do Anjo	1	0	0	0	0	0

Fonte: MEC – DGEstE, 2012

Gráfico 14. Estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários no concelho de Palmela (Nº)



Fonte: CMP e MEC, 2012

Quadro 6. Respostas sociais da rede privada para a infância (Nº)

	CATL			Creche		
	Equipamentos	Capacidade	Utentes	Equipamentos	Capacidade	Utentes
Concelho de Palmela	4	148	120	3	105	64
Pinhal Novo	4	148	120	2	72	31
Quinta do Anjo	0	0	0	1	33	33

Fonte: Carta Social, Maio 2013

Relativamente à oferta de equipamentos no concelho na rede solidária, de acordo com os dados da carta social, regista-se nas freguesias de Palmela e Pinhal Novo, a maior incidência, com 8 e 9 respostas, respetivamente. Ainda de acordo com a mesma fonte, a resposta de creche é a mais significativa.

Quadro 7. Respostas sociais para crianças e jovens da rede solidária dirigidos a (Nº)

Resposta Social	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo	Concelho
Centro de Acolhimento Temporário		1	2			3
Centro de Apoio Familiar Acons Parental		1	1			2
Centro de Atividades de Tempos Livres	1	2	1	2	1	7
Creche	1	2	4	2	1	10
Intervenção Precoce		1				1
Lar de Infância e Juventude		1	1			2
Total	2	8	9	4	2	25

Fonte: Carta Social, Maio 2013

Quadro 8. Capacidade instalada das respostas sociais da rede solidária para crianças jovens (Nº)

Resposta Social	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo	Concelho
Centro de Acolhimento Temporário		13	32			45
Centro Apoio Familiar Aconselh. Parental		100	164			264
Centro de Atividades de Tempos Livres	30	150	80	50	55	365
Creche	32	96	184	41	76	429
Intervenção Precoce		45				45
Lar de Infância e Juventude		12	14			26
Total	62	416	474	91	131	1174

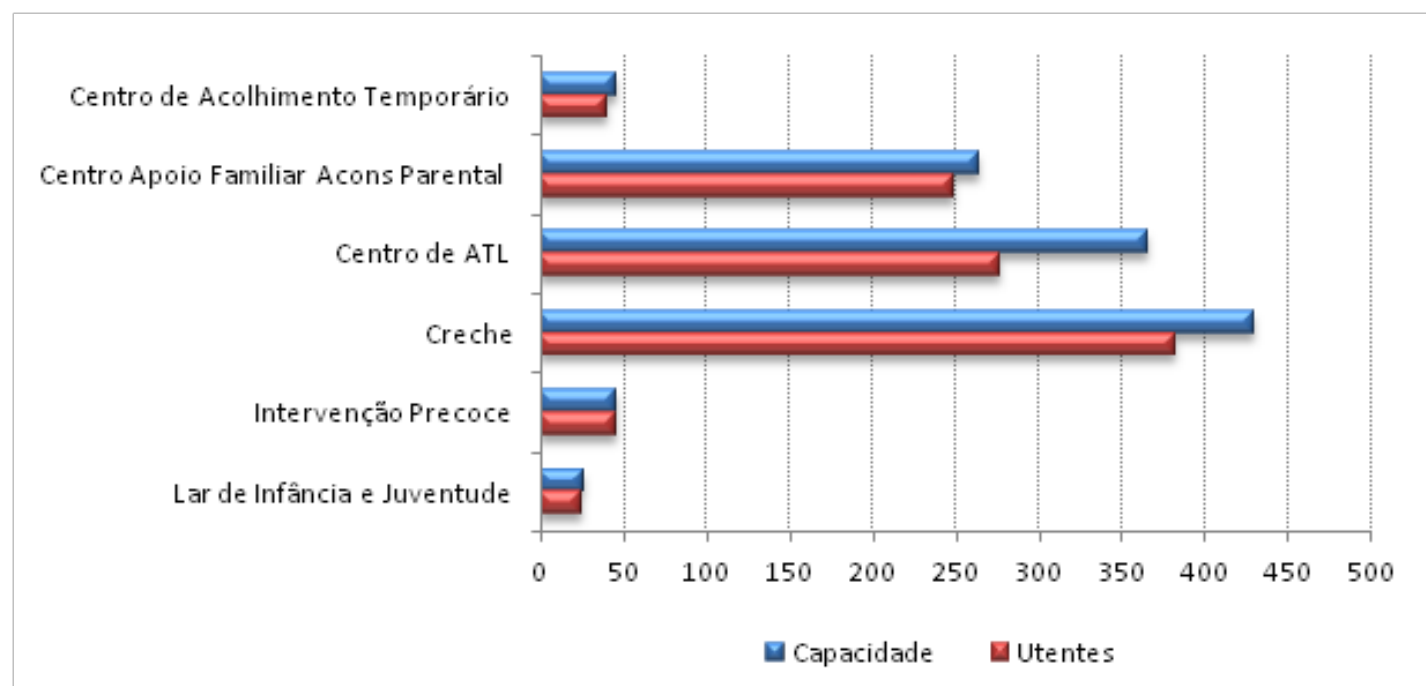
Fonte: Carta Social, Maio 2013

Quadro 9. Utentes das respostas sociais da rede solidária para crianças jovens (Nº)

Resposta Social	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta Anjo	Concelho
Centro de Acolhimento Temporário		13	27			40
Centro de Apoio Familiar Acons Parental		85	164			249
Centro de Atividades de Tempos Livres	23	110	38	50	55	276
Creche	32	94	144	36	76	382
Intervenção Precoce		45				45
Lar de Infância e Juventude		12	13			25
Total	55	359	386	86	131	1017

Fonte: Carta Social, Maio 2013

Gráfico 15. Utentes e capacidade das respostas da rede solidária no concelho para crianças e jovens (Nº)



População escolar

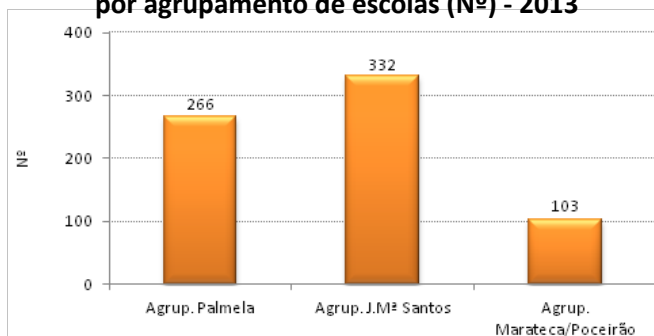
Importa, igualmente, na análise desta temática, ter em conta a população escolar, dando a conhecer a dimensão desta população nos diferentes ciclos de ensino da rede pública do ano letivo 2013/2014. Em relação à população escolar dos Jardins de Infância da Rede Pública, estes equipamentos apresentam a seguinte ocupação, por escola e por agrupamento de escolas:

Quadro 10. Crianças a frequentar o pré-escolar por estabelecimento de educação e ensino e agrupamento (Nº) - 2013

	Estabelecimentos com oferta de Pré-Escolar	N.º
Agrupamento de Palmela	EB Joaquim José Carvalho	50
	EB Algeruz-Lau	16
	EB de Aires	70
	EB de Bº Alentejano	20
	EB de Cabanas	20
	EB António Matos Fortuna	70
	JI de Olhos de Água	20
	Sub-total	266
Agrup. Marateca/Poceirão	JI de Lagameças	45
	EB de Cajados	30
	JI de Lagoa do Calvo	28
	Sub-total	103
Agrupamento José Maria Santos	EB Alberto Valente	135
	EB Salgueiro Maia	60
	JI de Vale da Vila	47
	EB António Santos Jorge	20
	EB Zeca Afonso	70
	Sub-total	332
	Total Geral	701

Fonte: CMP

Gráfico 16. Crianças a frequentar o pré-escolar por agrupamento de escolas (Nº) - 2013



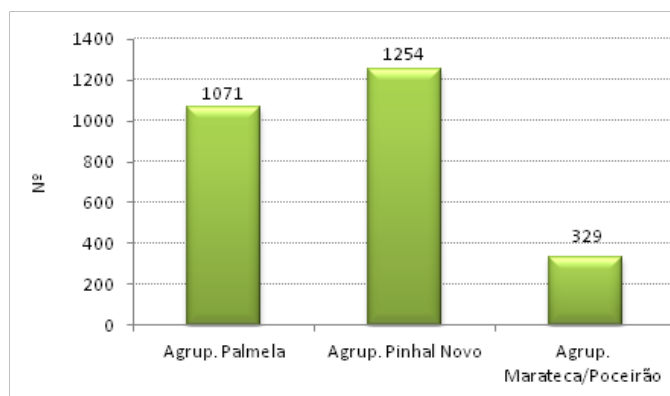
Ao nível da população escolar do 1º ciclo da rede pública, no ano letivo de 2013/2014, os três Agrupamentos de Escolas do Concelho apresentam a seguinte população:

Quadro 11. Alunos a frequentar o 1º ciclo por estabelecimento de educação e ensino e agrupamento (Nº) - 2013

	Estabelecimentos 1º ciclo	Nº
Agrupamento de Palmela	EB Joaquim José de Carvalho	164
	EB Brejos Assa nº 1	42
	EB Algeruz-Lau	35
	EB Palmela nº 2	94
	EB Olhos Água nº 2	40
	EB Bº Alentejano	81
	EB Aires	243
	EB Cabanas	77
	EB António Matos Fortuna	295
	Sub-total	1071
Agrupame Marateca/Poceirão	EB Águas Moura nº 1	52
	EB Cajados	74
	EB José Saramago	203
	Sub-total	329
Agrupamento José Mª Santos	EB Batudes	40
	EB Arraiados	30
	EB Lagoa da Palha	30
	EB Palhota	45
	EB António Santos Jorge	129
	EB João Eduardo Xavier	98
	EB Salgueiro Maia	200
	EB Zeca Afonso	325
	EB Alberto Valente	357
	Sub-total	1254
	Total Geral	2654

Fonte: CMP

Gráfico 17. Alunos do 1º ciclo por agrupamento de escolas - 2013



Fonte: CMP

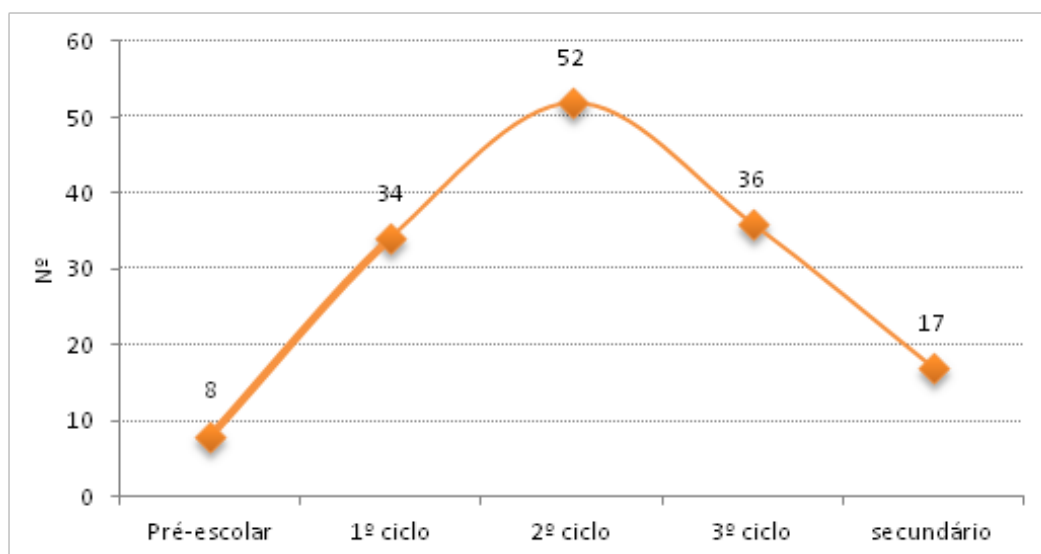
No que diz respeito à população do 2º e 3º ciclos da rede pública para o mesmo ano letivo, no concelho regista-se a seguinte ocupação:

Quadro 12. Alunos por nível de ensino e escola (Nº) – 2013/2014

Estabelecimento de Educação	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Total
Secundária de Palmela	-	408	698	1106
Secundária de Pinhal Novo	-	923	588	1511
EB Hermenegildo Capelo	517	406	-	923
EB José Maria Santos	726	177	-	903
EB José Saramago	191	274	-	465
Total	1434	2188	1286	4908

Fonte: CMP

Gráfico 18. Crianças com necessidades educativas especiais (NEE) por nível de ensino 2013/2014



Fonte: CMP

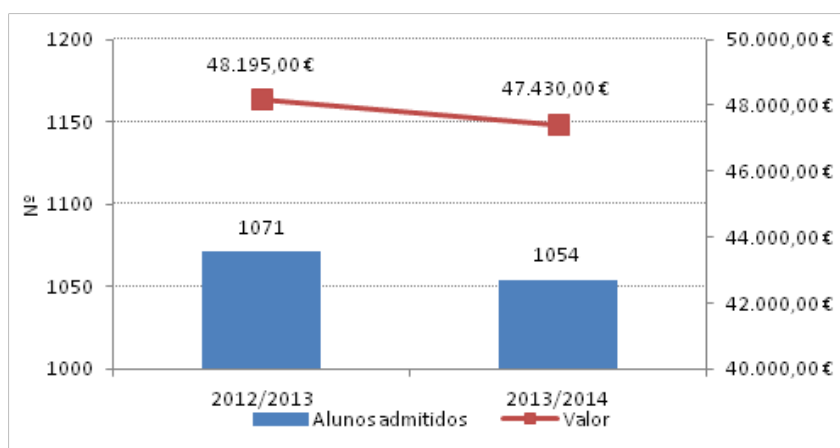
Ação Social Escolar

O Decreto-lei nº 399-A/84, de 28 de dezembro e a Lei nº 159/99 de 14 de Setembro, estabelecem o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias, no âmbito da Ação Social Escolar – auxílios económicos diretos e refeições para os alunos de educação pré-escolar e do ensino básico da rede pública.

Aos alunos pertencentes aos agregados familiares integrados no primeiro e segundo escalão do abono de família é aplicado um escalão único (indexado ao valor do escalão A) e beneficiam dos seguintes apoios:

- Pré-escolar – refeição gratuita
- 1º Ciclo do ensino básico – refeição gratuita e apoio financeiro para livros e material escolar

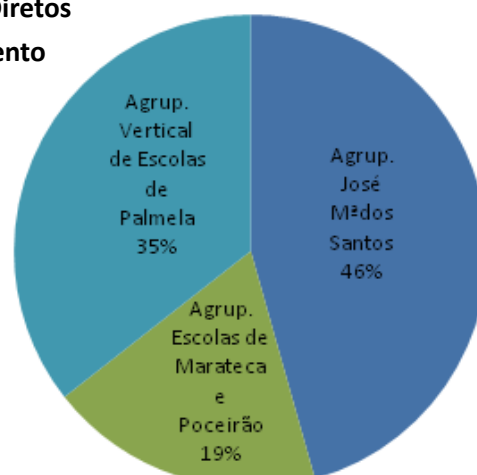
Em relação ao Programa de Alimentação Escolar, destinado aos alunos do 1ºciclo e da educação pré-escolar, são fornecidas cerca de 3.000 refeições diariamente, quer através de confeção local (escola Alberto Valente, Salgueiro Maia, António Santos Jorge, Zeca Afonso, António Matos Fortuna, Joaquim José de Carvalho e Aires), quer através de refeições “transportadas” para os restantes estabelecimentos escolares (16).



Fonte: CMP

Gráfico 19. Auxílios Económicos Diretos – Alunos admitidos e valor atribuído 2012/2013 e 2013/2014

Gráfico 20. Auxílios Económicos Diretos – Alunos admitidos por agrupamento de escolas 2013-2014



Fonte: CMP

Em entrevista à Escola Secundária de Palmela, este parceiro refere que meios dispõe para combater situações de pobreza/exclusão: “ (...) O auxílio aos alunos carenciados é feito através de auxílios económicos, no âmbito da ASE e na promoção da sua participação em diferentes atividades da escola, com o contributo da associação de pais e encarregados de educação.

Já existiram situações para as quais foi necessário intervir?

A intervenção foi eficaz?

Diariamente temos que resolver problemas.

A eficácia é apenas do momento pois o problema em si subsiste.

Quando damos o pequeno almoço ou o almoço a um aluno, apenas conseguimos facultar-lhe um “bem-estar” momentâneo.

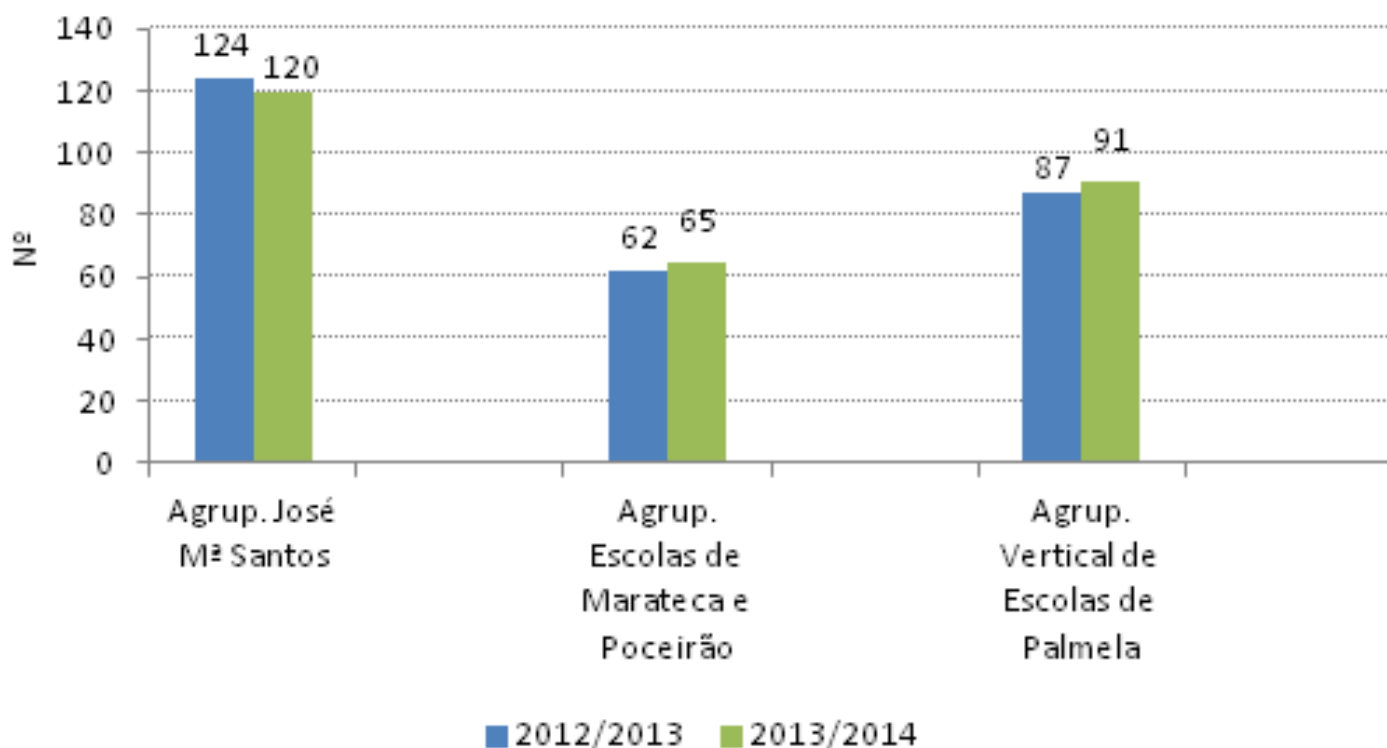
O problema social persiste”.

**Quadro 13. Ação Social Escolar (PAE - Programa de Alimentação Escolar)
no Pré-escolar - 2012/13 – 2013/14**

Agrupamento	Nº de requerimentos recebidos		Nº de crianças admitidas		Nº de crianças excluídas		Variação admitidos	% Admitidos
	2012/13	2013/14	2012/13	2013/14	2012/13	2013/14	2012/13 2013/14	2013/14
Escolas José Maria dos Santos	126	121	124	120	2	1	-4	36,14
Escolas de Marateca e Poceirão	62	78	62	65	0	13	3	63,11
Vertical de Escolas de Palmela	87	91	87	91	0	0	4	34,21
Totais	275	290	273	276	2	14	3	39,37

Fonte: CMP, 2013

Gráfico 21. Crianças admitidas no PAE – Programa de Alimentação Escolar – 2012-2013 e 2013-2014



Transportes Escolares

O concelho de Palmela caracteriza-se por um território com polos urbanos mais dinâmicos que coexistem com áreas predominantemente rurais, com baixa densidade populacional associada a uma fraca acessibilidade em transportes públicos. Estas características determinaram que o Município tenha implementado medidas, de forma a cumprir os princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo, no sentido de garantir o direito à igualdade de oportunidade no acesso e permanência dos alunos na escola, contribuindo para o sucesso escolar, consubstanciadas através de regulamentos municipais.

Embora o Decreto-Lei 299/84, de 05 de setembro, estipule que a oferta de transporte escolar, para os alunos do ensino básico e secundário, se destina aos que residem a mais de 4Km dos estabelecimentos de ensino, o Município de Palmela, através de regulamento próprio,

determina que essa distância seja de 2 Km. Esta decisão visa proporcionar melhores condições de acesso e sucesso escolar aos alunos, bem como garantir o direito e a igualdade de oportunidades, adequando-se às características do Concelho de Palmela.

Estima-se que a população escolar do concelho, com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos, seja de aproximadamente 7500 alunos, dos quais 2617 serão abrangidos pela rede de transportes escolares, o que corresponde a aproximadamente 35% da população em idade escolar. Da previsão de alunos a transportar, estima-se que 2296 utilizem circuitos públicos e 321 sejam transportados em circuitos municipais. O Município custeará na íntegra os transportes escolares dos alunos do ensino básico e compartilhará em 50 % os do secundário (incluindo os cursos profissionais).

Sucesso escolar

Refira-se, por último, os valores das taxas de sucesso das diferentes Escolas Secundárias e Agrupamentos de Escolas para o ano letivo de 2012/2013, dados fornecidos pelo Conselho Municipal de Educação de Palmela:

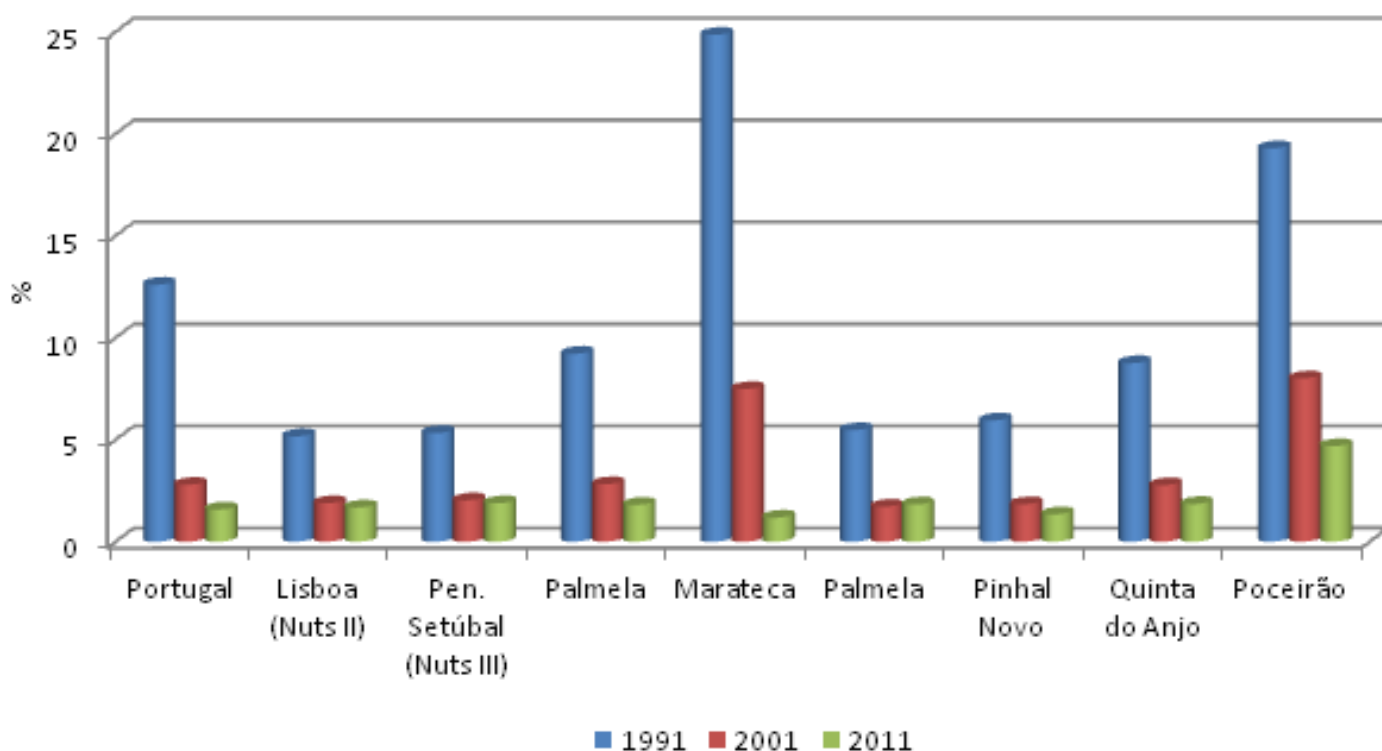
**Quadro 14. Taxa de sucesso por agrupamento/escola
- concelho de Palmela 2012/2013**

Agrupamento de escolas/Escola secundária		Taxa de Sucesso
AE José Saramago	Básico	87,29%
AE Palmela	Básico	91,81%
AE José Maria dos Santos	Básico	91,29%
Escola Secundária Palmela	Básico	80,29%
	Secundário	86,45%
Escola Secundária Pinhal Novo	Básico	86,79%
	Secundário	72,55%

Fonte: Conselho Municipal de Educação

Neste contexto importa também referir que os valores associados à taxa de abandono escolar, de acordo com o último recenseamento, têm vindo a diminuir em todas as freguesias do concelho de Palmela. Para o período compreendido entre 1991 e 2011, sublinhe-se que este decréscimo é mais significativo nas freguesias de Poceirão e Marateca (atual União das Freguesias de Poceirão e Marateca).

Gráfico 22. Taxa de abandono escolar por freguesia - 2011



Fonte: INE, Censos

Em entrevista ao Agrupamento de Escolas José Saramago, o parceiro refere que “A escola do Poceirão é uma escola TEIP (território educativos de intervenção prioritária) tem 5 turmas de percursos curriculares alternativos (PCA) turmas estas constituídas por alunos com idade fora do padrão normal para o ano escolar, estas turmas surgem como tentativa de dar resposta a esses alunos, muitos deles repetentes e com antecedentes de abandono escolar. Mais de 50% dos alunos são carenciados e acompanhados pelo SASE (...) Sendo um território TEIP, a escola cria um projeto educativo com o objetivo de responder a esse nível.

xiste um psicólogo e três professores como recursos adicionais, foi o que restou da equipa multidisciplinar, retirada à escola. A escola é a única forma das crianças terem acesso ao desporto e a cultura que são meios privilegiados para combater a exclusão.

Se paralelamente tiverem profissionais que preparem e trabalhem outras situações que levarem a auto-estima, é uma mais-valia no combate a esse tipo de exclusão”.

E para a CPCJ Palmela que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

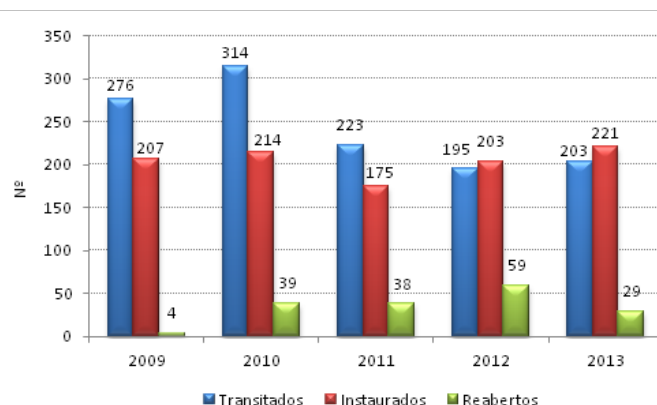
“A violência doméstica, a negligência é a que sobressai mais, comportamentos desviantes, o abandono escolar decorrente do novo estatuto do aluno.(...)”

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela

De referir igualmente, no âmbito das respostas a crianças e jovens, o trabalho promovido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.

No que se refere ao volume processual, os processos transitados têm vindo a diminuir a partir de 2010. Relativamente aos processos instaurados verifica-se uma manutenção à volta dos 200 processos, com exceção do ano de 2011 onde o número diminui um pouco (175). Os processos reabertos, por sua vez vão seguindo uma linha ascendente mas moderada.

Gráfico 23. Caraterização processual (2009-2013)



Fonte: CPCJ de Palmela, 2009-2012

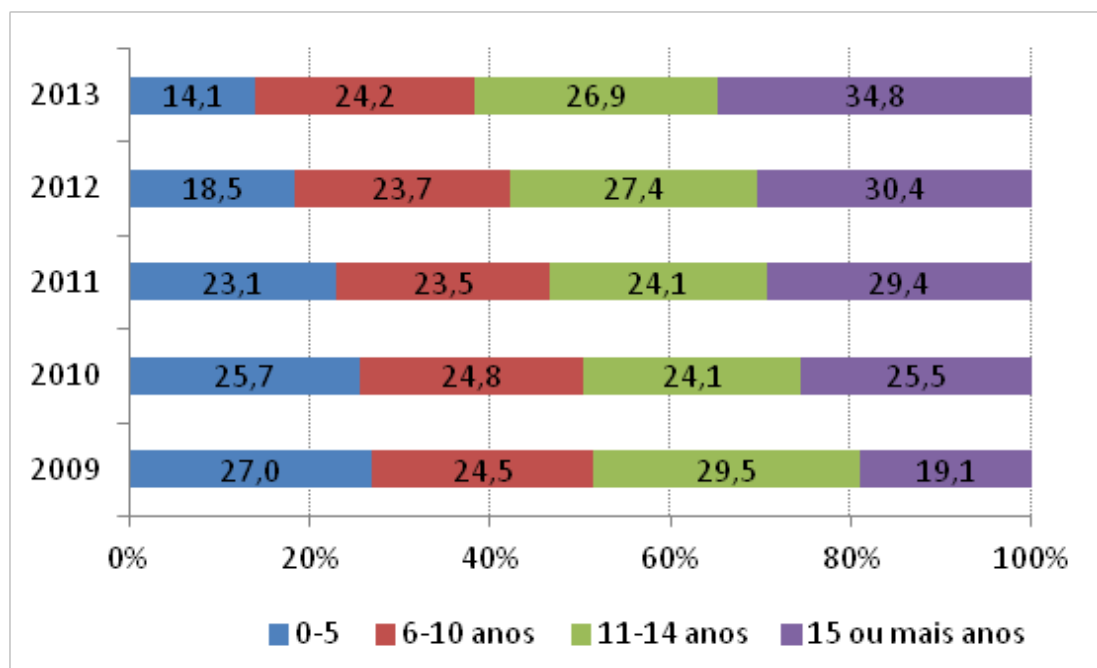
Entre 2009 e 2013, a Comissão registou, por um lado, um aumento do número de crianças acompanhadas com 15 ou mais anos, e, por outro, a redução do número de crianças acompanhadas com idade até cinco anos de idade, como é possível constatar no quadro e gráfico seguintes. Refira-se, também, que o número de crianças acompanhadas no período compreendido entre 2009 e 2013 tem vindo anualmente a sofrer uma redução.

**Quadro 15. Crianças acompanhadas pela CPCJ de Palmela
por grupo etário de 2009 a 2013 (Nº)**

Escalão etário	2009	2010	2011	2012	2013
0-5 anos	140	146	110	85	32
6-10 anos	127	141	112	109	74
11-14 anos	153	137	115	126	61
15 ou mais anos	99	145	140	140	60
Total	519	569	477	460	227

Fonte: CPCJ Palmela

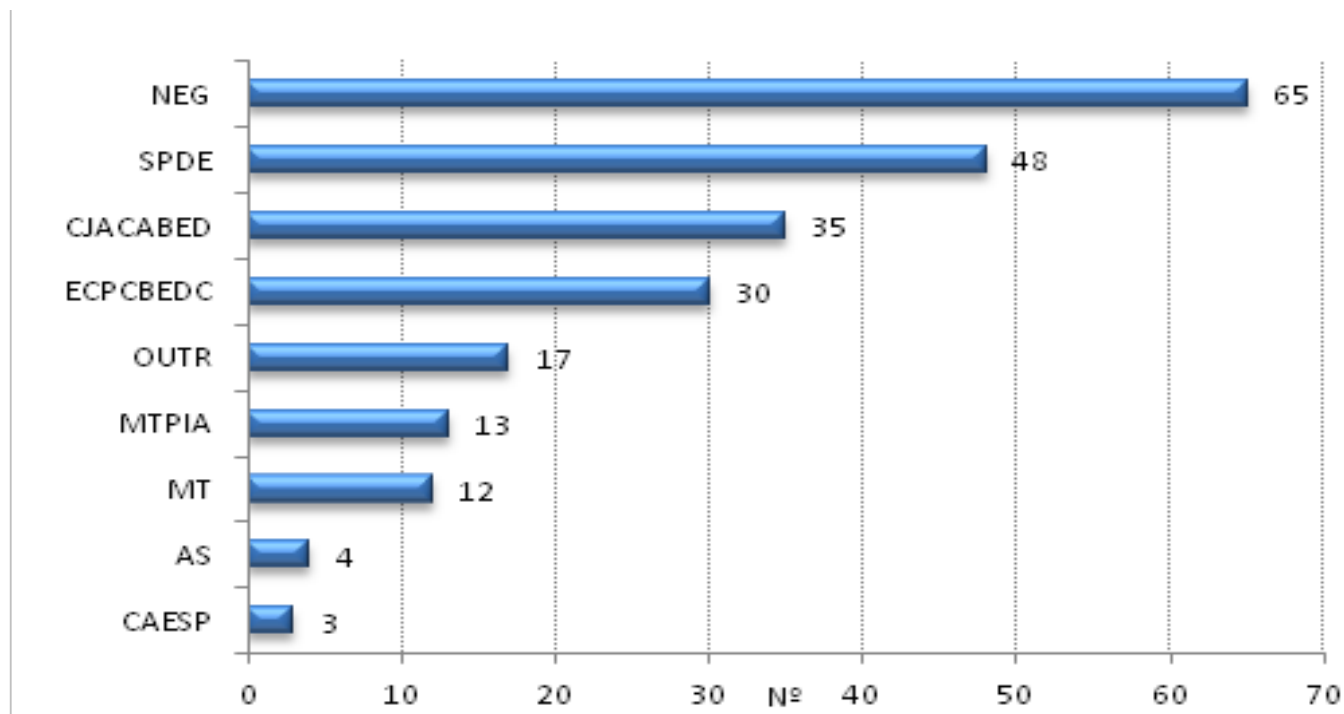
Gráfico 24. Crianças acompanhadas pela CPCJ por grupo etário de 2009 a 2013 (%)



Fonte: CPCJ Palmela

Em relação às sinalizações de crianças e jovens que deram origem a intervenção e acompanhamento da Comissão, refira-se que os motivos³ que estiveram na origem da Intervenção em 2013 (cf. gráfico abaixo) foram sobretudo, a negligência, seguida das “Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação - inclui Insucesso escolar/ Abandono escolar/Absentismo escolar”.

Gráfico 25. Crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ de Palmela por tipo de risco (Nº) 2013



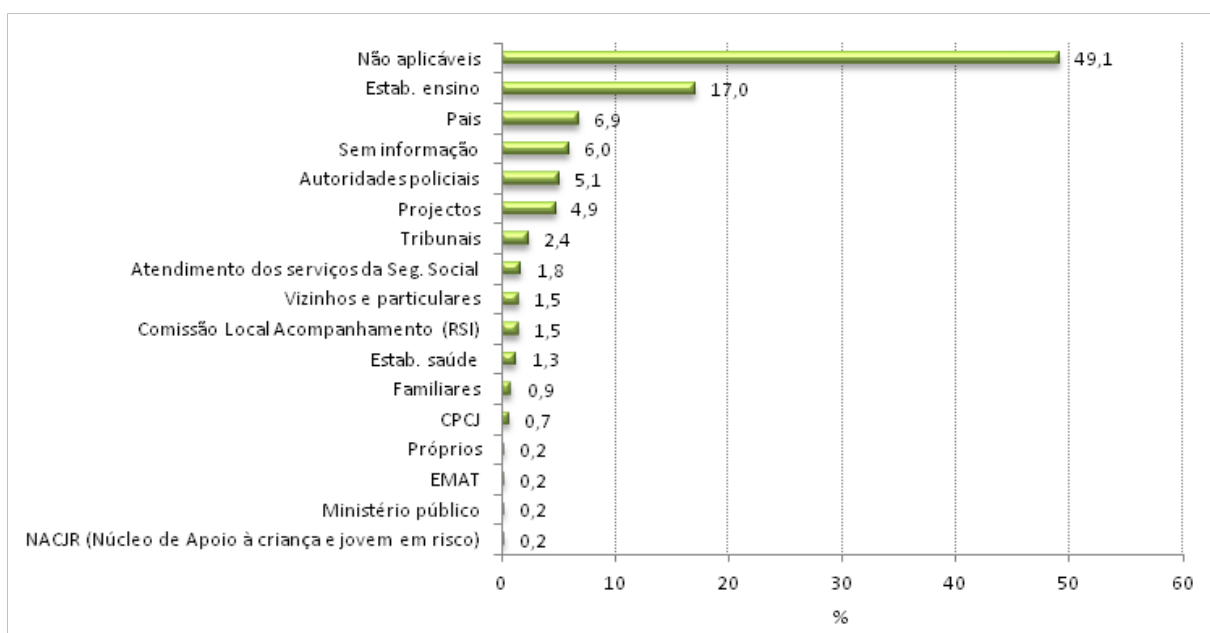
Fonte: CPCJ Palmela

Em relação às situações que deram origem ao acompanhamento da Comissão, as sinalizações tiveram como principais intervenientes os estabelecimento de ensino, as autoridades policiais, pais e familiares e outras Comissões de Proteção de Menores.

³ Em 2011 a tipologia das situações de risco passou a contemplar as seguintes situações:

1. (MT) Maltrato físico.
2. (MTPIA) Maltrato psicológico ou indiferença afetiva.
3. (NEG) Negligência - inclui a nível psicoafectivo/ educativo/ saúde/Falta de supervisão e acompanhamento familiar.
4. (ECPCBEDC) Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança - inclui a Exposição a violência doméstica/Consumo de álcool/Consumo de estupefacientes.
5. (AS) Abuso Sexual.
6. (ETI) - Exploração do trabalho infantil.
7. (MND) – Mendicidade.
8. (PFQC) - Prática de facto qualificada pela lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos.
9. (SPDE)- Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação - inclui Insucesso escolar/Abandono escolar/Absentismo escolar.
10. (CJACABED) - A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada- inclui Consumo de álcool/Consumo de estupefacientes/Comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina/Bullying/ Outros comportamentos.
11. (CAESP) - A criança abandonada ou entregue a si própria - inclui Abandono à nascença ou nos primeiros meses de vida (6 meses)
12. (OUTR) - Outras situações de perigo

Gráfico 26. Participação da situação de risco por entidade sinalizadora (%) - 2013



Fonte: CPCJ Palmela

O que seria importante para a CPCJ ver constar no diagnóstico social de Palmela?

"A nível da violência doméstica se perdemos este recurso, a nível da psicologia, saúde mental são áreas importantes que devem ter respostas locais, o aumento de vagas nas respostas sociais, muitas das vezes existem sempre vagas mas as pessoas não tem rendimentos e por vezes a rede pública não consegue manter.... Todos os projetos a nível da prevenção são muito bem vindos, os que possam beneficiar a comunidade geral, com impactos positivos para as famílias, falta muito trabalho de prevenção, os recursos da saúde são também limitados e são tão importantes.

Com o novo estatuto do aluno, as respostas de formação existem para quem tem o 9º ano e não existem para quem tem o 2º ciclo, temos jovens com 10, 12 anos e outros com 15, 17 que não se integram na escola, levam ao abandono escolar (...)"

Recursos educativos

Enquadrando as competências da educação para o século XXI, organizadas em torno dos pilares *aprender a conhecer - aprender a fazer, - aprender a viver juntos e - aprender a ser*, que integram as quatro áreas do saber das Cidades Educadoras, e consciente que o papel dos Municípios na tarefa educativa é fundamental, e que os cidadãos serão mais participantes, empreendedores e criativos na medida em que esse papel é visível e se reforça na e com a comunidade, a Câmara Municipal de Palmela, promove e apoia anualmente um conjunto diversificado de programas e projetos educativos de iniciativa local.

O *Caderno de Projetos, Recursos e Respostas Sociais Locais*, em elaboração, potencia a promoção destes programas, projetos e ações globais que valorizam a componente formal, informal e não formal da educação ao longo da vida, e que permitem reforçar sentimentos de pertença ao meio, à cultura, aos valores e aos lugares, criam condições que ajudam o cidadão a (re) construir-se e a rever-se como elemento ativo do município e como ator indispensável da democracia participativa.

Apresentam-se, por conseguinte, os projetos e ações agrupados por áreas de interesse que se encontram disponíveis no concelho de Palmela.

AMBIENTE

Compostagem na Escola

O projeto *Compostagem na Escola* pretende sensibilizar crianças e jovens/alunos, professores e colaboradores da escola para a importância da preservação do ambiente, concretamente na vertente da recuperação dos resíduos orgânicos através da regra dos “3 R’s” (Reduzir/Reciclar/Reutilizar), bem como, para a conservação do solo pela utilização de adubos orgânicos. O projeto compreende sessões de sensibilização; oficinas de construção de compostores com materiais reutilizados e acompanhamento do processo de Compostagem.

Percursos Pedestres

Com os Percursos Pedestres pretende-se dar a conhecer, de forma participada, as áreas naturais do concelho, através de caminhadas. Mantendo a preservação do ambiente como «pano de fundo», os Percursos permitem uma aprendizagem pelo contacto direto com a natureza e fomentam o conhecimento do património natural local.

Recurso Maletas Pedagógicas para a Sustentabilidade

As Maletas Pedagógicas servem para disponibilizar materiais de fácil manuseio e reduzido tempo de preparação, aos docentes e educadores, para dinamizar atividades sobre temas relevantes para a Sustentabilidade do Ambiente.

Pretende-se promover a adoção de hábitos mais sustentáveis de utilização dos recursos naturais e gestão de resíduos, na escola e em casa, através do envolvimento prático e ativo das crianças e jovens, bem como das respetivas famílias. Cada maleta pedagógica centra um tema e contém, entre outros elementos, um manual de introdução em forma de apresentação PowerPoint, jogos lúdico-pedagógicos e outros acessórios para dinamização de atividades relacionadas.

Rota dos Óleos Alimentares Usados

O projeto Rota dos óleos alimentares pretende dinamizar e implementar nas escolas, a recolha de óleos alimentares usados (OAU) gerados em casa, através do “oleão” da escola. O objetivo é sensibilizar a comunidade escolar e as famílias para o destino adequado que este resíduo pode ter, ao ser reaproveitado através da sua recolha seletiva.

“Batalha da Energia”

O jogo de computador “Batalha da energia” ensina a poupar energia de modo divertido, dissemina entre os alunos e suas famílias conceitos de eficiência energética e de utilização racional da energia, bem como, a etiqueta energética dos eletrodomésticos.

“Energy Game”

– Campeonato Intermunicipal

O Energy Game é um jogo eletrónico de cariz lúdico-pedagógico, muito animado e divertido, com o qual se pretende transmitir conhecimentos e incutir boas práticas na área da sustentabilidade energética, com especial ênfase no consumo de energia elétrica.

“Ações de Formação para Docentes e Educadores”

Este projeto pretende utilizar o potencial do docente/educador como agente de mudança para a sustentabilidade, sensibilizando e capacitando-os para trabalhar com esta temática, através da realização, em parceria com o Centro de Formação da Ordem de Santiago, de ações de formação acreditadas.

“Curtas da Mobilidade”

– Semana Europeia da Mobilidade (16-22 Set)

Com o objetivo de fomentar a mudança de comportamentos sobre os meios de transporte/mobilidade habitualmente utilizados pela comunidade, para outros “Modos Suaves de Mobilidade Sustentável” (clicável e pedonal), durante a Semana Europeia da Mobilidade está programada a realização de um pequeno festival de cinema, de curtas-metragens, sob este tema. As sessões de cinema poderão ser exibidas em escolas, auditórios municipais, ou outros lugares indicados para o efeito.

ANIMAÇÃO

DO LIVRO E DA LEITURA

Programa de Animação da Leitura 2014/2015

O Programa de Animação da Leitura pretende proporcionar momentos de magia, de alegria e de partilha de valores, às crianças que assistem à HORA DO CONTO na Biblioteca Municipal, bem como, promover o gosto pelos livros, criar e fortalecer hábitos de leitura e a utilização de outros suportes documentais, desde a 1ª infância.

Como instrumento do Projeto Educativo Local (PEL), este Programa, procura estimular a imaginação e o sentido estético literário das crianças e jovens; promover a participação e a promoção social e cultural dos alunos ajudando a enformar os princípios da cidadania.

Ateliê de promoção da leitura para jovens

O Ateliê de promoção da leitura é uma proposta das Bibliotecas Municipais de Palmela às escolas do Concelho para transmitir o gosto pela leitura através de livros e autores da literatura clássica mundial; explorar os conteúdos literários; estimular e desenvolver a capacidade de comunicar, de análise crítica e de utilização correta das linguagens oral e escrita; promover valores e o debate de ideias dentro dos grupos juvenis. Os ateliês têm a duração de 90 minutos.

Serviço de Referência

O Serviço de Referência (difusão seletiva de informação) apoia a pesquisa de informação em qualquer área temática, recorrendo a diversos documentos e suportes, acautelando as questões/pedidos para os quais é necessário material informativo. Este Serviço é um recurso im-

portante para estudantes que assim podem encontrar, na Biblioteca, informações úteis para trabalhos escolares, preparação para provas de avaliação, entre outros.

Serviço de apoio às Bibliotecas Escolares

O Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares é um projeto com o qual se pretende apoiar com recursos (técnicos e materiais) e formação, as bibliotecas escolares de Palmela, para promover um trabalho articulado entre as Bibliotecas Municipais e as escolares.

Este serviço, que pretende vir a facilitar o acesso e a utilização de informação aos estudantes e demais públicos das bibliotecas escolares, bem como, ser um espaço lúdico e de convívio, será mais um recurso importante do Projeto Educativo Local na medida em que pretende proporcionar o desenvolvimento da literacia e da consciência dos papéis sociais dos jovens cidadãos.

Dar de Volta

O projeto intermunicipal “Dar de Volta” consiste numa rede social de partilha que permite, a todos os que necessitam, o acesso aos livros enquanto recursos essenciais de ensino e aprendizagem, instrumentos de valor fundamental para a construção das pessoas e da afirmação social da democracia. Com este projeto que incentiva a cooperação entre famílias e escolas, encorajando a reutilização dos manuais escolares pretende-se, também, contribuir para uma melhor gestão dos rendimentos familiares, por via de uma prática de racionalização e reaproveitamento de recursos; incutir perspetivas ecológicas de preservação do ambiente; combate ao desperdício e proteção dos meios florestais e envolver pessoas e instituições na promoção do empreendedorismo social.

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Março a Partir

O «Março a Partir» é um projeto consolidado de e para a juventude que abrange as diversas áreas de atuação juvenil - desde os desportos radicais, de aventura e natureza, à música, cinema, teatro, dança, artes circenses, tecnologias de informação e preservação do ambiente, entre muitas outras.

Dinamizado em parceria com as associações juvenis, grupos informais de jovens e outras entidades que trabalham com a população juvenil do concelho, o «Março a Partir» é um projeto da Câmara Municipal de Palmela inserido nos princípios de Município/cidade Educador(a).

Integrado no Projeto Educativo Local (PEL), O «Março a Partir» promove a participação ativa dos jovens no associativismo, bem como os princípios da responsabilidade, tolerância, partilha e cooperação, estimulando o seu envolvimento no processo de pensar e organizar programas baseados no seu desejo, visão e vontade de contribuir para um bem comum, desconstruindo a atitude passiva do “mero espectador”.

Reaj

O REAJ é um recurso PEL com o qual se pretende dar ferramentas e motivar os jovens para a aprendizagem e para a procura de emprego, através de pequenas sessões coletivas com a duração de uma hora, abrangendo temas como “Planos de Ação”, “Formação”, “Internet”, “Currículos”, “Cartas”, “Entrevistas”, “Profissões”, “Carreiras Profissionais”. As sessões realizam-se no Centro Recursos para a Juventude (CRJ), ou em qualquer escola do concelho de Palmela.

Portal Juventude Interactiva

Em funcionamento desde Maio de 2003 o objetivo principal do Portal Juventude Interactiva continua a ser a promoção ou divulgação de iniciativas e trabalhos desenvolvidos ao nível local e regional, em áreas de informação que carecem de dinamização na área da juventude. O site encontra-se disponível em www.juventudeinteractiva.org/porta.

Fórum Juventude

O 'Fórum Juventude' é um incentivo à participação cidadã dos jovens dos 15 aos 30 anos, que numa perspectiva educadora queiram expressar as suas opiniões, colaborar e/ou realizar atividades da sua esfera de interesses. O 'Fórum Juventude' pretende, assim, fomentar espaços de partilha, debate, bem como investir em novas metodologias de trabalho com e para os jovens.

Centro de Recursos para a Juventude – CRJ

O Centro de Recursos para a Juventude (CRJ), com lugar em Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, são espaços de convívio, lazer, partilha, participação e de apoio às atividades educativas e académicas e profissionais dos jovens.

Dotada de espaço Internet, centro de documentação e informação juvenil, atelier, espaço polivalente e ponto de atendimento, a rede CRJ, como recurso do PEL, acolhe projetos que podem ser cedidos gratuitamente à comunidade educativa, mediante pedido prévio.

Voluntários Jovens Agir de Corpo Inteiro

'Agir de Corpo Inteiro' é um projeto desenhado para promover e incentivar a cultura do voluntariado nos jovens de Palmela. O objetivo é que os jovens encarem

as necessidades sociais como oportunidades de participação solidária. As ações e bolsas de voluntariado e/ou projetos na área do empreendedorismo social, participação e cidadania, estão disponíveis para consulta digital na página da Câmara Municipal de Palmela «Juventude Interactiva».

“Agir pelos direitos – Eu Participo!”

O projeto “Agir pelos direitos: Eu participo!” realiza-se em parceria entre o Comité Português para a UNICEF e escolas aderentes e define e enquadra o processo de reconhecimento de ENTIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS (EAC) como espaços onde as opiniões, necessidades, prioridades e direitos das crianças/jovens são parte integrante da sua organização.

Projetos:

“Eu participo!” (projetos de turma)

O projeto “Eu Participo” articulado com o Projeto “Poder Local: Eu conheço! Eu Participo!” é desenvolvido no meio escolar e procura proporcionar às crianças e jovens o conhecimento prático da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), a construção de programas que se enquadrem nas suas perspetivas e necessidades, fomentando o direito de participação e o diálogo intergeracional na partilha de ideias e responsabilidades. Com este projeto procura-se uma aproximação ao poder local e a recriação de relações sociais e de poder.

“Poder Local: Eu conheço! Eu Participo”

O projeto “Poder Local: Eu conheço! Eu Participo” compreende um conjunto de atividades que visa dar às crianças informação adequada sobre o poder local, com a demonstração “in loco” da dimensão da gestão pública de uma autarquia.

“Agir pelos direitos: Eu participo!”

O projeto “Agir pelos direitos: Eu participo!” realiza-se em parceria entre o Comité Português para a UNICEF e escolas aderentes e define e enquadra o processo de reconhecimento de ENTIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS (EAC) como espaços onde as opiniões, necessidades, prioridades e direitos das crianças/jovens são parte integrante da sua organização.

DEFESA DO CONSUMIDOR

Projeto “Literacia financeira”

O Projeto de literacia financeira pretende contribuir para um maior nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamento financeiros adequados concorrendo para aumentar o bem-estar dos consumidores e estabilidades do sistema financeiro. O projeto desenrola-se através de pequenas sessões de esclarecimento/informação; podendo haver o recurso a jogos e parcerias externas de acordo com as idades.

Projeto

“Os direitos dos consumidores”

O projeto subordinado ao tema dos direitos dos consumidores pretende contribuir para que todos os cidadãos conheçam os seus direitos e os seus deveres enquanto consumidores em Portugal e na União Europeia com vista a uma sociedade equilibrada e assente em valores de cidadania ativa numa sustentabilidade global.

Muitos consumidores desconhecem os seus direitos mais básicos. A legislação europeia e nacional garante-lhes um tratamento justo, a informação adequada e a possibilidade de fazer valer os seus direitos se algo correr mal.

As atividades propostas consistem em pequenas sessões de sensibilização/formação com recurso a matérias

disponibilizados pela EU e /ou parceiros externos.

Projeto “gerir o orçamento familiar sem derrapar”

O projeto gerir o orçamento familiar pretende uma reflexão sobre as escolhas que fazemos e as consequências que têm numa altura importante da vida em que não se tem muito dinheiro. É importante saber fazer um orçamento: prever despesas em função dos rendimentos existentes do agregado familiar. Desta forma o consumidor poderá estimar realmente os seus gastos diários e redefinir as suas necessidades e até alterar os seus hábitos de forma a gastar menos e poder constituir uma poupança. A dinamização deste projeto assenta em ações de formação/ sensibilização.

DESPORTO

Aprender a Nadar

Realizado em parceria com a Palmela Desporto, E.M., o Aprender a Nadar promove a igualdade de oportunidades na aprendizagem da Natação, dando cumprimento às orientações programáticas curriculares da Expressão e Educação Físico-Motora, no Bloco de Natação. Consiste na realização de 10 aulas de adaptação ao meio aquático, nas Piscinas Municipais de Palmela e Pinhal Novo. O município assegura o transporte dos alunos para as piscinas municipais e a empresa municipal garante a condução do processo ensino-aprendizagem e a oferta de uma touca por aluno.

Jogos Desportivos Escolares

Os Jogos Desportivos Escolares caracterizam-se por ser um programa organizado conjuntamente entre a Câmara Municipal de Palmela, as Escolas Básicas Hermenegildo Capelo, em Palmela, José Maria dos Santos, em

Pinhal Novo, José Saramago, em Poceirão, e as Escolas Secundárias de Palmela e Pinhal Novo, consistem na organização e realização de competições em diversas modalidades desportivas individuais e coletivas divididas pela Fase Intraescola e na Fase Inter-escolas.

Jogos Tradicionais

Os Jogos Tradicionais são constituídos por um conjunto de recursos materiais indicados e disponíveis para o desenvolvimento de atividades lúdico-motoras, bem como, para o enriquecimento das atividades curriculares e/ou extracurriculares da rede escolar do concelho de Palmela. Como instrumento do PEL, os “Jogos Tradicionais” pretendem promover o conhecimento e a divulgação do património cultural português, onde, de forma lúdica, se conjuga o presente com o passado. Entre vivências e prazer, quem joga, explora as habilidades motoras associadas à sua prática.

EDUCAÇÃO PELA ARTE

Projeto Fantasiarte

Promover a Educação pela Arte em Palmela, aspirando desenvolver o sentido estético, estimular a criatividade, o espírito crítico e reflexivo das crianças e jovens do Concelho é o desafio do FANTASIARTE. Utilizando a arte como instrumento de cidadania, o Fantasiarte integra o Projeto Educativo Local (PEL) ao estimular e apoiar a construção de programas artísticos que fomentem a criatividade e o contacto com diversas capacidades expressivas, bem como, o acesso a diversas linguagens artísticas, vertentes expressivas, experimentação e contacto com criadores. Através da ESCOLA as crianças e os jovens oferecem à comunidade um conjunto de programas artísticos elaborados ao longo do ano e apresentados durante as Festas Fantasiarte.

Festas Fantasiarte

Apresentação de programas artísticos desenvolvidos, ao longo do ano, pelas crianças e jovens com os professores, educadores, animadores e pais / encarregados de educação e com o apoio técnico e logístico da Câmara Municipal de Palmela.

Casa de Expressões Fantasiarte

A Casa de expressões Fantasiarte é um equipamento municipal para apoio e promoção da Educação pela Arte no concelho de Palmela, acolhendo atividades formativas, recreativas e de investigação para as expressões artísticas, integradas no projeto Fantasiarte e/ou provenientes da Comunidade Educativa Local, que se enquadram nos princípios da Educação pela Arte. Como um recurso PEL, a Casa de Expressões Fantasiarte traduz-se num contributo para potenciar os materiais pedagógicos e artísticos do Projeto Fantasiarte e dos Serviços Educativos Municipais e é um lugar onde podem acontecer atividades programadas de formação, de fruição, de experimentação e criação, bem como, pequenos espetáculos e animações com a comunidade educativa local.

PATRIMÓNIO

Palmela: um concelho, um museu

Tendo como ponto de partida a nossa história, propõe-se um conjunto de atividades e de recursos que fomentam a descoberta do património cultural do concelho, e as identidades a ele associadas (Extensões museológicas, Museu vai à escola, Recursos Pedagógicos / Maletas Pedagógicas, Exposições itinerantes). Como um instrumento do PEL, este conjunto de atividades promove o melhor conhecimento do concelho, a sensibilização para a importância da conservação e salvaguarda do património cultural, o estímulo à criação de laços entre

a comunidade e o seu território e a participação e promoção social e cultural dos alunos, contribuindo para enformar a sua cidadania.

SEGURANÇA

Academia de Proteção Civil

A Academia de Proteção Civil é um projeto do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) com o qual se pretende realizar e desenvolver ações de formação e sensibilização junto da comunidade educativa, nas áreas de primeiros socorros, manuseamento de extintores e medidas de autoproteção, com o objetivo de dotar o corpo docente e auxiliares de educação das ferramentas de segurança adequadas ao ambiente escolar, ao mesmo tempo que se tenta inculcar uma cultura de segurança a partir da escola.

Em síntese:

Crescimento da população com menos de 15 anos, o que corresponde a uma recuperação face aos períodos anteriores. Verificou-se um aumento de crianças até aos 4 anos o que revela um aumento da natalidade, principalmente nas freguesias de Pinhal Novo e de Quinta do Anjo.

Diminuição da percentagem de jovens com idades entre os 15 e os 19 anos.

Forte crescimento de jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, provavelmente devido a atração de novos residentes, nas freguesias de Quinta do Anjo e Pinhal Novo.

Distribuição da rede de estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários, de acordo com as características do território, estando concentrada em maior número nas freguesias do Pinhal Novo e Palmela.

Dispersão da população no território a qual favorece si-

tuações de isolamento nas crianças e jovens, principalmente daquelas que vivem nas zonas rurais, condição que se acentua nas interrupções letivas.

Continuação dos problemas de absentismo e abandono escolar, bem como comportamentos de risco, permanecendo a necessidade de respostas eficazes a este nível (formativas, entre outras).

Déficit nas respostas formativas para os jovens que se encontram em situação de maior vulnerabilidade e exclusão (PIEF e outros).

Diversidade de estruturas com intervenção na área da promoção da integração de crianças e jovens (Conselho Municipal de Educação, instalação do Conselho Municipal de Juventude, Comissão de Proteção de Crianças e jovens) que se constituem como um recurso importante para a promoção da inclusão social destes grupos.

Emergência do PEL – Projeto Educativo Local como um importante recurso para a consolidação de um município educador.

Grupo Focal

De acordo com a metodologia adotada, foram realizadas sessões de grupos focais com o objetivo de abordar crianças e jovens do concelho auscultando as suas opiniões sobre o seu quotidiano e necessidades. Assim, foram realizadas três sessões com crianças de escolas do 1º ciclo, duas sessões com adolescentes do 2º ciclo e uma sessão com os que frequentam o ensino secundário, tendo sido abrangidos cerca de 80 crianças e jovens, de zonas rurais e urbanas. Com registos diferenciados tendo em conta a diversidade dos participantes, as sessões foram conduzidas em tornos de temas, designadamente, a escola, a família, e o quotidiano, promovendo, sempre que possível uma discussão sobre as expetativas, necessidades e vontades.

Crianças de 1º ciclo das Escolas Básicas de Palhota, Batudes e Palmela

“Gostávamos de estar o dia todo na Escola se fosse para brincar”

Criança da Escola de Batudes

Escola

Todas as crianças, de uma forma geral, acham que passam demasiado tempo na escola. Mencionam a necessidade da diminuição das horas em sala de aula, o aumento do tempo de recreio e a redução de dias na escola. Manifestam, claramente, a falta que sentem de tempo para brincar - os recreios passam depressa e as aulas obrigam a estar muito tempo parados e atentos. A mudança da utilização do tempo que ocorre em jardim-de-infância e na escola é claramente diferente.

No entanto, identificam a importância de aprender (uns mais que outros) e gostam de estar na escola e na sala de aula mas o tempo devia parar para poder brincar.

“Gostava que fosse o pré-escolar para poder brincar.”

“Ter mais recreio.”

“Estar na escola às vezes é cansativo (quando chove) outras divertido (quando está sol).”

“A melhor coisa de escola é o intervalo.”

“Se a gente nascesse esperto era melhor.”

Pistas para reflexão:

- Será este só um assunto de escola ou poderá ser um assunto da comunidade educativa (a qual inclui os vários atores educativos da cidade)? A solução está em deixar para a escola resolver ou poderá existir um apoio de outros atores, colaborando com os profissionais desta instituição? O que se está a fazer com as atividades de enriquecimento curricular que se orientam pelos mesmos modelos de estruturação de ensino aprendizagem? Pode-se fazer diferente? Quer-se arriscar?
- Este é um assunto que deve ser partilhado com o processo participativo que vai iniciar – Projeto Educativo Local. E as soluções deveriam ser vistas, através de uma metodologia participativa, que reunisse elementos das escolas, instituições locais de respostas educativas, famílias e crianças.

Casa

De uma forma geral, as crianças apresentam cada vez mais indicadores de autonomia /independência, revelados pelos momentos que ficam sozinhos em casa (pequenas deslocações dos pais ao supermercado, café...) ou de tratar das suas refeições (não só o pequeno almoço e lanche, mas em alguns casos do próprio almoço), e de deslocação até alguns pontos perto de casa (ir à mercearia, ir até a casa do avô, ir até à senhora idosa de que é amigo...).

“A minha mãe às vezes vai levar o mano ao futebol e eu fico sozinho”.

“Se alguém bate à porta não é a mãe porque a mãe tem a chave e eu não abro a porta”.

“Fui ao Lidl a pé, mas a mãe ficou sempre a olhar o relógio.”

“Só uma vez fui à mercearia de bicicleta”.

“No fim-de-semana sou eu que preparo o pequeno-almoço mas durante a semana são os pais”

Na relação com os pais, manifestam sempre a “chatice” de passar tempo com eles revelando as pequenas zangas e desacordos de brincadeiras e gestão de tempos familiares. No entanto, é clarificador o desejo de maior parte poder mudar o horário dos pais de forma a permitir que estes chegassem mais cedo ou entrassem mais tarde no trabalho. ... para poderem brincar, para escolherem as brincadeiras e os pais permitirem momentos em que voltam a ser crianças. Referem também o desejo de que os pais pudessem ganhar mais dinheiro, não por apresentarem necessidades primárias (roupa, comida,...) mas para adquirirem materiais informáticos que lhes permitem brincar. Estamos de facto perante uma nova geração onde o brinquedo mais tradicional é substituído por jogos virtuais e conversas em rede à distância. E é com esse facto que temos de lidar.

“Para a mãe não a chatear sai e vai passear o cão”

“Querida que os pais não dormissem tanto tempo. Quando é tarde os pais ainda estão a dormir.”

“O pai só estava ao telemóvel e eu atirei-o ao rio, outra vez pus o comando no copo da água por o pai não lhe dar atenção.”

“A minha mãe fica agarrada ao ferro”.

“A minha mãe nunca brinca, ou faz o jantar ou outras coisas”

Às vezes gostava de estar com o pai e a mãe, mas eles estão a trabalhar. Têm só o cão para brincar.”

“Os pais estão sempre a trabalhar para sustentar a família toda.”

Uma outra realidade completamente assumida por todos, já que não é nada fora do normal, é a existência de muitos pais separados. Isso mexe claramente com a rotina deles.

É em casa que são usualmente desfrutados os tempos livres e mencionam-se atividades como: ver televisão, brincar com os animais, jogar computador.

“No fim-de-semana fico em casa e jogo consola”

“Em casa às vezes brinco outras vezes faço desenhos.”

“No fim-de-semana, faço logo os TPC na sexta, sábado brinco à bola e no domingo vou ver um filme.”

“Quando saio da escola vou para a casa”

Pistas para reflexão:

- De que forma permitimos, enquanto agentes educativos, criar situações que levem os pais a serem também crianças? Apostamos em atividades conjuntas? Ou só existem atividades por faixas etárias? Era interessante articular esta questão também com uma metodologia participativa envolvendo pais/famílias.

Rua

Apesar de alguma independência nas deslocações na rua como mencionado no item casa, as crianças parecem revelar pouca relação com esta em termos de brincadeira e encontro com o seu par ou de relação com familiares. A rua não tem muita expressão na socialização e vivência de rotinas.

Passeia-se com a família, aos fins-de-semana focam-se mais deslocações a centros comerciais, museus, estruturas fixas com programação específica.

Os encontros com outras crianças acontecem quando existem festas de aniversários, quando surgem dentro de atividades programadas (futebol, musica...). Não se revela novamente algum destaque a brincadeiras de rua.

Nestas conversas também não foram muito mencionados equipamentos da cidade que normalmente têm programações aos fins-de-semana.

As crianças identificam a sua vida como muito ocupada e pouco tempo livre.

“Aos fins-de-semana saio de casa para alguma festa de aniversário.”

“Gosta de passear o cão mas não tem tempo.”

“Aos fins-de-semana vejo televisão”

“Nas férias de verão vou com o meu pai para Arganil, é muito bom”

“Nas férias a minha mãe aluga um hotel ao pé da praia com piscina”

Pistas de reflexão:

- Será esta relação pouco presente com a rua, uma questão cultural /geracional? Seria interessante perceber se existe um desejo maior de apropriação do espaço físico da rua ou não?
- Parece existir desconhecimento por parte das crianças da programação e outros equipamentos da comunidade (retirando os que praticam futebol nas associações...) que “concorrem” para a ocupação dos tempos livres. E porque se quer ocupar os tempos livres?
- Os tempos livres são, de facto, um assunto interessante a desenvolver de forma a averiguar o que verdadeiramente consideram como tempos livres. As atividades que têm depois das escolas ou ao fim de semana não são propriamente consideradas como atividades de tempos livres.
 - Porque se insiste nestas atividades tão organizadas e não no aproveitamento da brincadeira livre e intergeracional para promoção do desenvolvimento cognitivo, social, emocional? Se a rua estivesse or-

ganizada em espaços livres intergeracionais onde as brincadeiras se podem cruzar... Como se planifica nós a cidade? Ela educa nessa planificação? Novamente a interligação com o processo participativo Projeto Educativo Local.

Adolescentes da Escola Básica 2º e 3º ciclo Hermenegildo Capelo

“esta turma é diferente das outras de 5º e 6ºano, porque somos mais burros... estamos num curso em que ninguém se porta bem...”

Aluno do Curso Vocacional de Multimédia

Grupo 1

Rotina diária

A rotina diária não é apresentada com grande entusiasmo – “casa, escola, casa” - e reforçam aquilo que pensam que esperamos ouvir – fins-de-semana a “passear, fazer porcarias, a andar à porrada”, “fumar, beber...”. A sua rotina é associada à imagem que têm, que lhes é dada ou que querem ter – são respeitados porque “dão porrada” nos outros.

Quando foi possível aprofundar um pouco mais e conseguiu-se escutá-los é visível que estes são adolescentes como todos os outros e que gostam também de “jogar como crianças”, “ficar a dormir”, vêem “alguns professores como chatos e sentem que não têm liberdade”. É uma rotina carregada de expetativas negativas, mas escondem os desejos normais de qualquer adolescente.

A escola é um “espaço chato”, com professores que lhes retiram a liberdade e onde são identificados como “burros” ou como o grupo que se porta mal. Esta identificação não é explícita por alguém em específico mas é o que estes adolescentes verbalizam.

Fazendo um jogo de palavras com este grupo é possível encontrar algumas mais presentes: “fazer porcarias, fumar, amigos, porrada, liberdade”. Esta última palavra é reforçada pela ideia de que sentem que não são escutados e que as suas opiniões sobre as regras e consequências resultantes da sua quebra poderiam ter mais efeito do que as impostas pelos adultos que os querem controlar e moldar. A revolta, os comportamentos agressivos, reforçam-se e crescem, alimentam-se. E eles têm consciência disso mas não sabem como parar e mencionam (tanto nos desenhos como nas palavras) o fumar e as drogas como forma de aliviar o stress e esquecer as coisas más que sentem, ouvem ou dizem.

Expetativas

Perante a pergunta onde achas que estarás no próximo ano, alguns mencionam terminar o curso. Esses, nas expetativas do que gostariam de ser no futuro, mencionam coisas específicas que lhes trazem gratidão e prazer: educadora, lutadora de boxe (a sensação de forte e superação), tropa. Outros, apesar de ainda não saberem que profissão ou curso vão fazer, sabem que é esse o caminho que hoje querem.

Outros, mencionam expectativas que os mantêm ligados ao que acham que são ou ao que acham que os outros esperam que eles sejam, perpetuando essa imagem: “traficante de droga, debaixo da ponte, mudar de escola porque portei-me mal...”

Pistas para reflexão:

- Contactando com aqueles adolescentes e recordando a decisão de escutar grupos heterogéneos de crianças, através desta metodologia, surge o confronto com aquilo que é a programação e com o facto de se centrar no “espectro normal da população”.
- De que forma, o território responde a estes comportamentos? Reforça-os? É possível identificar os handicaps de quem trabalha com estes jovens e dar ferramentas técnicas e emocionais a quem trabalha com eles diretamente? Que ação integrada existe? Que apoio é dado (a quem trabalha com eles)? Seria interessante sentar com quem trabalha com estes jovens e confrontar necessidades – pessoais e profissionais – para que o seu trabalho seja realizado.
- Como trabalhar o “empoderamento” destes jovens no exercício dos seus direitos, consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança?

Grupo 2

Escola

Com este grupo não se aprofundou o tema escola e a conversa fluiu mais sobre a sua rotina relacionada com o espaço casa e família e o espaço rua e atividades extra. No entanto, percebe-se que a escola representa o local onde têm tempo para “simplesmente estar” com os amigos, a falar. Os tempos estão demasiado organizados e apesar de estarem com os amigos, não têm o tempo livre “de estar”. De qualquer forma, adorariam que os intervalos da escola fossem maiores.

Um outro ponto a salientar é a deslocação casa-escola-casa que é feita, maioritariamente, com o acompanhamento do pai ou da mãe. Quando a escola termina, os jovens ou deslocam-se para atividades extra em locais perto ou ficam com familiares de apoio, nomeadamente, avós.

Casa

Em casa, durante a semana entre o tempo que terminam a escola e se deitam, apresentam várias rotinas: alguns ainda participam em atividades no final do dia (ex: Basquetebol...), outros simplesmente estão em casa a estudar, a ver televisão ou no facebook. De uma forma geral, sentem que passam demasiado tempo no facebook e, por vezes, manifestam algum aborrecimento por isso acontecer. No entanto, é uma forma que encontram para “simplesmente estar” com os amigos, continuando as relações sociais e aumentando as redes /capital social...

Durante os fins-de-semana, alguns ainda têm atividades organizadas (ex: música, desporto...), principalmente ao sábado. O resto destes dias passam maioritariamente em família, visitando familiares, fa-

zendo o programa definido pelos pais (muitas vezes ocupando o tempo com o que precisam de fazer – supermercado, compras em centro comercial, ...) ou simplesmente, estando em casa. Normalmente não se encontram com os amigos, por questões de transporte ou porque os pais querem estar com eles. Mas gostavam de estar mais com os amigos durante o fim-de-semana.

Neste “estar” com os pais, consideram que deviam ter mais poder de decisão ou que, simplesmente, os pais os escutassem. Estar com eles é “uma seca”. Mas perguntando-lhes o que poderia ser divertido fazer com os pais, é perceptível na postura corporal e facial que esse é também um desejo deles. Se pudessem definiam o programa que podia simplesmente passar por ser: ver filmes, ir à feira popular, comer algodão doce...

Rua

Todo o seu tempo está organizado e a sua passagem pela “rua” ou recursos locais estão definidos pela sua rotina de atividades extra. Não têm tempo para escolherem os locais que frequentam ou para se deslocarem pela rua, cidade. E no tempo livre de fim-de-semana, este é organizado pelos pais e quando se deslocam a algum lado, numa espécie de visita cultural, são outros os locais que conhecem e não o território onde vivem.

É claro o desconhecimento que têm dos recursos locais, como por exemplo Centro de Recursos para a Juventude e outros espaços culturais como o Castelo de Palmela (este sabem que existem mas não vão lá... ou nunca foram lá), e outros do concelho. Aliado a este desconhecimento, ou até justificado por ele, o interesse é maior em conhecer o exterior do que algo que lhes é próximo. Não mencionam muitas deslocações para o concelho vizinho (Setúbal), o que também é curioso.

Pistas para reflexão:

- Que espaços no território (Palmela) permitem a segurança de simplesmente estar, com os amigos e outros? Como podem se promovidos? Ou só são promovidos espaços de e com atividades?
- Que aprendizagem e apropriação fazem os jovens deste território? Como contribuem os jovens para esta promoção ou para esta apropriação podendo trazer novos significados para a cidade ou partes da cidade? Que trabalho é realizado para esta apropriação?

Adolescentes da Escola Básica 2º e 3º ciclo José Saramago

“A Universidade fica longe, não há transporte...”

Aluno da Escola Básica 2º e 3º Ciclo José Saramago

O grupo foi composto por jovens com idades superiores ao previsto para o ano de frequência. No grupo, dois jovens tinham a idade adequada ao ano escolar, sendo os restantes mais velhos. As visões são substancialmente distintas entre estas duas faixas etárias.

Escola

Gostam da escola e gostam dos tempos livres que servem essencialmente “para estar, conversar”. É uma escola que “dá tempo” (isto deve-se ao facto de terem de adequar o horário escolar ao horário de transportes).

Existem clubes (na escola) que gostam mas valorizam mais o tempo que podem passar livre com os amigos no “simplesmente estar”. Sentem que a sua opinião é, por vezes escutada, e referem que a relação com os professores e diretores é boa mas nem todas as decisões tomadas pelos adultos são compreendidas.

“O autocarro é muito cedo e ainda tenho que me deslocar até à paragem de bicicleta que depois guardo em casa de uma pessoa amiga.”

“Vou para o trabalho da minha mãe nos correios do Poceirão e fico lá até ela sair.”

“Passamos pouco tempo em casa, estamos sempre na escola menos à 4ª feira de tarde.”

Casa

As famílias são referências muito fortes para estes jovens:

“...os pai , pois, lutaram por mim.”

“...a minha mãe e os meus irmãos são as minhas bases.”

Rua

Estes jovens identificam-se com a terra, gostam de lá viver e não querem sair de lá. No entanto, consideram que as condições de vida deviam ser melhoradas em áreas como: apoio a deslocações, mais atividades para os jovens nas associações locais, mudavam as direções destas associações que mantêm as mesmas pessoas durante anos, existirem mais ginásios,...

Perante o problema de inexistência de uma rede de transportes adequada, apoiam-se em boleias de amigos e familiares amigos.

Além da falta de atividades para jovens proporcionadas pelas associações, este grupo aponta outros handicaps do território, nomeadamente a inexistência de atividades de férias para estas idades. Mencionam o Centro Comunitário de Cajados como solução para os dias da semana à tarde em que não têm aulas.

Apresentam uma grande ligação com Setúbal onde procuram, maioritariamente, atividades que não encontram no território (ex: ginásio, atividades de verão...).

“Muitas coisas não acontecem por falta de transporte.”

“Nas férias não faço nada há falta de dinheiro, por isso...”

“Podes ir para as Caritas elas levam-nos à praia e vão-nos buscar a casa e tudo, não se paga.”

“No Verão deveria haver mais atividades para nós.”

“Deviam fazer um parque nas Lagameças como o que fizeram para os Idosos aqui no Poceirão, quando nos queremos juntar uns com os outros temos que ir para os cafés.”

Pistas para reflexão:

- No nosso trabalho com associações e outros grupos organizados, como é possível promover a adequação das suas atividades para este tipo de público? Ou como fomentar e “insistir” em escutar ou fazer ouvir a voz destes jovens?

Adolescentes da Escola Secundária de Palmela

“Devia haver mais atividades de desportos radicais com o que a natureza oferece, uma ciclovia....”

Aluno da escola Secundária de Palmela

O grupo focal dos jovens procurou averiguar, através da análise das rotinas diárias dos jovens, como são as deslocações, a ocupação dos tempos livres (férias e fins-de-semana), como avaliam a escola e a família enquanto promotores do seu bem estar, e ainda quais os interesses e as necessidades dos jovens deste Concelho. Numa lógica de participação pediu-se, ainda, a colaboração dos mesmos na apresentação de propostas de ações a tomar perante os obstáculos e as dificuldades sentidas na sua condição enquanto residentes no Concelho de Palmela.

Esta sessão decorreu na Escola Secundária de Palmela e estiveram presentes 12 jovens de características heterogéneas, ou seja, sexos, idades, freguesias e estratos sociais distintos.

Deslocações

No diz respeito à forma como se deslocam de casa para a escola, a maioria referiu utilizar o autocarro. Contudo, houve ainda informação de outros alunos a mencionarem o carro dos pais e outros a pé. Quanto à questão relacionada com os transportes públicos, e se o transporte respondia às necessidades, foram unânimes em evidenciar a dificuldade existente na conciliação entre os horários dos autocarros e os horários da escola:

“O horário dos transportes do Pinhal Novo para Palmela é muito demorado, só há autocarro de hora a hora”.

“Os transportes pioraram porque é difícil conciliar com a escola”.

“Apanhamos o autocarro às 8h15 e chegamos atrasados às aulas, porque só temos autocarro uma hora antes”.

“Devia existir um horário de transporte às 13h30 e outro às 18h30”; “Antes existia uma urbana que fazia transporte”.

Pistas para reflexão:

- Parece clara uma desadequação na resposta dada pela rede rodoviária. O que resta fazer neste âmbito? Como sensibilizar estes agentes em matéria de transportes para as necessidades já tão debatidas com os quais se defrontam, não só os jovens, mas todos os munícipes deste Concelho?

Alimentação

Relativamente à alimentação foi mencionado pela maioria que almoçam fora da escola. De uma forma geral referiram que não gostam de comer na escola:

“Não gosto de alguma comida”

“Existe pouca variedade, muito peixe e pouca carne ”

Pistas para reflexão:

- Sabendo que a alimentação é uma questão essencial na promoção de hábitos de vida saudável, como conseguir proporcionar as respostas adequadas indo ao encontro dos gostos dos jovens?

Ocupação dos tempos livres

A ocupação dos tempos livres é exercida por alguns em conjunto com os seus amigos, por outros em atividades desportivas como o “Bodyboard” e outros ocupam o seu tempo de forma individual, “navegando na internet”.

Estes jovens no geral manifestaram o gosto por atividades de entretenimento noturno em Palmela. Salientaram, contudo, não haver muita oferta a esse nível no Concelho o que obriga deslocações para Setúbal. Consideraram que deveria haver locais mais disponíveis e com horários compatíveis para esses momentos:

“deveria haver mais cafés abertos de noite com música ao vivo”.

“Poderiam criar discotecas e criação de mais zonas desportivas, com cestos de basquete, rampas de skate, etc.”

“As atividades atuais que desenvolvem para os jovens são pouco evoluídas, como é o caso do Março a partir e deveriam investir mais no Verão, com festivais por exemplo”.

Pistas para reflexão:

- Mais uma vez se deve questionar se o que se dinamiza em prol dos jovens é adequado a estes? As atividades desenvolvidas vão na realidade ao encontro do desejado?

Escola

Este espaço é encarado como um lugar que proporciona poucas atividades de ocupação de tempos livres. Neste aspeto só destacaram a existência de internet. Por outro lado, consideraram que o ginásio podia ser melhorado e propuseram ações mais dinâmicas

“...ao nível da informática, workshops, rappel, grafitis, etc”. Salientaram ainda outra necessidade ao nível do apoio da escola quando ocorre um acidente com um aluno por falta de meios humanos e técnicos.

Pistas para reflexão:

- Será que o espaço escola e as ofertas que esta Entidade proporciona são adequadas às reais necessidades futuras dos jovens?
- Estamos na realidade a fomentar uma Escola para futuros adultos? Será que se está a conseguir capacitá-los para as exigências que um futuro sempre em devir irá exigir?

2. Trabalho e atividade

Nota introdutória

Por pertinência do tema em causa, considera-se essencial prefaciar a Constituição Portuguesa, na sua VII Revisão Constitucional (2005), no seu Art.58, “todos têm direito ao trabalho” e incumbe ao Estado assegurar esse direito. Deve, com esse intuito, promover “a execução de políticas de pleno emprego; a igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais assim como deve fomentar a formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores.”

O trabalho tem, por ser um direito constitucional, um regime jurídico atribuído que o regula, nomeadamente a Lei 7/2009 de 12 de fevereiro, retificada, posteriormente, com a Lei 53/2011 de 14 de outubro, como sendo a segunda lei de alteração ao Código de Trabalho, que estabelece um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação do contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho. Posteriormente, mais recente, surgem novas alterações como a Lei 23/2012 de 25 de junho, que procede à terceira alteração do Diploma inicial de 12 de fevereiro de 2009. Embora se possa concluir que estes Diplomas incidam na regulamentação do trabalho e no direito dos trabalhadores, pode-se, contudo, realçar que nem todos estes conferem a manutenção e perpetuação de um trabalho para a vida, tendo em conta as alterações conjunturais.

Por assim ser, em antítese ao direito assegurado a um trabalho surge o desemprego e todas as consequências que a este estão associadas. Todavia, há que ressaltar a presença do Estado e a forma como este tenta colmatar este flagelo social. De acordo com o Art.º 50 da Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro) seja pelo Sistema da Previdência que, “... visa garantir, assente no princípio de solidariedade de

base profissional, prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas” e, de acordo com o Art.55, apresente as condições gerais de acesso à proteção social garantida pelos regimes do sistema previdencial, como sejam, “a inscrição e o cumprimento da obrigação contributiva dos trabalhadores e, quando for caso disso, das respetivas entidades empregadoras”. Seja, pelo Sistema de proteção social de cidadania, subsistema da solidariedade, que em presença da “insuficiência das prestações substitutivas dos rendimentos do trabalho ou da carreira contributiva dos beneficiários” (alínea e do nº 1 do Art.38 da Lei de B.S.S), concretiza-se através da concessão da prestação de subsídio social de desemprego.

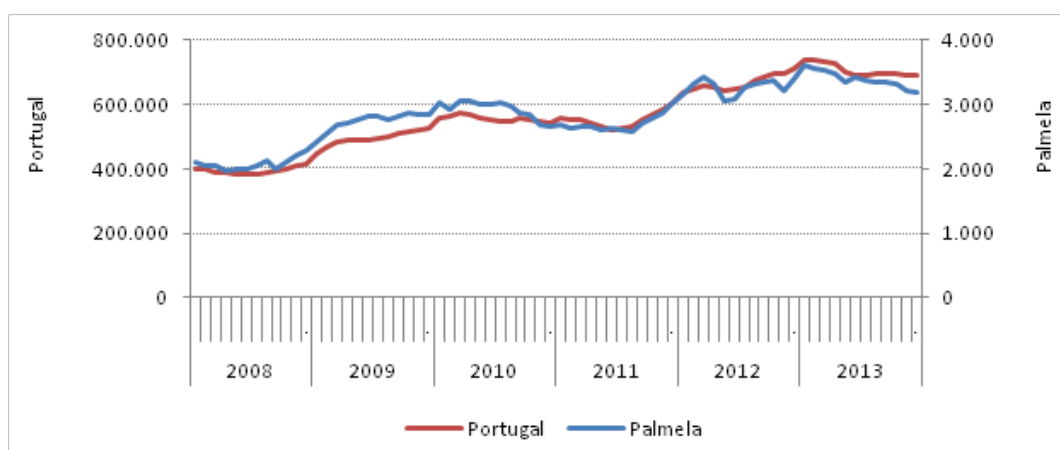
Refira-se, também, pelo seu papel fundamental a nível nacional, todo o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP). Este é um “serviço público de emprego nacional e tem como missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução das políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional”.

O IEFP, IP, criado em 1979, é um Instituto Público com autonomia administrativa e financeira, Tutelado pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Para cumprimento da sua missão dispõe de serviços desconcentrados e de uma estrutura que apoia todos os seus utentes no território nacional. Com uma gestão tripartida, conta com a representação dos Parceiros Sociais, com assento efetivo na Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social, no Conselho de Administração, nos Conselhos Consultivos Regionais e nos Conselhos Consultivos dos Centros de Emprego e Formação Profissional e do Centro de Formação e Reabilitação Profissional. Com um conjunto alargado de medidas e programas, dirigidos a diferentes públicos apresenta-se como um parceiro chave na promoção do emprego e da empregabilidade.

Informação estatística

No período de vigência do Plano de Desenvolvimento Social 2009-2013, o desemprego agravou-se, em especial a partir de finais de 2011. Esta tendência afetou do mesmo modo tanto o concelho de Palmela como o território nacional no seu todo, como é bem visível na quase sobreposição das séries que ilustram a evolução recente do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

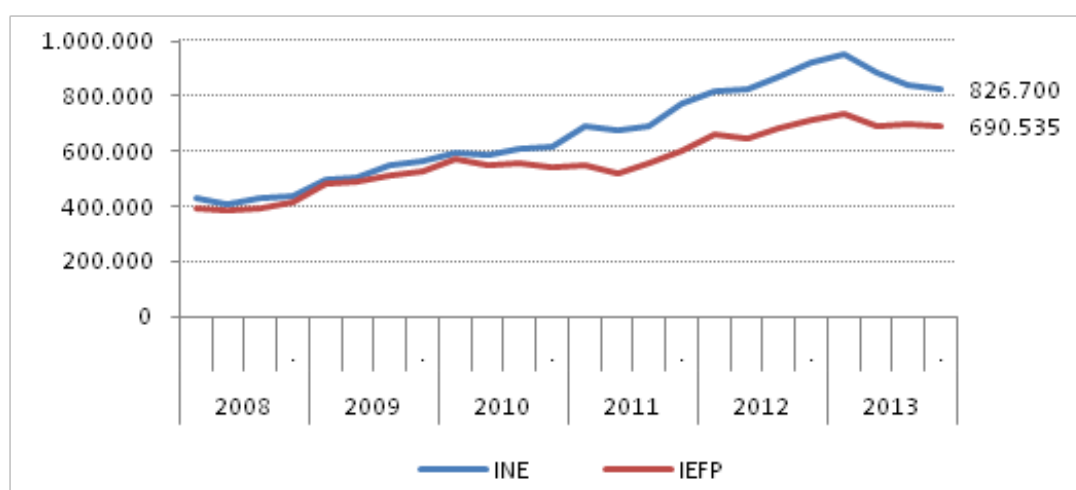
Gráfico 27. População desempregada em Portugal e no concelho de Palmela (Nº)



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

No concelho de Palmela, o número de desempregados inscritos atingiu o valor máximo em janeiro de 2013, quando se situou nos 3613 indivíduos, um aumento de cerca de 72,5% face ao mesmo período de 2008. Contudo, é plausível que o número real de pessoas desempregadas no concelho seja superior, tendo em conta a discrepância existente entre os dados do IEFP e os do INE que, aliás, tem vindo a aumentar nos últimos anos⁵.

Gráfico 28. População desempregada em Portugal segundo o INE e o IEFP (nº)



Fonte: INE e IEFP

Em entrevista ao Centro de Emprego e Formação Profissional de Setúbal relativamente ao perfil dos desempregados do Concelho de Palmela... “Mantém-se o perfil semelhante à tendência nacional, mais mulheres que homens, mais pessoas com inscrição há menos de um ano, mais desemprego na situação em que se procura novo emprego (face ao 1º emprego) mais desemprego entre o grupo etário 35- 54 anos, mais desemprego com o nível secundário, embora haja desemprego entre o 2º e 3º ciclo e menos desemprego entre as pessoas com o 1º ciclo.”

A descida ligeira mas gradual que se vem verificando desde o início de 2013 deve ser lida com as devidas cautelas, uma vez que se deve não apenas à criação líquida de emprego mas também ao aumento da emigração e da população inativa desencorajada⁶, como tem sido salientado por alguns especialistas⁷. Assim, no 4º trimestre de 2013, registaram-se menos 96.500 desempregados face ao mesmo período do ano anterior, mas a criação de emprego ficou-se pelos 29.700 postos de trabalho, sendo lógico inferir que os restantes desempregados passaram a integrar os contingentes atrás referidos.

Quadro 16. População empregada e desempregada em Portugal (milhares)

	2012 (4º trimestre)	2013 (4º trimestre)	Variação homóloga
População empregada	4.531,8	4.561,5	+29,7
População desempregada	923,2	826,7	-96,5
Taxa de desemprego	16,9%	15,3%	-1,6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito ao Emprego

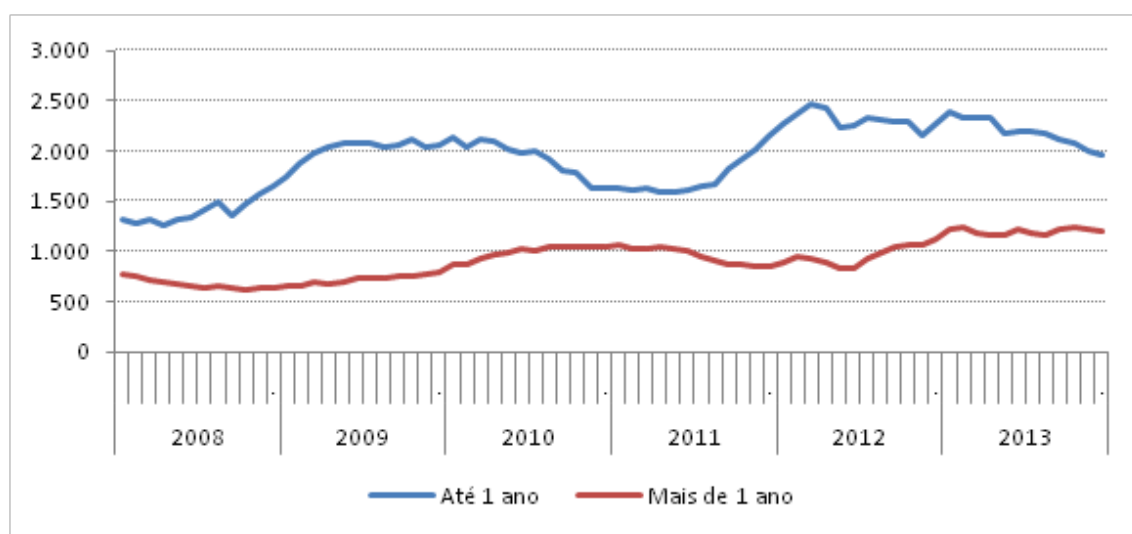
⁵ Os dados do INE, que são para todos os efeitos as estatísticas oficiais do desemprego, resultam de um inquérito trimestral a uma amostra representativa por regiões, pelo que não são desagregáveis até ao concelho. Os dados do IEFP resultam de inscrições em Centros de Emprego, nomeadamente para efeitos de atribuição de subsídio de desemprego.

⁶ O INE considera inativo desencorajado o indivíduo que, não tendo trabalho remunerado e estando disponível para trabalhar, não fez diligências para encontrar trabalho no período de referência, por considerar não ter idade apropriada, não ter instrução suficiente ou achar que não vale a pena procurar. No 4º trimestre de 2013, o INE estimava a existência de 126 mil inativos desencorajados.

⁷ “Mais emprego não esconde emigração e desencorajados”, Público, 6-2-2014, págs. 2-3.

Analisando em maior detalhe a população desempregada do concelho de Palmela, observam-se dois períodos críticos, um no final de 2008 e início de 2009, e outro mais recente em 2011-2012, em que o número de inscritos no Centro de Emprego aumentou fortemente. O número de desempregados inscritos há mais de um ano conheceu uma evolução mais gradual, subindo lentamente ao longo de 2009 e 2010, e mais rapidamente a partir de meados de 2012, tendo estabilizado perto dos 1200 indivíduos ao longo de 2013. Em dezembro de 2013, os desempregados inscritos há mais de um ano representavam 38,1% do total de inscritos.

Gráfico 29. População desempregada no concelho de Palmela por tempo de inscrição (Nº)



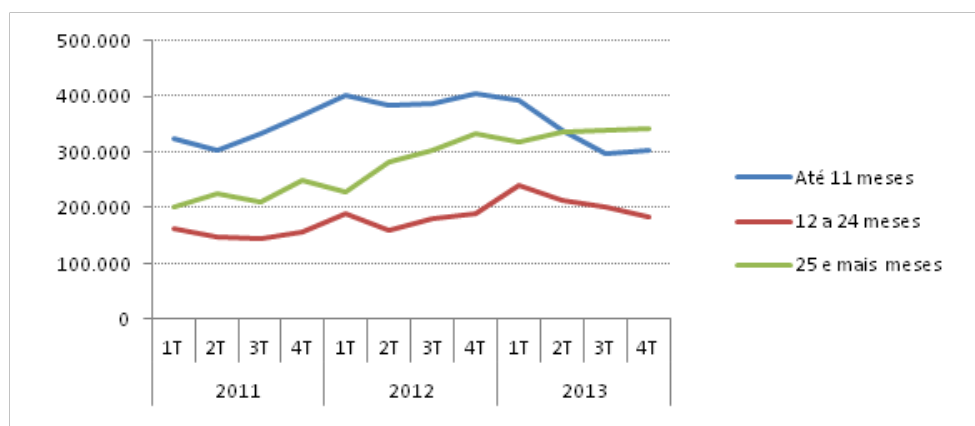
Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

Contudo, a observação das estatísticas do INE mostra, ao longo dos últimos três anos, um aumento acentuado do desemprego de longa duração (superior a 24 meses) em Portugal, que nesse período passou de cerca de 200 mil para quase 350 mil indivíduos (41,4% do total de desempregados), bem como de desempregados há 12 ou mais meses, que no último trimestre de 2013 totalizavam 525 mil pessoas (63,5% do total de desempregados). Este predomínio do desemprego de longa duração não encontra reflexo nos dados do IEFP, quer ao nível do concelho quer ao nível nacional, fazendo adivinhar que o desemprego de longa duração esteja sub-representado nos registos dos Centros de Emprego, por hipótese porque estes grupos defrontam maiores obstáculos para aceder ao subsídio de desemprego⁸, pelo que a sua motivação para efetuar inscrição num Centro de Emprego é menor⁹.

⁸ Para aceder ao subsídio de desemprego, são necessários no mínimo 360 dias de trabalho por conta de outrem com registo de remunerações nos 24 meses anteriores à data do desemprego, dependendo o período de concessão da idade do beneficiário e do número de meses com registo de remunerações.

⁹ De acordo com os dados do INE referentes ao último trimestre de 2013, relativamente às diligências ativas para arranjar emprego nas três semanas anteriores, apenas 357.400 (43,2% do total) desempregados afirmaram ter contactado um Centro de Emprego. As formas mais comuns de procura de emprego são o contacto direto com agências privadas e empregadores (81,4%) e com sindicatos e pessoas conhecidas (78,7%).

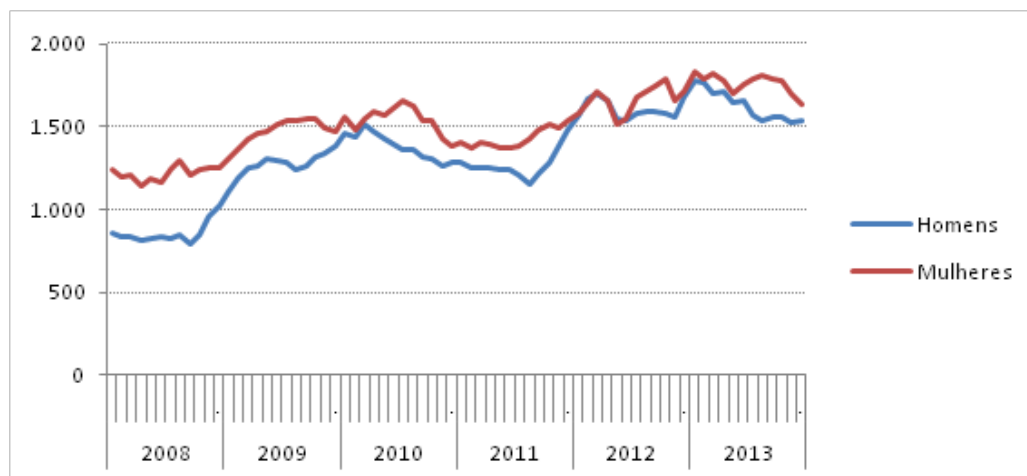
Gráfico 30. População desempregada em Portugal por duração da procura de emprego (Nº)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

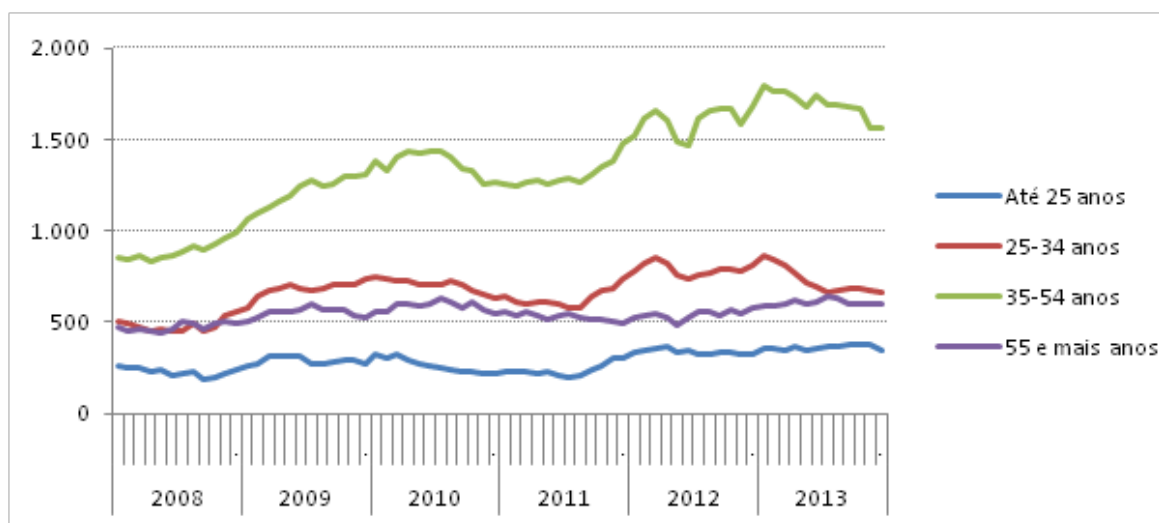
Voltando à caracterização da população desempregada do concelho de Palmela, verifica-se que a repartição por sexo – tipicamente mais desequilibrada em favor das mulheres – se tornou mais equitativa nos últimos anos. Os períodos mais críticos em termos de aumento do número de inscritos (2008-2009 e 2011-2012) afetaram particularmente os homens, e atualmente os sexos estão representados de forma quase igual.

Gráfico 31. População desempregada no concelho de Palmela por sexo (Nº)



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

Quanto à composição por grupos etários, constata-se que o escalão dos 35 aos 54 anos é o mais representado (significando quase 50% da população desempregada inscrita em dezembro de 2013), sendo também o que mais aumentou nos últimos anos. Segue-se o grupo dos 25 aos 34 anos, que sofreu um agravamento significativo em 2011-2012, tendo recuado ligeiramente durante o ano transato. Os restantes grupos (até 25 anos e 55 e mais anos) são os menos representados, se bem que é bastante provável que o desemprego jovem esteja subavaliado, pelas razões expostas atrás.

Gráfico 32. População desempregada no concelho de Palmela por grupo etário (Nº)

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

A comparação com os dados do INE revela que, apesar do escalão etário numericamente mais representativo ser o dos 45 aos 64 anos (cerca de 255 mil desempregados no 4º trimestre de 2013), é nos grupos jovens que a taxa de desemprego é mais elevada: 35,7% nos jovens dos 15 aos 24 anos, e 18,2% entre os 25 e os 34 anos.

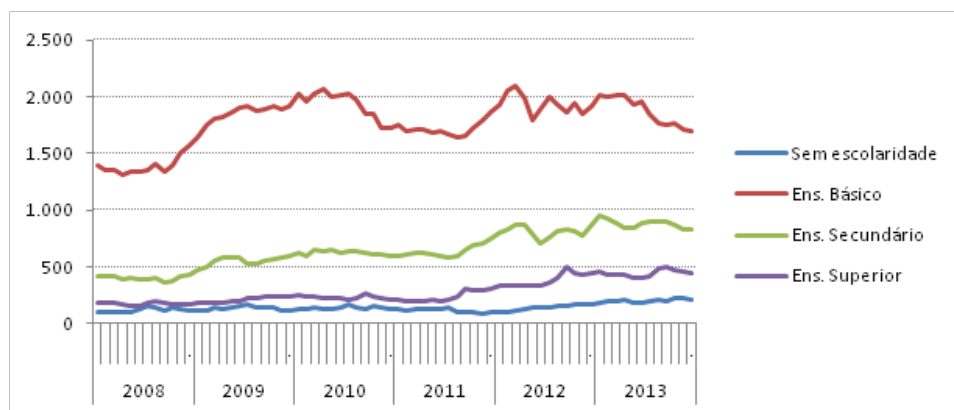
Quadro 17. População desempregada e taxa de desemprego em Portugal por grupo etário

	2013 (4º trimestre)	
	Nº (milhares)	Taxa desemprego
15-24 anos	137,1	35,7%
25-34 anos	225,3	18,2%
35-44 anos	205,8	13,7%
45-64 anos	255,3	12,7%
65 e mais anos	3,2	1,2%
Total	826,7	15,3%

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

No que diz respeito ao nível de escolaridade da população desempregada no concelho, o ensino básico é largamente predominante, representando mais de 50% do total. Os períodos de maior aumento do desemprego parecem ter afetado particularmente os estratos menos escolarizados, observando-se fortes aumentos deste grupo em 2008-2009 e 2011-2012, ao mesmo tempo que mais facilmente parecem sair da situação de desemprego, como se nota nas descidas observadas em 2010 e 2013. O peso dos titulares de graus secundários e superiores tem evoluído gradualmente: de 28,6% em janeiro de 2008, representavam em dezembro de 2013 cerca de 40% do total de desempregados inscritos. Os diplomados do ensino superior registam o maior aumento relativo, aproximadamente 150% no período em análise.

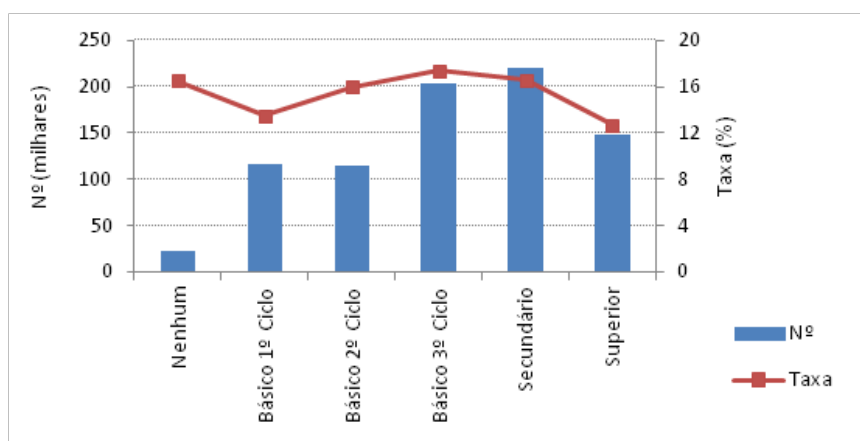
Gráfico 33. População desempregada no concelho de Palmela por nível de escolaridade (Nº)



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

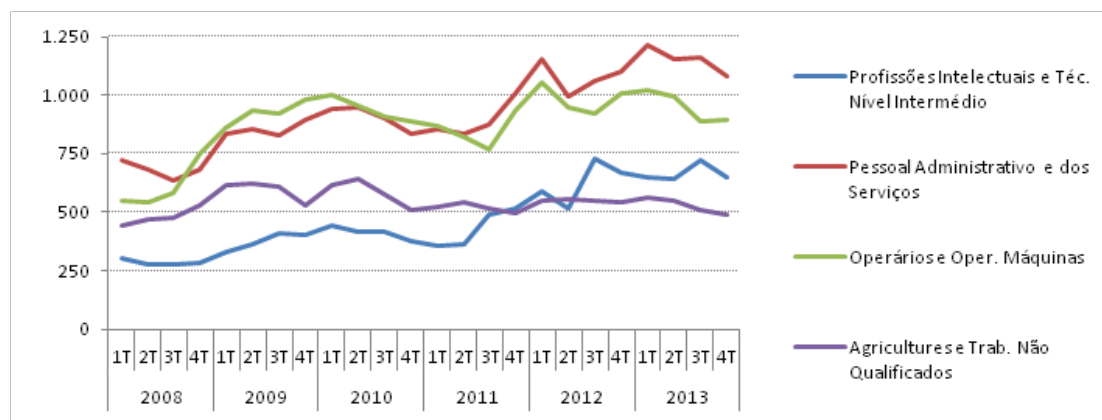
Quando se comparam estes dados com os nacionais, constata-se que o desemprego de diplomados, apesar de numericamente significativo e da tendência de crescimento verificada (passou de 85 mil no princípio de 2011 para quase 150 mil no último trimestre de 2013), fica em termos relativos aquém dos outros grupos, com uma taxa de desemprego de 12,7%. Com taxas acima dos 16%, temos os indivíduos sem escolaridade, com o ensino básico (exceto o 1º ciclo) e com o secundário completo, o que faz crer que as qualificações escolares ainda constituam uma vantagem comparativa relevante, mesmo que de forma não tão linear como num passado recente.

Gráfico 34. População desempregada e taxa de desemprego em Portugal por nível de escolaridade



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A análise da composição profissional (baseada na última profissão desempenhada) da população desempregada do concelho mostra dois períodos distintos: em 2008/2009 verificou-se um aumento do desemprego de operários, que passaram a ser o grupo profissional mais afetado por este fenómeno, ultrapassando o pessoal administrativo e dos serviços; e em 2011/2012, assistiu-se a uma nova troca de posições entre os dois grupos referidos atrás, com o pessoal administrativo a tornar-se novamente o grupo mais afetado pelo desemprego, bem como uma subida acentuada do desemprego por parte das profissões intelectuais e técnicas (superando os trabalhadores não qualificados), que mais que duplicou entre 2008 e 2013.

Gráfico 35. População desempregada no concelho de Palmela por grupos de profissões (Nº)

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

A evolução da população empregada por grupos de profissões a nível nacional mostra uma quebra acentuada do número de trabalhadores da indústria¹⁰ (que inclui o setor da construção), onde que se perderam mais de 200 mil postos de trabalho nos últimos três anos. O pessoal administrativo e dos serviços¹¹, que no início da 2011 constituía o grupo mais numeroso, desceu até ao início de 2013, tendo registado um ligeiro crescimento a partir de então. As profissões intelectuais e técnicas¹² tornaram-se em 2012 o grupo mais numeroso, tendo 2013 sido um ano de crescimento (mais 100 mil empregos).

Que evoluções positivas regista o CEEP nos últimos anos?

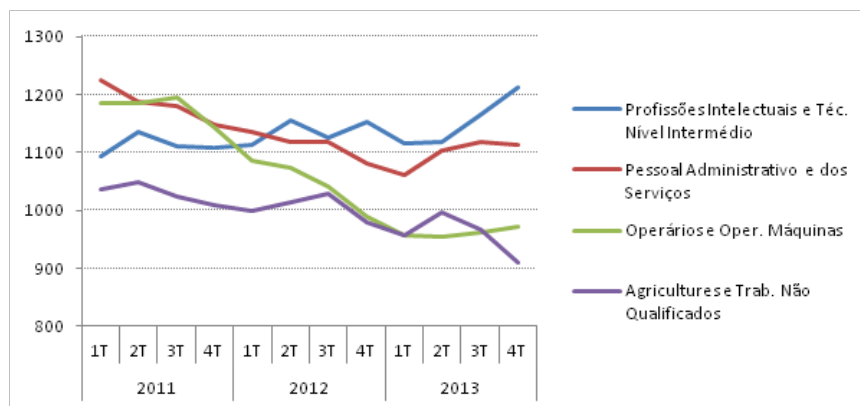
“Habilitações e qualificações melhores para as pessoas desempregadas. Também há mais oferta formativa, mais ajustadas às pessoas e aos concelhos. Também a articulação e a própria rede, a ação concertada que também tem tido impactos positivos...”

¹⁰ Grupos 7 (Trabalhadores Qualificados da Indústria, Construção e Artífices) e 8 (Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem) da Classificação Portuguesa das Profissões (INE, 2010).

¹¹ Grupos 4 (Pessoal Administrativo) e 5 (Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Proteção e Segurança e Vendedores).

¹² Grupos 2 (Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas) e 3 (Técnicos e Profissões de Nível Intermédio).

Gráfico 36. População empregada em Portugal por grupos de profissões (milhares)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A comparação das taxas de atividade do concelho e freguesias com as unidades territoriais em que se inserem não mostra diferenças significativas. A taxa de atividade mais elevada do concelho regista-se na freguesia de Pinhal Novo (51,4%), o que por hipótese se relaciona com a sua estrutura etária mais jovem e, logo, uma maior proporção de população em idade ativa. As freguesias de Marateca e Poceirão têm as mais baixas taxas de atividade feminina do concelho (perto dos 40%) e, conseqüentemente, um maior diferencial face à taxa de atividade masculina, mas nas restantes freguesias os valores são bastante próximos, o que exprime uma tendência de convergência que é transversal a todo o território nacional.

Quadro 18. Taxa de atividade da população residente por sexo (%)

Unidade Territorial	Masculina	Feminina	Total
Portugal	51,6	43,9	47,6
NUTS II Lisboa	52,4	47,5	49,8
NUTS III Pen. Setúbal	51,5	46,4	48,8
Concelho Palmela	52,4	46,1	49,2
Marateca	51,1	41,7	46,4
Palmela	50,1	44,4	47,1
Pinhal Novo	54,1	48,8	51,4
Poceirão	52,1	40,5	46,2
Quinta do Anjo	52,8	46,4	49,5

Fonte: INE, Censos 2011

A distribuição da população empregada por setor de atividade económica, por comparação com as regiões de enquadramento, mostra uma maior proporção de população residente no concelho empregada nos setores primário (4,2%) e secundário (24,1%). Os dados por freguesia evidenciam o contraste existente entre as zonas nascente (de cariz marcadamente rural) e poente (com características mais urbanas) do concelho, no primeiro caso com percentagens mais elevadas de população que trabalha no setor primário (24,4% no Poceirão e 13,2% na Marateca), no segundo com mais população empregada no setor terciário (mais de 70% em Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo).

Quadro 19. População empregada por setor de atividade económica (%)

	Primário	Secundário	Terciário (social)	Terciário (económico)
Portugal	3,1	26,5	28,8	41,7
NUTS II Lisboa	0,7	16,6	30,9	51,8
NUTS III Pen. Setúbal	1,5	19,7	31,6	47,2
Concelho Palmela	4,2	24,1	28,5	43,2
Freg. Marateca	13,2	27,4	21,8	37,6
Freg. Palmela	2,4	23,7	32,7	41,2
Freg. Pinhal Novo	2,0	24,0	28,5	45,5
Freg. Poceirão	24,4	24,0	16,6	35,0
Freg. Quinta do Anjo	1,3	24,1	28,9	45,7

Fonte: INE, Censos 2011

Qual a avaliação/impacto dos GIPS no concelho?
“Os GIPS são claramente uma estrutura com uma missão de suporte para a promoção da empregabilidade, que conseguem apoiar na criação de um currículo, preparar para uma entrevista, são um braço importante ...”

Aprofundando a análise por ramo de atividade¹³, verifica-se que as atividades económicas predominantes no concelho são o comércio (17,5%) e as indústrias transformadoras (15,8%). As freguesias urbanas empregam mais população nos serviços (educação e saúde), ao passo que nas freguesias rurais a construção emprega perto de 9% da população.

¹³ De acordo com as secções da CAE-Rev. 3 (Classificação das Atividades Económicas), que organiza os produtores de bens e serviços segundo as diferentes atividades económicas a que se dedicam, visando assegurar a comparabilidade estatística tanto a nível nacional como comunitário.

Quadro 20. População empregada por secção da CAE (%)

	Freg. Marateca	Freg. Palmela	Freg. Pinhal Novo	Freg. Poceirão	Freg. Quinta Anjo	Concelho Palmela
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	13,2	2,4	2,0	24,4	1,3	4,2
C - Indústrias transformadoras	16,5	16,0	16,0	14,1	15,3	15,8
F - Construção	8,8	5,8	6,4	8,8	6,8	6,6
G - Comércio, por grosso e retalho; repara automóveis	18,5	16,0	18,0	17,6	18,3	17,5
H - Transportes e armazenagem	5,4	3,7	6,8	4,7	4,7	5,4
I - Alojamento, restauração e similares	6,4	5,5	4,9	5,0	4,7	5,1
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3,1	4,5	4,9	4,3	5,2	4,7
O - Administração Pública e defesa; segurança social	5,7	10,1	9,7	5,4	8,0	9,0
P - Educação	5,4	10,3	8,4	3,9	8,5	8,4
Q - Actividades de saúde humana e apoio social	6,2	7,9	6,5	4,5	7,5	6,9

Fonte: INE, Censos 2011

Existem medidas ajustadas para o concelho de Palmela?

“Sim, medidas específicas de qualificação, ao nível da logística e de outras áreas de qualificação, temos o caso dos Cursos EFA cuja avaliação é positiva...”

A análise por grupos de profissões¹⁴ mostra que o concelho não diverge muito do perfil de toda a península de Setúbal, com uma maior concentração de profissões ligadas à indústria face à região de Lisboa na sua totalidade. Assim, o concelho tem 18,6% de trabalhadores qualificados da indústria e construção e de operadores de instalações e máquinas, valor que na península de Setúbal é de 16% e em toda a região de Lisboa desce para 13,3%. Inversamente, nota-se um menor peso de funções técnicas especializadas: 27,5% de especialistas das atividades intelectuais e científicas e técnicos de nível intermédio, enquanto em Setúbal são 28,8% e em Lisboa 33,4%.

Entre as freguesias do concelho destaca-se o contraste entre Marateca e Poceirão, com proporções acima da média de operadores de máquinas (11,5% e 10,4%) e trabalhadores não qualificados (19,5% e 21,6%). Já em Palmela e Quinta do Anjo nota-se um peso mais elevado de especialistas (18,5% e 19,1%), ao passo que Pinhal Novo tem as mais altas percentagens do concelho de trabalhadores dos serviços (20,4%) e pessoal administrativo (11%).

¹⁴ Utiliza-se a Classificação Portuguesa das Profissões, que constitui o instrumento oficial de produção estatística sobre profissões por parte do INE.

Quadro 21. População empregada por grupos de profissões (%)

	Freg. Marateca	Freg. Palmela	Freg. Pinhal Novo	Freg. Poceirão	Freg. Quinta Anjo	Concelho Palmela
Dirigentes, diretores e gestores executivos	8,5	9,0	5,5	6,8	9,7	7,5
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	6,2	18,5	12,7	3,3	19,1	14,5
Técnicos e profissões de nível intermédio	7,9	13,8	13,8	6,2	14,4	13,1
Pessoal administrativo	6,2	10,1	11,0	4,6	9,4	9,7
Trabalhadores dos serviços pessoais e vendedores	19,5	17,3	20,4	16,0	16,8	18,5
Trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	6,0	1,6	1,7	16,4	1,8	2,9
Trabalhadores qualificados da indústria e construção	14,5	11,4	12,9	13,6	11,6	12,4
Operadores de instalações, máquinas e montagem	11,5	5,1	6,5	10,4	4,4	6,3
Trabalhadores não qualificados	19,5	12,1	13,5	21,6	11,2	13,6

Fonte: INE, Censos 2011

A distribuição da população empregada por nível de escolaridade completo revela que a população do concelho é ligeiramente menos escolarizada que a média regional, mas mais escolarizada que a média nacional. Assim, o concelho tem menos diplomados do ensino superior (26,7%) que a região de Setúbal (28%) e Lisboa (34,6%), e mais que Portugal no seu todo (25,7%). Em sentido oposto, nota-se no concelho uma maior proporção de população empregada com apenas o ensino primário (41%) que Setúbal (38,5%) e Lisboa (35%), mas ainda assim abaixo da média nacional (47,3%).

As diferenças entre freguesias opõem mais as zonas nascente e poente do concelho: em Marateca e Poceirão, a população empregada é pouco escolarizada, com o ensino básico a ser largamente predominante (62,1% e 68,2%, respetivamente); Pinhal Novo, Palmela e Quinta do Anjo (sobretudo esta última) são mais escolarizadas, com proporções de licenciados de 24,5%, 31,7% e 35,6%.

Quadro 22. População empregada por nível de escolaridade (%)

	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Portugal	1,0	47,3	25,9	25,7
NUTS II Lisboa	1,2	35,0	29,2	34,6
NUTS III Pen. Setúbal	1,1	38,5	32,4	28,0
Concelho Palmela	1,1	41,0	31,2	26,7
Marateca	2,4	62,1	23,1	12,4
Palmela	0,9	37,8	29,6	31,7
Pinhal Novo	1,0	39,8	34,8	24,5
Poceirão	2,0	68,2	31,2	7,8
Quinta do Anjo	1,1	32,1	22,0	35,6

Fonte: INE, Censos 2011

Por fim, o último recenseamento permite conhecer os principais movimentos pendulares do concelho. A forte industrialização que o concelho de Palmela conheceu sobretudo nas últimas duas décadas, muito polarizada pela Autoeuropa e pelo *cluster* da indústria automóvel que se organizou em torno dela, alterou a sua posição no contexto da área metropolitana de Lisboa, onde passou a constituir uma centralidade de segunda ordem. No entanto, o reforço das acessibilidades da área metropolitana nos últimos anos (com destaque para a construção da ponte Vasco da Gama e para a introdução da linha férrea na ponte 25 de Abril) atraiu novos residentes para o concelho (sobretudo para as freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo), dando-lhe algumas características de dormitório. Os dados permitem constatar que o concelho é duplamente marcado, tanto pelo forte volume de entradas de população não residente para trabalhar no município, como pelas saídas de população residente empregada noutros municípios.

Face aos restantes concelhos da área metropolitana de Lisboa, o concelho de Palmela destaca-se pelo seguinte: cerca de metade (49,8%) da população empregada no concelho não é residente no mesmo, o segundo valor da Península de Setúbal e um dos mais elevados à escala metropolitana; em sentido contrário, também quase metade (48,5%) da população empregada que reside no concelho sai do mesmo para trabalhar; a população que entra no concelho para trabalhar significa quase um quarto (24%) da população residente no concelho, valor apenas superado por Lisboa (a grande distância), Oeiras e Alcochete; inversamente, as saídas constituem 25,3% da população residente, valor mediano na área metropolitana; a mobilidade pendular (soma das entradas e saídas) da população empregada cifra-se em 99,6%, um dos valores mais elevados da região; e, finalmente, o índice de polarização de emprego situa-se acima da unidade (1,03), o que só acontece também com Lisboa e Oeiras.

Quadro 23. Mobilidade pendular nos concelhos da área metropolitana de Lisboa

		Proporção da população não residente empregada no concelho ¹ (%)	Proporção da população empregada fora do concelho ² (%)	Proporção da população residente que entra no concelho ³ (%)	Proporção da população residente que sai do concelho ⁴ (%)	Mobilidade pendular da população empregada ⁵ (%)	Índice de polarização de emprego ⁶ (N.º)
NUTS III Grande Lisboa	Amadora	50,7	65,3	17,4	32,8	100,9	0,70
	Cascais	28,8	46,2	11,8	24,5	67,9	0,76
	Lisboa	64,7	18,2	77,7	8,7	168,1	2,32
	Loures	44,3	57,4	16,5	30,5	91,3	0,76
	Mafra	23,2	45,2	8,5	25,9	61,8	0,71
	Odivelas	31,6	66,1	9,1	35,3	81,8	0,50
	Oeiras	61,1	56,9	34,3	31,7	124,5	1,11
	Sintra	26,7	53,2	8,4	29,1	70,3	0,64
	V. F. de Xira	30,6	55,0	10,4	30,7	74,8	0,65
NUTS III Península Setúbal	Alcochete	53,9	59,5	24,3	32,4	106,8	0,88
	Almada	37,5	52,1	16,7	24,2	80,9	0,77
	Barreiro	38,1	58,3	12,9	25,9	84,0	0,67
	Moita	28,7	64,6	6,7	30,3	78,9	0,50
	Montijo	37,2	49,2	14,8	25,7	79,2	0,81
	Palmela	49,8	48,5	24,0	25,3	99,6	1,03
	Seixal	26,2	61,2	7,1	31,1	74,9	0,53
	Sesimbra	19,3	51,4	6,0	27,5	63,1	0,60
	Setúbal	27,3	32,3	13,5	15,8	57,7	0,93

Fonte: INE, Censos 2011

As freguesias do concelho apresentam diferenças relevantes entre si. Assim, enquanto as freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo se aproximam do padrão concelhio (com percentagens de população residente empregada noutros municípios de 46,5%, 50,3% e 52,9%, respetivamente), já Marateca e Poceirão caracterizam-se por proporções mais elevadas de população que trabalha no próprio concelho (63,6% e 69,7%). A isto não será alheio o facto de nestas freguesias as atividades agrícolas terem uma importância maior.

Quadro 24. População residente empregada por local de trabalho (%)

	No município de residência	Noutro município	No estrangeiro
Portugal	65,6	32,8	1,6
NUTS II Lisboa	52,3	46,6	1,1
NUTS III Pen. Setúbal	47,8	51,0	1,2
Concelho Palmela	51,5	47,5	1,0
Freguesia de Marateca	63,6	35,3	1,1
Freguesia de Palmela	52,6	46,5	0,8
Freguesia de Pinhal Novo	48,6	50,3	1,1
Freguesia de Poceirão	69,7	29,5	0,8
Freguesia de Quinta do Anjo	45,9	52,9	1,2

Fonte: INE, Censos 2011

A análise dos principais movimentos pendulares da população empregada com origem e destino no concelho de Palmela revela que, no que diz respeito às entradas, a península de Setúbal constitui o grande fornecedor do concelho (85,2%), destacando-se Setúbal que representa perto de um terço (32,3%) destes movimentos. A área da grande Lisboa representa, ainda assim, uma percentagem não negligenciável (9,2%) das entradas de população no concelho, com o concelho de Lisboa à cabeça com 2,6%.

No que se refere às saídas de população residente no concelho mas empregada noutros municípios, sobressaem Lisboa e Setúbal como principais destinos (27,8% e 27,7%, respetivamente). Os remanescentes movimentos têm como destino maioritário outros municípios da península de Setúbal, que ao todo representa 57,5% das saídas, ao passo que a área da grande Lisboa significa 35,2% (com a grande maioria a ter como destino o concelho de Lisboa, como referido atrás).

Com exceção dos concelhos de Lisboa (onde por cada entrada há cerca de dez saídas) e, em menor medida, do Montijo (onde as saídas superam em 25% as entradas), o saldo de entradas/saídas é positivo face a todos os municípios da região, ou seja, o concelho de Palmela constitui indiscutivelmente um pólo de atração à escala metropolitana.

¹⁵ Razão entre a população não residente empregada no concelho e a população empregada no mesmo.

¹⁶ Razão entre a população residente empregada fora do concelho e a população residente empregada.

¹⁷ Razão entre a população que trabalha ou estuda no concelho residindo fora do mesmo e a população residente no concelho.

¹⁸ Razão entre a população residente que trabalha ou estuda fora do concelho e a população residente no concelho.

¹⁹ Razão entre a soma da população residente empregada fora do concelho e a população não residente empregada no mesmo, e a população residente empregada.

²⁰ Quociente entre a população empregada no concelho e a população aí residente e empregada.

**Quadro 25. Principais movimentos pendulares
do concelho de Palmela por origem/destino (Nº e %)**

		Nº	%
Origem	Setúbal	4.398	32,3
	Moita	1.886	13,8
	Barreiro	1.498	11,0
	Seixal	1.342	9,9
	Montijo	830	6,1
	Sesimbra	818	6,0
	Almada	616	4,5
	Lisboa	356	2,6
	Outros (AML)	1.122	8,2
	Outros (resto país)	765	5,6
	Total	13.632	100,0
Destino	Lisboa	3.602	27,8
	Setúbal	3.583	27,7
	Montijo	1.033	8,0
	Barreiro	732	5,7
	Moita	590	4,6
	Seixal	480	3,7
	Almada	477	3,7
	Alcochete	364	2,8
	Oeiras	283	2,2
	Outros (AML)	868	6,7
	Outros (resto país)	943	7,3
	Total	12.955	100,0

Fonte: INE, Censos 2011

(...) O que seria importante para o CEFS ver constar no diagnóstico social de Palmela?

“...reforçar as qualificações das populações mais jovens... Também a área agrícola é merecedora de uma reflexão, é uma área a descoberto... sendo importante desenvolver ações até para um técnico de qualificações médio. Também é importante referir que as áreas de emprego emergentes ...geriatria e afins...com ofertas ao nível de funções para residências de idosos e outras estruturas para idosos.”

Por freguesia, constata-se que os movimentos pendulares de saída do concelho apresentam matizes que importa realçar: Pinhal Novo e Quinta do Anjo denotam maior exposição a Lisboa, com respetivamente 2.379 e 1.110 residentes (correspondendo a perto de 40% da sua população empregada) a deslocarem-se em direção à margem norte da área metropolitana; a freguesia de Palmela está sobretudo ligada ao concelho de Setúbal, que representa 48% das saídas (1.638 pessoas), sem contudo deixar de se relacionar também com Lisboa (913 saídas para a margem norte, o que representa 26,8% das suas saídas); já Marateca e Poceirão, com um volume muito menor de população e, logo, também de saídas, apresentam forte ligação a Setúbal (sobretudo a freguesia de Marateca), e também ao Montijo (no caso de Poceirão); outras conexões relevantes ligam o Pinhal Novo ao Montijo (e, em menor medida, a Barreiro, Moita e Alcochete), e Quinta do Anjo ao Barreiro e ao Seixal (e, secundariamente, a Almada, Moita e Sesimbra).

Quadro 26. População residente empregada que sai do concelho
por local de destino e freguesia de residência (Nº)

		Freguesia de Marateca	Freguesia de Palmela	Freguesia de Pinhal Novo	Freguesia de Pocetão	Freguesia de Quinta do Anjo
NUTS III Grande Lisboa	Lisboa	59	705	1.906	75	857
	Oeiras	2	73	111	6	91
	Outros	14	135	362	13	152
	Subtotal	75	913	2.379	94	1.100
NUTS III Península Setúbal	Setúbal	294	1.638	956	170	525
	Montijo	30	136	651	147	69
	Barreiro	6	114	344	14	254
	Moita	6	113	320	10	141
	Seixal	6	105	152	8	209
	Almada	7	105	199	13	153
	Sesimbra	5	30	48	4	105
	Alcochete	5	39	265	25	30
	Subtotal	359	2.280	2.935	391	1.486
Outros (resto do país)		90	220	380	83	170
Total		524	3.413	5.694	568	2.756

Fonte: INE, Censos 2011

Em síntese:

- No período de vigência do PDS 2009 – 2013, agravamento do desemprego em especial a partir de finais de 2011.
- No início de 2013, no Concelho de Palmela, o número de desempregados inscritos atingiu valores máximos, situando-se acima dos 3600 indivíduos.
- Durante o ano verificou-se uma diminuição ligeira do número de desempregados no Concelho, o que deve ser lido com as devidas cautelas, uma vez que se deve não apenas à criação líquida de emprego mas também ao aumento da emigração e da população inativa desencorajada.
- Verifica-se que a repartição por sexo ao nível da população desempregada se tornou mais equitativa nos últimos anos.
- O escalão etário mais afetado pelo desemprego é o dos 35 aos 54 anos, significando quase 50% da população desempregada inscrita em dezembro de 2013.
- O desemprego no Concelho afeta principalmente as pessoas com o ensino básico, porém é o grupo que parece sair mais facilmente da situação de desemprego.
- Os desempregados com nível secundário e superior representam em dezembro de 2013 cerca de 40% do total de desempregados inscritos.
- As profissões mais afetadas atualmente são as de administrativo e as profissões intelectuais e técnicas.
- A taxa de atividade mais elevada do Concelho regista-se na freguesia de Pinhal Novo (51,4%), eventualmente associado ao fato de nesta freguesia residirem mais jovens e em idade ativa. Por outro lado, as freguesias de Marateca e Poceirão têm as mais baixas taxas de atividade feminina do Concelho (perto dos 40%).
- A distribuição da população empregada mostra uma maior proporção da população residente no Concelho empregada no setor terciário económico com 43,2% e no terciário social com 28,5%.
- Quanto à atividade económica no Concelho, temos como atividades predominantes o comércio e as indústrias transformadoras que estão presentes em todas as freguesias.
- A análise por grupos de profissões demonstra o contraste entre o meio rural e o urbano, sendo que Marateca e Poceirão possui essencialmente operadores de máquinas e trabalhadores não qualificados, enquanto que Palmela e Quinta do Anjo revela um peso mais acentuado de especialistas e Pinhal Novo tem a percentagem mais elevada de trabalhadores dos serviços e pessoal administrativo.
- O nível de escolaridade da população empregada no Concelho é na sua maioria o ensino básico, seguido do ensino secundário. Nas freguesias de Poceirão e Marateca prevalece a população com o ensino básico. Nas restantes freguesias predomina uma população mais escolarizada sendo na freguesia de Quinta do Anjo onde se evidencia uma maior proporção de licenciados.
- Quanto à população residente por local de trabalho, é evidente que metade da população empregada no Concelho não é residente no mesmo e, por outro lado, quase metade da população empregada sai do mesmo para trabalhar.

Grupo Focal

“Em casa a vida não continua.”

Mulher desempregada residente no concelho

A sessão realizada com as pessoas desempregadas residentes no Concelho teve como principal finalidade abordar o problema do desemprego no Concelho de Palmela. Procurou-se identificar necessidades sentidas ao nível da inserção e estratégias facilitadoras da promoção dos desempregados no mercado de trabalho. Esta realizou-se nas instalações da Biblioteca Municipal de Palmela, em que estiveram presentes 5 pessoas de idades, sexos, habilitações e freguesias diferentes.

No que diz respeito à caracterização das necessidades sentidas ao nível da inserção no mercado de trabalho, a grande maioria dos participantes referiu a insuficiência de ofertas de emprego adequadas aos perfis dos desempregados. Se por um lado, alguns referiram “tenho habilitações superiores ao que é solicitado”, por outro lado, outros mencionaram que “não existe oferta de emprego nem para varrer ruas, pois não temos estudos e a idade é avançada”.

Entre os vários cenários que podemos observar existem estes dois que efetivamente traduzem algumas das preocupações socioeconómicas atuais: um tipo de população desempregada que oferece elevadas qualificações e competências, mas que não se consegue inserir; e outro tipo de mão-de-obra pouco preparada para fazer face a desafios laborais mais complexos e exigentes, pelas baixas qualificações e competências.

Os participantes referiram ainda que a idade é um obstáculo à inserção e consideram que existe pouca proteção social principalmente ao nível da reinserção. O fator – idade – é um elemento recorrente e bastante observado enquanto aspeto determinante de exclusão laboral. O sentimento de falta de apoio ao nível da reinserção foi referido por uma minoria. No entanto, este pode ser revelador, eventualmente, de alguma falta de informação relativamente às medidas de emprego atuais.

Não menos importante, salientaram ainda que a oferta de emprego existente é precária, com oferta de condições contratuais pouco aliciantes, como vencimentos baixos e que exigem grandes deslocações.

Relativamente à origem do desemprego no Concelho os participantes julgam que é em grande parte provocado por falência de empresas, decorrente do atual quadro de crise financeira e económica. Por outro lado, é evidente a existência de uma retração ao nível do investimento privado, condição esta que inviabiliza a criação ou o aumento de postos de trabalho.

Pistas para reflexão:

- Podemos pensar que, ao nível das necessidades, parece continuar a existir uma falta de investimento no aumento de qualificação da população, mas também no incentivo das organizações para a admissão de pessoas com idades elevadas, através de medidas de discriminação positiva. Se é na concertação social que estas questões devem ser ultrapassadas, o que falta fazer para que estes entraves sejam minimizados e se garanta uma inclusão sustentada?

No que diz respeito às estratégias propostas pelos participantes para atenuar o desemprego no Concelho foi sugerido o seguinte:

“Existir mais informação (Medidas de Emprego)”.

“Se lhe pagassem o que lhe devem, avançava com trabalho por conta própria”.

“Questionar as empresas sobre o motivo pelo qual abriram insolvência”.

“Oferta de trabalhos condignos que garantam a inserção da pessoa”.

“Criação do próprio posto de trabalho apoiado com financiamento (ex. PRODER)”.

“Consultoria para estudos de mercado relativamente à sustentabilidade”.

“Menos responsabilidades legais para quem deseja criar o seu negócio”.

“Câmaras darem mais apoio na integração de desempregados com medidas de emprego (ex. pagarem metade do valor da pessoa)”.

Na generalidade, as propostas efetuadas vão no sentido de uma atuação do setor público e do setor privado para a promoção da inserção de pessoas em situação de desemprego, com medidas positivas de incremento ou ações de apoio. Foi também referenciado pelos participantes a importância no apuramento e atribuição de responsabilidade no que se refere à origem da problemática do desemprego, através do envolvimento das instâncias legais e reguladoras do bem-estar social.

Foi abordada, ainda, a importância do papel dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), enquanto pólos locais e instâncias de proximidade que disponibilizam informação descentralizada relativa a ofertas de emprego.

Pistas para reflexão:

- Neste sentido, como pode a rede social aprofundar o seu papel na promoção da articulação entre as diversas organizações públicas e privadas para a resolução deste problema? Como pode a rede social atrair o sector privado para uma maior participação e envolvimento na prática da responsabilidade social?

3. Vulnerabilidades e inclusão

Nota Introdutória

Termos como vulnerabilidade social e exclusão são expressões que nos nossos dias e dada a conjuntura socio-económica do Estado Português, têm sido uma realidade de cada vez maior.

Urge então combater a vulnerabilidade social dos cidadãos, assim como, a exclusão de grupos, sejam os desempregados, os sem-abrigo, toxicodependentes, portadores de doenças incapacitantes, imigrantes, pessoas com deficiência, entre outros.

Efetivamente, estes grupos sociais por si só, não são considerados como fator de exclusão, contudo o contexto social, económico e cultural onde estes se inserem, remete-os para uma maior vulnerabilidade pelo fato de se encontrarem mais desprotegidos, e as suas condições de sobrevivência serem, na sua generalidade, mais precárias.

A disfuncionalidade implícita, que se assiste, nestes indivíduos e grupos, assim como, as suas consecutivas crises, no contexto social, são manifestações, muitas das vezes, transgeracionais. Estas tendem a reproduzirem-se e a perpetuarem-se temporal e espacialmente na vida dos indivíduos e famílias. Impera pois, a elaboração concreta e fidedigna dum diagnóstico socioeconómico e familiar para melhor se prever as dinâmicas destas e atuar em conformidade.

Constata-se que estas vulnerabilidades reproduzem-se de geração em geração, e quando os indivíduos/grupos sociais aspiram alcançar um estatuto individual e coletivo de plena cidadania, o seu próprio contexto social funciona, por vezes, como um fator inibidor do processo inclusivo.

Prevalece a necessidade da sobrevivência, da adaptação. Observa-se, concludentemente, que os comportamentos e práticas adotadas por estes se mantêm particulares à sua própria condição e tendem a revelar as

caraterísticas próprias da cultura onde se desenvolvem. Decorrentes, grande parte das vezes, de uma identidade que a própria sociedade destrinça e incentiva a reprodução.

Paralelamente, como antítese a este fenómeno social, surge o conceito de integração social. A Integração Social apresenta-se como a forma ativa, dinâmica pela qual os indivíduos, famílias e os grupos, que compõem as sociedades atuais, identificam as suas capacidades endógenas e exógenas numa interação ativa, dinâmica e recíproca com o meio.

A efetiva viragem deste quadro de mudança requer que se criem melhores condições de vida para o todo comum. É, com o intuito de se alcançar este devir, que prevalece a necessidade da construção dum diagnóstico social preciso, com base na identificação das competências, potencialidades e recursos do indivíduo, família, grupo, comunidade num trabalho em constante interatividade.

Este trabalho complexo, o da coesão social e da reinserção, carece da participação dos cidadãos, em situação de vulnerabilidade, assim como, do empenho coletivo da sociedade civil e pública. Ou seja, este movimento social exige uma participação plena, capaz de fazer valer os direitos e as potencialidades, dos indivíduos e grupos em risco ou mesmo em exclusão social, como verdadeiro exercício de cidadania.

A pobreza e a exclusão social representam sistemas complexos, de grande relevo que requerem uma atualização permanente do conhecimento dos padrões que os caracterizam. Uma vez que a realidade se modifica, sofre alterações constantes, os problemas sociais sofrem também mutações que obrigam à determinação de diferentes tipos de abordagem, inovadoras e ajustadas.

É neste contexto que a necessidade da adoção de estratégias adequadas, abrangentes, aliadas a um trabalho de rede de parceiros coesos é necessário existir para

que, juntos, consigamos proporcionar ações mais eficientes de prevenção e combate à pobreza e exclusão social.

A Segurança Social surge neste quadro como o parceiro incontornável. Com a Lei de Bases n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro, alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, no seu Art.º 23, podemos vislumbrar a extensão do sistema da Segurança Social. Este abrange três sistemas, a saber, o sistema de proteção social de cidadania, o sistema previdencial e o sistema complementar.

O Sistema da Proteção Social e Cidadania é por sua vez composto por três subsistemas:

- o subsistema de ação social
- o subsistema de solidariedade
- o subsistema de proteção familiar

Os outros Sistemas da Segurança Social são de igual forma relevantes, contudo o que interessará nesta análise prende-se com o sistema de proteção social e cidadania.

Este sistema, Proteção Social e Cidadania, tem no seu intuito, “a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

O Subsistema de Ação Social

O subsistema de ação social assegura ainda especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente, crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica.” (n.º 3 do art.º 29 da Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro).

Este subsistema concretiza-se através da utilização e ceder prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excecionalidade; programas de combate à pobreza e disfunção, marginalização e exclusão sociais; serviços e equipamentos sociais; prestações em espécie.

Atendimento de Ação Social

No Concelho de Palmela, uma das concretizações de referência tem a ver com o atendimento/entrevistas de ação social à população. Este trabalho social é realizado de forma descentralizada por técnicos/as do Centro Distrital da Segurança Social ou de Instituições Protocoladas, nomeadamente no que diz respeito à União de Freguesias Poceirão e Marateca em que este atendimento é realizado pela Cáritas Diocesana de Setúbal. O intento desta descentralização é a aproximação do serviço à população que deste necessite.

Em sede de atendimento/entrevista individualizada, os técnicos realizam em média oito atendimentos por semana, priorizando as situações de maior complexidade, conforme avaliação socioeconómica e familiar. O objetivo essencial será proporcionar alternativas para a minimização dos problemas identificados, tais como situações de endividamento, precariedade económica, problemas relacionados com o apoio económico para tratamento de dependências, assistência na organização de processos para aquisição de produtos de apoio à deficiência, apoio económico eventual a situações específicas de doença infecto-contagiosa e esclarecimentos diversos. A minimização das situações referenciadas pode passar, em situações de excecionalidade, pela atribuição de uma prestação pecuniária de carácter eventual, mediante a contratualização com o indivíduo/família para a resolução das situações apresentada.

O atendimento/entrevistas de ação social realiza-se com o apoio das parcerias. No concelho de Palmela, o serviço de atendimento de ação social é praticado nas instalações das juntas de freguesias para as populações que representam.

Medida CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Familiar

Ainda no âmbito do subsistema da Ação Social, encontra-se o enquadramento do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), como forma de pre-

venção e reparação de situações de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais e a especial proteção dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente, crianças e jovens.

Considerando que a família, enquanto estrutura de cidadania plena, se caracteriza atualmente por uma diversidade de composição, estrutura e dinâmicas, em que os aspetos afetivos, relacionais, educativos e de responsabilidade parental assumem especial importância, o Estado está particularmente atento às vulnerabilidades daí decorrentes, às quais se torna necessário responder com mecanismos especializados de apoio à família.

Assim, é reconhecida a necessidade de uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial, o que se reveste de particular importância também à luz do sistema de proteção de crianças e jovens e da promoção dos seus direitos. (Portaria 139/2013 de 2 de abril).

Assim sendo, tendo ainda por referência a Portaria 139/2013 de 2 de abril, o CAFAP visa a qualificação familiar mediante a aquisição e o fortalecimento de competências parentais nas diversas dimensões da vida familiar e compreende níveis diferenciados de intervenção de cariz pedagógico e psicossocial que, de acordo com as características das famílias, integram as seguintes modalidades:

- a) Preservação familiar;
- b) Reunificação familiar;
- c) Ponto de encontro familiar.

A Medida CAFAP é desenvolvida no Concelho de Palmela por duas Instituições, a Fundação COI e o Centro Social de Palmela. Cada uma das instituições tem protocolado o acompanhamento a 80 beneficiários. O CAFAP assume-se como um serviço diferenciado que procura complementar a intervenção dos serviços de apoio à Família, existentes na comunidade. A sua intervenção privilegia uma posição de colaboração com as famílias, procurando reforçar a qualidade das relações familiares e da família com a comunidade, fortalecendo as compe-

tências necessárias para a construção do bem-estar das crianças e jovens, no presente e no futuro.

A sua intervenção consubstancia-se em diferentes eixos. Eixos como Avaliação e Intervenção Familiar Integrada e Intervenção psicoeducativa multifamiliar ou acompanhamento psicossocial e educativo, entre outros.

O primeiro está vocacionado para atuação junto de famílias que enfrentam múltiplos problemas, as designadas multidesafiadas, em situações em que a retirada da criança do seio familiar é eminente mas que se considera possível intervir preservando-a na família, ou ainda para situações em que a criança está acolhida e que é necessário avaliar ou apoiar a família no processo de reunificação. Neste eixo as Entidades encaminhadoras podem ser Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal de Família e Menores (EMAT) e Equipas de acompanhamento ao RSI.

O segundo eixo mencionado atua junto de famílias em que existam problemas ou vulnerabilidades focalizadas em áreas específicas do funcionamento familiar. Isto é, quando se verificam um conjunto de condições psicossociais, dúvidas ou dificuldades na gestão da parentalidade que podem colocar a família em risco. Neste sentido, considera-se benéfico a atuação no aumento dos fatores de proteção, nomeadamente, ao nível da relação pais/filhos. As Entidades sinalizadoras, para além das já mencionadas no eixo anterior, podem ser ainda, técnicas de Ação Social, Agrupamentos de Escolas e Unidades de Saúde Familiar, ou sejam, equipas de primeira linha.

Cantinas Sociais

As Cantinas Sociais surgem no âmbito do Programa de emergência Social (PES) e do Protocolo de Cooperação. Encontra-se inserido no Subsistema de Ação Social, no que diz respeito aos programas definidos pelo Estado e em consonância com os princípios e linhas de orientação deste subsistema.

Esta resposta surge no âmbito do Programa de Emergência Alimentar e é desenvolvida pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social sem fins lucrativos (IPSS), com o objetivo de suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições que podem ser gratuitas ou, mediante pagamento de um valor simbólico, de acordo com o diagnóstico socioeconómico do agregado familiar e constante

em Regulamento Interno.

São destinatários das Cantinas Sociais, pessoas e famílias economicamente fragilizadas nomeadamente, beneficiários de Rendimento Social de Inserção, Sem Abrigo ou, outras em situação de grave carência, devidamente identificadas, através do encaminhamento pelas Instituições locais/concelhias, ou de acesso direto.

Quadro 27. Instituições com Cantina Social no concelho

Freguesia	Instituição Particular de Solidariedade Social Sem Fins lucrativos (IPSS)	Acordo de cooperação com ISS	Nº refeições	Refeição disponibilizada
Palmela	Santa Casa da Misericórdia de Palmela	100 (50+50)	2	Almoço (50) + jantar (50)
Pinhal Novo	Fundação COI – Vila Bela	100	1	Almoço
Quinta do Anjo	Centro Social da Quinta do Anjo	50	1	Almoço
União das Freguesias Poceirão Marateca	União Social Sol Crescente da Marateca	50	1	Almoço

Fonte: CMP 2014

Para complementar a informação acerca das cantinas sociais, indica-se o número de refeições servidas em 2013, bem como a média diária:

Quadro 28. Distribuição de refeições por Instituição com Cantina Social

Palmela/Cantinas Sociais - Protocolos 2013			
Instituição	Número de refeições diárias	Refeições Servidas 2013	Média Diária
Centro Social Quinta do Anjo	50	15.406	42
Fundação COI	80	25.272	69
Santa Casa Misericórdia Palmela	100	26.560	73
Total	230	67.238	184

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

De referir que nalgumas situações, todo o agregado familiar é utente da resposta Cantina Social, sendo neste caso considerados cada um dos elementos de *per si*.

A Fundação COI apresenta, à data de Dezembro de 2013, 14 pessoas em lista de espera, a Santa Casa da Misericórdia de Palmela não se encontra na sua capacidade máxima, e o Centro Social de Quinta do Anjo responde, atualmente, a 57 beneficiários.

Na análise à evolução das cantinas socais nos últimos dois anos, verificamos um aumento desta resposta:

**Quadro 29. Distribuição de refeições
por Instituição com Cantina Social**

Cantinas Sociais - Protocolos/Evolução			
Ano	N.º Refeições Diárias	Variação Absoluta	Taxa de Variação (%)
Ano de 2013	230	65	39,4
Ano de 2012	165		

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social,
Dezembro de 2013

Responsáveis por este aumento são as instituições Fundação COI e Santa Casa da Misericórdia, que em 2012 apenas tinham protocoladas 65 e 50 refeições diárias respetivamente e que aumentaram este apoio, já em 2014, para as 100 refeições diárias.

Recentemente, já em março 2014, foi protocolada a resposta de Cantina Social com a Instituição União Sol Crescente da Marateca para a distribuição de alimentação confeccionada na União das Freguesias Poceirão e Marateca.

Subsistema da Solidariedade

Este subsistema abrange eventualidades sociais e económicas, como sejam, a falta ou insuficiência de recursos económicos dos indivíduos e dos agregados familiares para a satisfação das suas necessidades essenciais e para a promoção da sua progressiva inserção social e profissional; situações de Invalidez; velhice; morte e Insuficiência das prestações substitutivas dos rendimentos do trabalho ou da carreira contributiva dos beneficiários.

Salienta-se que o acesso a estas prestações obedece aos princípios da equidade social e da diferenciação positiva e deve contribuir para promover a inserção social das pessoas e famílias beneficiárias e realiza-se, conforme definido na Lei de Bases já citada, através da concessão de prestações, como sejam:

- Prestações de rendimento social de inserção;
- Pensões sociais, velhice e Invalidez;
- Subsídio social de desemprego;

- Complemento solidário para idosos
- Outras prestações ou transferências afetas a finalidades específicas, no quadro da concretização dos objetivos do presente subsistema.

Rendimento Social de Inserção

De acordo com o número três do artigo 29 da Lei de Bases, já citada, a “ação social deve ainda ser conjugada com outras políticas sociais públicas...”, nesta medida assoma o Rendimento Social de Inserção (RSI), Lei nº 13/2003, de 21 de Maio, como “regime consagrado que tem como objetivos fundamentais reforçar a natureza social e promover efetivamente a inclusão dos mais carenciados, privilegiando a inserção e introduzindo um maior rigor na atribuição, processamento e gestão da própria medida, conferindo assim uma eficácia social acrescida com claros benefícios para as pessoas e para o Estado”, de acordo com o Decreto-Lei nº 283/2003 de 8 de Novembro.

A medida de RSI tem adjudicado à sua vertente de inclusão a necessidade de um acompanhamento técnico sistemático, fundamental para o cumprimento duma informação exposta de forma atual e com o máximo rigor. Este diploma, supra citado, “consagra igualmente normas relativas à elaboração do relatório social e à conceção do programa de inserção que assumem uma função determinante na vertente inclusiva...”.

No Concelho de Palmela este acompanhamento realiza-se por equipas protocolados com a Segurança Social, constituídas por técnicos da área social, que realizam entrevistas individualizadas (técnico gestor de processo) no âmbito do delineamento do Contrato de Inserção (CI) com o beneficiário/famílias. Este trabalho social é realizado nos mesmos locais onde se efetuam as entrevistas de ação social. As equipas mencionadas são compostas também, por ajudantes de ação direta (AAD) que realizam as visitas e o acompanhamento junto dos indivíduos/famílias no terreno no quadro da concretização do CI.

A análise dos dados do Rendimento Social de Inserção centra-se nos últimos dois anos, a saber, 2012 e 2013, procurando identificar tendências e aferir a evolução de indicadores representativos.

Cresceu o número de Acordos de Inserção ao longo de grande parte do ano de 2012. Em Setembro, atinge-se o valor mais elevado do ano, com um total de 507 acordos celebrados. Porém, no último trimestre, observa-se um

decréscimo do seu número, muito embora não se trate de uma queda pronunciada. Com efeito, o número de acordos observados em Dezembro situava-se bem acima do verificado em Janeiro: chegou-se ao final do ano com mais 82 Acordos de Inserção celebrados, o que se traduz num aumento de 20,6 % face a janeiro (taxa de variação dezembro/janeiro).

Quadro 30. Acordos de Inserção e Beneficiários Abrangidos em 2012 (Nº)

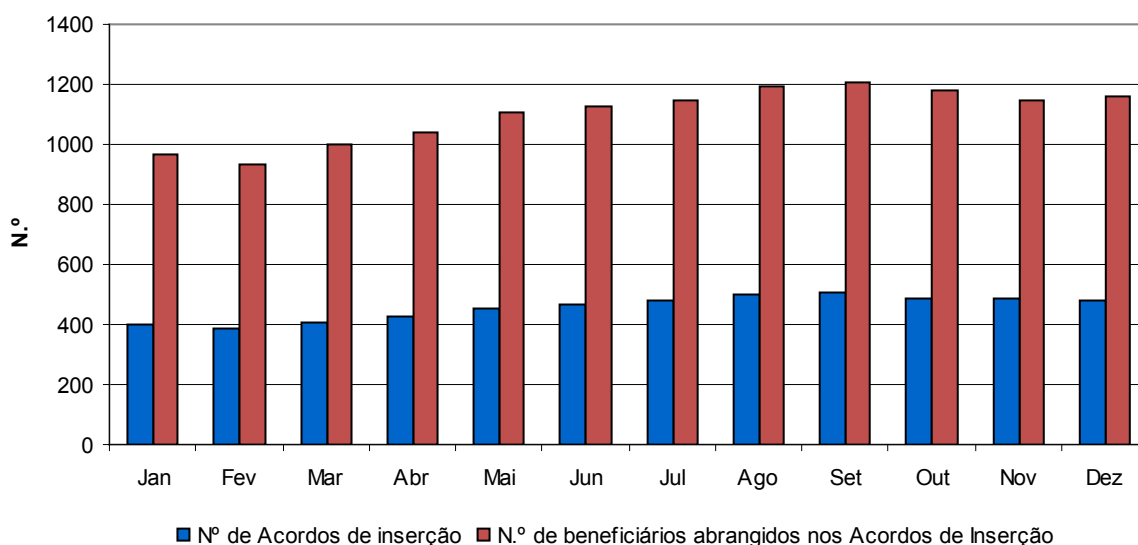
Ano de 2012	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Nº de Acordos de inserção	399	385	407	428	456	469	479	501	507	490	484	481
N.º de beneficiários abrangidos nos Acordos de Inserção	969	931	999	1042	1105	1126	1150	1196	1209	1181	1144	1157

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2012

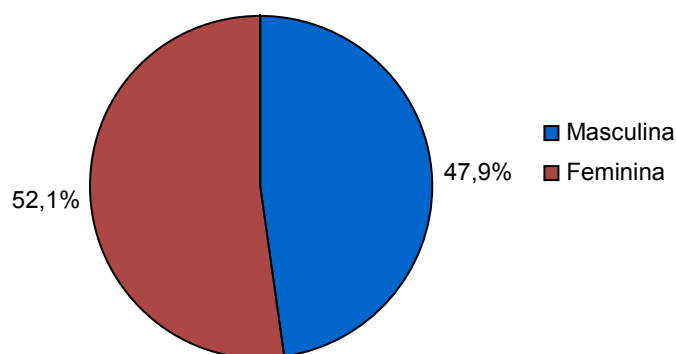
Quanto aos beneficiários de RSI com Acordo de Inserção, o seu número cresce de forma sustentada até setembro de 2012, verificando-se depois uma queda não muito acentuada. Trata-se de uma evolução em tudo similar à verificada para o indicador dos Acordos de Inserção. Mas a tendência de fundo é de crescimento: em dezembro havia mais (+) 188 beneficiários com Acordo de Inserção do que em Janeiro do mesmo ano, o que se traduziu num aumento de 19,4%.

Gráfico 37. Acordos e beneficiários abrangidos (Nº) 2012

Ano de 2012/N.º de Acordos e Beneficiários Abrangidos



Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2012

Gráfico 38. Beneficiários de RSI com Acordo de Inserção/ Distribuição por Género em dezembro 2012

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2012

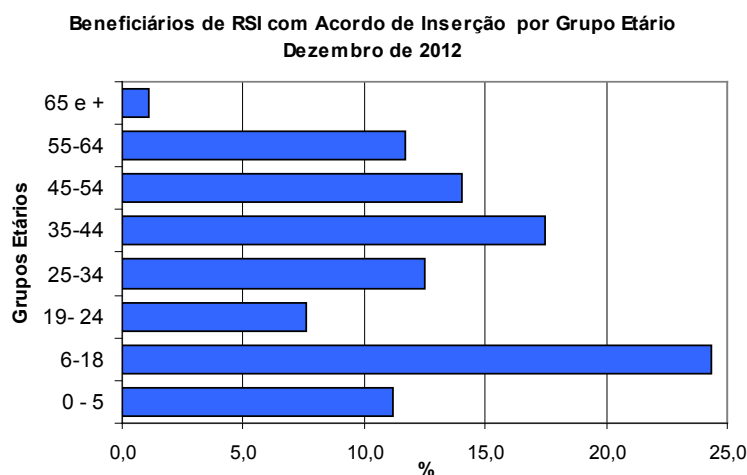
No que se refere à caracterização etária, os beneficiários distribuem-se predominantemente pelos grupos de idades mais jovens.

A juventude parece ser o traço dominante desta população, com mais de um terço dos beneficiários na faixa etária dos 0 aos 18 anos (35,5%). E, ao se alargar a amplitude etária até aos 24 anos, temos 43,2% dos indivíduos desta população. Pode-se, também, acrescentar que mais de metade dos beneficiários tem menos de 35 anos (55,5%), traços de uma população jovem.

Estes dados permitem concluir que o número de beneficiários menores de idade é muito significativo.

Em contrapartida, a percentagem de beneficiários com 65 ou mais anos de idade é reduzida (1,1%), provavelmente, terá esta situação a ver com a idade estabelecida para o direito à Pensão de Velhice. E no estrato superior da população em idade ativa, ou seja no grupo dos 55 aos 64 anos, encontra-se somente pouco mais de dez por cento dos beneficiários (11,7%).

A ilustração gráfica da estrutura de idade população de beneficiários de RSI, cujos dados, objeto de análise acima, se reportam a Dezembro de 2012:

Gráfico 39. Beneficiários de RSI com Acordo de Inserção por Grupo Etário, dezembro 2012

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, dezembro de 2012

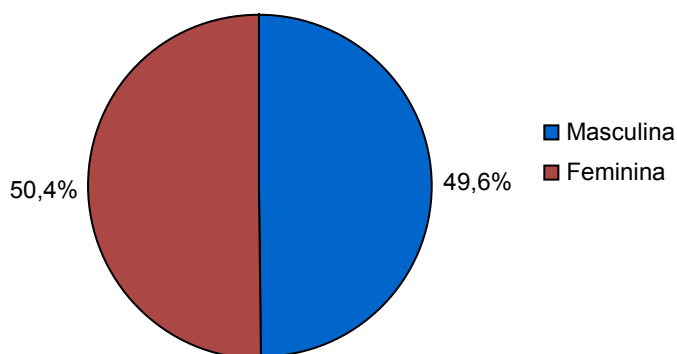
Quadro 31. Beneficiários de RSI a frequentar Ações de inserção

Ano de 2012/ Beneficiários de RSI A Frequentar Acções de Inserção																		
Mês	0-5 Anos		6-18 Anos		15-24 Anos		25-34 Anos		35-44 Anos		45-54 Anos		55-64 Anos		65 ou mais		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Jan	56	57	131	106	46	43	51	68	60	80	52	69	52	51	4	5	452	479
Fev	64	65	137	114	43	48	57	78	64	90	53	67	57	52	4	6	479	520
Mar	71	63	140	120	45	50	56	81	67	95	64	70	58	53	5	4	506	536
Abr	73	67	147	130	46	51	57	88	74	105	68	75	60	51	8	5	533	572
Mai	73	67	151	131	47	51	55	93	73	106	75	81	58	51	9	5	541	585
Jun	77	66	153	133	46	52	57	94	76	113	77	82	60	50	9	5	555	595
Jul	85	68	146	138	44	53	61	99	82	114	82	80	72	58	9	5	581	615
Ago	90	69	148	137	41	55	63	101	86	117	82	77	72	58	8	5	590	619
Set	86	68	145	142	36	52	57	94	88	115	84	74	68	59	8	5	572	609
Out	79	65	136	135	36	49	52	92	85	112	87	72	70	62	7	5	552	592
Nov	73	65	143	141	35	52	56	91	86	115	86	73	67	61	8	5	554	603
Dez	63	62	139	133	32	53	55	85	84	111	85	72	69	62	8	4	535	582

Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2012

Relativamente aos dados de 2013, estes não vieram alterar os traços identificados no ano precedente. Ou seja, a distribuição da população por género continua a não ser estatisticamente significativa:

**Gráfico 40. Beneficiários de RSI com Acordo de Inserção/
Distribuição por Género, dezembro 2012**



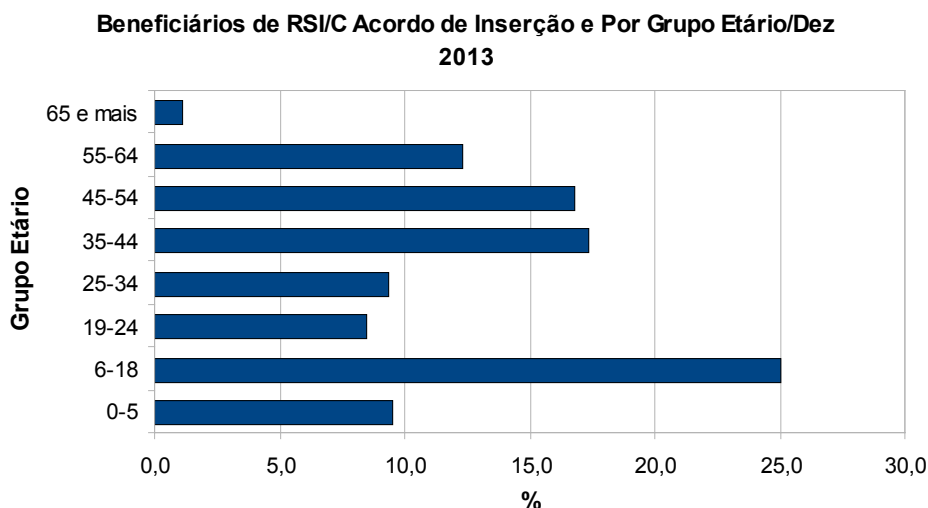
Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, dezembro de 2013

Para o Núcleo Local de Inserção que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar com a entrada em vigor da nova legislação?

“Ao nível da população abrangida pela medida, tem-se verificado que o desemprego é a situação mais premente... a alteração à legislação, as exigências que esta veio a impor em termos burocráticos, e as novas orientações internas dos vários serviços, dificultam o acesso à medida”.

Verifica-se que a população de beneficiários com Acordo de Inserção continua a caracterizar-se pela predominância dos grupos mais jovens, como é possível observar pelo gráfico seguinte.

Gráfico 41. Beneficiários de RSI com Acordo de Inserção por Grupo Etário, dezembro 2013



Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Atentando a estrutura etária, verifica-se que mais de 40% da população beneficiária de RSI tem menos de 25 anos. Trata-se de uma população composta maioritariamente por indivíduos jovens em idade ativa, como se pode observar pelo quadro seguinte:

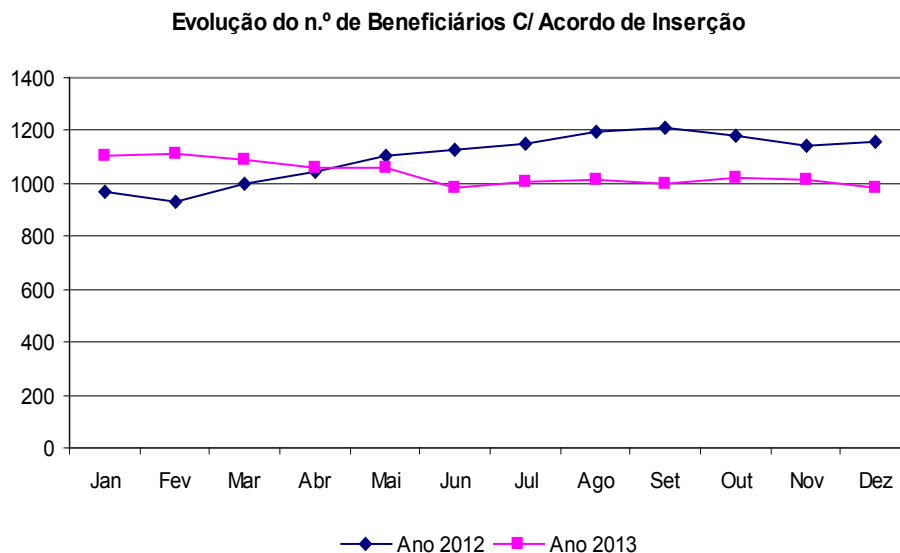
Quadro 32. Beneficiários por grupo etário 2013 (%)

2013 RSI-Beneficiários/Grupos Etários	
0-18	34,6
0-24	43,0
25-54	43,5
55-65 +	13,5

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

No domínio da evolução homóloga, entre dezembro de 2012 e 2013, observa-se uma descida quer do número de Acordos de Inserção, quer do número de beneficiários por eles abrangidos. Esta situação poderá dever-se à alteração da Lei do RSI, com o Decreto-Lei n.º 133/2012 de 27 de junho. Este Diploma trouxe modificações profundas nos critérios de atribuição e na obrigatoriedade de apresentação de um novo requerimento aquando do período de renovação à Medida de RSI.

Gráfico 42. Evolução do Nº de Acordos de Inserção



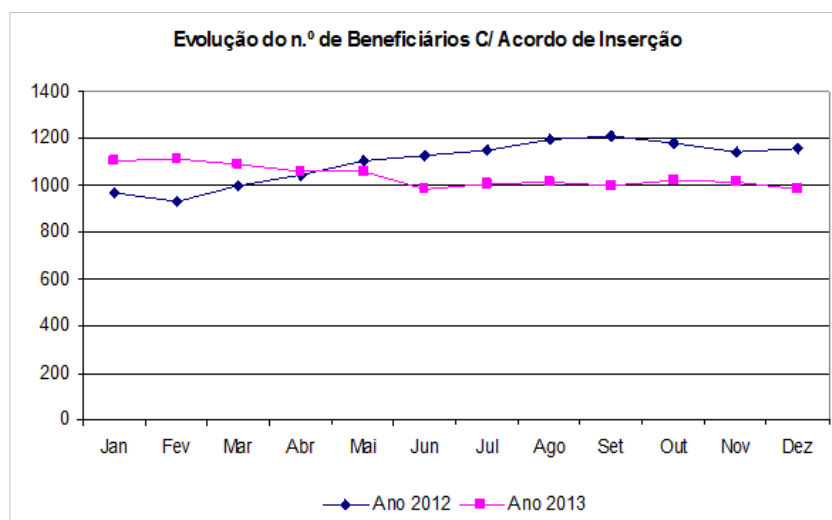
Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

*Para Núcleo Local de Inserção
que novas problemáticas estão a emergir?*

*“...tem-se constatado o aumento significativo
ao nível da necessidade de géneros alimentares /
alimentação confeccionada.*

*Até então esta necessidade estava presente,
mas a prestação de RSI conseguia de alguma
forma dar a resposta à grande maioria
de beneficiários. Com alteração da legislação
e consequente redução da prestação, o aumento
do custo dos bens de primeira necessidade,
assim como, o aumento das rendas, consequência
também de alteração da legislação
do arrendamento, tem desencadeado
uma diminuição significativa
dos orçamentos familiares....”*

Gráfico 43. Evolução do Nº de Beneficiários com Acordo de Inserção



Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Relativamente à diminuição observada cifra-se abaixo dos 10%, para os acordos de inserção; mas ronda os 15%, quanto ao número de beneficiários.

Quadro 33. Acordos e Beneficiários por Taxa de Variação

Taxa de Variação Homóloga			
	Acordos	Beneficiários	Txv Dez 13/12
Dez-12	481	1157	-7,7
Dez-13	444	981	-15,2

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, dezembro de 2013

Seguidamente, o quadro da evolução mensal dos acordos e beneficiários em 2013:

Quadro 34. Beneficiários de RSI a frequentar Ações de Inserção

Ano de 2013/ Beneficiários de RSI A Frequentar Acções de Inserção																		
Mês	0-5 Anos		6-18 Anos		15-24 Anos		25-34 Anos		35-44 Anos		45-54 Anos		55-64 Anos		65 ou mais		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Jan	65	58	139	133	34	52	56	84	81	110	86	74	67	57	7	5	535	573
Fev	64	49	145	132	40	51	49	77	83	112	91	72	69	65	5	5	546	563
Mar	61	48	143	125	42	47	50	74	82	111	93	72	69	58	6	5	546	540
Abr	61	48	137	123	41	43	47	71	77	112	93	70	69	60	5	5	530	532
Mai	60	46	136	129	40	40	46	70	78	116	88	66	68	64	4	5	520	536
Jun	52	46	129	121	41	40	42	61	69	105	86	64	58	62	4	5	481	504
Jul	51	43	135	125	42	42	38	59	71	107	90	70	63	58	6	6	496	510
Ago	52	43	142	129	42	43	38	60	68	103	89	75	66	55	6	6	503	514
Set	53	41	139	126	42	44	38	57	65	103	89	74	66	53	6	5	498	503
Out	54	43	140	125	44	41	36	60	70	104	88	76	67	58	7	5	506	512
Nov	56	45	131	124	47	43	37	59	70	103	91	74	68	57	6	5	506	510
Dez	52	41	123	123	43	40	36	56	70	100	90	75	67	54	6	5	487	494

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Por último, apresenta-se a distribuição dos beneficiários por freguesia, bem como o valor anual. Importa referir que se está a englobar aqui o total de beneficiários de RSI, e não apenas os que estão em ações de inserção.

Quadro 35. Beneficiários por freguesia e montante financeiro

RSI/2013	Beneficiários	Montante Anual	Mont/Benef
Palmela	166	234.857,51 €	1.414,80 €
Pinhal Novo	289	423.182,57 €	1.464,30 €
Poceirão e Marateca	195	239.669,06 €	1.229,07 €
Quinta do Anjo	116	153.091,23 €	1.319,75 €
Total	766	1.050.800,37 €	1.371,80 €

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Ao nível da comparação do montante anual médio da prestação por beneficiário, as freguesias de Palmela e do Pinhal Novo assumem primazia. Nelas o valor médio da prestação por beneficiário é mais elevado; Poceirão e Marateca apresentam valores mais baixos. Importará, futuramente, perceber as causas de tais assimetrias.

Refira-se que as alterações do rendimento ou da composição do agregado familiar são as principais causas apontadas para a cessação do RSI:

Quadro 36. Cessação da Medida de RSI por motivo

Motivo da Cessação do RSI	N.º de Requerimentos	N.º de Requerimentos
Alteração de Rendimentos e ou/Composição do Agregado familiar	75	30,4
Cessação Pedida pelo Beneficiário	44	17,8
Falta de Celebração ou /Incumprimento do Programa de Inserção	32	13,0
Deixou de Estar Inscrito num Centro de Emprego	25	10,1
180 Dias após a Suspensão da Prestação	19	7,7
Não Comparência às Convocatórias (da Seg Social, IEFP)	14	5,7
Outros motivos	10	4,0
90 Dias Após a Suspensão da Prestação	9	3,6
Termo do Prazo de Atribuição	7	2,8
Recusa de Oferta de Formação Profissional	5	2,0
Alteração do valor de RSI DL13/2013.	4	1,6
Deixou de se Verificar as Condições e Requisitos de Atribuição	3	1,2
Total	247	100,0

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Grupo Focal

“É uma ajuda mas preferia estar a trabalhar. RSI igual a desemprego”

Beneficiária da Medida de RSI

De acordo com a metodologia adotada, foi realizada uma sessão com os beneficiários da Medida de Rendimento Social de Inserção, com o objetivo de auscultar os seus beneficiários sobre os impactos e alcance deste apoio social.

O grupo foi composto por nove pessoas de diferentes locais do concelho (duas pessoas de Poceirão; duas da Marateca; duas de Pinhal Novo; duas de Quinta do Anjo; uma de Palmela) contudo, apenas foi possível contar com a participação do género feminino.

Todos os beneficiários de RSI admitem que a Medida ajuda mas não resolve o problema da exclusão. Todos declararam, que preferiam ter trabalho ao invés de receber a prestação de RSI. Referiram que, embora reconheçam a dependência da prestação de RSI, que todos consideram muito insuficiente face às despesas de subsistência, deveriam estar simultaneamente a prestar qualquer tipo de atividade para a comunidade.

À questão, a que é que associam o RSI, foi recolhida a seguinte informação:

“(Associa o RSI) a dificuldades financeiras, pobreza, não ajuda a ultrapassar a pobreza”

“Quando penso no RSI, penso estar parada sem fazer nada, dependente de um dinheiro que não dá para viver e ter a minha casa. É péssimo, embora seja uma ajuda.”

“Dificuldade financeira, talvez pobreza”

“Sente necessidade de ocupar o tempo e a mente”.

“É uma ajuda mas preferia estar a trabalhar. RSI igual a desemprego”.

“É uma ajuda para quem está desempregado, embora seja pouco. É uma ajuda transitória contudo está-se a perder a esperança para deixar o RSI”.

“Eles” têm de por as pessoas a trabalhar, as pessoas têm de se sentir úteis, têm de trabalhar”.

“Se arranjam trabalho o RSI desaparece, lavar velhotes; tratar de crianças, etc..”

“Participarem em voluntariado é sempre vantajoso, deve ser sempre dado a conhecer às técnicas de acompanhamento se começarem a desempenhar as ações de voluntariado. Já que não têm trabalho pelo menos ocupam o tempo, logo a mente.”

Pistas para reflexão:

- Será que as estruturas de inserção local, não deveriam proporcionar atividades de ocupação específica, adequadas aos perfis identificados nos beneficiários de RSI que manifestem vontade de ocupar o seu tempo? Será que estas atividades não poderiam proporcionar aos beneficiários de RSI experiência reconhecida nas suas áreas de conhecimento ou capacitar noutras áreas?

- Será que se a prestação de RSI for considerada como um reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos beneficiários, de uma forma voluntária, estes poderão considerar a sua situação sem a associação ao conceito de vulnerabilidade?

À questão levantada sobre as Sessões de informação e sensibilização realizadas no âmbito da Medida:

As participantes foram unânimes em considerar relevante a promoção de Ações de informação e reflexão, referindo que estas lhes proporcionam novos conhecimentos e aprendizagens. Essencialmente, quebra a rotina do estar em casa sem ocupação. Consideram que este é um local privilegiado de encontro onde podem partilhar as suas ideias e opiniões.

“Gostamos muito de ouvir conselhos, ensinam mais coisas do que já sabemos”.

“Há umas sessões no Concelho em que vão e apreendem muitas coisas mas fica por ali”.

“(as técnicas) ...telefonam e ao longo do ano vão, principalmente as pessoas que têm crianças ouvir coisas, não adiantam muito, mas... adiantam sempre.”

Pistas de reflexão:

- Uma vez que se confirma esta receptividade às ações de informação/reflexão, será que estamos a conseguir transmitir todas as informações essenciais à População RSI?
- Não será necessário sermos mais exigentes na promoção destes eventos, utilizando-os para propagar mensagens que possam fazer a diferença e proporcionem a mudança?

Relativamente aos contextos positivos e menos positivos como consequência da Medida RSI

Todas as beneficiárias consideram como momentos positivos, o acompanhamento efetuado pelas equipas de protocolo do RSI. Referem que existe um acompanhamento regular e motivador na resolução dos problemas apresentados. Consideram ainda, que por parte das Equipas existe uma preocupação em esclarecer os beneficiários sobre as suas obrigações e direitos. Contudo, realçam como menos positivo as visitas domiciliárias referenciadas para o fim a que vão, pois concluem que em certas situações põem em causa o direito à privacidade.

“As técnicas apoiam muito. Desde que o irmão faleceu e depois a tia e as avós faleceram, sempre ajudaram. Senti sempre a presença constante”.

“Precisei de uns óculos, a Junta deu o dinheiro pelo encaminhamento da técnica do RSI. Foi um aspeto positivo”.

“Elas (as técnicas) dizem os direitos que têm e as obrigações”

“Duas vezes por semana vai a C. lá a casa. Estou sozinha, não tenho com quem falar, e aquela pessoa está sempre ali para a ouvir. Dá ânimo, dá fé.”

“Não gosta que lá vão a casa, pois vivo num anexo que pertença à minha sobrinha. Sinto-me pouco à vontade com as visitas da Ajudante de Ação Direta.”

“O pior é irem lá a casa e as vizinhas irem ver o que se passa e contarem à dona de casa (senhoria).”

Pistas de reflexão:

- Será que se está a utilizar corretamente a técnica de intervenção, visita domiciliária? Estará a ser utilizada adequadamente face aos reais problemas apresentados pelos beneficiários? Quais as vantagens que esta técnica apresenta no processo de mudança das famílias?
- Deve-se questionar o real objetivo das visitas domiciliárias e, de que forma devem estas serem interpretadas como reforço positivo no processo evolutivo das famílias?

Expectativas quanto à Medida RSI:

Todas as beneficiárias referiram que a Medida do RSI apresenta uma prestação muito diminuta. O valor auferido não permite, em muitas situações, fazer face às despesas de subsistência. Quando referem que a autonomia à Medida está dependente da inserção em Mercado de Trabalho, concluem que o que auferem não suporta a despesa com a procura de trabalho. Segundo estas, se o que auferem é insuficiente para responder às despesas fixas, então as despesas com as deslocações na procura de trabalho, contratualizada no CI, são impossíveis de ser suportadas economicamente. Contudo, de uma forma ambivalente, também concordam que a Medida é uma forma de acederem mais facilmente a outros aspetos de inserção e resolverem alguns problemas:

“175€ não dá para se procurar emprego como pedem. Ou fazem a procura ou comem. É pouco para comprar o bilhete de comboio e comida”.

“Quem tem de procurar emprego tem de gastar dinheiro para as viagens e não come”.

“O dinheiro que vem é uma ajuda, mas não gosto de estar a receber”. “Não estava à espera que fosse tão pouco”

“Descontei muito para a segurança social e o que recebo agora não é nada”;

“Assim que veio o dinheiro que estava à espera foi muito bom. Há muito acompanhamento”.

“O RSI também ajuda os filhos que não têm notas boas. Deram a hipótese de ir para a Autoeuropa, trabalhar/estudar e dão almoço e podem ficar a trabalhar lá depois”.

“O RSI arranja trabalho. Já teve um mês e meio a trabalhar, mas acho que ajuda essencialmente as empresas por não fazerem descontos nem nós temos direito à “baixa”.”

“Estar no RSI ajudou-me a ter uma advogada”; “O RSI ajudou-me a estar num curso de formação.”

Pistas de Reflexão:

- O trabalho é a necessidade que todas reclamam. Será que Medida de RSI, como está concebida realmente contribui para melhorar a situação das famílias / indivíduos?

De uma forma consensual, todos os presentes salientaram, que não têm dúvidas sobre o fato de o RSI não resolver os problemas mas concordam que ajuda. Cria dependência, pois verifica-se que à muitas situações recorrentes.

A Medida que todos gostariam de ver implementada apresenta-se diferente desta. Teria de ser uma Medida que desenvolvesse mais criação de postos de trabalho, mais conceção de cursos inovadores, exigentes na sua administração, configurados a responderem às necessidades das Empresas, da procura de mão-de-obra competente.

“As pessoas gostavam era de terem trabalho, terem emprego e não precisarem de RSI”.

“Em vez de estar a dar RSI deviam dar emprego”.

“Deviam criar os cursos para as respostas que são necessárias “

“Era importante criarem uma Lei que apoiasse as pessoas a conseguirem, mais facilmente, abrir pequenas

Pensões

As pensões surgem no Sistema da Segurança Social, como prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho dos quais a população em geral tem direito pelo Sistema Previdencial, que abrange o regime geral da Segurança Social ou, noutras situações, quando não apresentam os critérios exigidos por este sistema, como se exibirão, mais à frente, pelo Sistema da Solidariedade.

Tendo por referência, uma vez mais, a Lei de Bases supracitada, no seu artigo 51º “O sistema previdencial abrange o regime geral de segurança social aplicável à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem e aos trabalhadores independentes, os regimes especiais, bem como os regimes de inscrição facultativa abrangidos...”

De acordo com o Art. 55.º, os pensionistas do regime geral são todos aqueles que tiveram reunidas as condições gerais de acesso à proteção social garantida pelos regimes do sistema previdencial, como sejam, a inscrição e o cumprimento da obrigação contributiva dos trabalhadores residentes no concelho de Palmela.

Os dados disponíveis revelam um aumento global do número de beneficiários de pensões:

Quadro 37. Pensionistas do Regime Geral no concelho

N.º Pensionistas	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	Taxa de Variação 2013/12
Velhice	10980	10662	3,0
Invalidez	1342	1394	-3,7
Sobrevivência	3643	3600	1,2
Total Pensionistas	15965	15656	2,0

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Há porém a registar uma ligeira quebra no número de pensionistas por invalidez, no período de Dezembro de 2013-12. Em Dezembro de 2013, os pensionistas representavam 25, 07 % da população residente no concelho de Palmela, isto é 63694 de acordo com os dados disponíveis pelo INE.

No âmbito do Subsistema de Solidariedade apresenta-se ainda, de acordo com a mesma Lei, a Pensão Social.

Esta resposta propõe garantir os direitos essenciais a toda a população que não se enquadra no Sistema da Previdência. Esta Medida visa prevenir e erradicar situações de pobreza e de exclusão.

Por assim ser, o Sistema de Solidariedade, de acordo com a Lei supracitada, tem por intuito “...situações de compensação social ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestacionais do sistema previdencial.”

Os quadros abaixo representados, demonstram essas formas de proteção social pela solidariedade. Assim como, a prestação de RSI já referida anteriormente, as outras formas de proteção significativas que o Estado Português também assume, são as Pensões Sociais de Invalidez e velhice, Complemento Solidário para Idosos (CSI), entre outros.

Face ao exposto, apresenta-se a informação relativa às pensões sociais, onde se pode verificar ter havido um aumento quer do número de pensionistas sociais, quer dos montantes atribuídos, no que se refere à evolução verificada nos últimos dois anos:

Quadro 38. Pensionistas do Regime da Solidariedade no concelho

Pensão Social - Totais		
Ano	N.º Pensionistas	Montante
Dez-13	432	1.561.100,37 €
Dez-12	422	1.505.055,91 €
Taxa de Variação	2,4	3,7

Fonte: Sistemas de estatística da Segurança Social/Dezembro de 2013

Quando se desagrega a informação por tipo de pensão social, verifica-se um decréscimo ligeiro no número de beneficiários da pensão por velhice:

Quadro 39. Pensionistas por invalidez e velhice do Regime da Solidariedade no concelho

Pensão Social/Evolução do Nº de Pensionistas		
Ano	Invalidez	Velhice
Ano 2013	234	198
Ano 2012	222	200
Taxa de Variação	5,4	-1,0

Fonte: Sistemas de estatística da Segurança Social/Dezembro de 2013

Na evolução do valor dos montantes transferidos/pagos, regista-se um aumento nas diversas modalidades da pensão social:

Quadro 40. Pensionistas por invalidez e velhice do Regime da Solidariedade no concelho, por montante

Pensão Social/Evolução dos Montantes Pagos		
Ano	Invalidez	Velhice
Dez-13	876.713,22 €	684.387,15 €
Dez-12	832.187,27 €	672.868,64
Taxa de Variação	5,4	1,7

Fonte: Sistemas de estatística da Segurança Social/Dezembro de 2013

Quanto à distribuição por género, o número de mulheres beneficiárias é superior ao dos homens:

Quadro 41. Pensionistas por invalidez e velhice do Regime da Solidariedade no concelho, por género

Ano 2013- Pensão Social Evolução do N.º de Pensionistas/Género			
Sexo	Invalidez	Velhice	Total
Masculino	139	56	195
Feminino	95	142	237
Total	234	198	432

Fonte: Sistemas de estatística da Segurança Social/Dezembro de 2013

Ainda ao nível das freguesias apresenta-se os dados relativos ao Complemento Solidário para Idosos:

Quadro 42. Complemento Solidário para Idosos por freguesia e montante

DEZ 2013 CSI - Freguesias	Número de Beneficiários	Montante Anual	Mont/ Benef
Palmela	414	358.523,91 €	866,00 €
Pinhal Novo	461	690.641,18 €	1.498,14 €
Poceirão e Marateca	379	805.548,87 €	2.125,46 €
Quinta do Anjo	225	417.745,31 €	1.856,65 €
Total	1.479	2.272.459,27 €	1.536,48 €

Fonte: Sistemas de estatística da Segurança Social/Dezembro de 2013

As freguesias do Pinhal Novo e Palmela têm o maior número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos. Em Palmela, o montante anual médio por beneficiário é claramente inferior aos das restantes freguesias do concelho. Importa apurar a que se deve tal

diferença, muito em particular em relação à freguesia do Pinhal Novo, cujo número de beneficiários é aproximado ao de Palmela; mas cujo montante médio anual se situa muito acima do verificado para esta última.

É na União das Freguesias do Poceirão e Marateca que o valor médio anual por beneficiário é mais elevado, fixando-se acima dos dois mil euros. Porém, o número reduzido de beneficiários poderá contribuir para inflacionar aquele valor médio. Com efeito, se tomarmos por referência a freguesia com o menor número de beneficiários, a saber, a Quinta do Anjo, também se depara com um montante médio mais elevado, quando comparado aos das freguesias com maior número de beneficiários (Pinhal Novo e Palmela).

Subsistema de proteção familiar

Este subsistema tem como intuito “assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos quando ocorreram as eventualidades legalmente previstas” (Art.44 da Lei 83-A/2013 de 30 de Dezembro). Conforme o art.º 45, o subsistema da proteção familiar abrange a generalidade das pessoas.

A sua operacionalização realiza-se através da “concessão de prestações pecuniárias, sendo suscetível de ser alargada, de modo a dar resposta a novas necessidades sociais, designadamente no caso de famílias monoparentais, bem como as que relevem, especificamente, dos domínios da deficiência e da dependência”. A lei pode ainda prever, com vista a assegurar uma melhor cobertura dos riscos sociais, a concessão de prestações em espécie, não prejudicando a atribuição de prestações da ação social.

O consumo de drogas ilícitas pode-se enquadrar neste subsistema na medida em que, o abuso de drogas e a dependência destas representam um grande problema social, para os indivíduos, famílias e comunidades em toda Europa. O tratamento eficaz para a minimização desta problemática passa pelos Governos garantirem, através dum quadro jurídico, o acesso de todos os to-

xicodependentes a meios de tratamento, pela área da Saúde, e a processos de reinserção social pela área da Segurança Social.

Toxicodependência

O consumo de substâncias ilícitas, estupefacientes, por parte de indivíduos que se refugiam à margem da sociedade incita o aumento dos riscos e danos ao nível da saúde e da sociedade em geral.

Esta problemática proporciona no indivíduo e respetiva família situações de fragilidade que obrigam a uma atenção e intervenção com o intuito de assegurar os direitos essenciais de forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão, bem como a garantir o apoio adequado em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar.

Neste sentido surgem Medidas Governamentais com o propósito de minimizar e tentar erradicar o flagelo social.

Com vista à prossecução do objetivo definido pelo Governo de forma a garantir a todos os toxicodependentes condições de acesso a meios de tratamento, surge com o Decreto-Lei 72/99 de 15 de maio, diretrizes que visam apoiar instituições privadas que trabalham neste domínio, bem como na área da reinserção social dos toxicodependentes.

O sistema de apoio ao tratamento e reinserção social de toxicodependentes tem como suportes convenções que visam a prestação de serviços de tratamento de toxicodependência por três tipos de unidades:

- Clínicas de desabilitação;
- Comunidades terapêuticas;
- Centros de Dia.

No Concelho de Palmela existem quatro Comunidades Terapêuticas que dão resposta às solicitações para tratamento e reinserção social sinalizadas a nível nacional:

- Centro Jovem Tejo - Rua António José Marques s/n Quinta do Anjo - Palmela;

- Sol Nascente - Avenida Natália Correia 148, 2º Dt. - Pinhal Novo;
- Rumo Certo, Apoio e Tratamento de Dependência Química e outras Adições, Lda - Quinta do Anjo;
- Erguer, Associação de Reabilitação de Toxicodependência – Rua Manuel Pitorra, Quinta do Anjo

As situações de toxicodependência identificadas, ao nível dos indivíduos que solicitem apoio para tratamento no Concelho de Palmela são encaminhadas para as Equipas de Tratamento (E.T.) da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que por sua vez atendem, avaliam e promovem o adequado encaminhamento, optando o indivíduo pelo acompanhamento ambulatório ou pelo encaminhamento para as respectivas Comunidades Terapêuticas.

Relativamente às situações do Concelho de Palmela e segundo a Equipa de Tratamento de Setúbal, no ano 2013 acompanhou e continua a realizar acompanhamento a 120 indivíduos do Concelho.

De acordo com os quadros seguintes, é nas freguesias de Pinhal Novo e de Palmela que se concentram a maior parte das situações sinalizadas e acompanhadas.

Quadro 43. Utentes ativos por freguesia, 2012 e 2013

Freguesias	Ativos 2012	Ativos 2013
Marateca	12	10
Palmela	37	37
Pinhal Novo	50	48
Poceirão	6	6
Quinta do Anjo	13	19
Sem Informação	1	0
Total	119	120
Total Utentes Ativos ET	770	802
Total%	15,45	14,96
Nº Utentes distintos (CRI)	119	120

Fonte: Equipa ET, 2014

Aferindo-se a dispersão das situações pelo género, verifica-se que os consumos incidem sobretudo no sexo masculino com 78,9% das situações, representando as mulheres 21,1% dos casos.

Quadro 44. Utentes ativos por freguesia e por sexo, 2013

Freguesias	M	F	M%	F%	Total	120
Marateca	10	0	100,0	0,0	100,0	10
Palmela	31	6	83,8	16,2	100,0	37
Pinhal Novo	40	8	83,3	16,7	100,0	48
Poceirão	4	2	66,7	33,3	100,0	6
Quinta do Anjo	15	4	78,9	21,1	100,0	19
Total	100	20	83	17	100,0	100%

Fonte: Equipa ET, 2014

Ao observar a dispersão dos valores das situações acompanhadas pelos vários grupos etários, verifica-se que as práticas de consumos incidem sobretudo na população adulta sobretudo entre os 30 e 39 anos, seguidos pelos indivíduos entre os 40 e 49 anos de idade, sendo esta uma população sobretudo com o primeiro e o segundo ciclo do ensino básico.

Quadro 45. Utentes ativos por freguesia e por escalão etário, 2013

Freguesias	-14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69+	Total
Marateca	0	0	0	0	2	5	2	0	0	0	1	0	10
Palmela	1	3	1	0	10	5	5	5	4	2	0	1	37
Pinhal Novo	0	1	1	3	9	10	7	10	5	0	2	0	48
Poceirão	0	0	0	3	0	1	1	0	1	0	0	0	6
Quinta do Anjo	0	0	0	0	1	6	4	5	3	0	0	0	19
Total	1	4	2	6	22	27	19	20	13	2	3	1	120
Total %	0,8	3,3	1,7	5,0	18,3	22,5	15,8	16,7	10,8	1,7	2,5	0,8	100,0

Fonte: Equipa ET, 2014

Quadro 46. Utentes ativos por freguesia e por nível de escolaridade, 2013

Freguesias	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	Frequência Universitária	Grau Universitário	Desconhecido	Sem Informação	TOTAL
Marateca	2	6	0	0	0	0	0	2	10
Palmela	6	11	8	6	1	0	1	4	37
Pinhal Novo	11	6	11	9	0	1	2	8	48
Poceirão	3	2	0	0	0	0	1	0	6
Quinta do Anjo	7	3	3	4	1	0	1	0	19
Total	29	28	22	19	2	1	5	14	120
Total%	24,2	23,3	18,3	15,8	1,7	0,8	4,2	11,7	100,0

Fonte: Equipa ET, 2014

Por último, e ainda de acordo com os dados disponibilizados, refira-se que as drogas que registam maior proeminência a nível dos consumos é a heroína com 40,0% seguida do álcool com 21,7%.

Quadro 47. Utentes ativos por freguesia e por tipo de drogas consumidas, 2013

Freguesias	Álcool	Heroína	Cocaína	Crack	Cannabis	Outras Substâncias*	Sem Informação	Sem Droga Principal	TOTAL
Marateca	3	5	0	0	0	0	0	2	10
Palmela	6	15	2	0	3	0	6	5	37
Pinhal Novo	9	19	3	0	3	1	4	9	48
Poceirão	2	3	0	0	0	0	0	1	6
Quinta do Anjo	6	7	3	0	1	0	2	0	19
Total	26	49	8	0	7	1	12	17	120
Total%	21,7	40,8	6,7	0,0	5,8	0,8	10,0	14,2	100,0

* Envolve Alucinogéneos, Anfetaminas, Benzodiazepinas, Ecstasy/MDMA, Outros Estimulantes, Outros Hipnóticos, Tabaco e Outras Substâncias.

Fonte: Equipa ET, 2014

Refira-se que esta problemática, que é tratada e acompanhada na Saúde como doença, é também alvo de acompanhamento social por as repercussões destas situações envolverem para além do indivíduo, o meio familiar e comunidade.

Banco Alimentar contra a Fome da Península de Setúbal

Ainda referindo o subsistema da Proteção Familiar, pode-se mencionar o Banco Alimentar Contra a Fome que, sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, assegura a cedência em espécie (bens alimentares) aos Indivíduos/famílias, proporcionando uma maior cobertura dos riscos sociais.

O Banco Alimentar contra a Fome da Península de Setúbal desenvolve a sua atividade no concelho de Palmela desde 2000, sendo uma Instituição de Solidariedade Social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública.

Ao nível do concelho de Palmela são apoiadas 14 instituições (com acordo), o que representa 2027 pessoas, e pontualmente 5 instituições (1013 pessoas), num total de 3040 pessoas abrangidas (Banco Alimentar contra a Fome, Relatório de Atividades 2012).

Quadro 48. Instituições com acordo e número de pessoas apoiadas

Instituições com acordo e número de pessoas apoiadas	
Centro Social de Palmela	177
Associação Avós Netos	50
União Sol Crescente da Marateca	140
Casa do Povo de Palmela	166
Grupo Sócio-Caritativo de S. José	357
Centro Social de Quinta do Anjo	300
Ass. de Solidariedade Brejos do Assa "O Rouxinol"	110
Grupo Sócio-Caritativo S. Pedro da Marateca	70
Igreja do Sagrado Coração de Jesus/Nossa Senhora da Redenção	180
Associação de Convívio de Idosos de Cabanas	20
Associação Sol Nascente	18
ARPI	80
Grupo Sócio Caritativo do Poceirão	163
Total	1831

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Instituições apoiadas pontualmente sem acordo e número de pessoas apoiadas:

Quadro 49. Instituições apoiadas pontualmente e sem acordo e número de pessoas apoiadas

Instituições apoiadas pontualmente e sem acordo e número de pessoas apoiadas	
Santa Casa da Misericórdia de Palmela	105
Fundação COI	576
Centro Social Paroquial de Pinhal Novo	34
Junta de Freguesia de Marateca	137
Comissão Social de Freguesia de Palmela	161
Total	1013

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Apesar de ainda não se encontrar disponível o relatório de atividades de 2013, o Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal não regista, presentemente, instituições do concelho em lista de espera e refere que não se registam alterações significativas face aos dados de 2012.

Ao nível do apoio a famílias em situação de carência económica, refira-se, ainda, o número de famílias presentemente abrangidas pelos Grupos Sócio Caritativos:

Quadro 50. Grupos sócio caritativos no concelho

Grupos Sócio-Caritativos	Famílias	Pessoas
Grupo Sócio-Caritativo do Poceirão	69	163
Grupo Sócio-Caritativo da Marateca	74	S/inf
Grupo Sócio-Caritativo do Pinhal Novo	100	450
Total	243	613

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) é uma ação anualmente promovida pela Comissão Europeia e que adota um plano de atribuição de recursos aos Estados-Membros, para o fornecimento e distribuição de géneros alimentícios a favor de pessoas mais necessitadas da União Europeia. A Comissão Europeia através do Regulamento (CEE) n.º 3149/92, de 29 de Outubro, estabelece as normas de execução para o fornecimento de géneros alimentícios, iniciativa que ocorre duas/três vezes por ano, de acordo com o Plano Nacional Anual de Distribuição dos Produtos Alimentares.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, 10 entidades do concelho beneficiam deste apoio alimentar, cujos bens a disponibilizar às famílias dependem do volume de excedentes disponíveis.

Quadro 51. Instituições beneficiárias da Medida PCAAC

Instituição	Localidade	Utentes das Entidades Beneficiárias	N.º Beneficiários das Entidades Mediadoras	Total	N.º Famílias das Entidades Mediadoras
Centro Social de Palmela	Palmela	250	510	760	213
Questão de Equilíbrio	Palmela	16	0	16	0
Associação de Convívio para Idosos de Cabanas	Cabanas	22	220	242	133
Grupo Sócio Caritativo de S. José (Paróquia do Pinhal Novo)	Pinhal Novo	0	278	278	116
Fundação COI (Centro de Ocupação Infantil)	Pinhal Novo	21	496	517	153
Centro Social da Quinta do Anjo	Quinta do Anjo	62	71	133	34
Junta de Freguesia da Marateca	Águas de Moura	0	174	174	89
Associação Sol Nascente - Recuperação de Toxicodependentes	Pinhal Novo	33	23	56	11
Questão de Equilíbrio - Associação de Educação e Inserção de Jovens	Miraventos	16	104	120	28
Casa do Povo de Palmela	Palmela	4	29	33	10
Comissão Social de Freguesia de Palmela	Palmela	0	161	161	83
Questão de Equilíbrio	Palmela				
Total		408	2066	2474	870

Fonte: Sistemas de Estatísticas da Segurança Social, Dezembro de 2013

Refira-se ainda que esta medida foi alterada na Resolução do Conselho de Ministros 100/2013, Decreto Lei 252 Série 1 de 30 de Dezembro de 2013, passando a designar-se por “Programa Operacional Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (2014-2020)”.

Que evoluções positivas regista o NPISA de Setúbal nos últimos anos?

“A integração do interlocutor local de Palmela no NPISA de Setúbal é uma mais-valia que apresenta no desenvolvimento e articulação conjunta que potencializa um trabalho em Rede Supraconcelhio.

A tentativa de se uniformizar procedimentos e encontrar respostas integradas potencia um trabalho em Rede Supraconcelhio.”

População Sem – Abrigo

Outra situação que necessita de intervenção e acompanhamento social constante ao nível da inclusão é a pessoa sem-abrigo. Este grupo insere-se no tema Vulnerabilidade por se reconhecerem aspetos de carência e exclusão social.

Antes de se passar à explanação da interpretação dos dados será de todo conveniente, dar a conhecer sobre o tema sem-abrigo o conceito a partir do qual foi construída toda a estratégia adotada pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (ENIPSA).

Posto isto, “considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- sem teto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;
- sem casa – encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.”

Partindo deste pressuposto, o ENIPSA adiantou ainda que “...sempre que a dimensão do fenómeno o justifique, deverá ser constituído, no âmbito da rede social, um Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA)... Nos casos em que não seja necessária a constituição de um Núcleo, deve ser identificado um Interlocutor Local para a Estratégia Sem-Abrigo, no âmbito da rede social.”

Neste âmbito, informa-se que no Concelho de Palmela, passou a ser identificado, do Conselho Local de Ação Social, um Interlocutor Local para a Estratégia Sem – Abrigo, na pessoa do coordenador do Núcleo Local de Inserção de Palmela, atualmente, a fazer parte do NPISA de Setúbal como parceiro convidado.

Posto isto, urge passar ao escrutínio dos dados que se seguem. Estes reportam-se ao levantamento da população sem-abrigo levado a cabo, durante o ano de 2013, em todas as freguesias do concelho de Palmela para a realização do Diagnóstico da População Sem-Abrigo do Concelho de Palmela.

A informação recolhida foi desagregada à escala da freguesia; por género, idade, nacionalidade, escolaridade e situação face à atividade da população sem-abrigo recenseada.

Procurou-se também lançar uma luz sobre as causas que conduziram estes indivíduos à condição de sem-abrigo, bem como tipificar a situação habitacional anterior àquela realidade social.

Por último, procedeu-se à identificação dos problemas mais prementes que afetam estes indivíduos, e para os quais urge encontrar respostas.

As pessoas sem-abrigo identificadas no levantamento sociodemográfico concentram-se maioritariamente na freguesia do Pinhal Novo, que é a mais populosa do concelho de Palmela.

Com efeito, perto de dois terços, num universo de 24 situações referenciadas como pessoa sem-abrigo, foram identificados no Pinhal Novo, como se pode observar:

Quadro 52. Distribuição da População Sem-abrigo

Distribuição da População Sem-abrigo		
Freguesia	N.º	%
Pinhal Novo	15	62,5
Quinta do Anjo	7	29,2
Palmela	1	4,2
Poceirão	1	4,2
Total	24	100,0

Fonte: Diagnóstico da população Sem-abrigo 2013/Interlocutor de Palmela ENPISA

Que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

“As respostas precárias e insuficientes na área do sem-abrigo em ambos os Concelhos têm vindo a diminuir face ao aumento de situação que hoje se integram no Conceito de Sem-Abrigo, nomeadamente, perda de habitação, habitações degradadas e indignas para ser habitadas...”

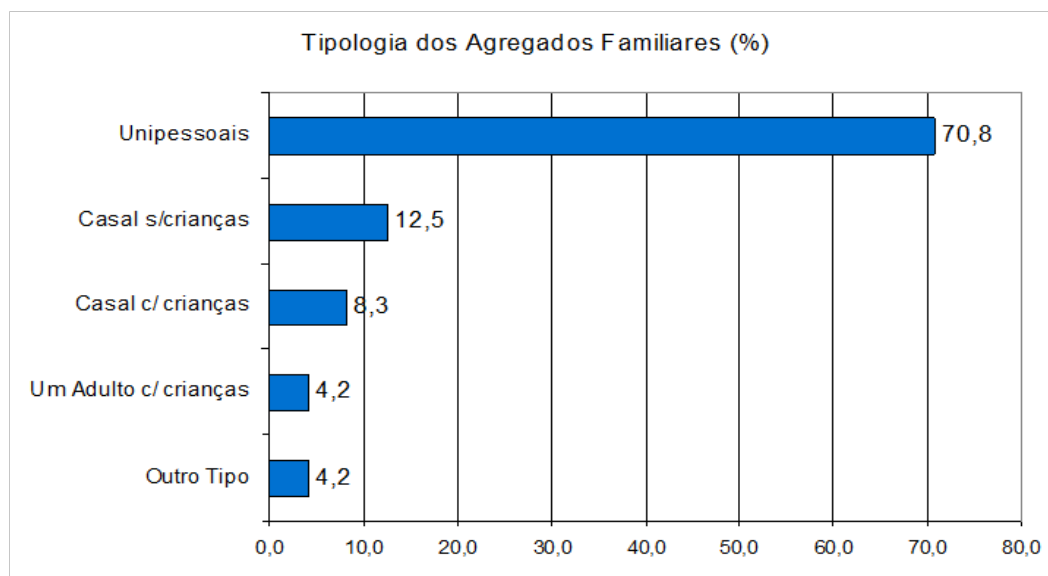
Com uma média de idades na casa dos 50 anos, esta população é predominantemente masculina. Esta população é composta por indivíduos de nacionalidade portuguesa, a exceção foi feita apenas a um cidadão nacional da Roménia. Salienta-se que se está presente de indivíduos em idade ativa, cuja amplitude etária varia entre os 19 e os 64 anos.

Em relação ao nível de escolaridade atingida, um terço da população identificada não completou o 1.º Ciclo do Ensino Básico. E se a este terço juntarmos os indivíduos que completaram o 1.º Ciclo, tem-se mais de metade da população abrangida pelo levantamento.

No que se refere à tipologia familiar, predominam largamente os isolados. Contudo, também se observa a presença de adultos com crianças/menores. Tal verifica-se em seis agregados familiares. Em cinco desses casos, trata-se de casais com crianças a seu cargo; no restante, de uma família de tipo monoparental.

Face a estes dados, ou seja, considerando os menores e os cônjuges/companheiros, o número pessoas na condição de sem-abrigo é superior aos 24 indivíduos referenciados no levantamento populacional. Não foi no entanto recolhida informação estatística respeito destes indivíduos, pelo que o presente relatório se circunscreve às 24 pessoas identificadas e alvo de inquirição.

Gráfico 44. Tipologia dos Agregados Familiares



Fonte: Diagnóstico da população Sem-abrigo 2013

No que se refere à *situação face à atividade*, o desemprego parece afetar a generalidade da população inquirida. Apenas um dos indivíduos inquiridos alegou razões de saúde impeditivas do desempenho de qualquer tipo de atividade, incluído as de carácter laboral.

Quanto aos restantes 23 indivíduos, consideraram-se desempregados. Ou seja, não indicaram problemas de saúde incompatíveis com o exercício de uma atividade laboral.

Por último, o Rendimento Social de Inserção é a fonte de sustento dos sem-abrigo referenciados no levantamento:

Uma parte significativa dos indivíduos alvo de inquirição caiu na condição de sem-abrigo há muito pouco tempo. Pode-se verificar que um quarto dos inquiridos referiu estar nessa condição “há menos de dois meses.” Alargando esse período até um ano, encontra-se mais de 40% das pessoas identificadas no levantamento. Quase 60% dos indivíduos referenciados estão há um ou mais anos na condição de sem-abrigo:

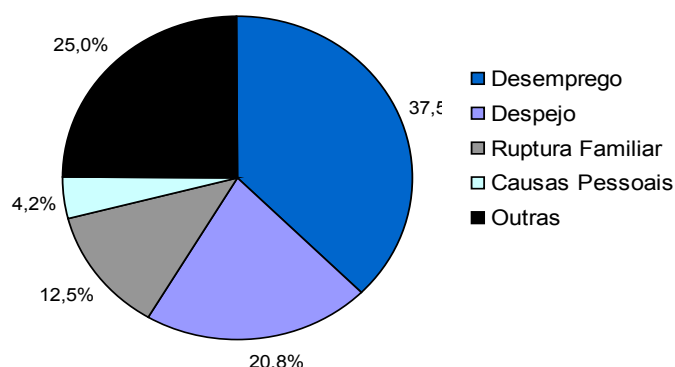
Quadro 53. Tempo na Condição de Sem-abrigo

Tempo na condição de Sem-abrigo?	
Menos de 2 meses	6
Entre 2 e 6 meses	2
Entre 6 meses e 1 ano	2
Entre 1 e três anos	7
Entre 3 e 5 anos	5
Mais de 5 anos	2
Total	24

Fonte: Diagnóstico da população sem-abrigo do Concelho de Palmela 2013/Interlocutor ENPISA

Em relação às causas que levaram à situação de sem-abrigo, a maioria dos inquiridos referiu problemas de índole económica, a saber, o desemprego e os despejos.

Com efeito, estão nessa situação mais de metade dos sem-abrigo entrevistados:

Gráfico 45. Causas da situação Sem-abrigo**Causas que levaram à condição de Sem-abrigo**

Fonte: Diagnóstico da população sem-abrigo do Concelho de Palmela 2013/Interlocutor ENPISA

Já no que se refere aos indivíduos *há menos de 2 meses* nessa situação, a ruptura familiar e o desemprego emergem como as causas mais referidas.

Em relação às condições habitacionais anteriores à situação de sem-abrigo, pode-se constatar um quadro de precariedade que já vem detrás: quase metade das pessoas entrevistadas disse habitar em estruturas de alojamentos temporários, caravanas, viaturas, etc. Em suma, viviam em alojamentos não convencionais ou, na definição do Instituto Nacional de Estatística, *Alojamentos Não Clássicos - Todo o local que, no momento de referência está ocupado por pessoas e que não satisfaz inteiramente as condições de alojamento clássico. Estão compreendidos, nesta categoria: barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação* (INE – Censos para a Habitação e a População).

A equipa de técnicos que levou a cabo este levantamento da população sem-abrigo identificou necessidades de apoio urgente/prioridades de resposta para cada um dos indivíduos objeto de inquirição. Este trabalho de identificação de necessidades mais prementes reflete

as respostas fornecidas pelos sem-abrigo. De entre este conjunto de problemas emerge a necessidade de ocupação ou emprego, assim como as respostas no campo da saúde, que assumem também primazia.

A população sem-abrigo identificada no concelho de Palmela é predominantemente composta por homens em idade ativa sem ocupação. O desemprego é a norma, a par da baixa escolaridade. Foram as causas económicas, mais do que as rupturas familiares, que levaram estes indivíduos à condição sem-abrigo.

Violência Doméstica ²¹

A violência doméstica é aqui abordada no enquadramento definido pela legislação portuguesa, como fenómeno que consubstancia um crime público (Código Penal, Art.152) e que tem vindo a assumir um enfoque crescente nas políticas nacionais e internacionais. O V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017) veicula já o amadurecimento das últimas décadas de reflexões e investigações, que salientam a necessidade de olhar com atenção para os contornos de género presentes no fenómeno da violência doméstica.

Se é certo que, quer no plano legislativo, quer no plano das condutas coletivas, estamos já longe das normas do Estado Novo onde, por exemplo, a mulher tinha de pedir autorização ao marido para se ausentar do país e era ele quem geria o seu património, a verdade é que as estatísticas nacionais e internacionais dão o alerta para a gravidade e intensidade das várias formas de violência contra as mulheres, que teimam em perpetuar-se, agravadas pelo facto de muitas ocorrerem no seio da família e muitas vezes “entre quatro paredes”, ocultando-se e passando por uma violência inexistente: “De entre os vários tipos de violência exercida contra as mulheres, a que é praticada no espaço doméstico mantém-se mais oculta”, como diria Michelle Perrot, pelo que o seu com-

²¹ Informação elaborada e gentilmente cedida pela SEIES- Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, crl.

bate é também mais difícil. As medidas legislativas tomadas neste domínio desde 1991, até à última lei sobre a violência doméstica, de 2007, representam um esforço nesse domínio. Contudo, só uma minoria de vítimas apresenta queixa às forças policiais ou recorre aos tribunais, como o mostram os estudos sobre a saúde e violência contra as mulheres e os resultados recentes sobre a violência de género²².” O mesmo enfoque é dado pelo mais recente relatório da OMS intitulado “Estimativas mundiais e regionais da violência contra mulheres: prevalência e efeitos na saúde da violência doméstica e sexual”, divulgado em 2013, onde se refere que cerca de 30 por cento das mulheres que já tiveram relações íntimas serão, nalgum momento, vítimas de violência física e/ou sexual cometida pelos parceiros. Contudo, para os investigadores envolvidos, “o principal desafio que ressalta é precisamente o carácter oculto destes atos de violência. Pelo menos 20% das mulheres que disseram ter sido alvo de violência física no estudo nunca tinham falado disso antes de serem entrevistadas. Apesar das consequências para a sua saúde, poucas mulheres afirmaram terem recorrido a um serviço oficial – serviço de saúde ou polícia – ou a pessoas com responsabilidades, tendo preferido recorrer a amigos, vizinhos ou familiares²³.” É, assim, mantendo uma especial atenção à propensão para a invisibilidade da problemática da violência doméstica que se analisam os dados estatísticos disponíveis, salientando desde já a importância de se começarem a evidenciar no concelho de Palmela alguns sinais de desocultação de situações, fruto de um esforço interinstitucional conjunto.

No concelho de Palmela, a prevenção e combate à violência doméstica, como intervenção especializada e pontual, inicia-se em 2011, o que permitiu que começasse a tornar-se “visível” como problema, quer ao nível social, quer ao nível das organizações.

Foi implementado já um projeto de acompanhamento individual a vítimas de violência doméstica (Projeto “VAIVÉM Contra a Violência”), que disponibilizou acompanhamento individual (entre Junho de 2011 a Dezembro de 2013), privilegiando a intervenção junto das populações de uma área rural (Poceirão) e de uma área urbana (Pinhal Novo). Foi ainda promovido um projeto de sensibilização comunitária (Projeto “Passa Palavra”) e Formação Para Públicos Estratégicos (na área da igualdade de género), promovidos pela SEIES – Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, em parceria com a Autarquia de Palmela, e com financiamento POPH/QREN.

As estratégias de intervenção preconizadas por estes projetos reforçam a execução das medidas propostas pelas políticas nacionais e comunitárias definidas pelos Planos Nacionais em vigor aquando do seu desenho de candidatura: IV PNI – “Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação”; e o IV PNCVD – “Plano Nacional Contra a Violência Doméstica”. Em resultado destas intervenções, o Município apresentou em sede CLASP, em 2012, o 1º Plano Municipal de Combate e Prevenção à Violência Doméstica, sendo em 2013 lançadas duas grandes campanhas de rua sob os motes “O vinho dá prazer, não o use como desculpa” e “Bater, Manipular, Humilhar. É de homem?”.

Nos dois anos e meio de intervenção do projeto VAIVÉM, foi possível traçar o perfil das pessoas vítimas acompanhadas em atendimento individual, em duas freguesias, com disponibilidade do serviço prestado de um dia por semana.

O apoio foi requerido pessoalmente ou resultou de sinalização pelas instituições, evidenciando-se no perfil das pessoas vítimas que foram acompanhadas os seguintes traços: sobretudo mulheres (90%), adultas com idades

²² Custos Sociais e Económicos da Violência Exercida Contra as Mulheres em Portugal: dinâmicas e processos socioculturais, Manuel, Manuel; Barros, Pedro Pita; Cerejo, Sara Dalila.

²³ Centro Regional de Informação das Nações Unidas, <http://www.unric.org/pt/mulheres/5651>.

compreendidas entre os 20 e os 40 anos (40%) e entre os 41 e os 60 anos (45%). O nível de escolaridade prevalente situa-se entre o 3º Ciclo e o Ensino Secundário. Quanto à situação face ao trabalho, as desempregadas estão em maior número do que as que trabalham: 40% para 36%. Os homens (de todas as idades), as raparigas entre os 12 e os 19 anos e as mulheres idosas com mais de 61 anos são os públicos que menos recorreram aos serviços de apoio.

Os dados recolhidos pela SEIES ressaltam o paralelo com os dados recolhidos a nível nacional pelas denúncias registadas nas Forças de Segurança, uma vez que, de 2009 a 2013, se constata que 82% das vítimas foram mulheres, com idade igual ou superior a 25 anos (Relatório Anual de Segurança Interna 2013, pág.81). Este perfil é igualmente corroborado pelos dados da APAV “Num total de 8.733 de casos acompanhados pela APAV em 2013, 82,8% destes eram pessoas do sexo feminino. No que diz respeito à idade das vítimas, as mesmas situavam-se sobretudo entre os 25 e os 54 anos de idade (APAV, Relatório anual 2013).

Num breve balanço do impacto dos projetos promovidos no território concelhio de Palmela, considera-se que foram dados passos importantes para o desenvolvimento de competências ao nível da sinalização precoce e do encaminhamento de pessoas e famílias vítimas de violência.

Este trabalho foi realizado por equipas constituídas por técnicos/as provenientes de 9 instituições sinalizadoras, dando corpo ao conceito de parceria e implementando no terreno formas de cooperação interinstitucional. Realça-se o reforço da comunicação e da partilha de conhecimentos entre as instituições no domínio da violência doméstica e de género, com ganhos de eficácia no campo das medidas de proteção às vítimas e no acompanhamento destas.

Pela natureza complexa e enraizada do fenómeno da violência doméstica, verifica-se a necessidade de aprofundar o trabalho com as várias equipas do território, muito particularmente junto de cada profissional, inves-

tindo na desconstrução de estereótipos de género que, não raro, se reproduzem ao nível da relação estabelecida com as/os utentes e ainda na invisibilidade institucional do fenómeno, associada às dificuldades resultantes da frágil estrutura de respostas para estas situações ao nível concelhio entre 2011 e 2013, e inexistente a partir de então.

A naturalização dos papéis estereotipados de género, a pobreza, o desemprego, a precariedade no trabalho e a falta de suporte social e familiar são fatores indissociáveis dos processos de dependência/vulnerabilidade, que não justificam em exclusivo a prevalência do fenómeno mas que o potenciam e dificultam a criação de soluções, bem como a reconstrução de novos percursos de vida.

Por outro lado, os inegáveis avanços no campo legislativo não têm muitas vezes tradução no plano da segurança das vítimas - em grande parte mulheres -, pelo que, denunciar e romper com o círculo vicioso da violência não se afigura fácil. Tal é sentido com maior acuidade nas zonas rurais, onde o risco de exposição pública é maior.

Se hoje se sabe que, “Em média, as vítimas demoram 13 anos até conseguirem terminar uma relação agressiva em que tenham estado” (Paulino, Mauro, Investigação de Mestrado, Universidade Nova Lisboa, 2013), são muitas as mulheres que permanecem várias décadas à espera de encorajamento:

“Há muitos anos que esperava que alguém me viesse perguntar o que penso sobre a violência doméstica. Quero fazer qualquer coisa, já não por mim, mas pelas minhas filhas e pelas raparigas novas.” (frase de uma mulher participante numa sessão de sensibilização promovida pelo projeto VAIVÉM).

As estatísticas sistematizadas a nível nacional têm evidenciado resultados constantes há vários anos, colocando o Distrito de Setúbal em alerta vermelho sobre a incidência da problemática.

Em 2013, a nível nacional, foram registadas 27.318 participações de violência doméstica (VD) pelas forças de segurança – GNR e PSP e 40 homicídios conjugais/passionais. Foram registadas mais 640 participações do que em 2012, o que representa um aumento de 2,4%.

O Distrito de Setúbal aparece como o 3º distrito com maior número de participações a nível nacional (2262 participações em 2012 e 2380 participações em 2013), o que corresponde a uma taxa de incidência de 2,80%, superior à taxa de incidência média nacional de 2,59%. A taxa de variação que espelha o aumento de denúncias também é superior no distrito de Setúbal (5,2%) em ponderação com a média nacional (2,4%). (RASI, 2013).

Os dados estatísticos recolhidos pela APAV a nível nacional são concordantes com os dados recolhidos pelas Forças de Segurança, colocando o distrito de Setúbal como o 4º com mais processos de apoio registados em 2013 (620 pedidos de ajuda), posição que se tem repetido por várias vezes nos últimos anos.

O número de casos conhecidos, que retratam uma realidade alarmante são, na verdade, muito inferiores ao número de casos que existem e que não são desocultados ou denunciados, uma vez que se estima que uma em cada três mulheres da União Europeia foi vítima de violência física ou sexual, como concluiu o maior estudo sobre violência de género realizado na EU, pela Agência dos Direitos Fundamentais da EU, e divulgado em Março de 2014. Este estudo refere ainda que uma em cada cinco mulheres disse ter sofrido essa violência por parte do parceiro ou ex-parceiro e que a maioria das vítimas (67%) permaneceu em silêncio, não denunciando a ninguém o caso mais grave de violência por parte de parceiro.

Conclui-se, assim, que os dados referentes ao distrito de Setúbal permitem, para além do que mostram, uma segunda leitura sobre o número de situações que aumenta todos os anos, mostrando também que todas as situações conhecidas através dos números são igualmente situações de violência desocultadas. Este indicador tem

vindo a desenhar uma curva crescente que evidencia menor tolerância ao crime de violência doméstica, maior informação e vontade de mudança. Sabe-se hoje que a estratégia mais eficaz para diminuir a incidência do crime de violência doméstica é torná-lo visível, incentivando e protegendo a denúncia e provocando a indignação coletiva.

Os dados estatísticos cedidos pela GNR/NIAVE de Setúbal, relativos à incidência de denúncias registadas pelos três postos territoriais do concelho de Palmela (localizados nas Freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Poceirão), mostram que o aumento desta incidência no concelho é desejável podendo vir a significar, em paralelo, uma crescente estratégia de intervenção territorial sistemática e concertada, maior capacidade de proteção e apoio às vítimas e famílias e uma forte aposta na informação e prevenção do crime de violência doméstica.

Crimes de violência doméstica denunciados e investigados pela GNR, ocorridos no concelho de Palmela entre 2010 e 2013:

Quadro 54. Denúncias registadas de crimes de violência doméstica por freguesia

GNR Postos Territoriais	2010	2011	2012	2013
Palmela	67	47	53	55
Pinhal Novo	69	38	43	53
Poceirão	21	10	20	27
Totais anuais	157	95	116	135

Fonte: GNR/NIAVE, 2014

Em síntese:

- De acordo com o agravamento das condições sócio económicas, o concelho de Palmela viu criada a resposta “Cantina Social”. Confirma-se a sua mais-valia na minimização das necessidades das famílias ao nível alimentar, tendo em conta que as instituições, para esta medida, estão na sua capacidade máxima.
- Confirma-se que em meados de 2012 houve uma diminuição do acesso à Medida de Rendimento Social

de Inserção (RSI) por força da entrada em vigor do novo Diploma Legislativo (Decreto-Lei 133/12 de 27 de junho), a qual se manteve relativamente constante em 2013;

- No período compreendido entre 2012 a 2013 verificou-se um ligeiro aumento (3,0%) no número de beneficiários de Pensões de Velhice confirmando-se a tendência de envelhecimento demográfico como expectável;
- No concelho de Palmela verifica-se que o número de pessoas toxicodependentes que requerem apoio não é significativo, observando-se valores similares nos dois anos, sendo estas situações acompanhadas pelas respostas competentes;
- Relativamente ao Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados salienta-se que a medida encontra-se implementada no Concelho, prevendo-se a sua alteração devido à nova legislação;
- Ao nível da população Sem-Abrigo, ainda que se assista ao respetivo enquadramento social das situações, constata-se o agravamento do número de situações, (face ao anterior diagnóstico social de 2009);
- Relativamente à problemática da violência doméstica (VD), refira-se o desenvolvimento de projetos que visam combater o fenómeno, o que vem a reforçar a VD como uma temática pertinente nos domínios da intervenção social.

4. Inclusão da pessoa deficiente

Nota introdutória

A promoção plena da pessoa com deficiência tem sido objeto de um trabalho continuado por parte das instituições, tanto ao nível central como local, por se considerar que este grupo da população se depara com um conjunto de obstáculos à sua integração.

Neste domínio, há que referir um passo fundamental ao nível do trabalho realizado em prol da integração das pessoas com deficiência e que se prende com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das Pessoas com Deficiência.

A adoção de uma Convenção sobre direitos humanos no início deste século resultou do consenso generalizado da comunidade internacional (Governos, ONG e cidadãos) sobre a necessidade de garantir, efetivamente, o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual das pessoas com deficiência e de reforçar a proibição da discriminação destes cidadãos através de leis, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade.

Com o objetivo de garantir, eficazmente, os direitos das Pessoas com Deficiência é instituído um sistema de monitorização internacional da aplicação da Convenção, através da criação do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no âmbito das Nações Unidas.

Portugal subscreve, integralmente, a abordagem dos direitos humanos das Pessoas com Deficiência defendida pela Convenção e participou, ativamente, na negociação multilateral da Convenção quer ao nível das Nações Unidas quer ao nível da União Europeia. As associações das Pessoas com Deficiência e suas famílias participaram, também, nesta negociação através das suas representantes europeias e internacionais.

De referir, igualmente, enquanto medida adotada para a integração plena da Pessoa com Deficiência, a implementação da Estratégia Nacional para a Deficiência 2011- 2013, a qual surge na sequência do PAIPDI - Plano Nacional para a integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade que vigorou entre 2006 e 2009.

A proposta para a Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 reúne um conjunto de medidas de âmbito interministerial, no respeito pelos princípios subjacentes à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com destaque para cinco eixos estruturantes, designadamente: deficiência e multidiscriminação; justiça e exercício de direitos; autonomia e qualidade de vida; acessibilidades e design para todos; modernização administrativa e sistemas de informação.

Contudo, apesar de um conjunto de esforços vários, refira-se que a caracterização da População com Deficiência sofre uma perda na medida em que se registam diversas “quebras de série” no que diz respeito ao Recenseamento Geral da População enquadrado pelo CENSOS, à qual a presente análise não é alheia.

Informação estatística

Apesar da lei portuguesa consagrar a toda a população a igualdade de direitos e deveres é um facto que a população deficiente continua a ser uma faixa da população vulnerável à exclusão social, nomeadamente quando se apresentam dificuldades à participação nas várias esferas da sociedade e ao exercício pleno da cidadania.

A informação estatística apresentada é de 2011 e foi disponibilizada pelo Recenseamento Geral da População e da Habitação, que no que à deficiência diz respeito foi estruturada de acordo com os princípios preconizados na Classificação Internacional da Funcionalidade (CIF), cujo objetivo geral é proporcionar uma linguagem co-

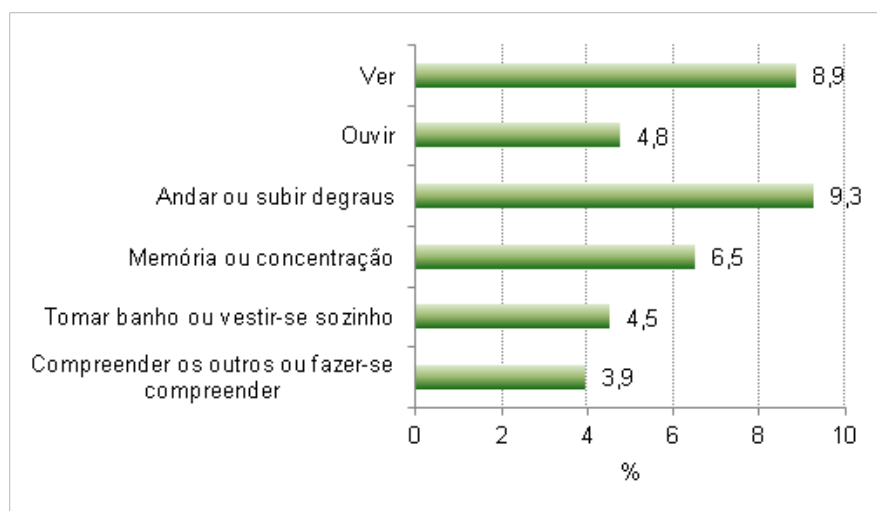
mum e padronizada bem como uma estrutura de trabalho para descrição da saúde e de estados relacionados com a saúde. No caso da informação apresentada nos Censos são avaliadas as dificuldades na realização de algumas atividades do dia-a-dia por motivos de saúde ou idade. As seis dificuldades avaliadas foram as dificuldades funcionais sensoriais (ver e ouvir), de mobilidade (andar ou subir degraus, tomar banho ou vestir-se sozinho) e de comunicação (memória e concentração, compreender ou fazer-se compreender). Existe, portanto, uma quebra de série face a 2001 que não pode ser menosprezada uma vez que, por um lado, já não se identificam deficiências ao qual era objetivamente atribuído um grau mas sim dificuldades, o que torna a informação demasiado abrangente e subjetiva.

**Quadro 55. Inquiridos segundo o tipo e o grau de dificuldade
(com muita dificuldade ou que não conseguem efetuar a ação) – Nº**

	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Portugal	920.519	533.202	980.000	655.377	471.557	399.889
Região Lisboa	222.734	122.175	223.044	158.532	104.210	87.758
Península de Setúbal	69.602	36.928	66.235	47.190	30.147	26.661
Concelho Palmela	5.564	2.996	5.816	4.080	2.848	2.474
Marateca	380	195	405	267	162	156
Palmela	1.647	930	1.741	1.253	924	750
Pinhal Novo	2.094	1.080	2.160	1.507	1.039	914
Quinta do Anjo	1.013	555	1.041	727	504	452
Poceirão	430	236	469	326	219	202

Fonte: INE, Censos, 2011

**Gráfico 46. Inquiridos do concelho de Palmela segundo o grau de dificuldade
(com muita dificuldade ou que não conseguem efetuar a atividade) (Nº)**



Fonte: INE, Censos 2011

Quanto ao tipo de incidências de dificuldades em Portugal, o andar ou subir degraus é a incidência mais frequente, seguida das dificuldades associadas à visão. A mesma tendência é verificável na Região de Lisboa, no concelho de Palmela e nas suas respetivas freguesias. A Península de Setúbal é a única unidade territorial onde as dificuldades associadas à visão se sobrepõem como dificuldade dominante ao andar e subir degraus.

Relativamente ao total da população residente no concelho de Palmela, a população com dificuldades em andar ou subir degraus ronda os 9,3% da população, enquanto 8,9% apresentam dificuldades associadas à visão. O compreender os outros e fazer-se entender a si próprio é a dificuldade que assume a percentagem mais baixa 3,9%.

Quadro 56. População residente com pelo menos uma dificuldade (Nº)

	Pessoas com 1 dificuldade	Pessoas com 2 dificuldades	Pessoas com 3 dificuldades	Pessoas com 4 dificuldades	Pessoas com 5 dificuldades	Pessoas com 6 dificuldades	Total
Portugal	821.298	407.277	224.595	149.048	88.291	102.210	1.792.719
Região Lisboa	207.233	95.988	52.491	33.961	20.331	20.712	430.716
Península de Setúbal	61.981	28.641	15.720	10.184	6.116	6.504	129.146
Concelho Palmela	4.847	2.355	1.273	909	542	676	10.602
Marateca	364	148	80	62	33	42	729
Palmela	1.374	690	384	289	169	223	3.129
Pinhal Novo	1.891	882	461	323	194	249	4.000
Quinta do Anjo	860	445	236	162	98	116	1.917
Poceirão	358	190	112	73	48	46	827

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 57. População residente com pelo menos uma dificuldade (%)

	Pessoas com 1 dificuldade	Pessoas com 2 dificuldades	Pessoas com 3 dificuldades	Pessoas com 4 dificuldades	Pessoas com 5 dificuldades	Pessoas com 6 dificuldades	Total
Portugal	7,8	3,9	2,1	1,4	0,8	1,0	17,0
Região Lisboa	7,3	3,4	1,9	1,2	0,7	0,7	15,3
Península de Setúbal	8,0	3,7	2,0	1,3	0,8	0,8	16,6
Concelho Palmela	7,7	3,7	2,0	1,4	0,9	1,1	16,9
Marateca	9,8	4,0	2,1	1,7	0,9	1,1	19,6
Palmela	7,9	3,9	2,2	1,7	1,0	1,3	17,9
Pinhal Novo	7,6	3,5	1,8	1,3	0,8	1,0	16,0
Quinta do Anjo	7,2	3,8	2,0	1,4	0,8	1,0	16,2
Poceirão	7,5	4,0	2,4	1,5	1,0	1,0	17,4

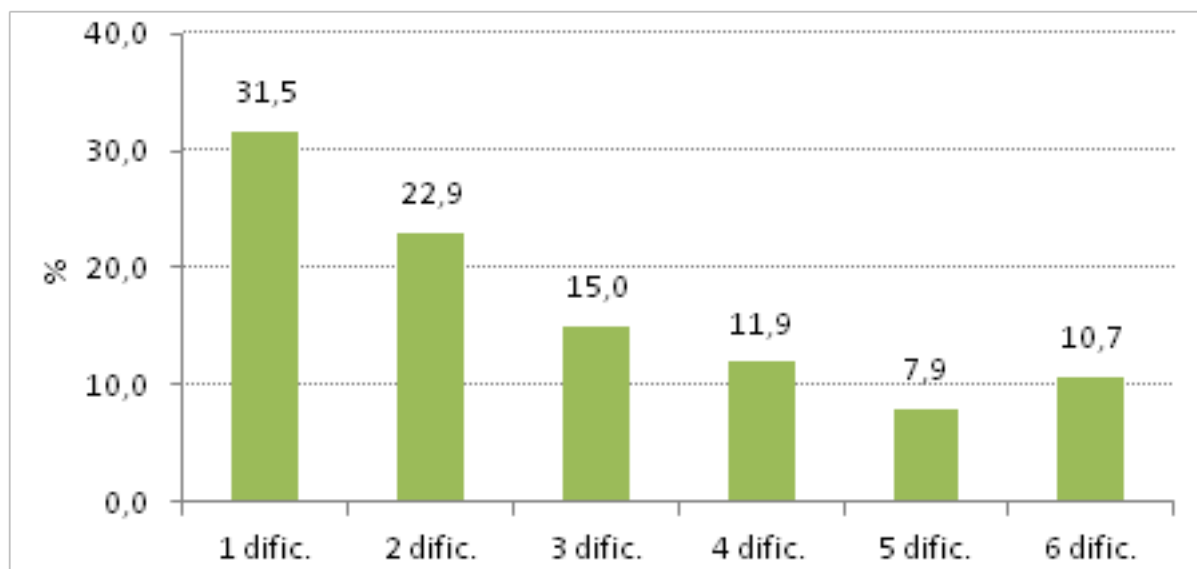
Fonte: INE, Censos, 2011

De acordo com os Censos 2011, no concelho de Palmela aproximadamente 7,7% da população residente tem pelo menos uma dificuldade e 1,1% das pessoas têm as seis dificuldades. A análise por freguesia demonstra que aquelas onde existe mais inquiridos com dificuldades são Marateca (19,6%) e Poceirão (17,9%). A freguesia de Pinhal Novo, por sua vez, é a que tem a percentagem mais baixa de pessoas com pelo menos uma dificuldade (16%).

Dada a caracterização demográfica do país mas também do concelho, onde a população idosa assume uma proporção assinalável, considera-se também pertinente analisar essa faixa da população face às suas dificuldades.

Relativamente ao número de dificuldades a tendência é de decréscimo, o que significa que os que têm apenas uma dificuldade rondam os 31,5%, os que têm duas dificuldades rondam os 22,9% no entanto, a percentagem dos que não conseguem efetuar nenhuma das seis ações -10,7% - é superior aos que têm cinco dificuldades (7,9%).

Gráfico 47. População do concelho com 65 ou mais anos segundo o número de dificuldades (%)



Fonte: INE, Censos 2011

No que diz respeito à incidência por tipo de dificuldade, diferencia-se pela idade dos inquiridos. Embora as limitações em andar ou subir degraus sejam a principal dificuldade manifestada, em todos os grupos etários da população com 65 ou mais anos, verifica-se que nas idades mais avançadas aumenta a incidência das dificuldades relacionadas com o ver e com o tomar banho ou vestir-se sozinho. A dificuldade de compreender ou fazer-se compreender é aquela que apresenta a percentagem mais baixa, seguida do ouvir e da memória ou concentração.

Quadro 58. Dificuldades por tipo, grau e grupo etário no concelho de Palmela (%) - 2011

Concelho de Palmela	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
	Tem muita dificuldade/ Não consegue	Tem muita dificuldade/ Não consegue	Tem muita dificuldade/ Não consegue	Tem muita dificuldade/ Não consegue	Tem muita dificuldade/ Não consegue	Tem muita dificuldade/ Não consegue
0 - 4 anos	x	x	x	x	x	x
5 - 9 anos	1,3	0,5	0,5	1,7	1,5	1,3
10 - 14 anos	2,8	0,4	0,4	3,2	0,5	1,1
15 - 19 anos	1,9	0,5	1,0	2,5	1,0	1,3
20 - 24 anos	2,4	0,5	1,0	2,1	0,2	1,2
25 - 29 anos	2,3	0,5	1,1	1,7	0,2	1,0
30 - 34 anos	3,0	0,9	1,5	2,1	0,9	1,4
35 - 39 anos	2,9	1,2	1,6	2,2	0,7	1,2
40 - 44 anos	4,0	1,2	2,5	3,3	1,0	1,7
45 - 49 anos	7,9	2,1	3,4	4,2	1,0	1,7
50 - 54 anos	10,3	2,7	6,1	4,9	1,6	2,1
55 - 59 anos	12,4	3,9	9,7	6,4	2,8	3,3
60 - 64 anos	13,1	5,6	13,9	7,7	3,6	3,4
65 - 69 anos	16,8	9,9	21,2	11,0	7,0	6,6
70 - 74 anos	22,0	13,8	30,0	15,5	11,9	8,9
75 - 79 anos	28,4	20,2	40,9	23,0	19,6	15,3
80 - 84 anos	39,6	33,2	57,9	36,9	37,9	27,1
85 - 89 anos	46,5	42,0	68,6	44,7	55,9	36,0
90 ou mais anos	58,2	55,0	69,6	48,1	64,0	43,8

Fonte: INE, Censos.

Apresenta-se, no quadro abaixo, a rede de serviços e equipamentos destinados à pessoa com deficiência no concelho de Palmela.

Quadro 59. Rede de Serviços e Equipamentos do concelho de Palmela (pessoas com deficiência)

Resposta Tipo	Resposta subtipo	Freguesia	Instituição	Capacidade	Utentes
Crianças e Jovens com Deficiência	Intervenção Precoce	Palmela	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	45	45
Pessoas Adultas com Deficiência	Lar Residencial	Pinhal Novo	Fundação COI	24	21
Pessoas Adultas com Deficiência	Residência Autónoma	Pinhal Novo	Fundação COI	5	5
Pessoas Adultas com Deficiência	Centro de Atividades Ocupacionais	Pinhal Novo	Fundação COI	15	0

Fonte: Carta Social, 2014

Cumpre ainda salientar que no concelho de Palmela, na área da deficiência se privilegiou durante largos anos um trabalho de cooperação e articulação com as IPSS com sede noutros Concelhos, nomeadamente com:

- Setúbal, através da APPACDM – Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental e da APPDA – Associação das Perturbações do Desenvolvimento e do Autismo;
- Moita e Barreiro, através da CERCIMB - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro;
- Montijo e Alcochete, através da CERCIMA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado do Montijo e de Alcochete.

Esta rede de apoio constituída pelas instituições com intervenção na área da deficiência, situadas nos concelhos limítrofes, viu-se recentemente reforçada com a Associação Social Cultural e Desportiva “Os Trovões”. Esta IPSS, com sede na freguesia de Pinhal Novo e parceiro recente no CLASP, promove o acompanhamento a situações de deficiência, apoiando presentemente cerca de 30 famílias.

Em síntese:

Face ao recenseamento censitário de 2001, verifica-se uma “perda de informação” pois os indicadores constantes nos Censos 2011 incidem sobre as “dificuldades funcionais sensoriais” e não em tipo de deficiências, o que se apresenta como uma limitação para o conhecimento desta população no concelho.

Segundo o Censos 2011, no concelho de Palmela aproximadamente 7,7% da população residente tem pelo menos uma dificuldade funcional sensorial. O tipo de dificuldades funcionais sensoriais sentidas, é o andar e o subir degraus que regista a maior incidência, seguindo-se as dificuldades associadas à visão.

No concelho de Palmela, a rede de equipamentos de apoio às pessoas portadoras de deficiência, viu-se reforçada com a criação de um Centro de Atividades Ocupacionais pela Fundação COI, assim como é de assinalar a atividade da IPSS “Os Trovões” enquanto entidade instalada no concelho que presta um trabalho de apoio e acompanhamento às pessoas portadores da deficiência.

Grupo Focal

*“Quando penso em deficiência penso num rio...
que depois tem que ultrapassar os obstáculos que tem à frente...”*

Pessoa deficiente institucionalizada

De acordo com a metodologia adotada para a realização de grupos focais, foi igualmente realizada uma sessão com pessoas com deficiência residentes no concelho de Palmela, com o objetivo de se aprofundar o debate em torno da deficiência no concelho. A sessão, realizada nas instalações da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, contou com 12 pessoas de diferentes idades, com diferentes deficiências e habilitações, e com distintas experiências e percursos de vida. A discussão, foi centrada nas principais necessidades das pessoas deficientes e permitiu a partilha de perceções individuais e a discussão coletiva em torno do tema.

De um modo global, as reflexões individuais revelam as dificuldades acrescidas com as quais as pessoas portadoras de deficiência se debatem nos diversos domínios da vida, o que revela, em contrapartida, a suas capacidades de resiliência e persistência. Centrados no conceito de deficiência e na sua experiência enquanto indivíduos, as reflexões situam-se entre as inúmeras dificuldades e obstáculos com que se deparam no seu percurso de vida, nas necessidades de apoio a vários níveis, mas também nas suas capacidades enquanto cidadãos.

Quando penso em deficiência penso em....

“Um rio....que depois tem que ultrapassar os obstáculos que tem à frente....”

“Alguém que precisa de muita ajuda....”

“Alguém que vai encontrar muitos obstáculos na sua vida....”

“Onde há muito discriminação e fecham-nos as portas....”

“É uma pessoa igual às outras com algumas limitações....”

“Um cidadão que tem alguma diferença, diferença essa que necessita adaptação para o seu dia dia, para a sua integração...”

“Luta” “Persistência”

“São pessoas que precisam de respeito, ajuda e emprego para poderem viver felizes”

“Compreensão, humanidade, sofrimento”

“Onde há muita discriminação e fecham-nos as portas todas”

“Alguém que precisa de muita ajuda, alguém que vai encontrar muitos obstáculos na vida”

A reflexão individual em torno da experiência enquanto indivíduo com deficiência é indissociável das necessidades e constrangimentos sentidos. Por essa razão, uma questão prende-se na outra, relançando para o debate o que significa promover a inclusão da pessoa com deficiência. São sublinhadas, por conseguinte as principais áreas críticas no domínio da deficiência: a acessibilidade no espaço público e a mobilidade, o acesso ao emprego, à formação, ao desporto, à informação clara e transparente. É igualmente referido, de um modo global, que os diferentes serviços e equipamentos devem ser acessíveis, e que a informação prestada (seja em que serviço for) deve ter em conta a pessoa com deficiência. É fundamental que a cidade e o espaço público sejam acessíveis, e que exista continuidade na acessibilidade. Para quê lugares de estacionamento se o passeio não é acessível? É claramente evidente que as cinco áreas do conceito de acessibilidade (espaço público, edificado, comunicação, infoacessibilidade, transportes) são condição elementar para a cidade acessível e consecutiva autonomização da pessoa deficiente. É também referida a importância de um trabalho de consciencialização e de alerta para a sociedade civil na promoção de um esforço coletivo que concorra para a integração da pessoa deficiente (respeitar lugares de estacionamento, não estacionar nos passeios....)

Quais são as principais necessidades ao nível da deficiência....

“Trabalho ou curso para que a pessoa não fique fechada em casa, ganhar independência”

“Mais informação junto das responsabilidades (Camara, Junta de Freguesia, etc.) e das pessoas deficientes que muitas das vezes não sabem dos seus direitos”

“As passeadeiras que não estão rebaixadas, a falta de acessibilidade”

“Melhores acessos para os deficientes motores, menos burocracia para tratar os assuntos”

“Falta de rampas e passeios, passeios irregulares e tortuosos”

“Acessibilidades, emprego próximo de onde reside e consoante a sua formação e capacidade de locomoção

“Acessibilidade, respeito pelos lugares de estacionamento”

“Mais apoios ao desporto adaptado”

“Maior número de lugares de estacionamento para deficientes perto dos serviços principais”

“Acessibilidades – transportes adaptados, paragens acessíveis, passeadeiras acessíveis, serviços públicos acessíveis, informação mais acessível junto dos serviços, wc públicos acessíveis espaços públicos acessíveis”

“Transporte para deslocar pelo menos para estabelecimento de estudo, acessibilidade nos edifícios importantes, escolas, politécnico, menos burocracia e mais informação nas ajudas”

“Mais acessibilidades, nos transportes, na rua, nos espaços públicos, loja do cidadão, áreas comerciais, mais cursos de formação e menos burocracia”

“Mais comunicação para todas as pessoas com deficiência”

“Os serviços estarem preparados (com informação) mas não centralizados - pois iria acentuar a diferença que nos queremos combater”

Pistas para reflexão:

- Conscientes de um caminho a percorrer no que diz respeito à promoção da inclusão da pessoa deficiente, a reflexão individual de cada um dos participantes atesta as dificuldades com que se deparam os portadores de deficiência: na saúde, no acesso ao emprego e qualificação, na vida quotidiana, no acesso a transportes, no acesso a equipamentos e espaços públicos e para os mais jovens, sublinha-se a condição de dependência face aos seus cuidadores. Com domínios tão transversais que interferem em áreas tão distintas - saúde, educação, emprego, mobilidade, acessibilidade... - , como assegurar uma intervenção eficaz promotora da integração plena da pessoa deficiente, que apele ao domínio público e privado, mas também ao domínio da sociedade civil? Uma vez mais a transversalidade da intervenção, que não se esgota num domínio sectorial, obriga a um trabalho de compromisso e de relação estreita entre atores, muito mais desafiante e exigente. Como agir a nível local? Que prioridades traçar?

Tendo a sessão de trabalho procurado, também, a discussão sobre as estratégias para uma efetiva responsabilização dos agentes na promoção da inclusão da pessoa com deficiência, salvaguardando que todos os agentes podem ter um espaço de atuação, foram referidas algumas pistas para a minimização dos problemas. De um modo geral, as ideias apontadas implicam a atuação do poder local e da administração central enquanto instâncias com capacidade de decisão, mas são também referenciadas as pessoas e a sociedade civil enquanto agentes com poder para o reforço de uma estratégia coletiva.

O que podemos fazer para minimizar os problemas....

“Podemos fazer: rampear passeios, entradas nos prédios, mais informação no encaminhamento “

“Chegar ao conhecimento das pessoas responsáveis e com poder de decisão de todos os problemas inerentes aos deficientes “

“Pedir a colaboração à camara e junta de freguesia para ajudar a combater esta necessidade humana para que possam viver com saúde e alegria e mais felicidade no seu dia-a-dia“

“Mais informação sobre oportunidades de emprego efetivo, que não seja só para enganar“

“Mais informação às empresas sobre o efeito positivo da integração da pessoa com deficiência “

“Devemos procurar mais informação, continuar a tentar e a insistir com as entidades competentes“

“Abertura de mais postos de trabalho para pessoas portadoras de deficiência por parte das entidades competentes“

“Sensibilização por parte da Câmara Municipal, sociedade civil autoridades (GNR, PSP) para o respeito pelo local de estacionamento de deficientes e de rampas utilizadas pelas cadeiras de rodas“

“Mais sensibilidade ao falar com os utentes quando estes procuram ajuda e respostas para as suas dificuldades, acabar um pouco com o “jogo do empurra“

“Quando fazem obras públicas, pensar mais nos deficientes para não terem tantos obstáculos na via pública

“Acho que devemos ser todos em conjunto a tentar resolver os problemas“

Pistas para reflexão:

- a promoção da integração da pessoa deficiente, implica a multidimensionalidade de áreas de intervenção, como já foi referido anteriormente. Implica, também, que várias entidades a vários níveis se associem, de acordo com as suas competências, a esta missão. Como implicar as várias áreas e os vários níveis de decisão? Como promover, também, espaços de concertação para as pessoas com deficiência, para sociedade civil, e sectores público e privados?

5. Origens e diversidade cultural

Nota introdutória

O presente capítulo pretende caracterizar as dinâmicas e os processos migratórios no concelho de Palmela estendendo a análise também à realidade nacional, no entanto, sublinha-se o facto de que, não existindo um estudo aprofundado sobre a realidade da imigração no concelho de Palmela (que caracterize a imigração nas áreas social, económica, etc.) apresentam-se, nesta análise, dados descritivos recolhidos de duas fontes distintas, do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e do INE – Instituto Nacional de Estatística, particularmente do Recenseamento Geral da População e Habitação – 2011.

Os números apresentados de ambas as fontes divergem, sendo que os números do SEF são mais elevados e baseiam-se nos pedidos de autorização de residência. Os valores do INE são mais baixos e resultam do questionário aplicado a nível nacional do Recenseamento Geral da População e da Habitação – Censos 2011, que eventualmente poderá não ter conseguido cobrir a totalidade da população estrangeira. Assim, numa primeira parte serão apresentados os dados do SEF e posteriormente, os dados do INE / Censos.

Informação estatística

Portugal é, frequentemente, referenciado como país de emigração, mas recentemente enfrentou um novo fenómeno, o da imigração, isto é, com o crescimento económico inverteu-se a situação tornando-se, como os restantes estados da Europa ocidental, um país de acolhimento, com um saldo largamente positivo dos fluxos de entrada, especialmente e primeiramente dos países lusófonos africanos, a partir da década de 90 em que recebe população dos países da Europa de Leste e a partir do ano 2001, essencialmente, do Brasil. Atualmente, a conjuntura económica do país desenvolveu dinâmicas no sentido de uma forte reativação das saídas.

O tipo de imigração vigente numa primeira vaga foi marcado pela mão-de-obra barata e pelo trabalho não qualificado que absorveu a maioria dos estrangeiros oriundos dos PALOP e dos países de Leste. Já a imigração que engloba o trabalho mais qualificado e empresarial foi absorvido essencialmente pelos estrangeiros oriundos da Europa pertencentes à União Europeia.

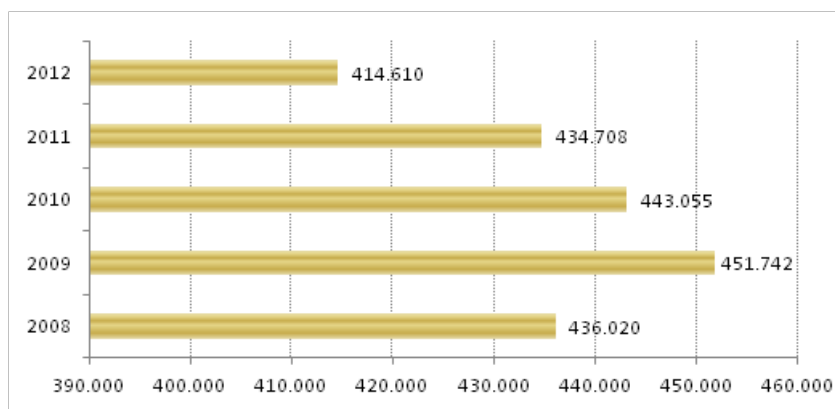
Assim, segundo o SEF, a população estrangeira residente²⁴, em Portugal, a 31 de Dezembro de 2012, totalizava os 417.042 residentes, o que representa um decréscimo do stock da população de aproximadamente 20.000 indivíduos (– 4,53%), face a 2011 (436.822). A análise, segundo os continentes de origem, evidencia que a Europa pertencente à União Europeia em conjunto com a Europa – Outros, que integra alguns dos países de leste, concentra a maior parte dos imigrantes. Em termos de nacionalidades representadas, com maior peso, constata-se a Roménia com 35.216 indivíduos; a América do Sul com a comunidade brasileira (105.622 indivíduos) e África com a população Cabo Verdiana - 42.857 cidadãos.

²⁴ Para efeitos estatísticos adota-se um conceito abrangente de estrangeiro residente em Portugal, que engloba os estrangeiros detentores de título de residência e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração.

Quadro 60. População residente estrangeira em Portugal, por continente (%) – 2008-2012

Portugal	2008		2009		2010		2011		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Europa - UE	84.727	19,2	94.157	20,7	103.224	23,2	107.965	24,7	100.924	24,2
Europa - outros	83.059	18,9	82.404	18,1	73.687	16,5	69.643	15,9	63.411	15,2
África	127.476	29,0	121.852	26,8	108.671	24,4	105.340	24,1	102.389	24,6
América	116.071	26,4	125.160	27,6	128.117	28,8	120.417	27,6	114.752	27,5
Ásia	28.588	6,5	30.277	6,7	31.252	7,0	33.141	7,6	35.246	8,5
Outros	356	0,1	341	0,1	311	0,1	316	0,1	320	0,1
Total	440.277	100,0	454.191	100,0	445.262	100,0	436.822	100,0	417.042	100,0

Fonte: SEF.

Gráfico 48. População estrangeira residente em Portugal (Nº) – 2008-2012

Fonte: SEF.

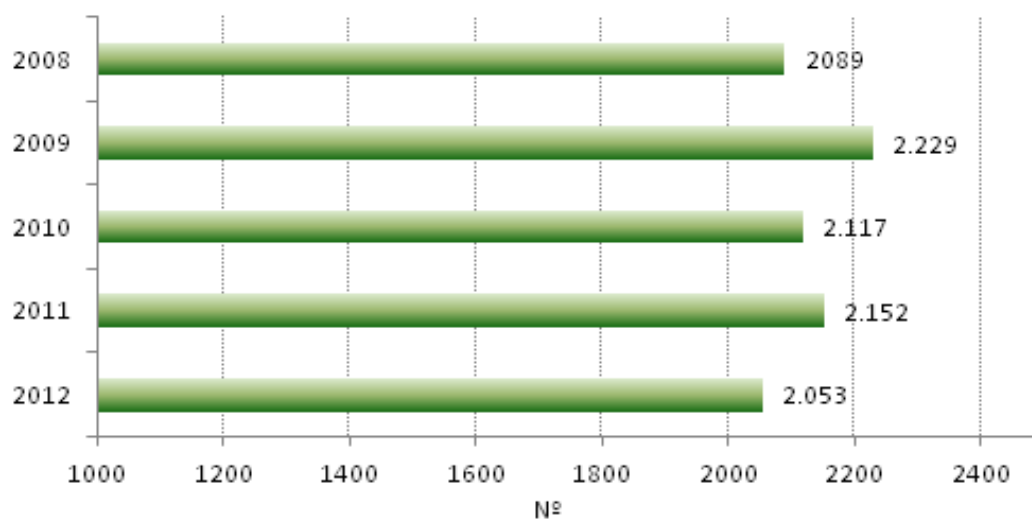
Por sua vez, no concelho de Palmela, em 2012 a população estrangeira totalizava 2.053 cidadãos residentes estrangeiros e, acompanhando a tendência do país, apresenta uma quebra de -4,6% face ao ano transato. A análise por continente revela que em 2012, a Europa – União Europeia e a Europa – Outros, concentrava aproximadamente 60% dos imigrantes, seguindo-se a América com 23,5% e África com 13,3%.

Quadro 61. População residente estrangeira, por continente no concelho de Palmela (%) – 2008-2012

Concelho Palmela	2008		2009		2010		2011		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Europa - UE	534	25,4	623	27,9	699	33,0	778	36,2	734	35,8
Europa - outros	657	31,3	658	29,5	534	25,2	514	23,9	482	23,5
África	344	16,4	345	15,5	285	13,5	283	13,2	273	13,3
América	482	23,0	517	23,2	535	25,3	525	24,4	500	24,4
Ásia	81	3,9	86	3,9	64	3,0	52	2,4	64	3,1
Outros	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	2099	100,0	2229	100,0	2117	100,0	2152	100,0	2053	100,0

Fonte: SEF.

Gráfico 49. População estrangeira residente no concelho de Palmela (Nº) – 2008-2012

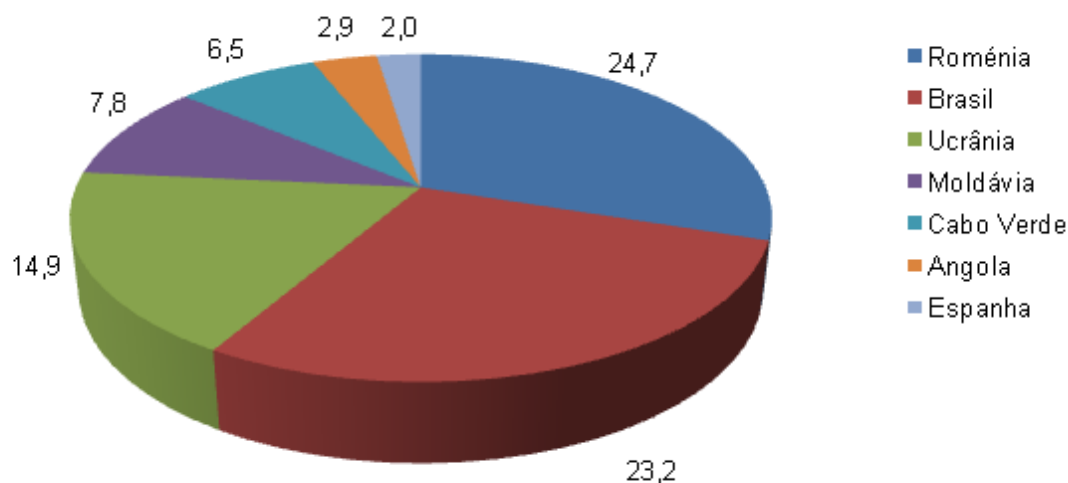


Fonte: SEF.

Relativamente à estrutura das principais comunidades estrangeiras residentes no concelho de Palmela efetiva-se uma certa estabilização face a 2011. Conquanto se verifique um decréscimo bastante relevante nos efetivos das principais nacionalidades vigentes (Roménia, Brasil, Ucrânia e Cabo Verde) acima dos 4,6, que constitui o valor médio para o concelho, existem outras nacionalidades, que apresentam um ligeiro crescimento como é o caso de Angola, Espanha e China, embora sejam comunidades com um peso relativo menor.

Inversamente a Portugal onde predomina a comunidade brasileira, no concelho de Palmela a comunidade que ocupa maior preponderância é a romena (24,7%), seguida de muito perto pela brasileira (23,2%). A terceira é a Ucrânia (14,9%), seguida pela Moldávia (7,8%) e Cabo verde (6,5%).

Gráfico 50. População estrangeira no concelho, por nacionalidade (%) - 2012



Fonte: SEF.

**Quadro 62. População estrangeira por principais nacionalidades
no concelho de Palmela – stock 2011 e 2012**

	2011		2012		Tx Variação 11-12
	Nº	%	Nº	%	%
Roménia	555	25,8	507	24,7	-8,6
Brasil	502	23,3	476	23,2	-5,2
Ucrânia	329	15,3	305	14,9	-7,3
Moldávia	167	7,8	161	7,8	-3,6
Cabo Verde	136	6,3	133	6,5	-2,2
Angola	59	2,7	60	2,9	1,7
Espanha	36	1,7	41	2,0	13,9
China	31	1,4	38	1,9	22,6

Fonte: SEF.

A segunda fonte a que se recorreu foi o INE / Censos 2011. Neste caso, Portugal tinha a residir 394.496 estrangeiros o que representa 3,7% do total da população e em Palmela os residentes estrangeiros perfaziam os 2004, valor ligeiramente inferior ao do SEF (2053 indivíduos), o que em termos percentuais significa 3,2% da população residente.

**Quadro 63. Proporção de população estrangeira
no total da população residente (%) – 2011**

	População Estrangeira residente	Proporção de população estrangeira
	Nº	%
Portugal	394.496	3,7
Concelho Palmela	2004	3,2
Marateca	77	2,1
Palmela	418	2,4
Pinhal Novo	838	3,4
Quinta do Anjo	447	3,8
Poceirão	224	4,7

Fonte: INE, Censos.

Uma das mais-valias dos dados censitários é a possibilidade de desagregação à freguesia, sendo que, a este nível, verifica-se que Pinhal Novo tem a maior comunidade estrangeira com 838 estrangeiros e Marateca apenas 77. Salienta-se o fato do Poceirão registar um número significativo de imigrantes – 224. Transversalmente a todas as freguesias, as três principais nacionalidades predominantes, são: da Europa - Roménia; de África - Cabo Verde; e da América do Sul - Brasil.

Quadro 64. População estrangeira residente nas freguesias e no concelho – 2011

	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta do Anjo	Concelho Palmela
Europa	36	204	363	206	318	1127
África	14	60	215	8	28	325
América	27	137	236	8	94	502
Ásia	-	16	24	2	7	49
Oceânia	-	1	-	-	0	1
Total	77	418	838	224	447	2004

Fonte: INE, Censos.

Quadro 65. Principais nacionalidades da população estrangeira, por freguesia – 2011

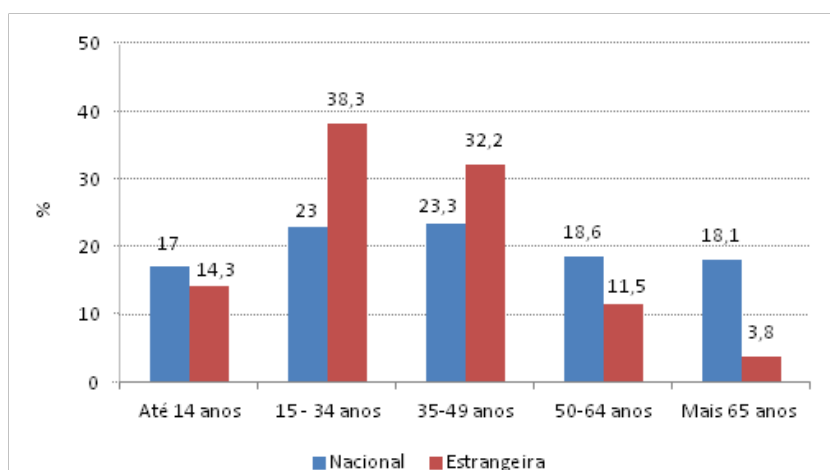
	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Poceirão	Quinta do Anjo	Concelho de Palmela
Roménia	14	31	81	179	188	493
Brasil	27	130	231	7	89	484
Cabo Verde	9	22	106	2	9	148

Fonte: INE, Censos.

Relativamente ao escalão etário da população estrangeira residente no concelho de Palmela confirma-se uma distribuição etária mais jovem (até aos 49 anos) do que a população de nacionalidade portuguesa. Estes valores são resultado da predominância de indivíduos em idade ativa nos fluxos migratórios. Existe visivelmente uma grande disparidade entre os indivíduos estrangeiros dos 15 aos 49 anos e os indivíduos com mais de 60 anos, comparativamente com o que se passa a nível nacional, o que evidencia a importância da população imigrante para o rejuvenescimento da população.

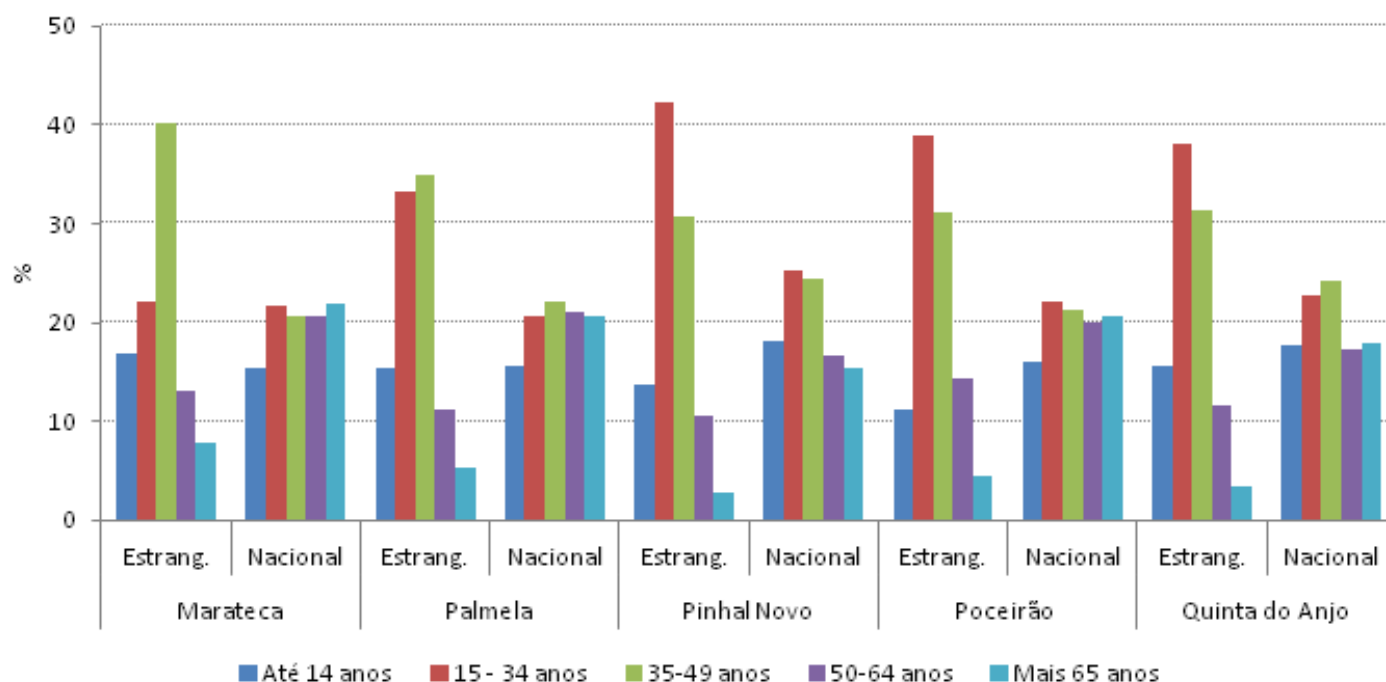
As freguesias acompanham a tendência do concelho, o que significa que em todas a população estrangeira nos escalões dos 15 aos 34 anos e dos 35 aos 44 anos ronda os 30 e 40%, valores bem acima dos 20% que se observam a nível nacional. Verifica-se, também, para o país que o escalão dos 65 ou mais anos ronda os 20%, enquanto na população estrangeira não ultrapassa os 8%.

Gráfico 51. Distribuição da população estrangeira e nacional do concelho de Palmela por escalão etário 2011



Fonte: INE, Censos.

Gráfico 52. Distribuição da população estrangeira e nacional nas freguesias por escalão etário – 2011



Fonte: INE, Censos.

Em síntese:

No concelho de Palmela, em 2012 e de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a população estrangeira totalizava 2053 residentes estrangeiros/as (3,2%) e, acompanhando a tendência do país, regista uma quebra de 4,6% face ao ano transato.

De acordo com os Censos 2011, Pinhal Novo é a freguesia onde a comunidade estrangeira tem maior relevo (838). Transversalmente a todas as freguesias, as três principais nacionalidades predominantes, são: da Europa - Roménia; de África - Cabo Verde; e da América do Sul -Brasil.

Grupo Focal

“Falo 3 línguas, romeno, português e russo. Trabalhei numa empresa 8 anos. Atualmente, trabalho noutra empresa de carpintaria no Concelho de Palmela, perto da Autoeuropa, há 3 anos. Se a pessoa é boa e trabalha é bem vista, se for “malandrecas” é mal vista”.

Imigrante residente no concelho

De acordo com a metodologia adotada para a realização de grupos focais, foi igualmente realizada uma sessão com imigrantes no concelho de Palmela, com o objetivo de se aprofundar o debate em torno da imigração no concelho. A sessão realizada, nas instalações da Biblioteca Municipal de Palmela, contou com a presença de duas associações de imigrantes (quatro participantes) designadamente Associação de Imigrantes dos Países de Leste – Edinstvo e Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos – FRATIA.

A discussão foi centrada nas principais necessidades dos imigrantes e permitiu a partilha de perceções individuais e a discussão coletiva sobre a imigração e o papel das associações na promoção da integração dos imigrantes.

De um modo global, os participantes referiram que no concelho de Palmela as populações imigrantes se encontram dispersas um pouco por todo o concelho, e que, por vezes essa dispersão dificulta os contatos e as relações de proximidade. Referem, ainda, que os imigrantes se encontram integrados, sendo o emprego, o domínio da língua e o agregado familiar são fatores essenciais à sua plena integração:

“A integração é mais ao menos. Há sempre uma pequena diferença no tratamento. Estou há 6/7 anos em Palmela. A mãe já cá estava”.

“Cada pessoa faz por ela. Se a pessoa é bem vista, é bem aceite, se é trabalhadora é bem vista. Acha que cada pessoa faz pelo seu bem-estar”.

“Estive a viver em Setúbal há 4 anos. Quando cheguei, trabalhei em Lisboa, limpezas. Ando entre Setúbal e Palmela, sobretudo Quinta do Anjo e Palmela”.

“Se a pessoa sabe falar melhor os problemas são mais facilmente resolvidos. Os mais reservados, tímidos vêm os seus problemas mais difíceis de serem resolvidos. Ter conhecimento da língua é essencial para a integração”.

“Os Romenos têm muita expressão por causa da agricultura. Também há procura de trabalhos na construção civil, empregado fabril e domésticas”.

“A língua portuguesa é mais difícil de ser aprendida pelo Russos e Búlgaros e Ucrânianos, para os Moldavos e Romenos a língua portuguesa é mais fácil por ser da mesma origem, latina”.

“As pessoas que procuram conhecer a língua (portuguesa) têm mais facilidade de integração”.

“A vida cá em Portugal é boa se trabalha”.

“Existem dois tipos de interesse em aprender a língua (portuguesa): com certificado para ter acesso à nacionalidade portuguesa e sem certificado, só para terem o conhecimento”.

Referem, igualmente, que as associações de imigrantes são fundamentais para a plena integração, pois permitem acolher o imigrante, disponibilizar informação, facilitar contactos, promover a regularização das situações no país recetor. São estruturas fundamentais para todas as comunidades imigrantes e detêm um papel essencial na promoção da plena integração:

“Nas situações de regularização difícil de imigrantes em Palmela, as pessoas deslocam-se a Setúbal”.

“Existe medo quando entram em Portugal, se vêm ilegais”.

Salientam, também, os participantes que as características da atual imigração apontam para um perfil de um imigrante com maiores competências (formais e não formais) facilitadoras da sua integração:

“Todos os que vêm, sabem ler, ninguém está cá sendo analfabeto”.

“Também, até 2003 os imigrantes tinham medo, eram por isso explorados. Davam trabalho em troca de dinheiro e escondiam-se”.

“Os imigrantes que vivem na Quinta do Anjo/ Palmela que têm conhecimentos, sabem deslocar-se aos sítios certos”.

Quando foi abordada a questão relativa ao trabalho a desenvolver no concelho de Palmela para o reforço da integração dos imigrantes, os participantes referiram, por um lado, a importância de um trabalho de promoção das comunidades estrangeiras que permita dar a conhecer a sua diversidade cultural (exposições, seminários, encontros, etc.). Referem, por outro, que um trabalho de concertação com as associações de imigrantes, com os mediadores culturais e com as embaixadas se reveste de uma grande importância para a disponibilização de todo o tipo de informação. Também os meios de comunicação dirigidos às comunidades são importantes ferramentas de integração:

“A informação é essencial”.

“Existe um Jornal Russo 1 vez de 15 em 15 dias”.

“Havia um jornal Romeno mas terminou a sua tiragem”.

“Há também uma “Estação de Rádio FM Horizonte RFM”, é falado em Russo e ucraniano”.

Pistas para reflexão:

- Tendo em consideração a existência de várias associações, estruturadas e consolidadas, um pouco por toda a Península mas com maior incidência no concelho de Setúbal, importa promover com este tecido associativo um trabalho de estreita cooperação. Como promover, com este tecido associativo, uma ligação que permita responder a necessidades identificadas? Como reforçar laços de cooperação?
- Sabendo que as comunidades de imigrantes se encontram dispersas pelo concelho, como aproximar as comunidades, como promover e valorizar a diversidade cultural?

6. Envelhecer com qualidade

Nota introdutória

O envelhecimento da população é um fenómeno universal, como tal, é uma preocupação não só dos demógrafos, mas de todos os países e sociedades do mundo. O envelhecimento demográfico é uma tendência forte da sociedade portuguesa. A evolução demográfica observada nas quatro últimas décadas traduziu-se num forte declínio da fecundidade e da mortalidade, no aumento da esperança média de vida à nascença e da longevidade. Com o aumento da taxa de longevidade verifica-se um maior número de pessoas idosas na sociedade. Inerente a este aumento, está a maior dedicação da sociedade a esta faixa etária.

Em quarenta anos, Portugal registou o aumento de 1 milhão de idosos, passando de 708 mil pessoas com mais de 65 anos em 1961 para 1,700 milhões em 2001, sendo esta a faixa etária que sofreu o maior crescimento. Este número não parou de aumentar sendo a população idosa, com 65 ou mais anos, residente em Portugal em 2011 de 2,023 milhões de pessoas, representando cerca de 19% da população total. Os factos demográficos registados entre 2001 e 2011 revelam aumentos da esperança média de vida às várias idades e aumento do índice de envelhecimento de 103 para 128 idosos por cada 100 jovens. Verifica-se, simultaneamente, o aumento da percentagem de idosos (população com 65 ou mais anos de idade) de 16,6% para 19,0%.

De salientar que a perspetiva demográfica para 2020 é elucidativa: a população portuguesa deverá registar um ligeiro decréscimo em termos de volume e, acima de tudo, deverá tornar-se significativamente mais envelhecida.

A conceção mais atual da gerontologia oferece-nos um novo horizonte sobre o idoso, ou seja, a velhice é uma

fase do ciclo vital humano, onde se produzem transformações mas também, uma fase de desenvolvimento e de novas descobertas, conforme as circunstâncias pessoais, sociais e biológicas. Desta forma, as novas investigações gerontológicas e conhecimentos sobre a ancianidade vão desmistificando antigas superstições, de forma a que hoje, a velhice seja encarada, como um processo natural, onde é possível conciliar a longevidade com a dignidade, a auto-estima e a autonomia.

Uma vez que as pessoas vivem cada vez mais anos, importa que o façam com qualidade de vida sendo para isso necessário que a sociedade se adapte a esta nova realidade, e que adote estilos de vida saudáveis.

O Envelhecimento Ativo no quadro da OMS é, desta forma, apresentado como constituindo uma orientação tanto para as políticas como para os indivíduos. «Envelhecimento Ativo é o processo de otimização das oportunidades para a Saúde, Participação e Segurança, para a melhoria da esperança de vida e qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem, num quadro de solidariedade entre gerações. Este conceito enquadra-se perfeitamente no conceito de saúde como um recurso da vida quotidiana e não apenas um objetivo a atingir; um conceito positivo que valoriza os recursos sociais e individuais, assim como as capacidades físicas»²⁵.

Importa também referir que o envelhecimento da população e que os “idosos” constituem uma categoria com peso cada vez maior na sociedade de tal modo que não basta uma designação única para os abranger a todos. Surgem, por conseguinte, os “idosos jovens”, os “idosos *tout-cour*”, os “grandes idosos” a “velhice invisível” e outras designações para períodos da vida que se vão alongando no quadro das “idades móveis” típicas das

²⁵ Organization Mondiale de la Santé, 2002.

²⁶ Fernandes, Ana Alexandre, *Velhice e Sociedade*, 1997.

²⁷ Capucha, Luis, *Envelhecimento e Políticas Sociais em Tempos de Crise*, 2014.

demografias dos nossos tempos²⁶. Esta realidade faz re-
cuar o tratamento desta categoria populacional na sua
forma singular. Com efeito, a pessoa idosa não existe,
existem muitas pessoas em fases diversas do último tra-
mo da vida, que partilham atributos que se foram diver-
sificando e a respeito da quais mudaram as representa-
ções sociais, os valores e os estereótipos, as políticas e
os contextos de vida²⁷.

Também deve ressaltar-se que a diferenciação entre as
pessoas idosas não se limita à segmentação interna em
grupos etários: há entre os idosos diferenças de classe
social, de níveis de rendimento, de tipo de agregado fa-
miliar, de zona de residência, de densidade e afetividade
dos laços sociais, de condições de saúde e de autonomia
enfim, de modos de vida tão diferentes que obrigam a
abandonar uma classificação singular.

A consciência de tal diversidade, associada a preocupa-
ções pelos direitos essenciais para a qualidade de vida,
devem pautar os princípios das políticas promotoras de
um envelhecimento pleno, ativo e saudável.

Poder-se-á observar que estas preocupações fazem par-
te da agenda da OMS e do Projeto “Cidades Amigas das
Pessoas Idosas” criado em 2005 e que visa responder ao
envelhecimento das populações, criando ambientes ur-
banos que permitam às pessoas idosas uma melhor qua-
lidade de vida e uma maior participação na sociedade.

Com este projeto, a OMS identificou as características
chave de uma *cidade amiga das pessoas idosas* a partir
de uma lista de verificação com um conjunto de oito re-
quisitos incidentes em diversas áreas: *edifícios públicos
e espaços abertos, transportes, habitação, participação
social, respeito e inclusão social, participação cívica e
emprego, comunicação e informação, apoio comunitá-
rio e serviços de saúde*.

Partindo de dados recolhidos em 33 cidades de 22 paí-
ses com os contributos de 1500 idosos e com informa-
ções prestadas por 750 prestadores de cuidados a pes-
soas idosas, a OMS, em 2007, lançou o *Guia Global das
Cidades Amigas das Pessoas Idosas* que permite apoiar

as cidades a analisarem-se na perspetiva das pessoas
idosas. Trata-se de um instrumento para uma cidade se
auto avaliar e de um roteiro que permite registar os pro-
gressos alcançados na perspetiva de que todas as cida-
des podem proceder a melhorias para que sejam mais
amigas das pessoas idosas.

Em Portugal, a Associação VIDA – valorização interge-
racional e desenvolvimento ativo, deu início ao projeto
CIDADES que apresenta o conceito da OMS aplicando
a respetiva lista de verificação nos municípios do ter-
ritório continental e ilhas www.projectotio.net/cidades,
desafiando todos os municípios a promover mudanças
para ambientes urbanos amigos das pessoas idosas e de
um envelhecimento saudável.

Informação estatística

De acordo com a informação censitária, registam-se no
Concelho de Palmela 10971 residentes com 65 e mais
anos, o que representa 17,5% do total da população.
Refira-se que a nível das freguesias a União das Fregue-
sias Poceirão Marateca é aquela que regista o menor
número de pessoas com 65 e mais anos, 1.731 residen-
tes. Por outro lado é na Freguesia de Pinhal Novo que
se regista o maior número de pessoas com 65 ou mais
anos, 3.687 residentes.

De acordo com uma análise evolutiva em 2001 registava-se
no Concelho de Palmela 15,1% de pessoas com 65 ou mais
anos, verificando-se um aumento para 17,5% em 2011.

Ao nível da relação de masculinidade da população re-
sidente com 65 ou mais anos, regista-se um maior peso
das mulheres traduzindo-se em 18,9%, face ao valor re-
gistado para os homens que se cifra em 15,9%.

Ainda ao nível da relação de masculinidade, verifica-se
de acordo com os dados do quadro seguinte que, no
Concelho de Palmela, a população feminina com 65 ou
mais anos tem vindo a aumentar: em 2001 registavam-
se 4468 mulheres com 65 e mais anos, registando-se em
2011 um aumento para 6119.

Quadro 66. População residente (N.º) por local de residência (Censos 2001 e 2011), por sexo e grupo etário

Ano	Sexo	Grupo etário	Local de residência					
			Conc. Palmela	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Quinta do Anjo	Poceirão
			N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2001	HM	% do Total	15,1	16,2	15,5	13,3	17,8	15,9
		65-74 anos	4915	395	1510	1652	891	467
		75 - 84 anos	2504	154	776	900	487	187
		85 ou mais anos	632	32	220	242	108	30
		Total 65 e mais anos	8051	581	2506	2794	1486	684
	H	% do Total	13,7	14,8	13,5	12,2	16,6	14,7
		65-74 anos	3017	236	905	1022	573	281
		75 - 84 anos	491	23	144	196	100	28
		85 ou mais anos	75	2	24	34	12	3
		Total 65 e mais anos	3583	261	1073	1252	685	312
	M	% do Total	16,4	17,5	17,5	14,4	18,9	17,1
		65-74 anos	2583	209	809	873	455	237
		75- 84 anos	1483	87	473	525	285	113
		85 e mais anos	402	24	151	144	61	22
		Total 65 e mais anos	4468	320	1433	1542	801	372
2011	HM	% do Total	17,5	21,5	20,0	14,7	17,3	19,6
		65-74 anos	6097	464	1945	1989	1149	550
		75-84 anos	3724	271	1165	1273	693	322
		85 e mais anos	1150	64	391	425	210	60
		Total 65 e mais anos	10971	799	3501	3687	2052	932
	H	% do Total	15,9	19,4	18,2	13,3	16,2	18,0
		65-74 anos	2882	219	955	895	557	256
		75-84 anos	1591	116	466	554	314	141
		85 e mais anos	379	24	120	146	70	19
		Total 65 e mais anos	4852	359	1541	1595	941	416
	M	% do Total	18,9	23,5	21,7	16,1	18,4	21,1
		65-74 anos	3215	245	990	1094	592	294
		75-84 anos	2133	155	699	719	379	181
		85 e mais anos	771	40	271	279	140	41
		Total 65 e mais anos	6119	440	1960	2092	1111	516

Fonte: INE, Censos.

Ao nível da dispersão da variável relação de masculinidade da população com 65 ou mais anos de idade pelas freguesias do Concelho, verifica-se que é a freguesia de Palmela a que regista o aumento deste valor: de 74,9 em 2001 para 78,6 em 2011.

Quadro 67. Relação de masculinidade da população com 65 e mais anos de idade (Nº) - 2001 e 2011

	2001	2011
Concelho Palmela	80,2	79,3
Marateca	81,6	81,6
Palmela	74,9	78,6
Pinhal Novo	81,2	76,2
Quinta do Anjo	85,5	84,7
Poceirão	83,9	80,6

Fonte: INE, Censos

No que respeita ao comportamento dos índices de dependência, envelhecimento e longevidade, verifica-se um aumento no período compreendido entre os últimos recenseamentos censitários.

O Índice de dependência dos idosos cifra-se, no ano de 2011, em 26,9 traduzindo-se num aumento do índice em 5 pontos face a 2001 (21,9). Ao nível do comportamento da variável por freguesia, é na União das Freguesias Poceirão Marateca que este índice apresenta um valor mais significativo.

Em relação ao índice de envelhecimento salienta-se o seu aumento em todas as freguesias do Concelho à exceção da Quinta do Anjo onde se registou um decréscimo de 19,5 entre 2001 e 2011.

Por último, o índice de longevidade comporta uma evolução positiva para todas as freguesias do Concelho, sendo a freguesia do Pinhal Novo a que regista o índice mais significativo (46,1).

Quadro 68. Índices de dependência, envelhecimento e longevidade por freguesia (Nº)

	Índice de dependência de idosos (N.º)		Índice envelhecimento (N.º)		Índice longevidade (N.º)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Concelho Palmela	21,9	26,9	94	103,4	38,9	44,4
Marateca	23,8	34,2	103,9	140,1	32	41,9
Palmela	22,3	31,3	106,7	128,5	39,7	44,4
Pinhal Novo	19,2	22,2	75,8	82,3	40,9	46,1
Quinta Anjo	16,7	26,9	118,5	99	40	44,0
Poceirão	23,6	30,7	94,7	123,2	31,7	41,0

Fonte: INE, Censos.

Relativamente ao nível de escolaridade da população com 65 e mais anos, é na União de Freguesias de Poceirão Marateca que se regista o valor mais significativo de população sem nível de escolaridade completo.

A Freguesia de Palmela é a mais escolarizada tendo em conta que é nesta freguesia que se registam os valores mais elevados a nível das pessoas com 65 e mais anos com nível de ensino secundário (4,6) e superior (5,5) apresentando, também, o valor mais baixo de pessoas desta faixa etária sem nível de escolaridade completo (28,4).

Quadro 69. População residente (%) por local de residência, sexo, grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo (2011)

Nível de escolaridade mais elevado completo			Sem nível de escolaridade completo	Com nível de escolaridade completo	Ensino básico	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário	Ensino superior
Concelho Palmela	HM	65 e + anos	34,4	65,6	92,8	78,5	6,4	7,8	3,5	3,7
	H		22,9	77,1	91,8	75,5	6,8	9,4	4,3	3,9
	M		43,6	56,4	93,9	81,8	6	6,1	2,6	3,5
Marateca	HM	65 e + anos	56,2	43,8	97,4	87,4	6	4	1,1	1,4
	H		39,8	60,2	97,7	85,6	6,9	5,1	0,9	1,4
	M		69,5	30,5	97	90,3	4,5	2,2	1,5	1,5
Palmela	HM	65 e + anos	28,4	71,6	89,9	73,8	6,9	9,2	4,6	5,5
	H		18,7	81,3	88,3	69,2	7,3	11,8	5,9	5,7
	M		36	64	91,5	78,5	6,5	6,5	3,3	5,3
Pinhal Novo	HM	65 e + anos	32,7	67,3	95,2	80,2	6,5	8,5	2,7	2,1
	H		19,7	80,3	94,5	77,4	7	10,1	3,4	2
	M		42,6	57,4	95,9	83,1	5,9	6,9	1,8	2,3
Quinta Anjo	HM	65 e + anos	32,1	67,9	91,4	78,7	6	6,7	4,3	4,3
	H		23,8	76,2	89,8	75,6	6,4	7,8	5	5,2
	M		39,2	60,8	93	82	5,6	5,5	3,6	3,4
Poceirão	HM	65 e + anos	50,6	49,4	95,9	88,3	4,6	3	1,7	2,4
	H		34,4	65,6	94,9	87,5	4	3,3	2,2	2,9
	M		63,8	36,2	97,3	89,3	5,3	2,7	1,1	1,6

Fonte: INE, Censos.

Tendo em consideração a importância do contexto familiar onde a pessoa idosa se insere, importa analisar o comportamento da variável relativa às famílias clássicas com pessoas com 65 e mais anos. Assim sendo, em 2011, regista-se no concelho de Palmela 1943 pessoas idosas a viver sozinhas, sendo a Freguesia do Pinhal Novo a que regista o valor mais elevado (712 famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos).

De referir, ainda, pela sua importância que no Concelho de Palmela os Censos evidenciam a existência de 2803 famílias constituídas por duas pessoas com 65 e mais anos.

Quadro 70. Famílias clássicas (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011), grupo etário e dimensão (família clássica)

	2011						
		Famílias clássicas com pessoas com 65 e mais anos					
	Total Famílias clássicas	Total Famílias clássicas com pessoas com 65 e mais anos	Famílias unipessoais de pessoas com 65 anos	Famílias com pessoas com 65 anos que vivem acompanhadas	Com pelo menos 1 pessoa de 65	Com 2 pessoas com 65 anos	Com 3 ou mais pessoas com 65
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	4043726	1374122	400964	973158	838875	520536	14711
Lisboa	1147775	361496	115285	246211	229219	129290	2987
Península de Setúbal	312122	97306	28603	68703	59835	36647	824
Concelho Palmela	23677	7257	1943	5314	4367	2803	87
Marateca	1437	569	157	412	353	214	2
Palmela	6513	2195	565	1630	1329	843	23
Pinhal Novo	9515	2468	712	1756	1469	963	36
Quinta do Anjo	4455	1354	342	1012	783	552	19
Poceirão	1757	671	167	504	433	231	7
Fonte: Fonte: INE, Censos.							

Como podemos constatar pela análise do gráfico seguinte há cada vez mais pessoas com 65 ou mais anos a viver sozinhas, tendo-se registado um aumento significativo entre 1991 e 2011 em todas as freguesias do Concelho.

Quadro 71. Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)

	1991	2001	2011
Portugal	7,68	8,79	10,06
Lisboa (Nuts II)	6,95	8,64	10,27
Pen. Setúbal (Nuts III)	5,64	7,48	9,41
Concelho Palmela	5,87	7,00	8,27
Marateca	5,36	7,75	11
Palmela	6,13	7,41	8,71
Pinhal Novo	5,48	5,91	7,49
Quinta do Anjo	7,01	8,26	7,9
Poceirão	5,09	7,67	9,5

Fonte: Fonte: INE, Censos.

No que diz respeito à distribuição dos lugares com maior proporção de população com 65 e mais anos de idade, verifica-se que é em Palmela que se concentra a maior expressão desta população, seguido do lugar de Cabanas. Nos restantes lugares, e tal como se verifica pelo quadro seguinte, a distribuição desta população apresenta valores similares.

Quadro 72. Lugares com maior proporção de população com 65 e mais anos de idade²⁸ - 2011

Freguesia	Lugares	Total População Residente	População com 65 ou mais anos	% População com 65 ou mais anos
Marateca	Águas de Moura	758	204	26,9
Pinhal Novo	Terrim	593	156	26,3
Pinhal Novo	Lagoa da Palha	583	151	25,9
Palmela	Vale de Touro	565	141	25,0
Pinhal Novo	Venda do Alcaide	810	191	23,6
Palmela	Lau	641	150	23,4
Quinta Anjo	Cabanas	2304	529	23,0
Pinhal Novo	Carregueira	734	168	22,9
Palmela	Cabeço Velhinho	505	112	22,2
Palmela	Palmela	5292	1160	21,9
Pinhal Novo	Arraiados	537	117	21,8
Palmela	Brejo do Assa	735	159	21,6
Palmela	Lagoinha	819	167	20,4
Quinta Anjo	Bairro Alentejano	629	126	20,0

Fonte: INE, Censos.

Os equipamentos sociais da rede solidária e rede privada

Tendo em consideração o crucial papel das respostas sociais ao garantirem serviços essenciais para as pessoas idosas, importa caracterizar, ainda que de forma sucinta, a rede de equipamentos da rede solidária e social.

Em traços gerais, é de referir que todas as freguesias do Concelho detêm cobertura de equipamentos sociais concentrando-se, contudo, o maior número nas freguesias de Palmela e de Pinhal Novo. A extensão e dispersão do território de Palmela leva a que alguns territórios fiquem mais a descoberto, como por exemplo a área do Pinhal das Marquesas (onde nomeadamente existem diversas AUGI- Áreas Urbanas de Génese Ilegal), verificando-se que alguns serviços são assegurados por entidades sediadas em territórios vizinhos ao Concelho.

No Município, a rede solidária, designadamente as IPSS, tem vindo a assumir um papel essencial, sensivelmente desde a década de 80 do século XX. De facto, ao longo dos últimos anos, estas têm demonstrando um forte dinamismo com a criação, ampliação e diversificação de respostas sociais qualificadas dirigidas à população em geral e, em particular, aos grupos sociais mais vulneráveis, situação reforçada no atual contexto de crise económico financeira com o agravamento dos problemas sociais, contribuindo em muito, para a prevenção e reparação dos problemas sociais locais.

Existem no Concelho de Palmela um total de 27 instituições com valências de apoio a idosos, mais de metade (16) são privadas e apenas 11 são instituições sem fins lucrativos.

²⁸ Incluem-se apenas os lugares com mais de 100 idosos e cujo peso na população residente é igual ou superior a 20%.

Quadro 73. Instituições com respostas para idosos (Nº)

	Sem Fins Lucrativos	Lucrativas	Total
Marateca	1	0	1
Palmela	4	8	12
Pinhal Novo	3	4	7
Poceirão	1	1	2
Quinta do Anjo	2	3	5
Concelho de Palmela	11	16	27

Fonte: MESS-Carda Social, Fevereiro 2014

No concelho de Palmela, as 27 instituições que apoiam idosos disponibilizam 39 respostas sociais, designadamente, centro de dia, centro de convívio, estrutura residencial para idosos (Lar) e serviço de apoio domiciliário. Da análise, salienta-se a existência de um número significativo (15) de estruturas residenciais lucrativas face às restantes respostas.

Quadro 74. Respostas sociais para idosos, por tipo de rede (Nº)

	Centro de convívio		Centro de dia		Lar de idosos e residências		Apoio domiciliário		
	Sem Fins Lucrativos	Lucrativas	Sem Fins Lucrativos	Lucrativas	Sem Fins Lucrativos	Lucrativas	Sem Fins Lucrativos	Lucrativas	Total
Marateca			1				1		2
Palmela	1		2	1	1	8	1	1	15
Pinhal Novo	1		2	1	1	3	2	1	11
Poceirão			1			1	1		3
Quinta do Anjo	1		1	2		3	1		8
Conc. Palmela	3		7	4	2	15	6	2	39

Fonte: MESS-Carda Social, Fevereiro 2014

Da observação do quadro seguinte podemos constatar que a maioria dos idosos recebe apoio através das IPSS's (810 utentes) no entanto, é na valência de estrutura residencial para idosos lucrativa (lar) que se observa maior número de clientes (359). Face ao exposto, evidencia-se por conseguinte um défice de estruturas residenciais para idosos na rede solidária.

Quadro 75. Respostas sociais para idosos, por utente (Nº)

	Centro de convívio		Centro de dia		Lar de idosos e residências		Apoio domiciliário		Total	
	S/ Fins Lucrat.	Lucrativos	S/ Fins Lucrat.	Lucrativos	S/ Fins Lucrat.	Lucrativos	S/ Fins Lucrat.	Lucrativos	S/ Fins Lucrat.	Lucrativos
Marateca	-	-	36	-	-	-	20	-	56	-
Palmela	130	-	51	-	81	207	62	-	324	207
Pinhal Novo	65	-	60	-	28	74	85	5	238	79
Poceirão	-	-	40	-	-	16	10	-	50	16
Quinta do Anjo	35	-	45	7	-	98	62	-	142	105
Concelho Palmela	230	-	232	7	109	395	239	5	810	407

Fonte: MESS-Carda Social, Fevereiro 2014

As ações imateriais/projetos para as pessoas idosas

Em Palmela, um concelho de todas as Idades, o exercício da cidadania das pessoas idosas tem sido estimulado pelo reconhecimento dos seus direitos e pelo incentivo à participação na vida social, cultural e económica.

Assentes em valores como o respeito, a dignidade, a participação ativa, a igualdade de oportunidades e a aprendizagem ao longo da vida, são desenvolvidos projetos, pelas instituições locais, pela autarquia, e outras entidades, que contribuem significativamente para valorizar o papel das pessoas idosas no município. O combate da solidão e por outro lado, o combate do idadismo, e o reforço da relação entre as gerações, são outras das preocupações das políticas de envelhecimento ativo no Concelho.

Assim, desde há longa data, que as instituições locais mobilizam os necessários recursos à concretização de diferentes iniciativas e projetos que, inspirados na solidariedade, partilha, intergeracionalidade, na valorização dos saberes, são efetivos promotores de um envelhecimento ativo no concelho.

Não esgotando a diversidade de iniciativas existentes um pouco por todo o concelho, apresentam-se algumas dos projetos que contribuem para o envelhecimento ativo e valorização da pessoa idosa:

“Academia de Saberes”

A Academia de Saberes é um projeto dinamizado pela Associação de Idosos de Palmela, resultante de uma candidatura apresentada ao QREN - Parcerias para a Regeneração Urbana. Assim, e mediante aprovação da candidatura, a AIP promoveu entre 2009 e 2012 o projeto Academia de Saberes que visa dinamizar de forma regular atividades de aprendizagem com base no ensino não formal, complementadas com atividades recreativas e de lazer, dirigidas às pessoas idosas.

Nos seus denominados *ateliers* a Academia de Saberes abordou temas como história, música, ambiente, entre muitos outros, envolvendo as instituições locais num trabalho de animação do Centro Histórico de Palmela.

Funcionando em estreita colaboração com os parceiros locais, a AIP continua a dinamizar este projeto sem financiamento comunitário contando com o apoio e colaboração das parcerias locais.

“Aqui mesmo ao Lado”

– Espaço de Encontros da Fundação Robert Kalley

“Aqui mesmo ao lado” <http://aquimesmoaolado.wordpress.com/about/aqui-mesmo-ao-lado/> é um espaço localizado no Centro Histórico de Palmela, na Rua Hermenegildo Capelo, nº 37, dinamizado pela Fundação Robert Kalley. É um espaço que combina diferentes funções: disponibiliza uma Loja Social, promove Ateliers de Partilha de Saberes, Conversas à Sexta, Aconselhamento Jurídico Gratuito, Espaço de Internet (gratuito a partir dos 60 anos), colóquios e atividades de animação entre outras atividades.

Inicialmente criado com o apoio do financiamento do QREN – Parcerias para a Regeneração Urbana, hoje, o espaço “Aqui mesmo ao lado” é um projeto promovido e financiado pela Fundação Robert Kalley.

Programa Municipal de Apoio à Pessoa Idosa

Mês do Idoso

Ao longo do mês de outubro, integrado nas Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas, a Câmara Municipal, em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social locais e outros agentes sociais, dinamiza nas diferentes freguesias do concelho, um conjunto de atividades de animação/lazer, saúde, atividade física, formação/informação para a população sénior.

Contribuir para o envelhecimento ativo, valorizar o papel da população sénior na comunidade e reforçar o en-

volvimento e a relação interinstitucional das Instituições Particulares de Solidariedade Social sem fins lucrativos na área das pessoas idosas, são os principais objetivos do Mês do Idoso.

Animação Social e Recreativa com Idosos

As ações de Animação Social e Recreativa são programadas de acordo com os interesses das pessoas idosas, apelando às suas experiências, memórias, criatividade e capacidade de iniciativa, contribuindo para o seu bem-estar, momentos de convívio e boa disposição.

Em parceria com as entidades particulares sem fins lucrativos e como resultado do trabalho do Grupo Interinstitucional para as Questões do Envelhecimento (GIQUE) – grupo técnico de trabalho constituído pelos técnicos/as das IPSS e autarquia -, acontecem, ao longo do ano, diferentes iniciativas regulares entre elas, as Comemorações do Dia da Espiga, as Comemorações do Dia dos Avós, a Sardinhada, a Moda Praia Sénior. Privilegia-se também, a realização de visitas, de colóquios sobre temas vários e outras atividades.

Cartão Municipal Sénior

Dirigido à população com 60 e mais anos de idade residente no concelho resulta de uma parceria com os agentes sociais locais proporcionando diferentes vantagens e descontos em bens e serviços, de acordo com os rendimentos do agregado familiar, como por exemplo serviços de saúde, beleza e estética, restauração e outros.

As candidaturas ao Cartão podem ser entregues nos Postos de Atendimento Municipal de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo ou, na Loja Móvel do Cidadão.

Clique Sem Idade

Projeto de sensibilização à utilização das Tecnologias de Informação Comunicação - TIC pela população a partir dos 55 anos de idade residente nas diferentes freguesias do concelho, de frequência gratuita.

Para além das ações de noções básicas de informática são realizadas outras ações com referência às novas tecnologias, mediante programação, pretendendo favorecer o direito à aprendizagem ao longo da vida, o convívio e a relação entre gerações, reforçando a compreensão, a tolerância e o respeito entre os cidadãos de diferentes idades. São exemplo de outros CLIQUES, as viagens on-line; as ações informativas sobre sites, internet em segurança, fotografia digital; a programação de verão, entre outras.

Conversas Informais

- Venha Falar de Saúde

Ações regulares de informação/sensibilização sobre promoção e prevenção na saúde realizadas nas diferentes freguesias do concelho destinadas à população de diferentes idades, com o objetivo de contribuir para a adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis. Com a parceria da Unidade de Saúde Familiar de Santiago – Palmela. São exemplos de temas das Conversas Informais: Alimentação Saudável; Hipertensão; Prevenção do cancro; Envelhecimento com qualidade; Colesterol; Diabetes; Prevenção dos fatores de risco associados ao calor; Sexualidade Sénior; Pensar positivo; Planeamento familiar, entre outros.

Viver Melhor, Viver com Autonomia

A Câmara Municipal de Palmela, em colaboração com as instituições parceiras, promove aulas de exercício e mobilidade articular para as pessoas idosas que frequentam as instituições com respostas sociais para idosos designadamente centro de dia, estrutura residencial para idosos e centros de convívio.

Este programa visa, por conseguinte, entre outros objetivos, sensibilizar para os benefícios obtidos através da prática regular de atividade física e desenvolver competências motoras que promovam a autonomia funcional dos seus participantes.

Desenvolvido em estreita colaboração com as entidades

parceiras, contribui igualmente para envolver de forma efetiva as instituições através da formação do seu pessoal auxiliar e/ou animadores socioculturais, consciencializando as instituições da importância de atividades orientadas para a promoção do movimento na qualidade de vida das pessoas idosas.

50 + Programa de Exercício

Em setembro de 2012, a Câmara Municipal de Palmela reestruturou o “+ 60” e lançou em parceria com a Palmela Desporto, EEM, o 50+ - Programa de Exercício. Assim, e tal como o nome indica, o programa alarga a sua participação às pessoas com 50 e mais anos a realização, a preços sociais, de aulas de atividades aquáticas, atividades gímnicas e dança.

O programa visa, entre outros objetivos, proporcionar mais e melhores condições de prática de atividades físico desportiva regular na população pré-idosa (entre 55 e 64 anos de idade) procurando abranger indivíduos a partir dos 50 anos de idade; promover a saúde e a manutenção da autonomia durante o envelhecimento e sensibilizar para os benefícios obtidos através da prática regular de atividade física.

Em síntese:

Regista-se no concelho de Palmela um aumento da população com mais de 65 anos de idade entre os períodos censitários, acompanhando a tendência nacional e confirmando o envelhecimento como processo efetivo e instalado. Relativamente à população idosa com 65 ou mais anos, verifica-se que existe uma maior proporção de mulheres salientando-se a feminização do envelhecimento.

Perante um processo de envelhecimento que se reveste de novas necessidades, importa desenvolver estratégias para a criação de políticas prospetivas capazes de desenvolver uma rede de respostas adequadas às necessidades atuais e vindouras que garantam soluções eficazes às presentes situações.

Inscrito neste domínio, constata-se a necessidade de uma reflexão em torno das respostas sociais para esta população, tendo em conta o perfil cada vez mais ativo do “novo idoso” com os seus diferentes focos de interesse e necessidades.

Ao nível da rede de equipamentos de apoio às pessoas idosas, mantêm-se a necessidade de um reforço, na rede solidária, da resposta Estrutura Residencial para Idosos (Lar).

O envelhecimento apresenta-se como uma oportunidade para a emergência de novas áreas de intervenção e focos de interesse, em diferentes domínios, designadamente, ao nível do lazer, da cultura, do desporto, do desenvolvimento de serviços profissionais de apoio aos idosos e suas famílias, de desenvolvimento de produtos e tecnologias de apoio a uma população mais envelhecida.

Uma política para o envelhecimento ativo deve enquadrar a capacitação e o *empowerment* como parte integrante do ciclo de vida, dando ênfase ao reconhecimento social e estatuto próprio da pessoa idosa. Neste domínio é necessário garantir a valorização e a participação das pessoas idosas nos processos de mudança social, valorizando os laços intergeracionais.

Grupo Focal

“Gostei muito de vir aqui falar sobre os problemas, não só dos meus mas das pessoas idosas, de ser ouvido e de dizer o que penso. Deviam fazer mais vezes estas coisas, pois mesmo que não haja possibilidade de mudar nada, pelo menos ouvem-nos e preocupam-se com as nossas necessidades. Depois gostava de saber o resultado disto, dos nossos contributos e se serviram para alguma coisa.”

Idoso residente no Pinhal Novo

No grupo focal da União das Freguesias de Poceirão Marateca participaram 8 idosos de diferentes lugares, nomeadamente Lagameças, Poceirão, Asseiceira, Fernando Pó, Lagoa do Calvo, Cajados, Brejos do Poço, com idades compreendidas entre os 65 e os 84 anos de idade. No grupo focal das Freguesias Palmela, Quinta Anjo e Pinhal Novo participaram 8 idosos de Aires, Palmela, Pinhal Novo, Venda Alcaide, com idades compreendidas entre os 65 e 89 anos.

A falta de médicos, enfermeiros e consultas nos postos de Saúde, com maior incidência no Poceirão, são uma das principais necessidades e preocupação identificadas pelos vários participantes, que evidenciaram a dificuldade na marcação de consultas mesmo com médico de família atribuído. Referem que as consultas são marcadas no primeiro dia de cada mês e que muitas vezes é necessário ir para a porta do posto médico de madrugada, o que é difícil ou mesmo impossível para pessoas sem transporte e com debilidade física. Por outro lado, foi apontado como muito positivo na União das Freguesias Poceirão Marateca a existência de quatro farmácias.

“Vivo na Asseiceira, não tenho transporte e tenho uma incapacidade física que me impede de andar sem Canadianas, vivo sozinha, nunca poderia vir marcar uma consulta ao Posto do Poceirão às 3 da manhã. Por outro lado com a minha miserável reforma não posso pagar no privado... olhe muitas vezes vou deixando andar nas mãos de Deus tenho que me sujeitar ao que há, mas acho mal, acho que isso era o mínimo que podiam fazer por os idosos pobres.”

“Apesar de ter médico de família tenho que esperar muito pelas consultas e tenho que vir a pé ou à boleia pois não há transporte”

“O posto médico em Palmela fica longe e eu não posso andar.”

“Uma coisa boa nesta Freguesia (Poceirão Marateca) são as farmácias, assim evitamos ter de percorrer grandes distâncias para comprar os remédios.”

“No Lado sul do Pinhal Novo não há Posto Médico”

A falta de transporte e as baixas reformas condicionam em muito a vida dos idosos, limitando a sua autonomia e participação.

“As pessoas não tem capacidade de transporte, não podem ir ao médico, nem às compras adquirir os bens essenciais quando precisam, até para ir ao cemitério ou à missa...”

“A falta de autocarro é que dificulta a nossa vida, há um transporte da Junta (Poceirão) mas não vai à freguesia toda e é só de 15 em 15 dias”

“Venho às compras porque o Centro de Dia de Lagameças onde estou inscrita me leva ao Poceirão todas as sextas feiras, essa é uma das razões porque para lá fui.”

“Devia haver um autocarro da junta (Poceirão Marateca), mesmo que tivéssemos que pagar alguma coisa. Só há um autocarro por dia e fica longe das casas das pessoas, até á estrada temos que vir a pé.”

Há um conhecimento generalizado das atividades destinadas aos idosos do Concelho, mas estes referem dificuldade na deslocação e pagamento das mesmas”

“As atividades não são de graça, além disso não nos vão buscar a casa e não temos como ir.”

“Fazem por ai uns bailes, mas de noite não se vê o caminho, nós já andamos e vemos tão mal que mesmo que queiramos ir lá um bocadinho não podemos.”

“Os espetáculos do Centro Cultural?! Só conheço porque vim com o Centro de Dia.”

Referem o elevado preço dos despejos da fossa que consideram como essencial mas muito caro, fazendo referencia a custos mais baixos quando feita por particulares.

“O despejo da fossa é um serviço indispensável mas temos que pagar muito, são uns 30€ de dois em dois meses, com duzentos e euros de reforma, mais água, luz, gás, medicamentos, pouco sobra para comer quanto mais...”

As rendas de casa são elevadas nestas freguesias e as casas muitas vezes não oferecem condições condignas nem adequadas a utilização por parte de pessoas idosas.

“Pago 225€ de renda, a minha reforma são 300 e poucos... é a minha filha quem me ajuda. A casa é muito cara para as condições que tem, é velha e precisa de obras, é muito fria e cheia de caliza nas paredes, ainda por cima nem me passam recibo.... mas é numa zona em que posso ir a pé às compras e á farmácia. Antes estava numa lá no meio do campo longe de tudo e pagava 200€.”

“Podia haver algumas casas de renda social na freguesia (Poceirão Marateca), para as pessoas mais carenciadas, ou uma ajuda para os idosos remodelarem as casas de banho com banheira para terem poliban. Também podiam ajudar a mudar algumas telhas partidas e pequenas obras que as pessoas idosas que vivem sozinhas já não conseguem fazer.”

Foi referida a falta de segurança nomeadamente no Pinhal Novo e Palmela (Centros urbanos) tendo sido referidos alguns episódios de assaltos a idosos no centro destes aglomerados.

“Tenho muito medo de ir aos correios levantar a reforma”

“Já saltaram o muro do meu quintal três vezes (Centro Histórico)”

Foi mencionada a importância das IPSSs locais no acompanhamento dos idosos e na promoção de atividades com vista a quebrar o isolamento, consideraram as instituições muito importantes, pois apoiam os mais necessitados, facultando-lhe o acesso a atividades, refeições e a aquisição de bens essenciais.

Apesar de unanimemente considerarem as instituições como uma boa alternativa à solidão, as pessoas que não as frequentam, só pensam recorrer a esses serviços quando já não têm a autonomia necessária para preparar a alimentação, tomar banho ou tratar da horta e dos animais.

Consideram preocupante a falta de Lares de idosos pois têm consciência que se necessitarem desta resposta dificilmente terão acesso a ela, pelo menos a uma resposta comparticipada pela segurança social.

“Gosto muito de estar no Centro de Dia pois lá tenho oportunidade de ver e conhecer não só pessoas mas também lugares novos e participar em muitas coisas. Todas as semanas nos levam ao Posto médico para medir os diabetes e também nos levam ao supermercado, a lojas, a espetáculos, a outras instituições, e a vários outros lugares.”

“Pago 225€ de renda, a minha reforma são 300 e poucos... é a minha filha quem me ajuda. A casa é muito cara para as condições que tem, é velha e precisa de obras, é muito fria e cheia de caliza nas paredes, ainda por cima nem me passam recibo.... mas é numa zona em que posso ir a pé às compras e à farmácia. Antes estava numa lá no meio do campo longe de tudo e pagava 200€.”

“Podia haver algumas casas de renda social na freguesia (Poceirão Marateca), para as pessoas mais carenciadas, ou uma ajuda para os idosos remodelarem as casas de banho com banheira para terem poliban. Também podiam ajudar a mudar algumas telhas partidas e pequenas obras que as pessoas idosas que vivem sozinhas já não conseguem fazer.”

Gostaram bastante da “reunião” pois sentiram-se ouvidos...

Pistas para reflexão:

- Como se poderão ampliar e aprofundar os momentos de participação dos idosos, no que diz respeito às iniciativas que são criadas para este grupo da população, ajustando as suas necessidades à oferta dos serviços?
- Que mecanismos criar ou reforçar para que se assegure maior proteção a este grupo da população?

Grupo Focal

“Existem cada vez mais idosos a tomar conta de outros idosos.”

Técnica de uma IPSS do concelho

Foi ainda realizado uma sessão de grupo focal para auscultar os técnicos e técnicas das IPSS com intervenção na área dos idosos. A sessão contou com a participação de sete elementos do GIQUE – Grupo Interinstitucional para as Questões do Envelhecimento e permitiu uma discussão em torno do papel das instituições e das suas respostas.

O grupo de técnicos foi unânime em considerar que existe neste momento uma desadequação entre os serviços disponibilizados pela rede e as reais necessidades dos utentes, uma vez que face às dificuldades financeiras crescentes, os idosos recorrem cada vez mais tarde às respostas sociais de centro de dia e serviço de apoio domiciliário sendo que a estrutura residencial para idosos (antiga denominação Lar), enquanto resposta apenas é considerada como último recurso e perante uma situação de total incapacidade por parte dos familiares para apoiar/cuidar o idoso em situação de extrema dependência.

Foi considerada positiva, a articulação entre técnicos das respostas sociais de idosos, o que facilita a disponibilidade de vaga a quase todas as solicitações do Concelho. As situações de falta de vaga prendem-se exclusivamente com a necessidade da implementação de mais estruturas residências para idosos (lar), que segundo os técnicos é a única resposta do concelho que apresenta lista de espera.

A rede exhibe uma falta de estruturas residenciais para idosos com capacidade de dar resposta a este problema crescente. É preocupação de todos os técnicos que, notam neste particular aspeto, dada a falta de respostas na rede solidária, os utentes, sem capacidade económica para pagar uma resposta no setor privado, recorrerem a serviços de natureza duvidosos em termos legais, por vezes com carácter familiar, sem qualquer critério ou rigor técnico. Esta situação tem-se vindo a agravar de há alguns anos a esta parte.

“Quando a família nos procura para integração em lar, facultamos a lista dos lares com acordo e dos lares com alvará, posteriormente sabemos por outras pessoas que, o idoso acabou por ficar em casa de alguém que cuida de idosos...”

“Difícilmente um idoso que sai do S.A.D ou do Centro de Dia integra um Lar da Rede, ou Lar privado com alvará, os nossos idosos tem reformas tão pequenas que não tem outro remédio senão recorrer a serviços particulares ...”

Relativamente aos centros de dia foi referido que embora tenham sido concebidos para a manutenção das pessoas no seu meio habitual de vida, visando a promoção da autonomia e a prevenção de situações de dependência ou o seu agravamento, a realidade alterou-se e constata-se que, estes são cada vez mais frequentados por pessoas com elevado grau de dependência, doentes portadores de deficiência física e mental e doentes do foro psiquiátrico. Esta situação leva a um aumento considerável das despesas de funcionamen-

to, uma vez que a adequação às reais necessidades dos utentes implica o aumento do custo do serviço. Concluíram também os técnicos e, por estas razões, que os Centros de Dia deveriam também funcionar aos fins-de-semana, considerado o elevado grau de dependência dos utentes e a incapacidade dos seus familiares em prestarem os cuidados necessários.

“Os idosos mais autónomos estão a abandonar os nossos serviços para, enquanto podem, poupar algum dinheiro mas também porque deixam de se sentir confortáveis dado o nível de dependência e demência da maioria dos outros utentes, deixam de se identificar com a resposta...”

“Os centros de dia estão neste momento a ser frequentados essencialmente por idosos muito dependentes, com demências graves e por jovens com deficiência ou adultos com doença mental”

“O Centro de dia não está a dar resposta a pessoas autónomas mas sim a pessoas que necessitam de ajuda para banhos, para comer, mudança de fraldas, medicação, transferência de cadeira de rodas para cadeirão e WC, o que se torna complicado, porque o rácio de pessoal calculado para a resposta não previu as dificuldades causadas pelo crescente nível de dependência que os utentes têm vindo a apresentar.”

“Há cada vez mais casos de Bipolaridade e Esquizofrenias a procurar os nossos serviços.”

“Muitas famílias recorrem à ajuda dos Centros de Dia quando já não podem deixar os idosos sozinhos em casa se vêm incapacitadas financeiramente para recorrer a um Lar.”

“Como os utentes são muito dependentes há necessidade de adquirir viaturas adequadas ao transporte de deficientes, há também necessidade de aumentar o número de ajudantes dada a complexidade das tarefas e da sua específica morosidade, isso leva a um consequente aumento dos custos do serviço e as participações não foram calculadas com base nisso.”

No que respeita ao Serviço de Apoio Domiciliário as principais preocupações prendem-se com o fato de existirem cada vez mais idosos a tomar conta de outros idosos, os utentes serem muito dependentes, apresentam exíguos recursos o que não lhes permite procurar um serviço permanente. Esta situação faz com que muitos passem grande parte do dia sozinhos, em casa muitas vezes em situação de grande dependência pois a maioria dos utentes deste serviço estão acamados. É também sentida pelos técnicos a tendência das famílias em querer prescindir de alguns dos serviços de apoio na tentativa de economizar os seus recursos económicos. Esta situação tem levado as Instituições a rever, sistematicamente, as participações dos utentes de modo a que as pessoas não prescindam de serviços essenciais.

“Normalmente os acamados estão em casa a ser cuidados pela mulher ou pelo marido conforme o caso, às vezes também por um filho que também já é idoso, essas pessoas não tem apoio nenhum, são prisioneiras da doença do familiar e ali estão sozinhas à espera da próxima visita das equipas do Serviço de Apoio Domiciliário.”

“Há idosos do S.A.D. que querem prescindir de alguns serviços para pagarem menos, por exemplo do tratamento da roupa ou do banho para às vezes pouparem 5 ou 10 €, e nós para que não prescindam dos serviços temos que baixar mensalidades...”

No que concerne a Estrutura Residencial para Idosos (Lar) foi referenciado que existe uma maior dependência dos utentes. Verifica-se também, o aumento das demências graves o que faz com que necessitem de cuidados de enfermagem permanentes.

Com o aumento dos custos dos serviços, nomeadamente, as elevadas despesas com a manutenção das carrinhas para transporte de utentes, mau estado dos caminhos e as grandes distâncias entre as casas dos clientes, assim como, as baixas comparticipações destes, em constante diminuição, conjugada com a reduzida comparticipação da Segurança Social, traduzem-se numa preocupação crescente e transversal a todas as valências e instituições. Há que refletir de que forma as IPSS's poderão assegurar, com um eficiente desempenho, as respostas adequadas e subsistir economicamente?

“Os caminhos estão muito maus e as distâncias são grandes, as carrinhas fazem muitos kms, por isso necessitam de manutenção constante.”

Observa-se que o perfil do utente do centro de dia tem vindo a alterar-se para uma pessoa muito dependente com baixa comparticipação, muitas vezes, adequada a uma integração em Estrutura Residencial para Idosos. No serviço de apoio domiciliário têm-se vindo a verificar um aumento de pessoas acamadas, com baixos recursos financeiros que na realidade necessitariam de uma outra resposta mais adequada e permanente. Por último, constata-se que o perfil de utente de estrutura residencial para Idosos (Lar), se apresenta, essencialmente, como muito dependente, demente, com necessidade de cuidados de saúde permanentes.

Verifica-se, portanto, um aumento acentuado de alguns perfis admitidos em Respostas Sociais que se encontram desajustados às reais necessidades. A incapacidade de recursos económicos dos clientes aliada à inexistência de vagas nas respostas sociais adequadas vem confirmar essa dificuldade.

Pista para reflexão:

- *Como poderemos ajustar ou criar novos modelos de resposta mais adequada/apropriada às reais necessidades da população idosa do Concelho?*
- *Como reforçar as Instituições existentes com os meios necessários às respostas a dar, de forma a prestar melhores serviços?*

7. Acesso à Saúde

Nota introdutória

O acesso à saúde é um direito fundamental dos cidadãos e surge como um dos principais indicadores de desenvolvimento social. Num panorama geral, poder-se-á afirmar que as condições de saúde têm vindo a melhorar ao longo dos anos apesar de ainda persistirem alguns problemas, tais como listas de espera em alguns serviços hospitalares. No entanto, dever-se-á ter em consideração que estas melhorias estão diretamente relacionadas com as melhorias das condições de habitabilidade, do nível socioeconómico, da cobertura de saneamento básico, entre outros.

Por outro lado, é no acesso à saúde que se identificam grupos mais vulneráveis e com menos recursos financeiros o que origina desigualdades sociais graves. Por exemplo, o envelhecimento populacional que constitui atualmente uma realidade bastante preocupante, considerando que a saúde e o bem-estar dos idosos dependem grandemente dos seus recursos económicos.

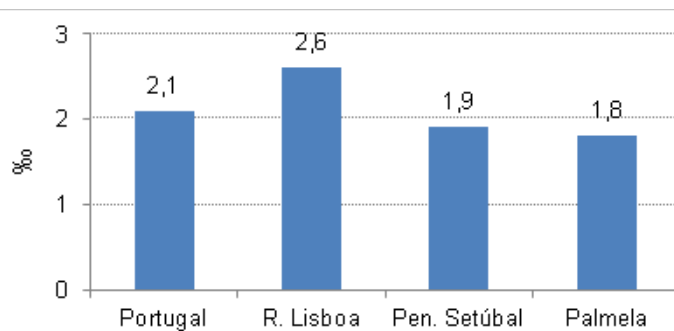
Atualmente, existem uma série de indicadores que atestam a melhoria das condições de saúde, por exemplo, a taxa quinquenal de mortalidade neonatal²⁹ e a taxa quinquenal de mortalidade infantil³⁰ que têm vindo a diminuir ao longo dos anos tornando-se fenómenos cada vez mais raros. Outro indicador relevante é a taxa de envelhecimento, cada vez mais a idade dos falecidos é mais elevada, o que significa que, cada vez se vive mais anos, determinando assim, um aumento na esperança média de vida em ambos os sexos. De acordo com os dados do INE e traduzindo esta evolução positiva, este indicador (esperança média de vida) atingia em 2010-2012,

na Península de Setúbal, os 79 anos, valores próximos da Região de Lisboa e do Continente. A última informação produzida pelo INE relativamente ao sexo evidencia uma tendência para que as mulheres vivam durante mais tempo (80 anos) face aos homens (74 anos).

Informação estatística

Considerando os gráficos abaixo e em termos comparativos, verifica-se que o concelho de Palmela exibe valores da mortalidade neonatal de 1,8‰, bastante abaixo dos números registados no País, na Região e mesmo na Península de Setúbal. Relativamente à mortalidade infantil a tendência é semelhante, Palmela tem o valor mais baixo comparativamente com as restantes unidades territoriais analisadas.

Gráfico 53. Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (%) por Local de residência da mãe - 2008-2012

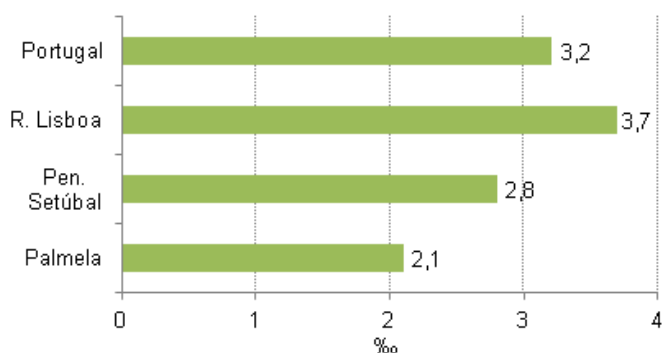


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

²⁹ Taxa quinquenal de mortalidade neonatal - Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado verificados em cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 nados vivos).

³⁰ Taxa quinquenal de mortalidade infantil - Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado 5 anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos).

**Gráfico 54. Taxa quinquenal
de mortalidade infantil (%) – 2008-2012**



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Passando para a avaliação da oferta de serviços de saúde, o concelho de Palmela é abrangido pelo Centro Hospital de Setúbal, EPE que é constituído pelo Hospital de São Bernardo e pelo Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão, ambos localizados em Setúbal.

Relativamente ao agrupamento de centros de saúde, adiante denominado por ACES, que é um serviço de saúde com autonomia administrativa, constituído por várias unidades funcionais, que integram um ou mais centros de saúde e cujo objetivo é a prestação de cuidados de saúde primários à população residente na área de abrangência desse centro de saúde, garantindo o acesso à saúde a toda a população. O ACES da Arrábida (ACESA) é o agrupamento que integra na sua área geográfica de influência, os concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal, sendo que a sede do agrupamento está localizada em Setúbal.

Relativamente ao número de utentes inscritos no ACES da Arrábida e no que respeita ao Centro de Saúde de Palmela, segundo as diversas unidades funcionais de cuidados de saúde, temos a seguinte distribuição com um total de 61953 inscritos. Como pode ser confirmado, das unidades funcionais descritas abaixo fazem parte uma Unidade de Saúde Familiar (USF) que é uma unidade operativa que tem autonomia funcional e técnica e onde por norma, todos os utentes têm médico de família atribuído. Existem ainda, dez Unidades de Cuidados

de Saúde Personalizados (UCSP) que prestam cuidados de saúde individualizados, inscritos numa determinada área geográfica e que não são mais que as antigas extensões de saúde.

A par destas unidades funcionais, o concelho de Palmela dispõe também de uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), que tem como população alvo toda a população residente no concelho. Nesta unidade está integrada uma Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) que é uma das Tipologias da Rede Nacional de Cuidados Integrados (RNCCI) e que presta cuidados continuados de saúde e de apoio social de natureza preventiva, reabilitadora ou paliativa a pessoas em situação de dependência residentes no concelho.

**Quadro 76. Inscritos no ACES da Arrábida
Centro de Saúde de Palmela (2013)**

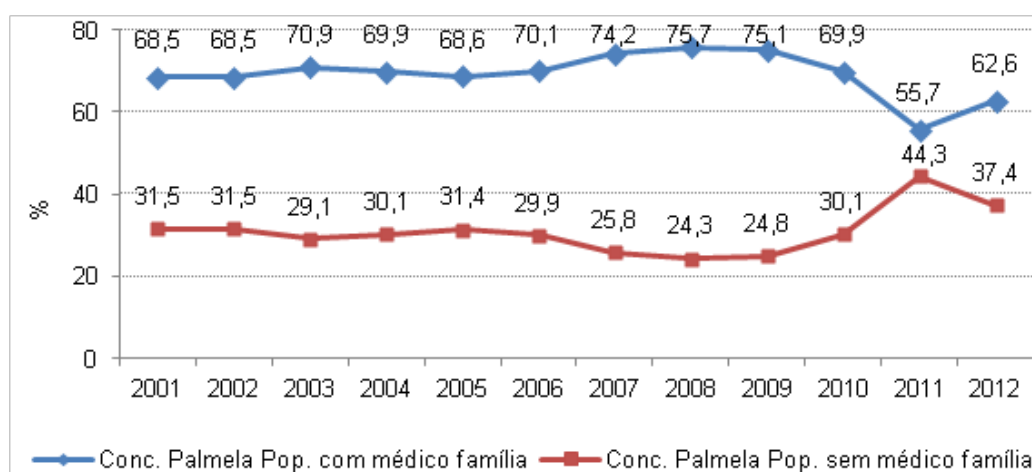
Instituição	Unidade Funcional	Nº Utentes Inscritos Total
CS Palmela	UCSP PALMELA	621
	UCSP AGUAS DE MOURA	3.762
	UCSP BAIRRO DOS MARINHEIROS	1.341
	UCSP BREJOS ASSA	1.427
	UCSP PINHAL NOVO - 6	13.328
	UCSP PINHAL NOVO - 7	9.886
	UCSP QUINTA DO ANJO	8.632
	UCSP VENDA DO ALCAIDE	1.986
	UCSP POCEIRA	3.045
	UCSP OLHOS DE AGUA	454
	CS PALMELA - SAPs e Afins	3
	USF SANTIAGO	17.468

Fonte: ACES da Arrábida

Relativamente aos utentes inscritos com e sem médico de família, numa análise ao concelho (cf. gráfico abaixo), evidencia-se a manutenção e crescimento das percentagens da população com médico de família. Em 2011 verificou-se um decréscimo acentuado causado, eventualmente, por uma quebra no número de médicos de família. No ano 2012 verificou-se uma recuperação face ao ano anterior.

O quadro por freguesia (cf. abaixo) demonstra que as freguesias de Palmela e Marateca têm a maioria da sua população com médico de família atribuído, inversamente Poceirão, a partir de 2011 tem a totalidade da população sem médico de família. Por seu lado, Pinhal Novo que constitui a freguesia mais populosa do concelho, tem nos últimos anos percentagens pouco acima dos 50% de população sem médico, o que significa que uma parte bastante significativa da população tem carências no que respeita ao pessoal médico necessário.

Gráfico 55. População com e sem médico de família no concelho de Palmela (2001–2012)



Fonte: ACES da Arrábida

Quadro 77. População com e sem médico de família nas freguesias do concelho de Palmela

Ano	Marateca		Palmela		Pinhal Novo		Poceirão		Quinta do Anjo	
	Pop - CMF	Pop - SMF	Pop - CMF	Pop - SMF	Pop - CMF	Pop - SMF	Pop - CMF	Pop - SMF	Pop - CMF	Pop - SMF
2001	100	0	60,8	39,2	72,4	27,6	0	100	81,6	18,4
2002	100	0	60,2	39,8	73,4	26,6	0	100	80,3	19,7
2003	100	0	59,9	40,1	71,3	28,7	67,8	32,1	79,6	20,4
2004	100	0	58,6	41,3	69,6	30,4	68,7	31,3	79,6	20,4
2005	71,1	28,9	73,0	27,0	61,6	38,4	55,2	44,8	77,3	22,7
2006	70,8	29,2	70,6	29,4	67,4	32,6	53,3	46,7	73	27
2007	78,6	21,4	79,3	20,7	69,0	31,0	56,1	43,9	79,3	20,7
2008	78,3	21,7	82,7	17,3	72,2	27,8	55,9	44,0	74,4	25,3
2009	77,8	22,2	96,6	3,4	63,4	36,6	54,6	45,3	62,1	37,7
2010	79,1	20,9	95,3	4,7	59,2	40,8	52,9	47,1	42,5	57,5
2011	82,3	17,7	79,7	20,3	46,6	53,4	0	100	34,3	65,7
2012	81,7	18,3	81,1	18,9	51,2	48,8	0	100	61,5	38,5

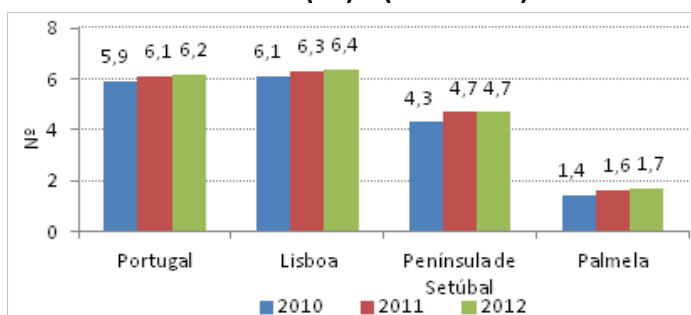
Pop-CMF – População com médico de família /Pop-SMF-População sem médico de família

Fonte: ACES da Arrábida

A dotação no que respeita ao pessoal de enfermagem e médico não é muito favorável ao concelho de Palmela, constata-se que os valores se encontram bastante abaixo dos valores nacionais e regionais. Em 2012 o concelho de Palmela tinha 1,7 enfermeiros por 1000 habitantes enquanto o país tinha 6,2 enfermeiros. No que se refere aos médicos, a diferença entre as várias unidades territoriais é menos expressiva, salientando-se o facto da Região de Lisboa ultrapassar o país e do concelho de Palmela ter o valor mais baixo de médicos por 1000 habitantes, divergindo em cerca de 0,5 décimas da Península de Setúbal.

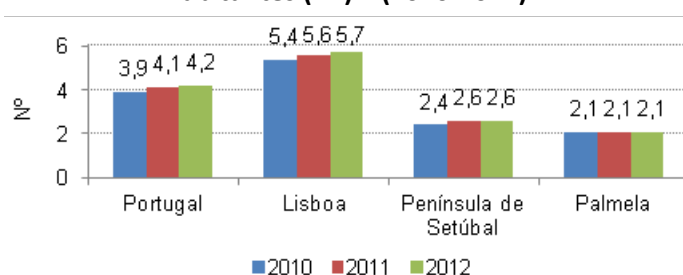
Quanto à acessibilidade para a compra de medicamentos verifica-se que o número de farmácias e postos farmacêuticos disponíveis por 1000 habitantes são constantes, não sofrendo quaisquer variações nos três anos analisados e nas várias unidades territoriais. No entanto, o país e a região têm valores equiparados (0,3), apresentando a Península de Setúbal valores equiparados com os do concelho de Palmela (0,2). Em termos da cobertura de farmácias, em 2014 o concelho conta com 15 farmácias dispersas pelo território, o que em termos de rácio resulta em cerca 4189 habitantes por farmácia.

Gráfico 56. Enfermeiros por 1000 habitantes (Nº) – (2010-2012)³¹



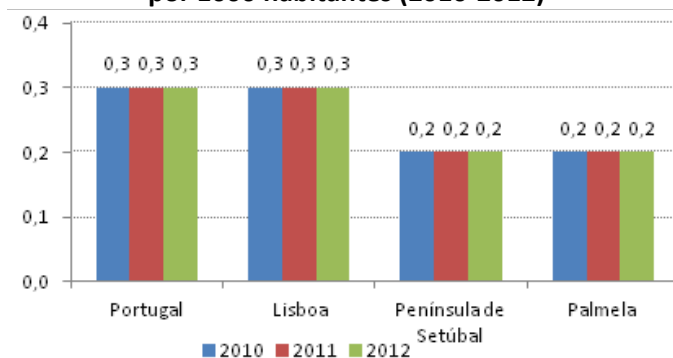
Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 57. Médicos por 1000 habitantes (Nº) – (2010-2012)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 58. Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (2010-2012)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Atualmente, na base do sistema de saúde, encontram-se os Centros de Saúde que prestam os cuidados de saúde primários, na vertente de medicina geral e familiar e enquanto tal, pautam a sua atuação pela proximidade às comunidades locais. De acordo com o quadro abaixo, em 2012 Portugal tinha 387 centros de saúde, sendo que apenas uma minoria de 4,4% tinha a valência de internamento. As restantes unidades territoriais não têm internamento. O concelho de Palmela conta apenas com um Centro de Saúde.

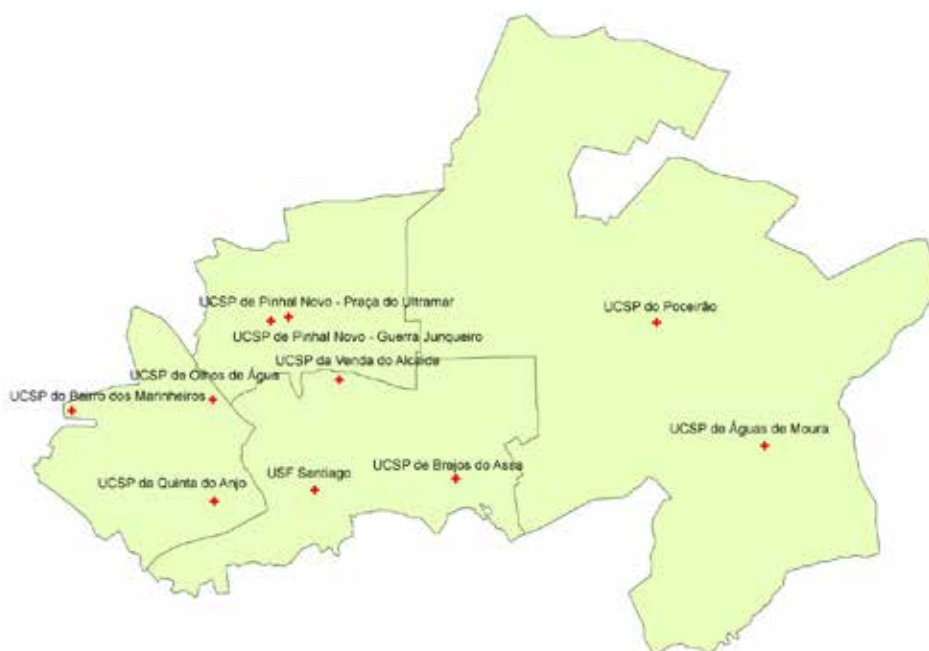
No que respeita às unidades funcionais de saúde, unidade de saúde familiar e unidades de cuidados de saúde personalizados, o mapa seguinte ilustra a distribuição desses serviços no território concelhio.

³¹ A rubrica "Enfermeiros por 1000 habitantes" é apresentada por local de atividade.

Quadro 78. Centros de saúde (N.º) por Localização geográfica e Tipo de serviço

Unidade territorial	2012		
	Tipo de serviço		
	Total	Com internamento	Sem internamento
	N.º	N.º	N.º
Portugal	387	17	370
Região de Lisboa	54	0	54
Península de Setúbal	16	0	16
Concelho de Palmela	1	0	1

Fonte: INE.

Figura 3. Distribuição da USF e das UCSP do concelho de Palmela

Fonte: CMP, 2013

Relativamente aos quadros de pessoal dos Centros de Saúde são essencialmente compostos por uma grande variedade de categorias profissionais, nomeadamente, médicos, enfermeiros e outro pessoal onde se incluem técnicos superiores, pessoal técnico, assistentes técnicos, assistentes operacionais e outros.

Como se pode confirmar mediante o quadro abaixo, o Centro de Saúde de Palmela dispõe de 34 médicos, o que resulta numa média de 1848 utentes por médico. Em termos percentuais verifica-se que o pessoal médico registado para o país é inferior face a qualquer das restantes unidades territoriais. Na categoria do pessoal de enfermagem os valores são bastante díspares, enquanto o concelho de Palmela supera em 0,3 décimas o país, a Região de Lisboa e a Península de Setúbal estão ligeiramente abaixo desses valores com 27,9% e 28,4%, respetivamente. Relativamente às restantes categorias incluídas no “outro pessoal” o valor percentual em Portugal é o mais elevado com 44,3%, enquanto que o menos significativo corresponde ao da Região de Lisboa com 38,6%, seguido de muito perto pelo concelho de Palmela com 38,9%.

**Quadro 79. Pessoal ao serviço (N.º) nos centros de saúde
por Localização geográfica e Tipo de pessoal ao serviço 2011**

Unidade territorial	2011						
	Tipo de pessoal ao serviço						
	Total	Médicos		Enfermeiros		Outro pessoal	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	28572	7159	25,1	8763	30,7	12650	44,3
Lisboa	5562	1859	33,4	1554	27,9	2149	38,6
Península de Setúbal	1731	529	30,6	492	28,4	710	41,0
Concelho Palmela	113	34	30,1	35	31,0	44	38,9

Fonte: INE

Relativamente às consultas médicas de especialidade no Centro de Saúde de Palmela, estas totalizaram 148.970, o que resulta num rácio de 2,4 consultas por habitante. Quanto às especialidades clínicas, a sua maioria (80,4%) incide na medicina geral e familiar/clínica geral – saúde de adultos, sendo as restantes (20%) repartidas pelo Planeamento Familiar; Saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente; Saúde materna e outras especialidades. Nas restantes unidades territoriais a distribuição das consultas de especialidade seguem as mesmas tendências, tal como se verifica no quadro abaixo.

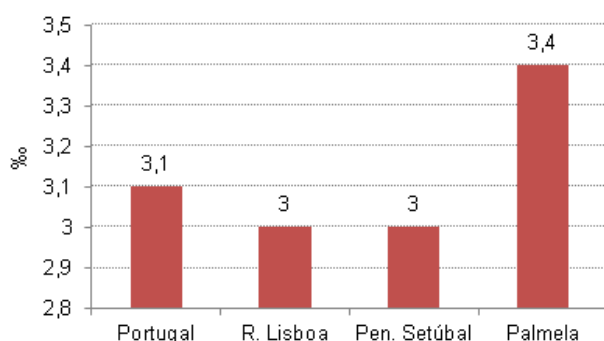
Quadro 80. Consultas médicas nos centros de saúde por Localização geográfica e Especialidade Clínica (N.º)

Especialidade da Consulta	2012			
	N.º	N.º	N.º	N.º
	Portugal	Lisboa	Pen. Setúbal	Palmela
Medicina geral e familiar/Clínica geral - saúde de adultos	24.748.096	5.137.747	1.599.080	119.767
Medicina dentária/Estomatologia	89.590	14.709	2.096	0
Ginecologia/Obstetrícia	4.902	1.060	1.060	0
Oftalmologia	8.690	1.898	1.898	0
Otorrinolaringologia	4.087	850	0	0
Planeamento Familiar	1.068.087	279.869	98.707	11.029
Pneumologia	15.538	0	0	0
Saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente	3.082.136	703.990	205.429	13.085
Saúde materna	546.054	151.675	50.245	3.858
Outras especialidades	105.769	24.940	7.057	1.231
Total	29.672.949	6.316.738	1.965.572	148.970

Fonte: INE.

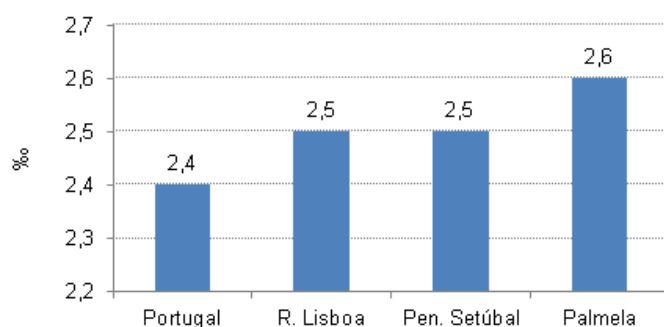
No que se refere às causas de morte a tendência da região e do país, constata-se que são as doenças do sistema circulatório seguido dos tumores malignos as que registam os valores mais significativos. Os gráficos abaixo, evidenciam as principais causas de morte, sendo que no concelho, em 2012, comparativamente com as restantes unidades territoriais analisadas morrem 3,4 pessoas por 1000 habitantes por doenças do foro circulatório. Quanto à taxa de mortalidade por tumores malignos, o concelho de Palmela apresenta valores elevados. Em 2012 morreram 2,6 pessoas por 1000 habitantes, enquanto que no país, para o mesmo número de habitantes, morreram 2,4 pessoas.

Gráfico 59. Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰)



Fonte: INE.

Gráfico 60. Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰)



Fonte: INE.

Em síntese e em termos de tendências globais, no que concerne aos principais indicadores de saúde, podemos associar as melhorias ocorridas às transformações socioeconómicas da sociedade, que posteriormente têm implicações nas melhorias das condições de vida das populações. Mas se no global as condições e os níveis de saúde melhoraram, na verdade, continuam a persistir desigualdades no acesso aos diferentes serviços de saúde.

Em síntese:

Os indicadores apresentados atestam a melhoria global das condições de saúde, expressas designadamente na diminuição das taxas quinquenais de mortalidade neonatal e de mortalidade infantil

A taxa de envelhecimento e o consecutivo aumento da esperança média de vida apresentam-se igualmente como indicadores relevantes na melhoria das condições de saúde

No concelho assiste-se, ainda, a uma distribuição irregular dos técnicos de saúde (médicos de família) pelas diferentes freguesias, persistindo por conseguinte desigualdades no acesso aos diferentes serviços de saúde

Constatam-se igualmente dificuldades vividas pelas farmácias, gerando para os munícipes um difícil acesso aos medicamentos

A importância das unidades de saúde deve ser reforçada com uma maior dotação de recursos materiais e humanos, facilitando aos munícipes o acesso aos cuidados de saúde

Emergem as problemáticas associadas à saúde mental, carecendo de uma intervenção e cobertura adequadas

Em entrevista ao ACES, é referido que as maiores preocupações, no domínio social prendem-se com (...) "as pessoas com baixos recursos que muitas vezes não recorrem aos serviços gratuitos como o planeamento familiar, cursos de preparação para o parto por falta de transporte. Também os produtos de apoio muitas vezes não são adquiridos por falta de disponibilidade económica, pois embora sejam comparticipados o investimento inicial é sempre do utente e as pessoas com baixos recursos não tem essa disponibilidade. Existem áreas do país em que os municípios e as Juntas compram esses produtos de apoio e disponibilizam á saúde para facilitar a estes utentes de modo a que não fiquem sem apoio". Quais as áreas de saúde com maior dificuldade de resposta/acompanhamento? Não existe equipa de cuidados paliativos o que seria uma mais valia. A área da reabilitação devia estar mais desenvolvida pois temos uma população envelhecida com muitas limitações de mobilidade e com necessidades de reabilitação paliativa".

8. Dinâmicas da Habitação

Nota de enquadramento

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.” Este direito, manifesto no artº. 65 da Constituição Portuguesa, compromete o Estado à responsabilização de o assegurar. Neste sentido incumbe ao Estado implementar uma política de habitação com vista a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

Contudo, a necessidade a uma habitação condigna, torna-se imperativa para uma grande parte da população. A legislação sobre o arrendamento urbano, proporciona ordem entre quem quer arrendar o seu imóvel e quem necessita deste para viver. Neste sentido, surge em 1990 o Regime Arrendamento Urbano (RAU) posteriormente revisto com a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, gerando o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU). Este estabelece um regime especial de atualização das rendas antigas.

Mais recentemente, com a Lei 31/2012 de 14 de Agosto, surge a versão final, atualmente em vigor. Conforme o seu Art.1,a presente lei aprova medidas destinadas a dinamizar o mercado de arrendamento urbano, nomeadamente, vem alterar o regime de locação, em que proporciona mais liberdade às partes na estipulação das regras relativas à duração dos contratos de arrendamento; modifica ainda, o regime transitório dos contratos de arrendamento celebrados antes da entrada em vigor da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, reforçando a negociação entre as partes e facilitando a transição dos referidos contratos para o novo regime, num curto espaço de tempo, e por último, cria um procedimento especial de despejo do local arrendado que permita a célere recolocação daquele no mercado de arrendamento.

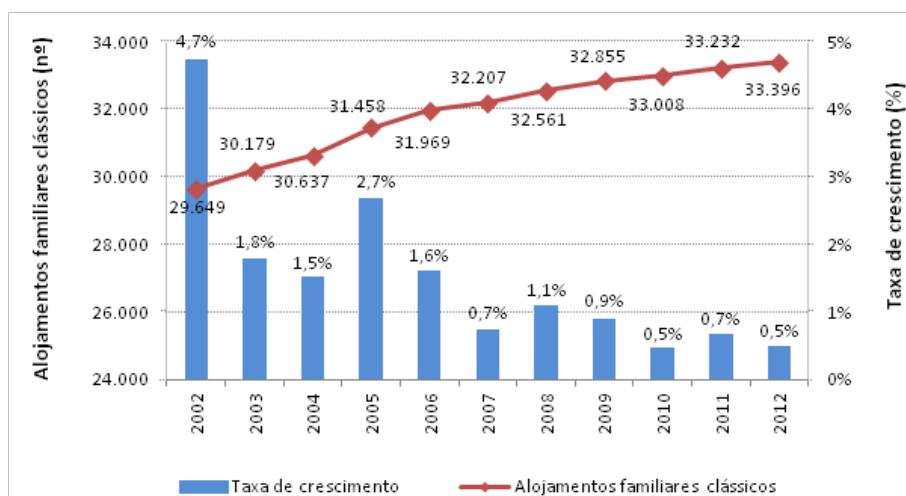
Ao nível local, refira-se que as áreas de intervenção da Câmara Municipal de Palmela, no que diz respeito à Habitação, visa apoiar, de acordo com a legislação aplicável, projetos e programas de iniciativa municipal, a recuperação e conservação do parque habitacional privado do concelho, e a gestão o parque habitacional de arrendamento social, tendo este sido adquirido pela autarquia no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) – um programa que visava o realojamento de famílias residentes em «barracas» e a consequente demolição destas.

Informação estatística

Evolução do parque habitacional e dinâmica urbanística

A evolução do parque habitacional do município é marcada por um abrandamento da dinâmica construtiva nos anos mais recentes, depois de um período de maior crescimento urbano. Depois dos crescimentos anuais entre os 3% e os 5% que se verificaram até 2002, o ritmo de crescimento decaiu nos últimos anos para valores inferiores a 1% (cf. gráfico seguinte).

Gráfico 61. Evolução do parque habitacional do concelho de Palmela



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Apesar do declínio verificado em anos mais recentes, o concelho destaca-se ainda assim no contexto da Área Metropolitana de Lisboa por apresentar uma das mais elevadas proporções de fogos licenciados face ao parque habitacional existente em 2001 (20,5%), a terceira mais elevada da Península de Setúbal (apenas atrás de Alcochete e Montijo) e a quarta à escala metropolitana (onde sobressai Mafra) (cf. quadro seguinte).

Quadro 81. Proporção de fogos licenciados no período 2002-2012 face ao stock de fogos em 2001 (%)

NUTS III Grande Lisboa		NUTS III Península de Setúbal	
Amadora	9,44	Alcochete	32,78
Cascais	14,86	Almada	6,96
Lisboa	6,41	Barreiro	8,55
Loures	12,29	Moita	7,62
Mafra	35,19	Montijo	30,14
Odivelas	18,50	Palmela	20,53
Oeiras	7,27	Seixal	12,33
Sintra	5,95	Sesimbra	16,06
Vila Franca de Xira	11,91	Setúbal	10,31

Fonte: INE, Estatísticas da Construção e Censos 2001

Por freguesia, constata-se que foram as freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo as que mais cresceram – a primeira sobretudo entre 1991 e 2001 (mais 56,3% de alojamentos), e a segunda particularmente na última década (mais 43,5%). Já as freguesias de Marateca e Poceirão, de características rurais, apresentam crescimentos mais modestos – apesar de Poceirão evidenciar um crescimento acentuado na última década –, ocupando a freguesia de Palmela uma posição intermédia, com um crescimento decenal perto dos 20% (cf. quadro seguinte).

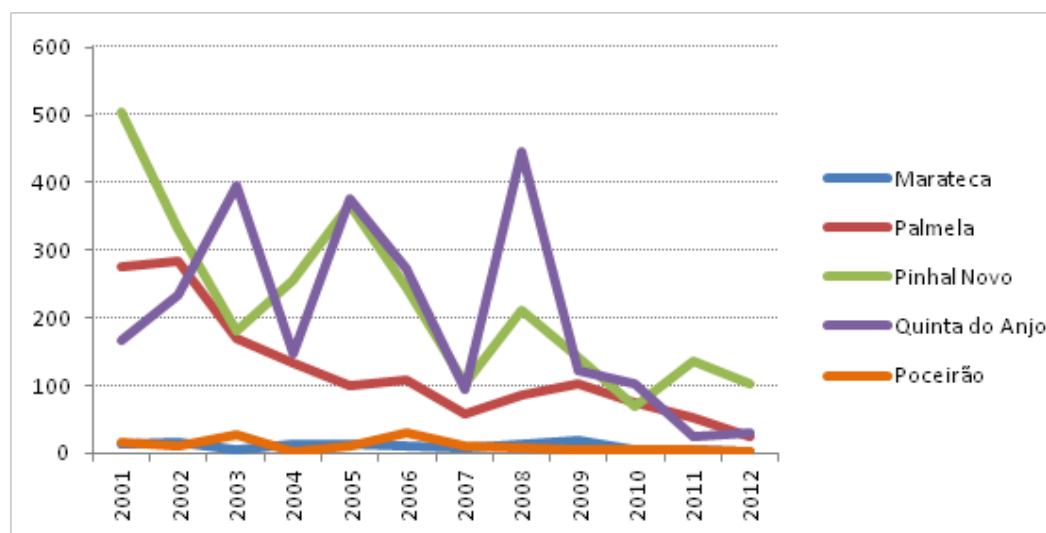
Quadro 82. Evolução do parque habitacional por freguesia

	Alojamentos (nº)			Taxa de crescimento (%)		
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	1991-2011
Marateca	1.485	1.653	1.847	11,3	11,7	24,4
Palmela	6.269	7.485	9.044	19,4	20,8	44,3
Pinhal Novo	6.488	10.141	12.507	56,3	23,3	92,8
Poceirão	1.693	1.812	2.410	7,0	33,0	42,4
Quinta do Anjo	3.532	5.148	7.388	45,8	43,5	109,2
Total	19.467	26.239	33.196	34,8	26,5	70,5

Fonte: INE, Censos

As estatísticas das obras concluídas corroboram as análises anteriores, com as freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo a assumirem-se como os principais polos da dinâmica urbanística do concelho, e por outro notando-se um forte declínio da construção nos últimos anos (cf. gráfico seguinte).

Gráfico 62. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por freguesia (Nº)



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

O concelho caracteriza-se por um forte predomínio das moradias unifamiliares sobre os edifícios de apartamentos: excluindo as manchas urbanas de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, o concelho tem preservado a sua matriz rural, caracterizada pela baixa densidade e pela dispersão do povoamento. Nos últimos anos, a grande maioria (80% a 90%

dos casos) dos edifícios concluídos em construções novas foram moradias, ao passo que a proporção de edifícios com apenas um alojamento (isto é, moradias unifamiliares) se mantém próxima dos 90% e o número médio de alojamentos por edifício se situa nos 1,5 (valores muito abaixo das médias da região), dados que mostram que o recente crescimento urbano do concelho não o tem descharacterizado (cf. quadros seguintes).

Quadro 83. Edifícios concluídos em construções novas para habitação no concelho de Palmela

	Moradias		Edifícios de apartamentos	
	Nº	%	Nº	%
2004	172	79,3	45	20,7
2005	565	93,9	37	6,1
2006	338	89,7	39	10,3
2007	162	93,1	12	6,9
2008	251	86,0	41	14,0
2009	183	85,9	30	14,1
2010	86	87,8	12	12,2
2011	73	86,9	11	13,1
2012	62	89,9	7	10,1

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Quadro 84. Alojamentos por edifício e proporção de edifícios com um alojamento (2011)

	Alojamentos familiares clássicos por edifício (nº)	Proporção de edifícios com um alojamento (%)
Portugal	1,7	87,2
NUTS II Lisboa	3,3	67,1
NUTS III Península Setúbal	2,5	77,4
Concelho de Palmela	1,5	88,3
Marateca	1,1	92,8
Palmela	1,4	90,4
Pinhal Novo	2,3	78,6
Poceirão	1,1	93,6
Quinta do Anjo	1,3	91,9

Fonte: INE, Censos

Condições de habitabilidade, estado de conservação e antiguidade do edificado

No que concerne às condições de habitabilidade, o parque habitacional do concelho caracteriza-se por uma proporção relativamente reduzida de alojamentos não clássicos³²: 0,4% em 2001 e 0,2% em 2011, valores inferiores às médias regionais (cf. quadro seguinte). Nas duas décadas assistiu-se à quase erradicação do fenómeno das barracas na área metropolitana de Lisboa e a grandes processos de realojamento daí decorrentes. Contudo, o concelho sempre esteve um pouco à margem deste problema, sendo antes muito marcado pelo fenómeno da construção de génese ilegal (os chamados “clandestinos”), e às carências de infraestruturas a ela associadas.

Quadro 85. Proporção de alojamentos não clássicos (%)

	2001	2011
Portugal	0,7	0,1
NUTS II Lisboa	1,3	0,1
NUTS III Península de Setúbal	1,0	0,2
Concelho de Palmela	0,4	0,2
Marateca	1,0	0,2
Palmela	0,4	0,2
Pinhal Novo	0,2	0,1
Poceirão	0,3	0,9
Quinta do Anjo	0,6	0,2

Fonte: INE, Censos

Quanto à existência de instalações básicas, a posição do concelho altera-se, pese embora as assinaláveis melhorias registadas no último período intercensitário. Em dez anos, a população residente em alojamentos ligados à rede de esgotos subiu de 57,7% para 65,9%; em sentido inverso, a população ligada a sistemas particulares (fos-

³² Todo o local que, no momento de referência está ocupado por pessoas e que não satisfaz inteiramente as condições de alojamento clássico. Estão compreendidos, nesta categoria: barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.).

sas) desceu de 39,8% para 31,1%. Estes valores destoam das médias regionais, onde 90% a 95% da população tem ligação à rede de esgotos. Note-se que estes valores estão relacionados não só com o fenómeno da habitação clandestina, mas também com o povoamento disperso que caracteriza o concelho. Isto nota-se sobretudo nas freguesias mais rurais, onde o significado da população ligada à rede pública é muito inferior: 29,8% na Marateca, e apenas 8,3% no Poceirão.

Quadro 86. População residente nos alojamentos familiares de residência habitual por existência de sistema de drenagem de águas residuais (%)

	2001				2011			
	Ligado à rede pública	Ligado a sistema particular (fossa séptica)	Outras situações	Não tem (sem retrete)	Ligado à rede pública	Ligado a sistema particular (fossa séptica)	Outras situações	Não tem (sem retrete)
Portugal	60,3	36,2	2,2	1,3	75,5	22,7	1,2	0,6
NUTS II Lisboa	91,6	7,4	0,6	0,4	94,8	4,6	0,4	0,2
NUTS III P. Setúbal	85,8	13,1	0,7	0,4	90,5	8,6	0,7	0,3
Concelho de Palmela	57,7	39,8	1,5	1,0	65,9	31,1	2,5	0,5
Marateca	19,4	75,5	1,8	3,3	29,8	65,7	2,5	2,0
Palmela	58,9	39,6	1,0	0,6	66,1	31,7	2,0	0,2
Pinhal Novo	73,6	24,8	1,0	0,5	79,5	18,8	1,5	0,3
Poceirão	6,0	86,5	5,4	2,1	8,3	79,0	11,6	1,2
Quinta do Anjo	59,1	38,4	1,4	1,1	71,7	25,8	1,9	0,6

Fonte: INE, Censos

A proporção de população residente em alojamentos com água, esgotos, aquecimento e casa de banho (independentemente do tipo de rede) subiu, entre 2001 e 2011, de 75,5% para 90,3% (ao passo que a média nas unidades territoriais onde o concelho de insere ronda os 85%), não se registando diferenças significativas entre freguesias. Este dado revela que, do ponto de vista das carências habitacionais, e apesar do défice de ligação à rede pública de esgotos notado atrás, a situação do concelho se enquadra no perfil nacional.

Quadro 87. População residente nos alojamentos familiares de residência habitual por existência de água, retrete, sistema de aquecimento e instalação de banho (%)

	2001	2011
Portugal	72,1	85,4
NUTS II Lisboa	72,0	84,9
NUTS III Península de Setúbal	70,4	85,3
Concelho de Palmela	75,5	90,3
Marateca	74,4	88,7
Palmela	75,4	91,4
Pinhal Novo	74,1	89,0
Poceirão	73,9	89,4
Quinta do Anjo	80,2	92,6

Fonte: INE, Censos

Quanto ao estado de conservação do edificado, o concelho não difere significativamente do retrato nacional, com a percentagem de edifícios muito degradados a situar-se entre 1% e 2%. De um modo geral, todas as unidades territoriais em análise registaram entre 2001 e 2011 uma redução (em valor absoluto e relativo) dos edifícios nestas condições, com exceção da freguesia de Palmela, cujos edifícios muito degradados mais que duplicaram nesse período (cf. quadro seguinte).

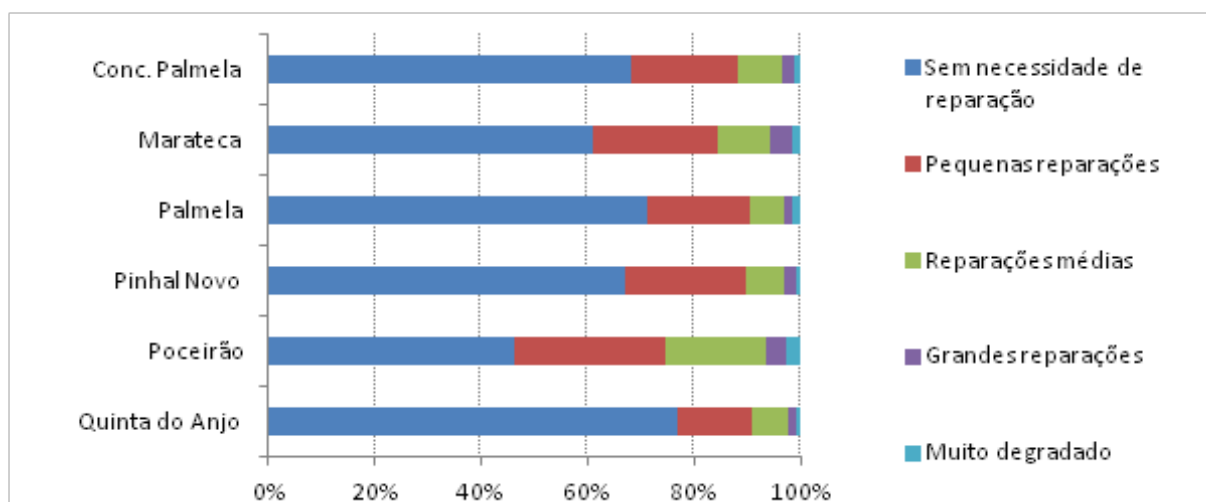
Quadro 88. Edifícios muito degradados

	2001		2011	
	Nº	%	Nº	%
Portugal	92.365	2,9	59.155	1,7
NUTS II Lisboa	9.688	2,5	6.625	1,5
NUTS III Península de Setúbal	3.294	2,3	2.356	1,4
Concelho Palmela	314	1,8	282	1,3
Marateca	57	3,7	28	1,7
Palmela	43	0,8	98	1,5
Pinhal Novo	81	1,8	52	0,9
Poceirão	67	3,9	62	2,8
Quinta do Anjo	66	1,5	42	0,7

Fonte: INE, Censos

Olhando mais atentamente para o município, verificamos que é na freguesia de Poceirão que a proporção de edifícios muito degradados é maior (2,8%), ao passo que há apenas 46,4% de edifícios sem necessidade de reparação, o valor mais baixo do concelho. No pólo oposto situa-se a freguesia de Quinta do Anjo, com apenas 0,7% de edifícios muito degradados e 76,8% sem necessidade de reparações (cf. gráfico seguinte).

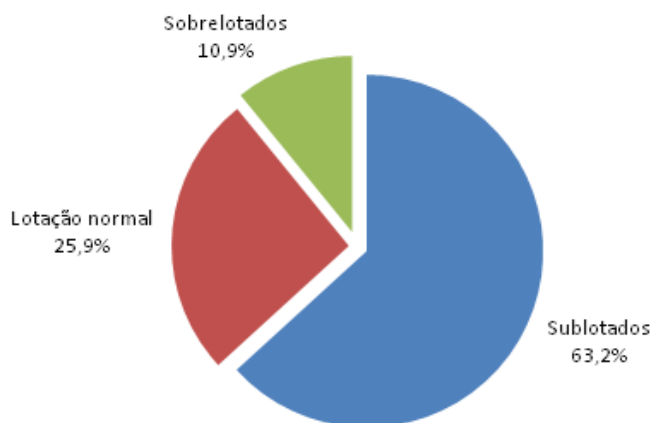
Gráfico 63. Edifícios por estado de conservação (2011) (%)



Fonte: INE, Censos

O índice de sobrelotação de alojamentos calculado pelo INE³³ indica que 10,9% dos alojamentos do concelho estavam em 2011 nestas condições, valor semelhante ao de toda a península de Setúbal (11,5%), e ligeiramente abaixo da região de Lisboa (13%). Por freguesia, é em Poceirão que se encontra a maior proporção de alojamentos sobrelotados: 18%. Entre 2001 e 2011 assistiu-se a uma tendência geral de diminuição dos índices de sobrelotação dos alojamentos, claramente minoritários face aos alojamentos sublotados, diminuição que será consequência tanto do crescimento do parque habitacional como da redução da natalidade e da dimensão média das famílias.

Gráfico 64. Índice de lotação dos alojamentos do concelho de Palmela (2011) (%)



Fonte: INE, Censos

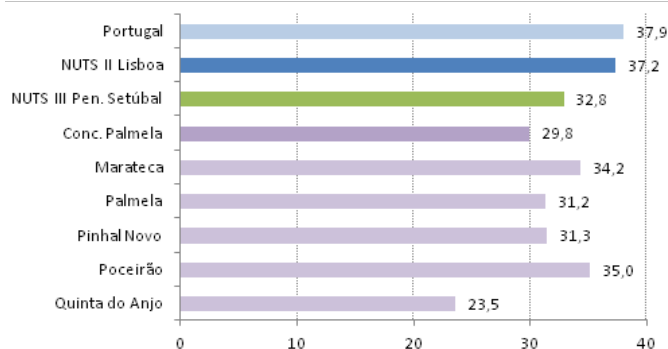
Quadro 89. Proporção de alojamentos sobrelotados (%)

	2001	2011
Portugal	15,9	11,4
NUTS II Lisboa	16,8	13,0
NUTS III Península de Setúbal	15,5	11,5
Concelho de Palmela	15,7	10,9
Marateca	20,8	13,2
Palmela	12,5	8,3
Pinhal Novo	16,9	12,2
Poceirão	20,5	18,0
Quinta do Anjo	14,4	8,9

Fonte: INE, Censos

Já a antiguidade do edificado do município é também inferior ao das regiões de enquadramento: em média, os edifícios do concelho têm 29,8 anos, contra os quase 33 anos da península de Setúbal, os 37 anos da região de Lisboa e os 38 anos a nível nacional. Por freguesia, sobressai a freguesia de Quinta do Anjo com um edificado notoriamente mais recente: 23,5 anos de idade média.

Gráfico 65. Idade média dos edifícios (2011) (Nº anos)



Fonte: INE, Censos

³³ Considera-se alojamento sobrelotado aquele que tem uma ou mais divisões em falta face à população que nele residente, com base nos seguintes parâmetros: 1 Divisão - para casal; 1 Divisão - para outra pessoa não solteira; 1 Divisão - para pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas com menos de 7 anos.

Regime de propriedade e valor das rendas

Quanto ao regime de propriedade, o concelho destaca-se por ter uma proporção superior à média de proprietários (78,5%), mesmo que na última década este valor tenha descido um pouco (em 2001 situava-se nos 83,4%). Entre os proprietários, a fatia dos que suportam encargos com a habitação (maioritariamente decorrentes da contratação de crédito à habitação) subiu de uma forma generalizada no último período intercensitário. Em Palmela, passou de 39,7% para 49,4%, valores ainda assim aquém dos verificados na península de Setúbal (58%) e na região de Lisboa (55,1%). O concelho sobressai ainda por ter uma proporção de alojamentos vagos superior (13,4% em 2011) à das regiões onde se insere, e uma percentagem de alojamentos arrendados bastante inferior (13,5% em 2011) à das restantes unidades territoriais, o que por um lado é sinal da crise que afeta o setor imobiliário (com os muitas casas novas vazias), e por outro de alguma falta de vitalidade do mercado

do arrendamento. Por freguesia, há dados referentes a 2011 que vale a pena destacar: nos fogos vagos, evidencia-se a freguesia de Quinta do Anjo com 18% de alojamentos nestas condições, seguindo-se Pinhal Novo com 11,9%; entre os proprietários que suportam encargos relacionados com a habitação, Pinhal Novo lidera com 60,3%, com Poceirão (15,7%) e Marateca (19,8%) no pólo oposto; quanto ao arrendamento, é a freguesia de Palmela que surge à frente com 14,8%, com por outro lado Poceirão (8,2%) a ter a mais baixa taxa de arrendamento. Deste breve retrato sobressai o contraste existente entre as freguesias de características mais urbanas (Pinhal Novo e Quinta do Anjo), marcadas pelo dinamismo construtivo e consequentemente pela aquisição de habitação a crédito, mas também pela persistência de muitos fogos vagos, e por outro lado as rurais (Poceirão e Marateca), com baixas taxas de aquisição de habitação a crédito e fraca dinâmica do mercado de arrendamento, com a freguesia de Palmela a assumir uma posição intermédia entre estes dois pólos (cf. quadro seguinte).

Quadro 90. Proporção de alojamentos vagos, do próprio e arrendados ³⁴ (%)

	Alojamentos vagos		Alojamentos do próprio		Alojamentos do próprio c/ encargos		Alojamentos arrendados ou subarrendados	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	10,8	12,6	75,7	73,2	31,5	42,9	20,9	19,9
NUTS II Lisboa	11,6	12,5	67,8	66,8	49,6	55,1	29,4	27,3
NUTS III Pen. Setúbal	10,9	11,7	75,5	73,2	53,2	58,0	22,2	21,1
Concelho de Palmela	13,0	13,4	83,4	78,5	39,7	49,4	13,2	13,5
Marateca	10,3	9,2	75,3	72,0	9,8	19,8	14,5	13,7
Palmela	12,3	13,4	79,8	77,8	41,1	47,8	16,9	14,8
Pinhal Novo	15,1	11,9	86,1	79,8	53,9	60,3	11,4	13,5
Poceirão	5,2	10,7	92,1	75,7	11,2	15,7	3,8	8,2
Quinta do Anjo	13,4	18,0	82,8	79,7	27,5	49,4	14,6	13,4

Fonte: INE, Censos

³⁴ As percentagens são calculadas tendo por referência diferentes denominadores: a totalidade dos alojamentos familiares clássicos (no caso da proporção de alojamentos vagos), os alojamentos de residência habitual (no caso da proporção de alojamentos do próprio e arrendados) e os alojamentos do próprio (no caso dos alojamentos com encargos), daí que o somatório não seja 100%.

Restringindo a análise apenas aos alojamentos de residência habitual, verifica-se que somente na freguesia de Pinhal Novo são maioritários os ocupantes que assumem encargos face aos que não os têm (48,1% contra 31,7%), seguindo-se Quinta do Anjo onde os dois grupos são praticamente equiparados (ambos com perto de 40%). Como já havia sido notado, as freguesias de Marateca e Poceirão têm uma proporção muito baixa de proprietários com encargos – respetivamente 14,2% e 11,9%. Quando há outros proprietários (quer se trate de arrendamento, quer de cedência), são maioritários os particulares, destacando-se ainda a relevância dos familiares (ascendentes ou descendentes) na freguesia de Poceirão (11,6%). No concelho o significado da autarquia como proprietária é quase residual: 0,1%, correspondendo a 29 alojamentos. Em toda a região de Lisboa, este valor ascende a 3,1%.

Quadro 91. Proporção de alojamentos clássicos de residência habitual segundo o proprietário (%)

	Ocupante proprietário			Outra entidade proprietária			
	Com encargos	Sem encargos	Subtotal	Familiares	Particulares	Autarquias	Subtotal
Portugal	31,4	41,8	73,2	5,5	18,0	2,1	26,8
NUTS II Lisboa	36,8	30,0	66,8	5,0	23,5	3,1	33,2
NUTS III Pen. Setúbal	42,4	30,7	73,2	5,1	18,6	1,5	26,8
Concelho Palmela	38,7	39,7	78,5	6,1	14,9	0,1	21,6
Marateca	14,2	57,8	72,0	7,5	20,4	0,0	28,0
Palmela	37,2	40,6	77,8	6,3	15,5	0,2	22,2
Pinhal Novo	48,1	31,7	79,8	4,8	14,8	0,1	20,2
Poceirão	11,9	63,9	75,7	11,6	12,3	0,1	24,3
Quinta do Anjo	39,4	40,3	79,7	6,3	13,6	0,1	20,3

Fonte: INE, Censos

No arrendamento predominam os contratos sem duração determinada em todas as unidades territoriais. No concelho estes contratos representam 7,4%, contra 5,6% dos contratos a prazo. Os contratos de renda social ou apoiada têm um significado apenas residual: 0,1%, correspondendo a 11 contratos deste tipo. Mais uma vez, o significado deste tipo de contratos é muito superior nas regiões de Setúbal e Lisboa (cf. quadro seguinte).

Quadro 92. Proporção de alojamentos arrendados por forma de arrendamento (%)

	Contrato com prazo certo	Contrato de duração indeterminada	Contrato de renda social ou apoiada	Sub-arrendamento	Total
Portugal	6,3	11,5	1,7	0,4	19,9
NUTS II Lisboa	8,9	15,4	2,5	0,5	27,3
NUTS III Pen. Setúbal	6,8	12,1	1,7	0,5	21,1
Concelho Palmela	5,6	7,4	0,1	0,3	13,5

Fonte: INE, Censos

Relativamente às rendas pagas, registou-se entre os censos de 2001 e 2011 um aumento muito significativo do valor médio mensal em todas as unidades territoriais em análise, a que não será alheio o processo de atualização decorrente do novo regime do arrendamento urbano³⁵, visando a aproximação gradual das rendas mais antigas (sobretudo dos contratos anteriores a 1990) aos valores atuais de mercado. No concelho o valor médio mais que duplicou, passando de 120€ em 2001 para 294,30€ em 2011, valor que se situa acima do das unidades territoriais em que o concelho de insere. Por freguesia, os valores médios mais elevados em 2011 registavam-se em Quinta do Anjo e Pinhal Novo, respetivamente 327,90€ e 315€, ao passo que as médias mais baixas se verificavam nas freguesias de Marateca (242,10€), Palmela (260,80€) e Poceirão (264,60€) (cf. quadro seguinte).

Quadro 93. Valor médio mensal das rendas dos alojamentos arrendados (€)

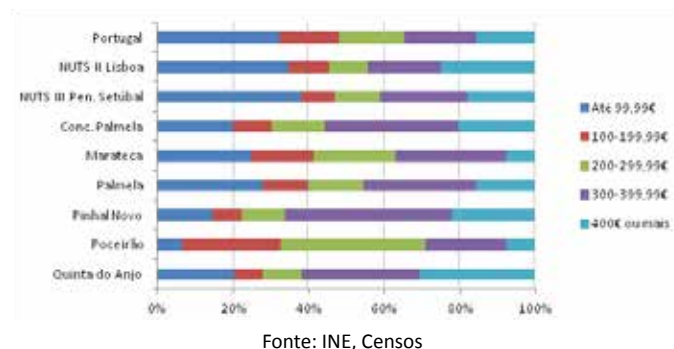
	2001	2011
Portugal	123	235,0
NUTS II Lisboa	126	269,4
NUTS III Pen. Setúbal	97	236,7
Conc. Palmela	120	294,3
Marateca	98	242,1
Palmela	109	260,8
Pinhal Novo	143	315,0
Poceirão	188	264,6
Quinta do Anjo	98	327,9

Fonte: INE, Censos

Observando em maior detalhe a distribuição das rendas por valor, verifica-se que no concelho a proporção de rendas mais baixas (até 100€) ronda os 20%, valor bastante inferior ao verificado nas regiões de Setúbal (38%) e Lisboa (34,5%). É entre os 300€ e os 400€ que se situa a maior parte (35,5%) das rendas do concelho, ao passo que as rendas superiores a 400€ constituem 20,3%

dos casos, valor apenas aquém do da região de Lisboa (25,1%). As freguesias de Palmela e Marateca apresentam as maiores percentagens de contratos com rendas inferiores a 100€, respetivamente 28% e 24,7%, ao passo que no escalão seguinte (100€ a 200€) se destacam Poceirão (26,2%) e Marateca (16,5%). Entre os 200€ e os 300€ sobressai novamente a freguesia de Poceirão (38,3%), seguida mais uma vez por Marateca (21,6%). Nos intervalos mais elevados salientam-se Pinhal Novo (com 44,2% de rendas entre os 300€ e os 400€) e Quinta do Anjo (com 30,4% de contratos acima dos 400€) (cf. gráfico seguinte).

Gráfico 66. Alojamentos arrendados por escalão do valor mensal da renda (2011) (%)



Habitação social

A habitação social tem, no concelho de Palmela, um significado relativamente reduzido quando comparado com as restantes unidades territoriais. Tal é patente na reduzida presença de fogos de habitação social, quer em termos absolutos (28 fogos no concelho, contra cerca de 10 mil na península de Setúbal e mais de 50 mil na área metropolitana de Lisboa), quer em termos relativos (0,4 fogos por mil habitantes em Palmela, contra 12,7 na península de Setúbal e 18,5 na região de Lisboa). Quase todos estes fogos encontram-se arrendados, correspondendo maioritariamente a tipologias T2 e T3 (cf. quadros seguintes).

Quadro 94. Fogos de habitação social (2012) (Nº)

	Fogos de habitação social	Fogos de habitação social por 1000 habitantes
Portugal	118.334	11,3
NUTS II Lisboa	52.158	18,5
NUTS III Pen. Setúbal	9.956	12,7
Concelho de Palmela	28	0,4

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social

Quadro 96. Contratos de arrendamento de habitação social do concelho de Palmela existentes e efetuados (2011) (Nº)

	Contratos existentes	Contratos efetuados
Renda social ou apoiada	27	1
Propriedade resolúvel	0	0
Outro	0	0
Total	27	1

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social

Quadro 95. Fogos de habitação social do concelho de Palmela por destino e tipologia (2012) (Nº)

	Destino dos fogos		Tipologia dos fogos
Vagos	1	T0 e T1	0
Ocupados ilegalmente	0	T2 e T3	25
Arrendados	27	T4 ou mais	3
Total	28	Total	28

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social

Quadro 97. Edifícios de habitação social por época de construção (Nº)

	Até 1974	1975 - 1980	1981 - 1990	1991 - 2000	2001 e seguintes
Portugal	7422	2911	4393	4391	6041
NUTS II Lisboa	4321	757	1275	1715	1022
NUTS III Pen. Setúbal	518	317	523	261	113
Concelho de Palmela	0	15	13	0	0

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social

Os dados do arrendamento de habitação social mostram que todos os contratos são de renda social ou apoiada, tendo sido celebrado em 2011 apenas um contrato deste tipo. Quanto à antiguidade deste edificado, ele data dos finais das décadas de setenta e oitenta, não se registando habitação social nova a partir nos anos noventa, o que contrasta com a região e o país, onde foi efetuado um esforço significativo em anos mais recentes (cf. quadros seguintes).

Informação mais atualizada, referente a 2014, mostra que a realidade do concelho não se alterou significativamente nos últimos anos. A Câmara Municipal dispõe de 30 habitações, arrendadas em regime de renda apoiada³⁶. Destas, 28 são propriedade da autarquia, tendo as restantes duas sido arrendadas pela Câmara e posteriormente subarrendadas. O valor das rendas oscila atualmente entre o valor mínimo legal (4,85€) e o valor máximo de 177,28€, situando-se a média nos 50,66€. A última atualização do valor das rendas teve lugar em 2012.

³⁶ O regime de renda apoiada, instituído pelo Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, visou reformular e uniformizar os regimes de renda do parque habitacional afeto ao arrendamento social. Ao abrigo deste regime, o valor das rendas é calculado em função dos rendimentos dos agregados familiares (a taxa de esforço), exceto a renda mínima, cujo valor de 4,85€ corresponde a 1% do salário mínimo nacional em vigor.

A maioria dos fogos (80%) encontra-se cedida em regime de renda apoiada no âmbito de realojamento de famílias recenseadas no PER³⁷; mais de metade dos fogos de habitação social situa-se na freguesia de Palmela, quase todos na urbanização Nova Palmela, existindo ainda fogos em Quinta do Anjo, Pinhal Novo e no concelho vizinho de Setúbal; e quanto à origem das famílias apoiadas, metade é oriunda da freguesia de Palmela, seguindo-se Quinta do Anjo, Pinhal Novo e Marateca, havendo a registar uma família da Guiné-Bissau (cf. quadro e gráfico seguintes).

Quadro 98. Fogos de habitação social por localidade e tipo (2014) (nº)

	Renda apoiada		Habitação devoluta	Total
	Realojamento PER	Outros		
Palmela	13	2	2	17
Pinhal Novo	5	1	-	6
Quinta do Anjo	5	-	-	5
Setúbal	1	-	1	2
Total	24	3	3	30

Fonte: CMP

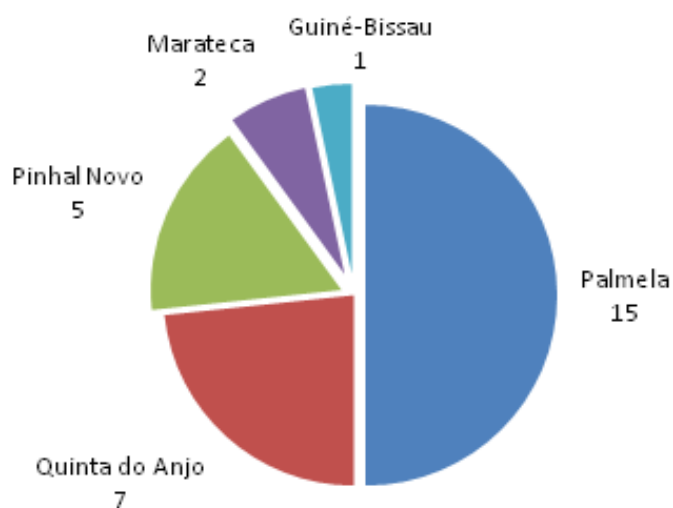
Em síntese:

O concelho de Palmela destaca-se por apresentar uma das mais elevadas proporções de fogos licenciados, apesar do declínio verificado em anos mais recentes, com o Pinhal e Quinta do Anjo a assumirem polos de dinâmica urbanística

Verifica-se uma melhoria global das condições habitacionais decorrente do aumento da proporção de população a residir em alojamentos com água, esgotos, aquecimento e casa de banho

Decorrente do agravamento das condições socioeconómicas com impactos negativos para os agregados familiares, regista-se um aumento do número de pedidos de habitação no concelho.

Gráfico 67. Famílias apoiadas por origem (2014) (Nº)



Fonte: CMP

³⁷ O PER (Programa Especial de Realojamento) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio, e visa proporcionar aos municípios condições para proceder à erradicação das barracas existentes, através da concessão de apoios financeiros para a construção, aquisição, arrendamento ou recuperação de fogos destinados ao realojamento dos seus ocupantes. Para além do programa específico de realojamento nas áreas de Lisboa e Porto, existe a possibilidade dos restantes municípios do país procederem a ações de realojamento em habitações sociais construídas ou adquiridas com o apoio financeiro da Administração Central e das instituições bancárias que procedam a financiamentos bonificados para este fim.

9. Cenários de projeção demográfica

Uma análise centrada nas componentes demográficas assume-se como uma necessidade para a correta e eficaz definição de estratégias de planeamento, não só por permitir a caracterização da população, como também por levar a uma identificação dos problemas com ela relacionados, apontando posteriormente vias a seguir para a sua resolução.

Neste sentido, torna-se necessário prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, como por exemplo, a programação de equipamentos coletivos e redes de infraestruturas e as necessidades habitacionais, para satisfazer os habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo. O modelo adotado destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

A construção de projeções demográficas baseia-se na necessidade simultânea de apontar quantitativos populacionais futuros e fornecer cenários possíveis de evolução.

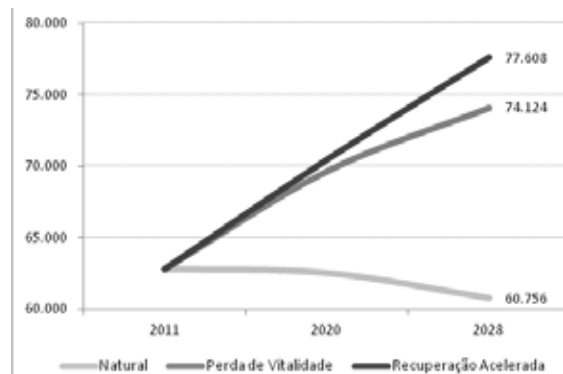
A projeção demográfica que em seguida se apresenta foi elaborada no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela atualmente em curso. A metodologia utilizada foi a do “*Cohort-Survival*” ou Método de Sobrevivência de Coortes. Nesta metodologia a população futura obtém-se através de um processo iterativo, em que os efetivos de partida por idades e sexo são “envelhecidos”, aplicando-se as probabilidades de sobrevivência fixadas. A previsão dos nados vivos decorre da aplicação das taxas de fecundidade previstas aos efetivos populacionais femininos em idade fértil (componente natural). A imigração e a emigração, projetadas por sexo e idade, são incorporadas nas projeções na forma de um saldo migratório (componente migratória). Os sobreviventes das novas gerações são posteriormente envelhecidos pelo mesmo método e assim sucessivamente. Muito

sinteticamente, a elaboração da projeção demográfica contemplou as seguintes fases:

- 1ª Fase: Escolha da tábua de mortalidade a utilizar, instrumento que permite determinar os quocientes de mortalidade por sexo e ano de idade, isto é, a probabilidade de um indivíduo que atingiu a idade x falecer antes de alcançar a idade $x+1$, e, inversamente, as suas probabilidades de sobrevivência;
- 2ª Fase: Projeção populacional com base apenas nos movimentos naturais da população (nascimentos e óbitos), a qual é costume designar de “Cenário Natural”, uma vez que considera apenas a componente natural do crescimento demográfico. Pressupõem-se taxas de fecundidade contínua, embora ligeiramente, decrescentes, de acordo com a tendência observada nos últimos anos e que é transversal ao território português;
- 3ª Fase: Projeção Demográfica com base nos movimentos naturais e migratório, consubstanciada em cinco cenários: “Perda de vitalidade”, “Recuperação tardia lenta”, “Recuperação tardia acelerada”, “Recuperação lenta” e “Recuperação acelerada”. Estes cenários corporizam cinco hipóteses de evolução do saldo migratório do concelho, que oscilam entre o mais recessivo (com diminuição progressiva do saldo migratório, traduzida no cenário de “Perda de vitalidade”) e o mais expansivo (elevação constante do saldo migratório, plasmada no cenário de “Recuperação acelerada”).

O gráfico e o quadro seguinte dão conta dos resultados obtidos, nomeadamente a população residente prevista para cada cenário, por escalão etário e por freguesia, para os horizontes de 2020 e 2028.

Gráfico 68. População residente prevista para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028), para o Cenário Natural, de Perda de Vitalidade e de Recuperação Acelerada



Fonte: Projeção Demográfica 2020-2028, CMP

Quadro 99. População residente prevista para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028), por cenário, freguesia e grupo etário

		Censos	Cenário "Natural"		Cenário "Perda de Vitalidade"		Cenário "Recuperação Tardia Lenta"		Cenário "Recuperação Tardia Acelerada"		Cenário "Recuperação Lenta"		Cenário "Recuperação Acelerada"	
		2011	2020	2028	2020	2028	2020	2028	2020	2028	2020	2028	2020	2028
Marateca	0-14	573	487	442	572	595	573	605	576	613	580	621	580	630
	15-64	2352	2248	2074	2566	2657	2569	2699	2581	2726	2598	2759	2598	2799
	65-74	464	437	447	455	492	456	495	456	496	457	499	457	506
	75+	335	450	476	457	494	457	495	457	496	457	497	457	508
	Total	3724	3622	3439	4050	4238	4055	4294	4070	4331	4092	4376	4092	4443
Palmela	0-14	2735	2348	2020	2752	2751	2757	2805	2770	2837	2785	2874	2797	2926
	15-64	11245	10596	9928	12081	12643	12100	12846	12145	12965	12220	13116	12247	13326
	65-74	1945	2180	2095	2264	2307	2265	2319	2267	2326	2271	2337	2272	2371
	75+	1556	1863	2181	1894	2266	1894	2270	1895	2273	1896	2277	1897	2327
	Total	17481	16987	16224	18991	19967	19016	20240	19077	20401	19172	20604	19213	20950
Pinhal Novo	0-14	4520	4248	3541	4819	4579	4827	4657	4844	4705	4874	4766	4882	4828
	15-64	16796	16911	16705	19029	20581	19059	20871	19123	21057	19237	21280	19266	21560
	65-74	1989	2276	2639	2396	2942	2397	2958	2400	2970	2406	2988	2408	3029
	75+	1698	1981	2237	2025	2358	2025	2364	2026	2369	2028	2375	2029	2429
	Total	25003	25416	25122	28269	30460	28308	30850	28393	31101	28545	31409	28585	31846
Pocelão	0-14	761	667	624	781	830	783	847	787	855	791	866	793	879
	15-64	3065	2953	2778	3377	3556	3385	3615	3400	3645	3414	3689	3421	3745
	65-74	550	550	552	574	613	575	617	575	619	578	622	576	631
	75+	382	531	577	539	601	540	602	540	603	541	606	540	617
	Total	4758	4701	4531	5271	5600	5283	5681	5302	5722	5324	5783	5330	5872
Qta. Anjo	0-14	2091	1883	1462	2139	1947	2143	1983	2151	2004	2165	2032	2168	2059
	15-64	7722	7638	7538	8588	9279	8603	9412	8633	9494	8686	9600	8699	9728
	65-74	1149	1171	1237	1225	1374	1226	1381	1228	1387	1231	1395	1231	1415
	75+	903	1126	1203	1146	1257	1146	1260	1147	1262	1148	1266	1148	1295
	Total	11865	11818	11440	13098	13857	13118	14036	13159	14147	13230	14293	13246	14497
Concelho	0-14	10680	9633	8089	11063	10702	11083	10897	11128	11014	11195	11159	11220	11322
	15-64	41180	40346	39023	45641	48716	45716	49443	45882	49887	46155	50444	46231	51158
	65-74	6097	6614	6970	6914	7728	6919	7770	6926	7798	6943	7841	6944	7952
	75+	4874	5951	6674	6061	6976	6062	6991	6065	7003	6070	7021	6071	7176
	Total	62831	62544	60756	69679	74122	69780	75101	70001	75702	70363	76465	70466	77608

Fonte: Projeção Demográfica 2020-2028, CMP

O Cenário Natural (que não contempla a componente migratória, ou seja, as entradas e saídas de população) prevê uma estabilização da população residente perto dos valores atuais, com ligeiro declínio a partir de 2016. Os restantes cenários pressupõem uma subida gradual com diferentes ritmos da população, alimentada pela dinâmica migratória, que se poderá situar entre os 69.679 e os 70.466 habitantes em 2020, e entre os 74.122 e os 77.608 residentes em 2028.

As perspetivas de evolução da estrutura etária apontam para um aumento do envelhecimento demográfico, provocado pela tendência de declínio da fecundidade e da natalidade já em curso, e que se agravará em anos vindouros. O índice de envelhecimento, que em 2011 se situava nos 102,7, poderá situar-se entre os 116 e os 117,3 em 2020, e entre os 133,6 e os 137,4 em 2028, nos cenários de perda de vitalidade e de recuperação acelerada. No cenário natural estes valores são ainda mais elevados – 130,4 em 2020 e 168,7 em 2028 –, o que se explica pela inexistência de crescimento migratório, que contribui para o rejuvenescimento da população.

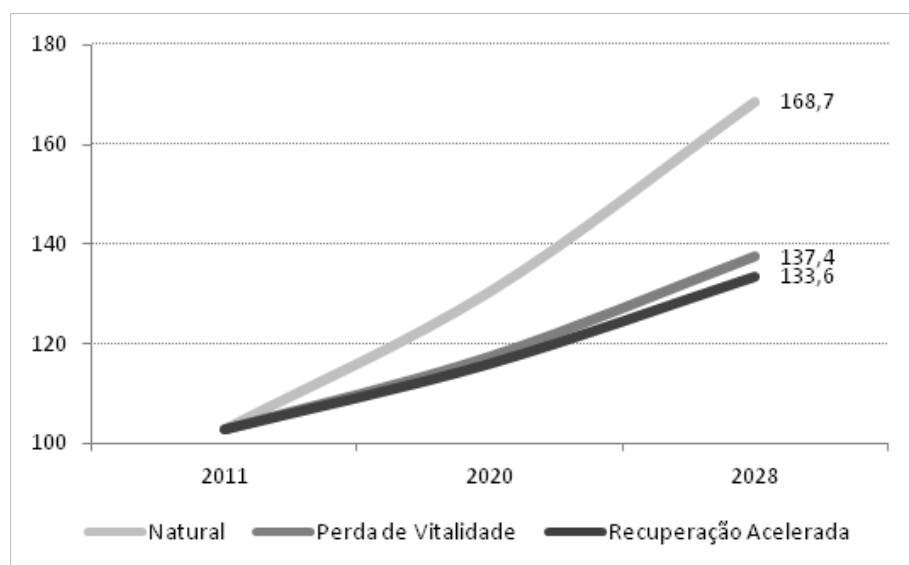
Quadro 100. Índices demográficos previstos para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028), por cenário e freguesia

		Censos	Cenário “Perda de Vitalidade”		Cenário “Recuperação Tardia Lenta”		Cenário “Recuperação Tardia Acelerada”		Cenário “Recuperação Lenta”		Cenário “Recuperação Acelerada”	
		2011	2020	2028	2020	2028	2020	2028	2020	2028	2020	2028
Marateca	I. Envelhecimento	139,4	159,4	165,7	159,3	163,6	158,5	161,8	157,6	160,4	157,6	161,0
	I. Dependência Total	58,3	57,8	59,5	57,8	59,1	57,7	58,9	57,5	58,6	57,5	58,7
	I. Dependência Idosos	34,0	35,5	37,1	35,5	36,7	35,4	36,4	35,2	36,1	35,2	36,2
	I. Dependência Jovens	24,4	22,3	22,4	22,3	22,4	22,3	22,5	22,3	22,5	22,3	22,5
Palmela	I. Envelhecimento	128,0	151,1	166,2	150,9	163,6	150,3	162,1	149,6	160,5	149,1	160,6
	I. Dependência Total	55,5	57,2	57,9	57,2	57,6	57,1	57,4	56,9	57,1	56,9	57,2
	I. Dependência Idosos	31,1	34,4	36,2	34,4	35,7	34,3	35,5	34,1	35,2	34,0	35,3
	I. Dependência Jovens	24,3	22,8	21,8	22,8	21,8	22,8	21,9	22,8	21,9	22,8	22,0
Pinhal Novo	I. Envelhecimento	81,6	91,7	115,7	91,6	114,3	91,4	113,5	91,0	112,5	90,9	113,0
	I. Dependência Total	48,9	48,6	48,0	48,5	47,8	48,5	47,7	48,4	47,6	48,4	47,7
	I. Dependência Idosos	22,0	23,2	25,8	23,2	25,5	23,1	25,4	23,0	25,2	23,0	25,3
	I. Dependência Jovens	26,9	25,3	22,2	25,3	22,3	25,3	22,3	25,3	22,4	25,3	22,4

Poceirão	I. Envelhecimento	122,5	142,5	146,3	142,4	143,9	141,7	142,9	141,5	141,8	140,7	142,0
	I. Dependência Total	55,2	56,1	57,5	56,1	57,2	55,9	57,0	55,9	56,8	55,8	56,8
	I. Dependência Idosos	30,4	33,0	34,1	32,9	33,7	32,8	33,5	32,8	33,3	32,6	33,3
	I. Dependência Jovens	24,8	23,1	23,3	23,1	23,4	23,1	23,5	23,2	23,5	23,2	23,5
Qta. Anjo	I. Envelhecimento	98,1	110,8	135,1	110,7	133,2	110,4	132,2	109,9	131,0	109,7	131,6
	I. Dependência Total	53,7	52,5	49,3	52,5	49,1	52,4	49,0	52,3	48,9	52,3	49,0
	I. Dependência Idosos	26,6	27,6	28,4	27,6	28,1	27,5	27,9	27,4	27,7	27,3	27,9
	I. Dependência Jovens	27,1	24,9	21,0	24,9	21,1	24,9	21,1	24,9	21,2	24,9	21,2
Concelho	I. Envelhecimento	102,7	117,3	137,4	117,1	135,5	116,7	134,4	116,2	133,2	116,0	133,6
	I. Dependência Total	52,6	52,7	52,2	52,6	51,9	52,6	51,7	52,4	51,6	52,4	51,7
	I. Dependência Idosos	26,1	28,4	30,2	28,4	29,9	28,3	29,7	28,2	29,5	28,2	29,6
	I. Dependência Jovens	26,6	24,2	22,0	24,2	22,0	24,3	22,1	24,3	22,1	24,3	22,1

Fonte: Projeção Demográfica 2020-2028, CMP

Gráfico 69. Índice de Envelhecimento previsto para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028), para o Cenário Natural, de Perda de Vitalidade e de Recuperação Acelerada



Deste modo e atendendo às diversas dinâmicas em curso ou emergentes, os vários cenários que se apresentam anteveem um crescimento populacional ainda significativo, fortemente alicerçado na componente migratória, quer durante o horizonte expectável de vigência da próxima versão do Plano de Desenvolvimento Social, quer ainda até ao final do horizonte temporal da presente projeção demográfica, em 2028.

Escolha dos cenários: visão para o comportamento demográfico do concelho e freguesias

A utilidade de construir diferentes cenários demográficos para o futuro do concelho decorre da incerteza que o futuro sempre acarreta. Não obstante, a escolha de uma determinada visão implica, para além da componente técnica, uma escolha política. De facto, a opção por um determinado cenário em detrimento de outro, determina que se assume claramente uma visão do que será o futuro demográfico do concelho no final do horizonte do plano.

Por outro lado, o facto do concelho de Palmela ser internamente diversificado, com a coexistência de freguesias predominantemente urbanas com outras de cariz marcadamente rural, aconselha a ter em consideração diferentes cenários demográficos para as freguesias, em função das suas características atuais e das expectativas futuras para as mesmas.

Assim, tendo em conta que:

- O saldo natural ou fisiológico (somatório do número de óbitos e de nados vivos) negativo, associado a uma estrutura etária crescentemente envelhecida e a uma diminuição da fecundidade e da natalidade, convergem para que a componente natural do crescimento demográfico seja negativa e tenha tendência para se agravar (plasmado de uma forma bastante evidente no Cenário Natural);
- Os saldos migratórios, ainda que positivos e motor do crescimento populacional efetivo, têm sido crescentemente diminutos, tanto a nível nacional como em Palmela, fruto nomeadamente da desaceleração económica registada na última década;
- O ritmo de crescimento económico na última década tem tido sido incipiente, por vezes mesmo negativo;
- A presente intervenção externa em Portugal por parte da *Troika*, associada à crise económica em Portugal e na Europa, contribui para o agravamento dessa mes-

ma crise e para o adiamento ou mesmo abandono dos grandes projetos estruturantes previstos para a Área Metropolitana de Lisboa e para Palmela.

Assim, a visão que parece mais provável de se coadunar com o comportamento demográfico do concelho expectável até 2028, implica que as freguesias de Poceirão e de Marateca conheçam um comportamento próximo do plasmado no Cenário Perda de Vitalidade e as freguesias de Pinhal Novo, Palmela e Quinta do Anjo do Cenário Recuperação Tardia Lenta.

Neste sentido, compreende-se que a visão delineada seja então, relativamente, contida no que concerne ao crescimento populacional previsto para o concelho. O quadro abaixo representa a síntese desses valores para o concelho e as suas freguesias.

Quadro 101. População residente prevista para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028) por freguesia, de acordo com a visão escolhida

	2011	2020	2028
Marateca	3.724	4.049	4.238
Palmela	17.481	19.016	20.239
Pinhal Novo	25.003	28.308	30.851
Quinta do Anjo	11.865	13.118	14.037
Poceirão	4.758	5.272	5.600
Concelho	62.831	69.763	74.965

VI. Considerações finais

No processo de atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Palmela procedeu-se a um trabalho de recolha, análise e sistematização de informação reunindo dados de fontes diversificadas, conciliando abordagens quantitativas e qualitativas. Neste processo, foi possível contar com a colaboração de diferentes atores locais, tendo sido auscultadas entidades públicas, privadas, locais e regionais, organizações da sociedade civil e também municípios que partilharam informação acerca das diferentes temáticas que constam neste diagnóstico. Considera-se que os processos de planeamento, nos quais se incluem a atualização de diagnósticos sociais devem pautar-se pela complementaridade de metodologias, conciliando métodos quantitativos e qualitativos, que permitam igualmente espaços participados de discussão.

Procurando essa complementaridade, e tendo em consideração a limitação de recursos disponíveis para o processo de atualização do diagnóstico social, no âmbito das diferentes temáticas abordadas, conclui-se:

1) principais preocupações

Tal como se constata no anterior diagnóstico, permanece a preocupação com as questões associadas à mobilidade da população e à acessibilidade aos serviços. Com efeito tendo em consideração a dimensão do concelho e o povoamento disperso, a mobilidade e a acessibilidade constituem-se como áreas pertinentes para o desenvolvimento social do concelho. Refira-se que a dificuldade de mobilidade está associada à rede de transportes públicos local. Com efeito, as empresas que assumem este serviço são norteadas por uma lógica de mercado privada de rentabilidade por oposição a uma lógica de interesse e serviço público, o que afeta as populações sobretudo as que se encontram em zonas rurais.

Permanecem as preocupações em torno da deficiência, tendo em conta que para esta população permanecem

as dificuldades ao nível da mobilidade, acessibilidade, acesso a formação e ao mercado de trabalho. A acessibilidade ao nível do espaço público do edificado, e dos transportes ainda é insuficiente face às necessidades das pessoas portadoras de deficiência.

O agravamento das condições socio económicas com o consecutivo aumento de desemprego e empobrecimento, representa um fator preocupante que põe em causa a coesão social do concelho. As respostas sociais de emergência implementadas, decorrentes sobretudo do Plano de Emergência Social (PES), tentam minimizar os impactos negativos do empobrecimento sendo contudo consideradas como medidas insuficientes para uma efetiva autonomização das famílias.

Permanece e acentua-se a preocupação em torno do envelhecimento da população tendo em conta o aumento continuado do número de pessoas com 65 e mais anos. Mesmo considerando os cenários demográficos mais otimistas, compreende-se a necessidade de repensar a criação de novas respostas que se adaptem a novas necessidades e centros de interesse da população idosa tendo em conta a mudança do seu perfil. Mantem-se a incapacidade de resposta da rede solidária ao nível das Estruturas Residências para Idosos (lares), tendo em consideração a não concretização de projetos previstos para o concelho.

Para as instituições particulares de solidariedade social agravam-se as suas condições de subsistência e sustentabilidade. As atuais condições socio económicas geradoras de desemprego e consecutivo empobrecimento das famílias, repercutem-se na gestão destas organizações, obrigando-as a uma séria reflexão sobre as estratégias que conduzam à sua sobrevivência e sustentabilidade.

Já referenciada no anterior diagnóstico social, verifica-se que no período compreendido entre 2009 e 2013 os casos de população Sem-Abrigo aumentam no concelho

de Palmela. O Diagnóstico destas situações, entretanto concretizado no âmbito da ENIPSA, permitiu às instituições aprofundar o conhecimento das diferentes situações e intervir adequadamente.

Emerge, igualmente, a preocupação ao nível das novas respostas sociais tendo em consideração a inexistência no Concelho de equipamentos direcionados para a prestação de cuidados para a Saúde Mental. A criação de respostas a este nível apela, necessariamente, a uma discussão supraconcelhia com a consecutiva convergência de instrumentos de planeamento territorial tal como se encontra previsto em sede de Plano de Desenvolvimento Social da Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal.

2) principais debilidades

Agravamento da crise social e aumento do número de famílias em situação de carência, desemprego, e insuficiências de rendimentos.

Insuficiente resposta ao nível da Estrutura Residencial para Idoso (Lar) na rede solidária, o que origina a procura de solução no sistema privado, representando um elevado encargo financeiro para as famílias e nem sempre com a qualidade exigível.

A rede de apoio domiciliário e centro de convívio necessita de uma reformulação e adaptação tendo em conta as necessidades atuais das pessoas idosas.

Planeamento insuficiente no que diz respeito à emergência e consecutivo diálogo entre diferentes instrumentos: carta educativa, carta desportiva, carta social.

Insuficiente comunicação entre diferentes redes com distintos enfoques temáticos (Rede Social, Rede das Cidades Saudáveis, Rede das Cidades Amigas das Pessoas Idosas).

3) potencialidades emergentes

Continuo investimento por parte dos parceiros locais na promoção de iniciativas, ações e projetos (nas áreas da violência doméstica, nas áreas do apoio alimentar, na animação para idosos....) que vão ao encontro das necessidades da população.

Diversidade, riqueza e dinâmica do movimento associativo do concelho nos diferentes domínios, de solidariedade, recreativo, desportivo e cultural, disperso um pouco por todo o concelho, aliado a uma forte participação das comunidades.

Existência de uma rede solidária consolidada no território, com IPSS com capacidade efetiva para a criação de novas respostas de emergência social (cantinas sociais).

Na rede solidária, com a exceção da resposta Estrutura Residencial para Idosos, existência de uma rede de equipamentos e respostas sociais adequadas, sobretudo para a população idosa.

Parcerias e redes locais dinâmicas com um percurso consolidado (CPCJ, NLI, Rede Social...) com instrumentos de planeamento e abordagens cooperantes e articuladas entre si.

Investimentos municipais na rede de equipamentos escolares, contribuindo significativamente para a melhoria das condições dos diferentes agrupamentos de escolas do concelho.

Índice de Quadros

Quadro 1 | População residente por unidade territorial, 2011

Quadro 2 | Empregados por conta de outrem por profissão (CNP) – 2011

Quadro 3 | Índice de Dependência de Jovens (Nº)

Quadro 4 | Estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários (Nº)

Quadro 5 | Estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários, por tipo de rede

Quadro 6 | Respostas sociais da rede privada para a infância (Nº)

Quadro 7 | Respostas sociais para crianças e jovens da rede solidária dirigidos a (Nº)

Quadro 8 | Capacidade instalada das respostas sociais da rede solidária para crianças jovens (Nº)

Quadro 9 | Utentes das respostas sociais da rede solidária para crianças jovens (Nº)

Quadro 10 | Crianças a frequentar o pré-escolar por estabelecimento de educação e ensino e agrupamento (Nº) – 2013

Quadro 11 | Alunos a frequentar o 1º ciclo por estabelecimento de educação e ensino e agrupamento (Nº) – 2013

Quadro 12 | Alunos por nível de ensino e escola (Nº) – 2013/2014

Quadro 13 | Ação Social Escolar (PAE - Programa de Alimentação Escolar) no Pré-escolar - 2012/2013 – 2013/14

Quadro 14 | Taxa de sucesso por agrupamento/escola - concelho de Palmela 2012/2013

Quadro 15 | Crianças acompanhadas pela CPCJ de Palmela por grupo etário de 2009 a 2013 (Nº)

Quadro 16 | População empregada e desempregada em Portugal (milhares)

Quadro 17 | População desempregada e taxa de desemprego em Portugal por grupo etário

Quadro 18 | Taxa de atividade da população residente por sexo (%)

Quadro 19 | População empregada por setor de atividade económica (%)

Quadro 20 | População empregada por secção da CAE (%)

Quadro 21 | População empregada por grupos de profissões (%)

Quadro 22 | População empregada por nível de escolaridade (%)

Quadro 23 | Mobilidade pendular nos concelhos da área metropolitana de Lisboa

Quadro 24 | População residente empregada por local de trabalho (%)

Quadro 25 | Principais movimentos pendulares do concelho de Palmela por origem/destino (Nº e %)

Quadro 26 | População residente empregada que sai do concelho por local de destino e freguesia de residência (Nº)

Quadro 27 | Instituições com Cantina Social no concelho

Quadro 28 | Distribuição de refeições por Instituição com Cantina Social

Quadro 29 | Distribuição de refeições por Instituição com Cantina Social

Quadro 30 | Acordos de Inserção e Beneficiários Abrangidos em 2012 (Nº)

Quadro 31 | Beneficiários de RSI a frequentar Ações de inserção

Quadro 32 | Beneficiários por grupo etário, 2013 (%)

Quadro 33 | Acordos e Beneficiários por Taxa de Variação

Quadro 34 | Beneficiários de RSI a frequentar Ações de Inserção

Quadro 35 | Beneficiários por freguesia e montante financeiro

Quadro 36 | Cessação da Medida de RSI por motivo

Quadro 37 | Pensionistas do Regime Geral no concelho

Quadro 38 | Pensionistas do Regime da Solidariedade no concelho

Quadro 39 | Pensionistas por invalidez e velhice do Regime da Solidariedade no concelho

Quadro 40 | Pensionistas por invalidez e velhice do Regime da Solidariedade no concelho, por montante

Quadro 41 | Pensionistas por invalidez e velhice do Regime da Solidariedade no concelho, por género

Quadro 42 | Complemento Solidário para Idosos por freguesia e montante

Quadro 43 | Utentes ativos por freguesia, 2012 e 2013

Quadro 44 | Utentes ativos por freguesia e por género, 2013

Quadro 45 | Utentes ativos por freguesia e por escalão etário, 2013

Quadro 46 | Utentes ativos por freguesia e por nível de escolaridade, 2013

Quadro 47 | Utentes ativos por freguesia e por tipo de drogas consumidas, 2013

Quadro 48 | Instituições com acordo e número de pessoas apoiadas

Quadro 49 | Instituições apoiadas pontualmente e sem acordo e número de pessoas apoiadas

Quadro 50 | Grupos sócio caritativos no concelho

Quadro 51 | Instituições beneficiárias da Medida PCAC

Quadro 52 | Distribuição da População Sem-abrigo

Quadro 53 | Tempo na condição de Sem-abrigo

- Quadro 54** | Denúncias registadas de crimes de violência doméstica por freguesia
- Quadro 55** | Inquiridos segundo o tipo e o grau de dificuldade (com muita dificuldade ou que não conseguem efetuar a ação) – N.º
- Quadro 56** | População residente com pelo menos uma dificuldade (N.º)
- Quadro 57** | População residente com pelo menos uma dificuldade (%)
- Quadro 58** | Dificuldades por tipo, grau e grupo etário no concelho de Palmela (%)
- Quadro 59** | Rede de Serviços e Equipamentos do concelho de Palmela (pessoas com deficiência)
- Quadro 60** | População residente estrangeira, por continente em Portugal (%) – 2008-2012
- Quadro 61** | População residente estrangeira, por continente no concelho de Palmela (%) – 2008-2012
- Quadro 62** | População estrangeira por principais nacionalidades no concelho de Palmela – stock 2011 e 2012
- Quadro 63** | Proporção de população estrangeira no total da população residente (%) – 2011
- Quadro 64** | População estrangeira residente nas freguesias e no concelho – 2011
- Quadro 65** | As três principais nacionalidades da população estrangeira, por freguesia – 2011
- Quadro 66** | População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011), por Sexo e Grupo etário
- Quadro 67** | Relação de masculinidade da população com 65 e mais anos de idade (N.º) – 2001 e 2011
- Quadro 68** | Índices de dependência, envelhecimento e longevidade por freguesia (N.º)
- Quadro 69** | População residente (%) por Local de residência, Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo (2011)
- Quadro 70** | Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Grupo etário e Dimensão (família clássica)
- Quadro 71** | Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)
- Quadro 72** | Lugares com maior proporção de população com 65 e mais anos de idade - 2011
- Quadro 73** | Instituições com respostas para idosos (N.º)
- Quadro 74** | Respostas sociais para idosos, por tipo de rede (N.º)
- Quadro 75** | Respostas sociais para idosos, por utente (N.º)
- Quadro 76** | Inscritos no ACES da Arrábida – Centro de Saúde de Palmela (2013)
- Quadro 77** | População com e sem médico de família nas freguesias do concelho de Palmela
- Quadro 78** | Centros de saúde (N.º) por Localização geográfica e Tipo de serviço

Quadro 79 | Pessoal ao serviço (Nº) nos centros de saúde por Localização geográfica e Tipo de pessoal ao serviço- 2011

Quadro 80 | Consultas médicas nos centros de saúde por Localização geográfica e Especialidade Clínica (Nº) – 2012

Quadro 81 | Proporção de fogos licenciados no período 2002-2012 face ao stock de fogos em 2001 (%)

Quadro 82 | Evolução do parque habitacional por freguesia

Quadro 83 | Edifícios concluídos em construções novas para habitação no concelho de Palmela

Quadro 84 | Alojamentos por edifício e proporção de edifícios com um alojamento (2011)

Quadro 85 | Proporção de alojamentos não clássicos (%)

Quadro 86 | População residente nos alojamentos familiares de residência habitual por existência de sistema de drenagem de águas residuais (%)

Quadro 87 | População residente nos alojamentos familiares de residência habitual por existência de água, retrete, sistema de aquecimento e instalação de banho (%)

Quadro 88 | Edifícios muito degradados

Quadro 89 | Proporção de alojamentos sobrelotados (%)

Quadro 90 | Proporção de alojamentos vagos, do próprio e arrendados (%)

Quadro 91 | Proporção de alojamentos clássicos de residência habitual segundo o proprietário (%)

Quadro 92 | Proporção de alojamentos arrendados por forma de arrendamento (%)

Quadro 93 | Valor médio mensal das rendas dos alojamentos clássicos (€)

Quadro 94 | Fogos de habitação social (2012) (Nº)

Quadro 95 | Fogos de habitação social do concelho de Palmela por destino e tipologia (2012) (Nº)

Quadro 96 | Contratos de arrendamento de habitação social do concelho de Palmela existentes e efetuados (2011) (Nº)

Quadro 97 | Edifícios de habitação social por época de construção (Nº)

Quadro 98 | Fogos de habitação social por localidade e tipo (2014) (Nº)

Quadro 99 | População residente prevista para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028), por cenário, freguesia e grupo etário

Quadro 100 | Índices demográficos previstos para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028), por cenário e freguesia

Quadro 101 | População residente prevista para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028), por freguesia, de acordo com a visão escolhida

Índice de Gráficos

- Gráfico 1** | Densidade populacional dos concelhos da AML (Nº) – 2011
- Gráfico 2** | Taxa de crescimento efetivo, migratório e natural no concelho de Palmela 2001-2012
- Gráfico 3** | Alojamentos por edifício nos concelhos da AML (Nº)
- Gráfico 4** | Índice de polarização de emprego nos concelhos da AML - 2011
- Gráfico 5** | População com menos de 15 anos residente no concelho de Palmela (Nº e %)
- Gráfico 6** | População com menos de 15 anos residente no concelho de Palmela, por escalão etário (Nº)
- Gráfico 7** | População com menos de 15 anos residente no concelho de Palmela, por freguesia (%)
- Gráfico 8** | População entre os 15 e os 24 anos residente no concelho de Palmela (Nº e %)
- Gráfico 9** | População entre os 15 e os 24 anos residente no concelho de Palmela, por escalão etário (Nº)
- Gráfico 10** | População entre os 15 e os 24 anos residente no concelho de Palmela, por freguesia (%)
- Gráfico 11** | Índice de Dependência de Jovens
- Gráfico 12** | Índice de Dependência de Jovens por freguesia
- Gráfico 13** | Estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários no concelho de Palmela (Nº)
- Gráfico 14** | Estabelecimentos de educação e ensino privados e solidários no concelho de Palmela (Nº)
- Gráfico 15** | Utentes e capacidade das respostas da rede solidária no concelho para crianças e jovens (Nº)
- Gráfico 16** | Crianças a frequentar o pré-escolar por agrupamento de escolas (Nº) – 2013
- Gráfico 17** | Alunos do 1º ciclo por agrupamento de escolas - 2013
- Gráfico 18** | Crianças com necessidades educativas especiais (NEE) por nível de ensino 2013/2014
- Gráfico 19** | Auxílios Económicos Diretos – Alunos admitidos e valor atribuído – 2012/2013 e 2013/2014
- Gráfico 20** | Auxílios Económicos Diretos – Alunos admitidos por agrupamento de escolas 2013-2014
- Gráfico 21** | Crianças admitidas no PAE – Programa de Alimentação Escolar – 2012-2013 e 2013-2014
- Gráfico 22** | Taxa de abandono escolar por freguesia - 2011
- Gráfico 23** | Caracterização processual (2009-2013)
- Gráfico 24** | Crianças acompanhadas pela CPCJ por grupo etário de 2009 a 2013 (%)
- Gráfico 25** | Crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ por tipo de risco (Nº) - 2013
- Gráfico 26** | Participação da situação de risco por entidade sinalizadora (%) – 2013

Gráfico 27 | População desempregada em Portugal e no concelho de Palmela (Nº)

Gráfico 28 | População desempregada em Portugal segundo o INE e o IEFP (Nº)

Gráfico 29 | População desempregada no concelho de Palmela por tempo de inscrição (Nº)

Gráfico 30 | População desempregada em Portugal por duração da procura de emprego (Nº)

Gráfico 31 | População desempregada no concelho de Palmela por sexo (Nº)

Gráfico 32 | População desempregada no concelho de Palmela por grupo etário (Nº)

Gráfico 33 | População desempregada no concelho de Palmela por nível de escolaridade (Nº)

Gráfico 34 | População desempregada e taxa de desemprego em Portugal por nível de escolaridade

Gráfico 35 | População desempregada no concelho de Palmela por grupos de profissões (Nº)

Gráfico 36 | População empregada em Portugal por grupos de profissões (milhares)

Gráfico 37 | Acordos e beneficiários abrangidos (Nº) - 2012

Gráfico 38 | Beneficiários de RSI com Acordo de Inserção/ Distribuição por Género, dezembro 2012

Gráfico 39 | Beneficiários de RSI com Acordo de Inserção por Grupo Etário, dezembro 2012

Gráfico 40 | Beneficiários de RSI com Acordo de Inserção/ Distribuição por Género, dezembro 2012

Gráfico 41 | Beneficiários de RSI com Acordo de Inserção por Grupo Etário, dezembro 2013

Gráfico 42 | Evolução do Nº de Acordos de Inserção

Gráfico 43 | Evolução do Nº de Beneficiários com Acordo de Inserção

Gráfico 44 | Tipologia dos Agregados Familiares

Gráfico 45 | Causas da situação Sem-abrigo

Gráfico 46 | Inquiridos do concelho de Palmela segundo o grau de dificuldade
(com muita dificuldade ou que não conseguem efetuar a atividade) (Nº)

Gráfico 47 | População do concelho de Palmela com 65 ou mais anos segundo o número de dificuldades (%)

Gráfico 48 | População estrangeira residente em Portugal (Nº) – 2008-2012

Gráfico 49 | População estrangeira residente no concelho de Palmela (Nº) – 2008-2012

Gráfico 50 | População estrangeira no concelho, por nacionalidade (%) - 2012

Gráfico 51 | Distribuição da população estrangeira e nacional do concelho de Palmela por escalão etário – 2011

Gráfico 52 | Distribuição da população estrangeira e nacional nas freguesias por escalão etário – 2011

Gráfico 53 | Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰) por Local de residência da mãe - 2008-2012

Gráfico 54 | Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) – 2008-2012

Gráfico 55 | População com e sem médico de família no concelho de Palmela (2001-2012)

Gráfico 56 | Enfermeiros por 1000 habitantes (Nº) – (2010-2012)

Gráfico 57 | Médicos por 1000 habitantes (Nº) – (2010-2012)

Gráfico 58 | Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (2010-2012)

Gráfico 59 | Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰)

Gráfico 60 | Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰)

Gráfico 61 | Evolução do parque habitacional do concelho de Palmela

Gráfico 62 | Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por freguesia (Nº)

Gráfico 63 | Edifícios por estado de conservação (2011) (%)

Gráfico 64 | Índice de lotação dos alojamentos do concelho de Palmela (2011) (%)

Gráfico 65 | Idade média dos edifícios (2011) (Nº anos)

Gráfico 66 | Alojamentos arrendados por escalão do valor mensal da renda (2011) (%)

Gráfico 67 | Famílias apoiadas por origem (2014) (Nº)

Gráfico 68 | População residente prevista para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028) para o Cenário Natural, de Perda de Vitalidade e de Recuperação Acelerada

Gráfico 69 | Índice de Envelhecimento previsto para os horizontes da projeção demográfica (2020 e 2028), para o Cenário Natural, de Perda de Vitalidade e de Recuperação Acelerada

Índice de Figuras

Figura 1 | Enquadramento geográfico do concelho de Palmela

Figura 2 | Mapa do concelho de Palmela

Figura 3 | Distribuição da USF e das UCSP do concelho de Palmela

Bibliografia

- Constituição Portuguesa, VII Revisão Constitucional 2005
- INE, Estatísticas demográficas 2012
- Godinho, Rui; José Henriques (coord)., Projeto Rede Em Prática – Relatório Final da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012, Instituto de Estudos Sociais e Económicos
- Lei 31/2012 de 14 de Agosto, (procede à revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano)
- Machado, Paulo. 2007. As Malhas que a (C)idade Tece: Mudança Social, envelhecimento e velhice em meio urbano. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Mendes, Ana Rita. 2010. Navegando na Terceira Idade. Lisboa: Instituto Superior Serviço Social. Teses Mestrado
- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (2012) Carta Social – Rede de Serviços E Equipamentos: Relatório de 2012, Gabinete de Estratégia e Planeamento, MESS, Lisboa
- Osório, Agustín Requejo, PINTO, Fernando Cabral. 2007. As Pessoas Idosas: Contexto Social e Intervenção Educativa. Lisboa: Instituto Piaget (Horizontes Pedagógicos Coleção)
- Plano de Desenvolvimento Social 2013 -2015, Plataforma Supra Concelhia da Península de Setúbal
- Vieira, Isabel, Focus Group, Uma metodologia de pesquisa coletiva, Mestrado em Serviço Social. 2011

Sites Consultados

- <http://clasp.cm-palmela.pt/>
- www.cartasocial.pt
- www.cmp.pt
- www.iefp.pt
- www.ine.pt
- www.inr.pt
- www.seg-social.pt

Glossário

ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

O abandono escolar precoce refere-se a pessoas entre os 18 e os 24 anos cujo nível educacional mais elevado que atingiram foi o ISCED 0, 1 ou 2 não tendo recebido nem estejam a receber qualquer ação de educação/formação posterior.

ACESSIBILIDADE

Atributo do meio que, de uma forma direta, imediata e permanente, permite a qualquer pessoa, independentemente das suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, circular, orientar-se, participar e comunicar da forma mais autónoma possível.

APÁTRIDA

Indivíduo sem nacionalidade.

AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE

Um cidadão estrangeiro pode solicitar a nacionalidade portuguesa, passando, a partir do momento em que a adquira, a ser considerado como cidadão português. Esta aquisição pode ser por naturalização, casamento ou adoção.

AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA

Título que confere o direito a um indivíduo de residir em território nacional e que foi concedido durante os anos de 2001 a 2003. Esta configura um visto de trabalho, apostado no passaporte do seu titular. É válida por

um período de um ano, prorrogável por idênticos períodos, até ao limite de cinco anos. Fonte: Decreto-Lei n.º 34/2003, DR 47, SÉRIE I-A de 2003-02-25.

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PERMANENTE

Título que confere o direito a um indivíduo de residir em território nacional. A autorização de residência permanente não tem limite de validade. Fonte: Decreto-Lei n.º 34/2003, DR 47, SÉRIE I-A de 2003-02-25; artigo 84.º.

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA TEMPORÁRIA

Título que confere o direito a um indivíduo de residir em território nacional. A autorização de residência temporária é válida por um período de dois anos a partir da data da emissão do respetivo título e é renovável por períodos sucessivos de três anos. Fonte: Decreto-Lei n.º 34/2003, DR 47, SÉRIE I-A de 2003-02-25; artigo 83.º.

BONIFICAÇÃO POR CRIANÇAS E JOVENS DEFICIENTES

A bonificação, por deficiência, do subsídio familiar a crianças e jovens destina-se a compensar o acréscimo de encargos familiares decorrentes da situação dos descendentes dos beneficiários, menores de 24 anos, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que torne necessário o apoio pedagógico ou terapêutico.

CESSAÇÃO DO ESTATUTO DE RESIDENTE

Fim do estatuto legal de residente. Este fim pode ser determinado pela vontade do próprio (saída voluntária e retorno voluntário), por decisão administrativa (cancelamento) ou judicial (expulsão judicial), obtenção de nacionalidade portuguesa ou por falecimento.

DENSIDADE POPULACIONAL

Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial e a superfície dessa área (habitantes por Km²).

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os

três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

ENSINO BÁSICO

Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

ENSINO SECUNDÁRIO

Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.

ESPAÇOS VERDES

Englobam todos os espaços urbanos onde existem espécies vegetais. Têm funções ecológicas, lúdicas e recreativas, sendo o seu principal objetivo a preservação da qualidade do ar, o recreio e o lazer.

ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA

Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

FAMÍLIA ALARGADA

Situações em que coabitam dois ou mais núcleos familiares, conjugais ou monoparentais. Exemplo: casal com

um(a) filho(a) e o(a) cônjuge deste(a); uma mulher com um(a) filho(a), e o cônjuge deste(a) e seus filhos; dois irmãos casados, com a respetiva descendência.

FAMÍLIA COMPOSTA

Quando todos os elementos envolvidos no agregado familiar não verificam qualquer relação de parentesco com outro elemento do mesmo agregado.

FAMÍLIA EXTENSA

Quando pelo menos um dos elementos do agregado familiar não possui qualquer relação de parentesco com os restantes elementos do mesmo agregado.

FAMÍLIA MONOPARENTAL

Homem ou mulher que coabita (unicamente) com os seus filhos.

FAMÍLIA NUCLEAR COM FILHOS

Família composta pelo casal e seus filhos.

FAMÍLIA NUCLEAR SEM FILHOS

Família composta pelo casal (homem e mulher).

FAMÍLIA OU AGREGADO FAMILIAR

Conjunto de pessoas que vivem em economia comum, especificando o cônjuge ou pessoa que viva com o titular em união de facto à mais de um ano, e em geral todos os menores a cargo, quer tenham ou não laços de parentesco com o titular. Poderão ainda ser considerados outros adultos que se encontrem na exclusiva dependência económica do agregado, caso sejam estudantes ou estejam dispensados de disponibilidade ativa para a inserção profissional ou quando o agregado não tenha, incluindo a pessoa em causa, direito à prestação.

IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DE UM FILHO

Idade média das mães ao nascimento de um filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

IMIGRANTE PERMANENTE

Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui perma-

necer por um período igual ou superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

IMIGRANTE TEMPORÁRIO

Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período inferior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

ÍNDICE DE LONGEVIDADE

Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 ou mais anos).

ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE

Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

INDIVÍDUO ISOLADO

Homem ou mulher que vive sozinho.

JARDIM-DE-INFÂNCIA

Estabelecimento que oferece, a tempo completo ou parcial, três anos de educação pré-escolar a crianças dos 3 aos 6 anos de idade. O horário é flexível e a datado às necessidades dos encarregados de educação. O currículo é organizado num ciclo e inclui uma componente socioeducativa.

MINORIAS

O termo minoria (étnica e cultural) é utilizado perante grupos portadores de uma identidade de tipo étnico traduzida entre outros aspetos, pela existência de um grau considerável de coesão social e cultural, entre os seus membros. Estes grupos, normalmente com fortes sentimentos de pertença à sua comunidade, podem incluir uma vasta gama de identidades e proveniências, nomeadamente: imigrantes, comunidades ciganas e refugiados.

MOBILIDADE

Possibilidade individual de, voluntariamente, em interação com o meio, planear, orientar-se e deslocar-se num percurso entre uma origem e um destino, através do uso de qualquer modo de transporte individual, ou a pé.

NACIONALIDADE

Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pes-

soas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

NADOS VIVOS FORA DO CASAMENTO COM COABITAÇÃO DOS PAIS

Relação entre o número de nados-vivos com coabitação dos pais e o total dos nados-vivos fora do casamento.

NATURALIDADE

Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

PAÍSES TERCEIROS

Países que não fazem parte nem da União europeia, nem do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE).

PARENTALIDADE POSITIVA

«Se réfère à un comportement parental fondé sur l'intérêt supérieur de l'enfant qui vise à l'élever et à le responsabiliser, qui est non violent et lui fournit reconnaissance et assistance, en établissant un ensemble de repères favorisant son plein développement.»

Fonte: Conselho da Europa.

PERCENTAGEM DO PODER DE COMPRA PER CAPITA

Percentagem do poder de compra obtido a partir do índice de Poder de Compra. Permite aferir o peso de poder de compra de cada concelho ou região no total do País que toma o valor 100% (ponderando o índice de Poder de Compra pelo seu efetivo populacional).

PODER DE COMPRA PER CAPITA

Número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões em termos per capita com o poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

COM AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa, titulares de uma autorização de permanência em Portugal, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Fonte: Decreto-Lei n.º 244/98, DR 182, SÉRIE I-A de 1998-08-08; alterado Lei 97/99, 26-07, e DL 4/2001, 10-01, artigo 55.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular. Notas: Na publicação Estatísticas Demográficas, os dados publicados referem-se, na generalidade, aos pedidos e não às concessões, devido ao facto de os dados sobre pedidos estarem mais atualizados do que os referentes às concessões. O movimento do ano refere-se apenas às pessoas que solicitaram, pela 1ª vez, uma autorização ou título de residência. Fonte: Decreto-Lei n.º 244/98, DR 182, SÉRIE I-A de 1998-08-08; alterado pela Lei 97/99 de 26-06 e, pelo DL 4/2001 de 10-01. Decreto-Lei n.º 60/93, DR 52, SÉRIE I-A de 1993-03-03; alterado pelo DL 250/98 de 11-08.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

QUE SOLICITOU ESTATUTO DE RESIDENTE

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que num determinado ano solicitaram um título de residência ao abrigo da legislação em vigor, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em território nacional.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação.

PROMOÇÃO DA SAÚDE

Processo que visa aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, no sentido de a melhorar. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou o grupo devem estar aptos a identificar e realizar as suas aspirações, a satisfazer as suas necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio. Assim, a saúde é entendida como um recurso para a vida e não como uma finalidade de vida.

REDE PRIVADA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Integra os estabelecimentos de educação pré-escolar que funcionam no âmbito do ensino particular e cooperativo, em instituições de solidariedade social e em instituições sem fins lucrativos, sob tutela do Ministério da Educação ou de outro ministério.

REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Integra os estabelecimentos de educação pré-escolar que funcionam na direta dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias, sob tutela do Ministério da Educação ou de outro ministério.

REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Legalização extraordinária de imigrantes ilegais, levada a efeito em processos autónomos ao previsto no regime geral de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros e, por isso, regulada em diploma próprio.

RISCO DE POBREZA

Percentagem de pessoas com um rendimento monetário equivalente abaixo do limiar do risco de pobreza – 60 % do rendimento monetário equivalente mediano – (após as transferências sociais). Esta percentagem é calculada antes das transferências sociais (rendimento original inclui pensões, mas exclui todas as outras transferências sociais) e após as transferências sociais (rendimento total).

RISCO DE POBREZA**ANTES DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS**

Percentagem de pessoas com um rendimento monetário equivalente, antes das transferências sociais, abaixo do limiar do risco de pobreza - 60 % do rendimento monetário equivalente mediano. A pensão de reforma, de invalidez de sobrevivência são contadas como rendimento antes de transferências e não como transferências sociais.

RISCO DE POBREZA DE MAIORES DE 65 ANOS

Percentagem de pessoas maiores de 65 anos com um rendimento monetário equivalente, antes das transferências sociais, abaixo do limiar de risco de pobreza - 60% do rendimento monetário equivalente mediano (após as transferências sociais), em relação ao total das pessoas do mesmo grupo etário. A reforma e a pensão de sobrevivência são consideradas como rendimento antes das transferências sociais e não como transferências sociais.

RISCO DE POBREZA INFANTIL

Percentagem de crianças (0-14 anos) que vivem em situação de pobreza, ou seja, cuja família vive no limiar de risco de pobreza.

SALDO MIGRATÓRIO

Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

SALDO NATURAL

Diferença entre o número de nascidos vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

**STOCK DE POPULAÇÃO ESTRANGEIRA
(COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE)**

Constituído por indivíduos com nacionalidade estrangeira com estatuto legal de residente. Ao longo dos anos o valor global do stock tem vindo a ser construído com base nos valores do ano anterior, somando as entradas e saídas do território nacional que, são recolhidas admi-

nistrativamente pelo SEF. Salienta-se, que estas entradas e saídas não podem na maioria dos casos identificar indivíduos, apenas sendo um valor total que é subtraído ou somado.

SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS

Prestação pecuniária mensal de montante variável concedida aos descendentes ou equiparados dos beneficiários de qualquer regime da segurança social, (exceto alguns grupos do regime do seguro social voluntário e beneficiários do esquema obrigatório do regime geral dos trabalhadores independentes), até aos 16 (sem condicionalismos), 18, 21 ou 24 anos, consoante estejam matriculados, respetivamente, no ensino básico ou em curso de formação profissional, no ensino secundário, no ensino superior ou em curso de formação profissional, ou para cada um dos 3 limites que frequentem cursos equivalentes ou nível subsequente. Estes limites etários podem ser alargados até 3 anos mediante declaração médica, no caso de doença ou acidente que impossibilite o normal aproveitamento escolar.

SUBSÍDIO MENSAL VITALÍCIO

O subsídio mensal vitalício é uma prestação pecuniária mensal que se destina a compensar o acréscimo de encargos familiares em função de descendentes do beneficiário, maiores de 24 anos, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que se encontram em situação que os impossibilite de proverem normalmente à sua subsistência pelo exercício de atividade profissional.

SUBSÍDIO POR FREQUÊNCIA**DE ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

O subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial é uma prestação mensal que se destina a compensar os encargos diretamente resultantes da aplicação, a crianças e jovens, de idade inferior a 24 anos, portadores de deficiência, de medidas específicas de educação especial que se encontrem numa das seguintes situações:

Frequentem estabelecimentos de educação especial, particulares, com ou sem fins lucrativos, ou cooperativos, tutelados pelo Ministério da Educação;

Necessitem de apoio individualizado, pedagógico ou terapêutico específico, adequado à deficiência de que são portadores;

Necessitem de ingressar em estabelecimento particular de ensino regular após frequência de ensino especial;

Frequentem creche ou jardim de infância normal, como meio específico necessário de superar a deficiência e obter mais rapidamente a integração social, após frequência do ensino especial por não poderem transitar para estabelecimentos oficiais ou, tendo transitado, necessitem de apoio individual por professor especializado.

SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA

Prestação pecuniária mensal que se destina a compensar o acréscimo de encargos familiares resultantes da situação de dependência dos descendentes do beneficiário que sejam titulares de subsídio familiar a crianças e jovens, com bonificação por deficiência ou de subsídio mensal vitalício, que dependam e tenham efetiva assistência de 3.ª pessoa de, pelo menos, 6 horas diárias, para assegurar as suas necessidades básicas (alimentação, locomoção, cuidados de higiene pessoal).

TAXA BRUTA DE DIVORCIALIDADE

Número de divórcios observado num determinado período de tempo, referido à população média desse período (por 1000 habitantes).

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO

Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

Ciclo de estudos Idade normal (anos)

Educação Pré-Escolar 3 – 5

Ensino Básico – 1º Ciclo 6 – 9

Ensino Básico – 2º Ciclo 10 – 11

Ensino Básico – 3º Ciclo 12 – 14

Ensino Secundário 15 – 17

TAXA BRUTA DE IMIGRAÇÃO

Número de imigrantes permanentes observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de imigrantes permanentes por 1000 (10^3) habitantes).

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

TAXA BRUTA DE NATALIDADE

Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 habitantes).

TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO

Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO

Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL

Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

TAXA DE DESEMPREGO

Percentagem das pessoas desempregadas no total da população ativa. Pessoas ativas são aquelas que estão empregadas ou desempregadas. Estas são consideradas como tal se não tiverem exercido qualquer atividade remunerada nas quatro semanas anteriores à entrevista e se declararem procurar emprego.

TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

Percentagem das pessoas desempregadas há mais de 1 ano em relação ao total da população ativa.

TAXA DE FECUNDIDADE GERAL

Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil).

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos).

TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL

Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 nados vivos).

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA

Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

VARIAÇÃO POPULACIONAL

Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldomigratório.

Entrevistas

Agrupamentos de Escolas José Saramago

Quais as maiores preocupações da escola, no domínio social?

As carências dificuldades económicas dos alunos, não só dos que tem SASE mas dos muitos que não estão identificados e que denotam carências escondidas que quando são detectadas são assistidas e assinaladas pelos professores. Não só alimentação mas material escolar.

O acompanhamento deficiente por parte dos pais, que não valorizam a escola pois não a reconhecem como uma mais valia. Muitos alunos depois da escola vão dar assistência aos familiares em trabalhos de pecuária e agrícolas.

A escola do Poceirão é uma escola TEIP (território educativos de intervenção prioritária) tem 5 turmas de percursos curriculares alternativos (PCA) turmas estas constituídas por alunos com idade fora do padrão normal para o ano escolar, estas turmas surgem como tentativa de dar resposta a esses alunos, muitos deles repetentes e com antecedentes de abandono escolar.

Existem situações de pobreza/qual o seu impacto?

Mais de 50% dos alunos são carenciados e acompanhados pelo SASE. Estes são apenas números da estatística porque pensa-se que na realidade sejam mais.

Que meios dispõe a escola para combater situações de pobreza/exclusão?

Sendo um território TEIP a escola cria um projecto educativo com o objectivo de responder a esse nível. Existe um psicólogo e três professores como recursos adicio-

nais, foi o que restou da equipa multidisciplinar, retirada à escola. Esta era constituída por assistente social, psicólogo e 2 animadores e educador social. A escola contra argumentou a perda destes recursos humanos uma vez que se mostraram essenciais pois nestas freguesias a escola é a única forma das crianças terem acesso ao desporto e a cultura que são meios privilegiados para combater a exclusão. Se paralelamente tiverem profissionais que preparem e trabalhem outras situações que levanten a auto-estima, é uma mais-valia no combate a esse tipo de exclusão.

Já existiram situações para as quais foi necessário intervir? A intervenção foi eficaz?

A escola quando deteta situações escondidas intervém, a nível da ação social escolar. Houve já várias intervenções a nível alimentar, de falta de material escolar e mesmo familiar.

Existem parcerias? Como funcionam?

Parceria com a Cáritas (a vida é assim) quinzenalmente é feita uma intervenção pelos técnicos do Centro Social de S. Pedro .

Câmara Municipal de Palmela | Junta freguesia | Associação de pais

Centro de Saúde: A nível da Higiene oral, combate à obesidade (dos 465 alunos 140 tem problemas de obesidade infantil), planeamento familiar, neste momento uma médica estagiária está a fazer na escola um estudo sobre o sono, um fisioterapeuta faz acções de sensibilização sobre questões de postura.

A nível de recursos, quais as principais carências?

As principais carências a nível de recursos humanos prendem-se com a falta da equipa multidisciplinar e mais professores para aumentar o apoio individualizado a nível do 1º e do 2º ciclos.

A Nível de recursos materiais fazem falta mais espaço e mais instalações pois existem 23 turmas e apenas 20 salas para além disso a escola não tem pavilhão desportivo.

Que evoluções positivas registam nos últimos anos?

Apesar de tudo tem havido evolução a nível dos alunos que concluem o percurso escolar e do número destes a serem encaminhados para escolas profissionais. Maior consciência da importância da escola e da conclusão dos estudos.

E que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

Insucesso escolar, embora haja evolução, continuamos a não atingir os números esperados. Há um grande número de famílias desestruturadas na região e isso está fora do alcance da escola. As condições sócio económicas das famílias tem-se deteriorado o que contribui para um aumento destas situações de risco. Há ainda um grande absentismo.

O que seria importante para a escola ver constar no diagnóstico social de Palmela?

Todas as situações faladas anteriormente nomeadamente alguns indicadores que levam esta escola a ser TEIP(Indisciplina, Avaliação interna, Avaliação externa, Absentismo e abandono) sendo que só conseguimos atingir a meta da indisciplina

Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias

Quais as maiores preocupações da escola, no domínio social?

A escola é o local primeiro da socialização do indivíduo. A sua função e a sua riqueza residem na pluralidade e na capacidade de incutir, em cada um, a capacidade de conviver com a diferença e de agir solidariamente com o indivíduo e com o grupo.

O que é feito e que continua ser feito... sabemos que há alunos que não se encontram sinalizados, não podemos deixar de ter alunos sem refeição, por exemplo....

Existem situações de pobreza/qual o seu impacto?

Toda a pobreza, visível ou encoberta, assumida ou enver-

gonhada, provoca alterações no indivíduo. O isolamento e o sofrimento psicológico e o aumento da violência, são aspetos que se fazem sentir no quotidiano escolar.

Que meios dispõe a escola para combater situações de pobreza/exclusão?

O auxílio aos alunos carenciados é feito através de auxílios económicos, no âmbito da ASE e na promoção da sua participação em diferentes atividades de escola, com o contributo da associação de pais e encarregados de educação.

Já existiram situações para as quais foi necessário intervir? A intervenção foi eficaz?

Diariamente temos que resolver problemas. A eficácia é apenas do momento pois o problema em si subsiste. Quando damos o pequeno almoço ou o almoço a um aluno, apenas conseguimos facultar-lhe um “bem-estar” momentâneo. O problema social persiste.

Existem parcerias? Como funcionam?

Sim. A escola tem uma rede significativa de percursos e protocolos estabelecidos bem como a participação em projeto de âmbito nacional.

A nível de recursos, quais as principais carências?

A escassez de pessoal não docente e a fraca qualidade dos poucos espaços desportivos existentes são as principais carências desta escola.

Que evoluções positivas registam nos últimos anos?

Apesar dos esforços do pessoal docente e não docente na deteção e acompanhamento de alunos carenciados, nos últimos tempos regista-se um aumento de casos.

A nível de resultados, tivemos resultados positivos ao nível da avaliação externas dos alunos, a escola aumentou os seus resultados, o que se traduziu em créditos de horas para as professoras, no fundo é dinheiro indireto.

E que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

Como disse anteriormente, o isolamento, a violência e a fome têm vindo a aumentar.

O que seria importante para a escola ver constar no diagnóstico social de Palmela?

Cremos que o diagnóstico social de Palmela está bem concebido, contendo os pontos que devem constar no mesmo.

Agrupamento de Escolas de Palmela

Quais as maiores preocupações da escola, no domínio social?

Acho que em primeiro lugar é a barriga vazia, é a primeira preocupação, perceber o que está por detrás da fome, saber quais são as razões, quando sabemos tentamos encaminhar para a melhor solução.

A resposta é dar de comer. E a partir daí, quando percebemos o problema é encaminhar.

Também existem situações em que as famílias têm falta de dinheiro para os livros, e aí vamos tentando resolver, em conjunto com a paróquia.

Com o centro de saúde também temos uma boa relação, com a enfermeira que vem uma vez por semana e ajuda a resolver um conjunto

Existem situações de pobreza/qual o seu impacto?

Sim, temos sentido, existem aquelas que vêm pedir livros

Tem havido, mais procura, as pessoas comunicam mais que não têm dinheiro

Que meios dispõe a escola para combater situações de pobreza/exclusão?

Temos receitas próprias, temos o SASE, a receita do buffet é muito importante mas temos vindo a decrescer num período, chegamos a ter 9000 euros, e passamos ter 2000, é dinheiro para vidros partidos, também temos lucros da papelaria....

No bar, agora nunca vendemos tanto pão com manteiga....

Já existiram situações para as quais foi necessário intervir? A intervenção foi eficaz?

Vamos agindo, recolhendo coisas, mas tenho colegas intervém de forma urgente. Procuramos dar uma solução.

Existem parcerias? Como funcionam?

Acho que sim há sempre um caminho, lidamos com o centro de saúde, com a paroquia de palmela, a minha colega vai à CSF de Quinta do Anjo, há sempre uma ligação, com as juntas de freguesia de Palmela e Quinta do Anjo.

Contactamos também com a assistente social.

E com as IPSS?

Sim, através do CAFAP temos algum apoio, mas às vezes esquecemos das soluções que temos à mão....

Há falta de um trabalho para os jovens que estão na marginalidade, sentimos essa falta.

E com a CPCJ?

Sim, aí é muito frequente....tratamos com a CPCJ da forma mais equilibrada.

A nível de recursos, quais as principais carências?

Uma figura do professor tutor, uma pessoa que tivesse disponibilidade para acompanhar determinadas situações, que poderia ser um assistente social.... Uma figura com um trabalho de maior continuidade... porque às vezes os 45 minutos do professor não chegam.

Priorizando, seriam técnicos que nos ajudassem dar cá dentro um determinado caminho para as crianças, fazer ver que a educação faz falta para a vida, mostrar-lhes o caminho certo.

Tenho 18 horas por semana de um psicólogo para 2300 alunos.

Que evoluções positivas registam nos últimos anos?

Uma das coisas mais positivas tem sido a união das pequenas organizações que existem e que se tem mostrado que existem, tem havido uma aproximação para resolver os problemas das pessoas.

Os professores preocupam-se hoje mais com os alunos, é um ensino melhor, há essa preocupação, mesmo as orientações ministeriais vão nesse sentido.

Há fatores negativos, como a redução das AEC.

E que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

Falamos sempre de uma coisa que é a falta de acompanhamento aos seus educados, de uma forma global, as pessoas não tem tempo, perderam um pouco a qualidade de vida, isso tem-se perdido.

A falta de acompanhamento das famílias em relação aos seus educados, achamos que sim, por várias razões dos tempos de hoje. O que seria importante para a escola ver constar no diagnóstico social de Palmela?

A falta de uma resposta, os alunos sem escolaridade mínima, mais ao nível do 2º ciclo, sem a conclusão do 2º ciclo que resposta dar?

Para que concluam a escolaridade que é importante para a vida.

Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos

Quais as maiores preocupações da escola, no domínio social? Existem situações de pobreza/qual o seu impacto?

Bastantes alunos carenciados, fome, mal agasalhados, desemprego dos pais, indisciplina, maus resultados

Que meios dispõe a escola para combater situações de pobreza/exclusão?

Ação Social Escolar, Projetos a nível de escola/campanhas de recolha de alimentos/roupas/livros. Na escola sede há apoio com os alimentos para as famílias mais carenciadas (Programa PERA)

Já existem situações para as quais foi necessário intervir? A intervenção foi eficaz? Existem parcerias? Como funcionam?

Centro de Saúde

A nível de recursos, quais as principais carências?

Recursos Humanos (Assistente Social + Psicóloga), materiais

Comissão de Proteção
de Crianças e Jovens de Palmela

Quais as maiores preocupações da CPCJ, no domínio social?

Podemos ver em várias vertentes: organizacionais, as que nos preocupam mais, porque mexem com a disponibilidade processual para trabalhar com os casos. Embora tenha autonomia funcional, esta autonomia é limitada, se as parcerias não funcionarem (a lei) esta autonomia não funcionar, a comunidade não colaborar, a comissão sai lesada.

O tempo de afetação dos técnicos, também é um problema, existe uma orientação para o tempo de afetação para os seus representantes, o que parte da boa vontade das instituições, as câmaras e a segurança social são quem mais disponibiliza...

No espaço de dois anos têm havido também uma maior rotatividade dos técnicos o que causa instabilidade, a entrada de novos elementos, a adaptação, vamos enquadrando e formando as pessoas.

As mais valias prendem-se com o fato de ser uma equipa multidisciplinar, o que é muito importante.

As entidades nomeiam, mas o perfil para esta área é muito importante.

Existem situações de pobreza/qual o seu impacto?

Tem-se vindo a acentuar, mais desemprego, mais carências, mais precariedade, que são problemas que devem ser analisados pelas entidades.

Também cortes a nível dos apoios sociais, mas temos notado um aumento nos problemas a nível da saúde mental, desemprego, é um ciclo que se cria.

Aumenta o numero de processo, aumentam as negligências, mais crianças sozinhas em casa, surge um trabalho, a pessoa n perde a oportunidade, as crianças ficam sozinhas, mais situações de violência doméstica.

Como funcionam as parcerias?

A articulação com as entidades de 1ª linha funciona bem (Saúde, ISS, CMP, todas as entidades com competência na infância e juventude) estas entidades tem uma responsabilidade de 1ª linha, é um princípio de subsidiariedade na intervenção, as parcerias funcionam bem na articulação, recorremos uns aos outros. A parte institucional, de poder decisório, é que sentimos algumas lacunas, a lei prevê uma responsabilidade igual. Numa comunidade todos os agentes são responsáveis.

Na reunião alargada sente-se mais esta lacuna, quem tem o poder de decisão não está presente, faz-se representar por outra pessoa que por vezes na tem poder decisório.

Temos a prática de fazer um trabalho conjunto, as famílias também percebem que todos trabalhamos para o mesmo fim.

Que mudanças necessárias para as parcerias?

O poder decisório, maior participação das entidades, maior disponibilidade e envolvimento e representatividade em número e tempo para a Comissão.

Que evoluções positivas registam nos últimos anos?

A nível logístico, com as novas instalações, que é uma responsabilidade da Câmara Municipal de Palmela.

A consolidação a nível da parceria, uma boa articulação entre os parceiros, uma cultura de parceria.

O trabalho a nível das escolas, uma maior triagem, o consolidar da parceria reflete-se na triagem e nos casos que nos chegam, as competências de cada um, as pessoas percebem o que deve chegar à comissão.

Os guias de orientação da comissão, ajudaram as instituições a agir, também agilizaram alguma coisa....

A participação do Ministério Público, e a sua participação na reuniões mensalmente....uma boa prática que deve ser referida.

E que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

A violência doméstica, a negligência é a que sobressai mais, comportamentos desviantes, o abandono escolar decorrente do novo estatuto do aluno.

O que seria importante para a CPCJ ver constar no diagnóstico social de Palmela?

A nível da violência doméstica se perdemos este recurso, a nível da psicologia, saúde mental são áreas importantes que devem ter respostas locais, o aumento de vagas nas respostas sociais, muitas das vezes existem sempre vagas mas as pessoas não tem rendimentos.

Todos os projetos a nível da prevenção são muito bem vindos, os que possam beneficiar a comunidade geral, com impactos positivos para as famílias, falta muito trabalho de prevenção, os recursos da saúde são também limitados e são tão importantes,

Na área da mediação familiar, temos respostas informais, mas não temos respostas formais que seriam importantes,

Com o novo estatuto do aluno, as respostas de formação existem para quem tem o 9º ano e não existem para quem tem o 2º ciclo, temos jovens com 10, 12 anos e outros com 15, 17 que não se integrando na escola, levam ao abandono escolar, temos jovens sem o 6º ano de escolaridade para os quais não existem respostas...

Não temos Pief, temos Cef, não temos formação profissional....

Centro de Emprego

e Formação Profissional de Setúbal

Quais as principais problemáticas em termos de desemprego no concelho de Palmela? Existe um perfil do desempregado para o concelho de Palmela?

Mantém-se o perfil semelhante à tendência nacional, mais mulheres que homens, mais pessoas com inscrição há menos de um ano, mais desemprego na situação em que se procura novo emprego (face ao 1º emprego) mais desemprego entre o grupo etário 35- 54 anos, mais desemprego com o nível secundário, embora haja desemprego entre o 2º e 3º ciclo e menos desemprego entre as pessoas com o 1º ciclo. Deve também ser registado que no nível superior também se regista desemprego algo significativo. O desemprego jovem também não é o mais significativo face aos restantes grupos etários.

Nos últimos quinze anos o desemprego tem vindo a mudar, consequência do contexto nacional, com as mudanças no mercado de trabalho, com o encerramento de um grande número de empresas....

Que características tem o tecido empresarial do concelho de Palmela?

Diversificado, nos três setores de atividade com problemas de acessibilidade que dificultam a empregabilidade. Relativamente a esta questão, tanto as medidas de qualificação consideradas como necessárias, como os GIP – Gabinete de Inserção Profissional em todo o concelho, com exceção do Pinhal Novo, o que ao nível da deslocação garante um importante suporte. Ao nível do sector, regista-se a importância do sector agrícola e do sector terciário

Existem medidas ajustadas para o concelho de Palmela?

Sim, medidas específicas de qualificação, ao nível da logística e de outras áreas de qualificação, temos o caso dos Cursos EFA cuja avaliação é positiva temos, como exemplo em curso a formação que está a decorrer no Poceirão.

Qual a avaliação/impacto dos GIPS no concelho?

Ao nível do GIPS a avaliação é positiva pois são importantes estruturas de apoio para as populações, no concelho de Palmela, pela questão da acessibilidade são também importantes recursos, dada a dispersão do concelho. Apenas o Pinhal Novo, no caso dos GIPS, se encontra a descoberto. Os GIPS são claramente uma estrutura com uma missão de suporte para a promoção da empregabilidade, que conseguem apoiar na criação de um currículo, preparar para uma entrevista, são um braço importante, um pólo importante. Há indicadores que são claramente positivos em relação aos GIPS

Que evoluções positivas registam nos últimos anos?

Habilitações e qualificações melhores para as pessoas desempregadas. Também há mais oferta formativa, mais ajustadas às pessoas e aos concelhos

Também a articulação e a própria rede, a ação concertada que também tem tido impactos positivos, as parcerias a vários níveis, a rede, os GIPS as ações conjuntas... o caso da ATEC é também um exemplo deste trabalho e uma medida importante...

E que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

A crise generalizada, o panorama global, o deficit na oferta formativa para os mais jovens, que deveria sofrer um reforço, há necessidade de uma maior responsabilização na oferta formativa e qualificação para os jovens até aos 18 anos. É crucial que a educação e a formação se façam convergir.

Também a representação da formação não é positiva.

O que seria importante para o CEFS ver constar no diagnóstico social de Palmela?

Jovens e qualificações, reforçar as qualificações das populações mais jovens, tirando essa questão estamos num caminho positivo para a empregabilidade e criação de empresas (várias indústrias, soldadura, metalomecânica, construção do CC Allegro, a área da geriatria foi também muito reforçada....).

Também a área agrícola é merecedora de uma reflexão, é uma área a descoberto que merece reforço. Existem algumas ações - caso dos operadores agrícolas que tivemos que abandonar devido à maquinaria necessária - sendo importante desenvolver ações até para um técnico de qualificações médio.

Também é importante referir que as áreas de emprego emergentes se encontram relacionadas com a área da Geriatria e afins, com ofertas ao nível de funções para residências de idosos e outras estruturas para idosos

Núcleo Local de Inserção de Palmela (NLIP)**Atualmente, quais as principais preocupações do NLIP?**

As principais preocupações do NLIP tem a ver com o dar uma resposta eficiente, rentabilizar os recursos existentes no Concelho, a todas as situações em acompanhamento de forma a potenciar as capacidades individuais e familiares dos beneficiários de RSI, com vista a um maior número de autonomizações baseada numa inserção efectiva que potencie uma autonomização real de modo a não necessitar de recorrer de novo à Medida de RSI.

Registam-se diferenças ao nível do perfil do beneficiário da medida? Se sim quais?

Sim, tem-se constatado que a população que tem surgido com necessidades de apoios económicos sistemáticos vêm de situações de desemprego, cujos subsídios terminam e não tendo outra alternativa vêm-se obrigados a recorrer ao RSI. Este tipo de beneficiário muitas das vezes nem tem conhecimento desta Medida, alterando a uniformidade existente do perfil do beneficiário caracterizado por desemprego de longa duração, baixo nível de escolaridade, inserção recorrente em trabalhos precários.

Este novo perfil de beneficiário caracterizado por estabi-

lidade profissional, que lhe proporcionaram longo períodos de desconto na segurança social, com um razoável/elevado nível de instrução que com situações familiares estabilizadas, vêem-se desprotegidos dado muitas vezes aos desempregos que se viram confrontados de um momento para o outro.

Encontram-se a emergir novas problemáticas? Quais? Desde quando?

Efetivamente tem-se constatado o aumento significativo ao nível da necessidade de géneros alimentares/alimentação confeccionada. Até então esta necessidade estava presente, mas a prestação de RSI conseguia de alguma forma dar a resposta à grande maioria de beneficiários, com alteração da legislação e consequente redução da prestação, o aumento do custo dos bens de primeira necessidade assim como o aumento das rendas, consequência também de alteração da legislação do arrendamento, tem desencadeado uma diminuição significativa dos orçamentos familiares. Essas famílias vêem-se obrigadas a solicitar todo o tipo de apoio nomeadamente cantina social, lojas sociais e todas as outras ofertas da comunidade.

O NLIP dispõe de meios para desenvolver o seu trabalho? Quais os recursos que estão em falta?

O NLIP, dentro da situação actual do contexto socioeconómico, tem rentabilizado os recursos existentes, contudo, o número de autonomizações não se faz sentir como desejado por faltarem meios ao nível do emprego, habitação social, e saúde. Apesar de algumas medidas ao nível do emprego serem positivas, como é exemplo a medida CEI e CEI +, é de salientar que o nível de autonomização e de contratações que advém dessa inserção pontual não é o desejável, uma vez que as autonomizações definitivas ficam muito aquém do que seria esperado.

Qual a avaliação que o NLIP faz da sua parceria?

O NLIP considera que esta é uma parceria ativa, com um plano de ação ativo (...), com parceiros presentes nas reuniões semanais para apresentação e discussão de processos. Parece-nos, contudo, que os parceiros po-

deriam assumir uma maior intervenção na resolução de acções (...) que lhes dizem directamente respeito e às quais assinaram em reunião semanal NLIP.

Que ações positivas regista o NLIP?

As várias acções que constam em plano de acção, que visam aquisição de informação, de competências, sensibilização para determinados assuntos relevantes para a população de RSI e outra.

E que problemas têm vindo a substituir ou mesmo a aumentar?

Ao nível da população abrangida pela medida, tem-se verificado que o desemprego (...) é a situação mais premente, que se constata ao longo da medida e que nos últimos anos tem-se agravado significativamente. Verifica-se, contudo, que esta situação não é proporcional face ao número de pessoas apoiadas pela medida, tendo em conta que a alteração à legislação, as exigências que esta veio a impor em termos burocráticos, e as novas orientações internas dos vários serviços, dificultam o acesso à medida.

O que seria importante para o NLIP ver constar no diagnóstico social de Palmela?

Sendo uma medida com uma legislação própria, que conta com uma parceria específica, como é o NLIP, cremos que seria importante reforçar que o desemprego, a habitação e a saúde mental são áreas problemáticas que carecem de uma intervenção concertada e da colaboração dos parceiros na identificação de medidas que permitam atenuar estes problemas.

Núcleo de Planeamento e Intervenção da Pessoa Sem abrigo no âmbito da ENPISA – Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem Abrigo

Qual a participação do NPISA no concelho de Palmela?

O Interlocutor Local passou a integrar o NPISA de Setúbal para em conjunto desenvolverem e estabelecerem uma melhor articulação no encontro de soluções para a População Sem Abrigo de Palmela.

Como funciona esta parceria?

Esta parceria foi aceite em reunião de NPISA por unanimidade dos parceiros que constituem. Funciona com o Interlocutor local de Palmela, sendo esta uma parceria ativa, presentes e participativa que integra o NPISA de Setúbal.

A dimensão deste fenómeno em Palmela é quantificável?

Neste momento não existem Instrumentos que quantifiquem exactamente o número de sinalizações oriunda de Palmela.

Apesar da Informação sobre a ficha de sinalização já ter sido apresentada e acessível a todos os parceiros da Rede Social. Nota-se que a sua implementação não tem tido a resposta desejável e não existe grande utilização deste instrumento para essas sinalizações.

Quantos encaminhamentos foram registados e qual o seu nível de sucesso, em Palmela?

Sabe-se que existem situações em acompanhamento pelo NPISA de Setúbal sobretudo pelas Freguesias de Marateca e Poceirão onde se registam maior afluência de situações de Sem abrigo e passantes que embora do concelho de Palmela são encaminhados/ acompanhados posteriormente por Setúbal.

Que evoluções positivas registam nos últimos anos?

A integração do interlocutor local de Palmela no NPISA de Setúbal é um mais valia que apresenta no desenvol-

vimento e articulação conjunta que potencializa um trabalho em Rede Supraconcelhio. A tentativa de se uniformizar procedimentos e encontrar respostas integradas.

Que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

As respostas precárias e insuficientes na área do sem-abrigo em ambos os Concelhos tem vindo a diminuir face ao aumento de situação que hoje se integram no Conceito de Sem-Abrigo, nomeadamente, perda de habitação, habitações degradadas e indignas para ser habitadas.

Situações de emergência e transporte são dificultadas mais nas zonas rurais para uma melhor e rápida autonomização, nomeadamente toxicodependência, álcool, doença mental, desemprego, rendimentos diminutos.

O que seria importante para o NPISA de Setúbal ver constar no diagnóstico social de Palmela?

Uma maior execução da ficha de sinalização que permita quantificar e identificar perfis, competências e problemáticas da pessoa sem-abrigo.

Respostas Sociais para este tipo de população possível de ser rentabilizado pelo NPISA, complemente as respostas que o NPISA de Setúbal já têm mas necessita de as ver complementadas/Reforçadas com novas perspetivas;

Resposta na Emergência Inexistente;

Resposta de Centro de Acolhimento Temporária para Pessoa Sem Abrigo Insuficiente (com 12 camas);

Residência de Autonomização inexistente; Casas de Transição e de Autonomização inexistente.

Agrupamento dos Centro de Saúde da Arrábida

Quais as maiores preocupações do ACES, no domínio social?

As pessoas com baixos recursos que muitas vezes não recorrem aos serviços gratuitos como o planeamento familiar, cursos de preparação para o parto por falta de transporte. Também os produtos de apoio muitas vezes não são adquiridos por falta de disponibilidade económica, pois embora sejam comparticipados o investimento inicial é sempre do utente e as pessoas com baixos recursos não tem essa disponibilidade.

Existem áreas do país em que os municípios e as Juntas compram esses produtos de apoio e disponibilizam á saúde para facilitar a estes utentes de modo a que não fiquem sem apoio.

Solidão das pessoas idosas.

Quais as problemáticas que trazem maiores preocupações ao ACES?

A acessibilidade dos utentes aos serviços por falta de rede de transporte no concelho nomeadamente entre Pinhal novo e Palmela. Isto é transversal a todos os ciclos de vida dos utentes. As grávidas que não podem pagar particularmente, por exemplo não fazem preparação para o parto por falta de transporte.

Número de médicos insuficiente para toda a população, existem muitos utentes sem médico, apesar da situação ter vindo a melhorar, não pelo aumento de médicos mas pela redução do numero de utentes a ter médico atribuído por nunca ter utilizado o serviço.

Quais as áreas de saúde para com maior dificuldade de resposta/acompanhamento?

Não existe equipa de cuidados paliativos o que seria uma mais valia. A área da reabilitação devia estar mais desenvolvida pois temos uma população envelhecida com muitas limitações de mobilidade e com necessidades de reabilitação paliativa.

Que parcerias existem? Como funcionam?

Todas as Parcerias nacionais de acordo com a legislação, mas existem parcerias pontuais ex: fundação COI com quem está em negociação a cedência de um ginásio. Parcerias informais com todas as IPSS. Piscinas de Palmela para preparação do parto em meio aquático, CPCJ, CLASP; Agrupamentos de escolas, Rede de cuidados continuados integrados etc.

A nível de recursos, quais as principais carências?

O já referido: equipa de cuidados paliativos, frota de carros para uso dos serviços, falta de recursos humanos não só de médicos mas em todas as categorias, as instalações do Pinhal Novo são insuficientes para a população da freguesia.

Que evoluções positivas registam nos últimos anos?

Apesar de tudo tem diminuído o número de utentes sem médico (com referido anteriormente não por aumento do numero de profissionais). As respostas a nível dos cuidados continuados têm melhorado com equipa multidisciplinar (assistente social, terapeuta da fala, enfermeira, nutricionista, psicólogo). Acessibilidade aos serviços, sobretudo na freguesia de Palmela melhorou pois as pessoas tem resposta no próprio dia às suas necessidades de saúde graças às novas tecnologias, que facilitam através de emails a comunicação entre utente e profissionais de saúde.

E que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

A degradação da frota de carros que permite aos profissionais estarem mais perto da população, a falta de recursos humanos, insuficiência das instalações do Pinhal Novo.O que seria importante para o ACES ver constar no diagnóstico social de Palmela?

Tudo o que foi exposto. Reforçar a importância das unidades de saúde existentes dotadas de recursos materiais e humanos no concelho pois são uma mais valia num concelho tão vasto facilitando o acesso aos cuidados de saúde.

União Concelhia
das IPSS do Concelho de Palmela

Atualmente, quais as principais preocupações das IPSS do concelho?

Financeiras. Estamos a pensar no dia-a-dia. É difícil para as Instituições cumprir com todos os deveres, pois estes acarretam sempre grandes custos.

Somos reconhecidos pela Europa como uma sociedade com uma estrutura social que até funciona. Se esta estrutura cair pode demorar muitos anos a recuperar...

Não temos dinheiro para os nossos gastos normais...

Financiamento das instituições. As estruturas. A Câmara Municipal de Palmela teve no passado uma política de ajuda com as instituições e agora isso esvaiu-se....

A comparticipação da Câmara poderia acontecer através de serviço feito. Por exemplo com o 60+, com o trabalho com os jovens, etc. Por exemplo a C.M. de Seiximbra, a do Seixal e a de Almada têm projetos feitos com as próprias instituições, dando outra capacidade à associação....

Em relação à nossa Instituição reconheço e queria tornar público: foi realmente com a ajuda da própria C.M.P. que se consegui as coisas....

O CLASP funciona? Se o CLASP funcionar poderá haver uma rede a funcionar. Como se pode responder, se as pessoas que têm a confiança nas instituições não aparecem. Assim, as coisas esbatem-se....

A educação não está a funcionar muito bem e a parte dos idosos também traz preocupações. Em relação aos idosos a ideia é sempre ajustar o apoio domiciliário o melhor possível para manter as pessoas no seu meio e com o seu bem estar...

Por outro lado, os idosos, por dificuldades financeiras, saem das respostas...

Quanto à deficiência, estamos a entrar noutra capítulo

que tem de ser pegado com pinças: a nível infantil são integradas em respostas, a nível dos adultos e idosos não sei se justificara mais resposta.

As atuais respostas concelhias estão ajustadas às necessidades? Que áreas estão a descoberto?

Existe um problema muito grave que é o da doença mental, um problema que está a ser descurado, pois não existem respostas.

Quanto a mim, falta uma unidade, tipo de apoio integrado, de retaguarda faria sentido para o concelho. O hospital tem as pessoas, por pouco tempo, havendo a necessidade de cuidar delas após essa fase.

Assim, existe uma necessidade de cuidados continuados e uma necessidade a nível da saúde para dar resposta e acompanhamento aos problemas de saúde mental....

Na área das crianças creio que não existe necessidade, pela situação demográfica.

A saúde e os idosos devem ser as áreas de preocupação. No entanto existem respostas das quais as pessoas fogem por problemas monetários.

As IPSS dispõem de meios para desenvolver o seu trabalho? Quais os que estão em falta?

Vamos tentando responder, mas com muitos problemas (já respondido na pergunta 1)

Que evoluções positivas registam nos últimos anos?

Acho que houve, lembro-me no início era uma festa quando nos reuníamos, tínhamos contactos mais estreitos, o próprio CLASP foi um desses fóruns privilegiados.

Existem formações, iniciativas que juntam mais as pessoas....

Falamos mais uns com os outros, conhecemo-nos melhor, mas ainda é insuficiente....

E que problemas têm vindo a subsistir ou mesmo a aumentar?

Os financeiros. E por vezes a lei dificulta a atuação, em vez de facilitar.

A minha instituição, ao nível da infância, tem 121 vagas autorizadas pela Segurança Social, mas apenas 90 com acordo. A educação deveria suportar esta diferença, na componente educacional, mas não chega dinheiro de lado nenhum....

Quais os cenários de futuro para as IPSS do Concelho?

Sobrevivência, para alguns. Porque os outros quando ruírem serão em 24 horas. Nós vamos ruindo devagarinho...

Quando este tipo de estruturas fechar, quem vai fazer o trabalho? Quantos anos levarão depois a erguer uma estrutura para dar resposta?

O que seria importante para a UCIPSS Palmela ver constar no diagnóstico social de Palmela?

Dar força ao CLASP para que seja um órgão de decisão e não de “faz de conta”.

A nova regulamentação dos CLASP “matou” a sua dinâmica. Continua a ser uma questão de poder, esta estrutura só tem valor se for um espaço de poder.

Todas as IPSS do concelho fazem parte da União Concelhia das IPSS?

Não. Apesar das diligências feitas pela união, das 15 IPSS do Concelho, apenas 7 fazem parte e a colaborar ainda menos. Faz falta sentar todos. Em relação às questões da educação, em Março devíamos estar com as escolas, IPSS, ver quantas crianças entram, quantas saem....

rede social
PALMELA

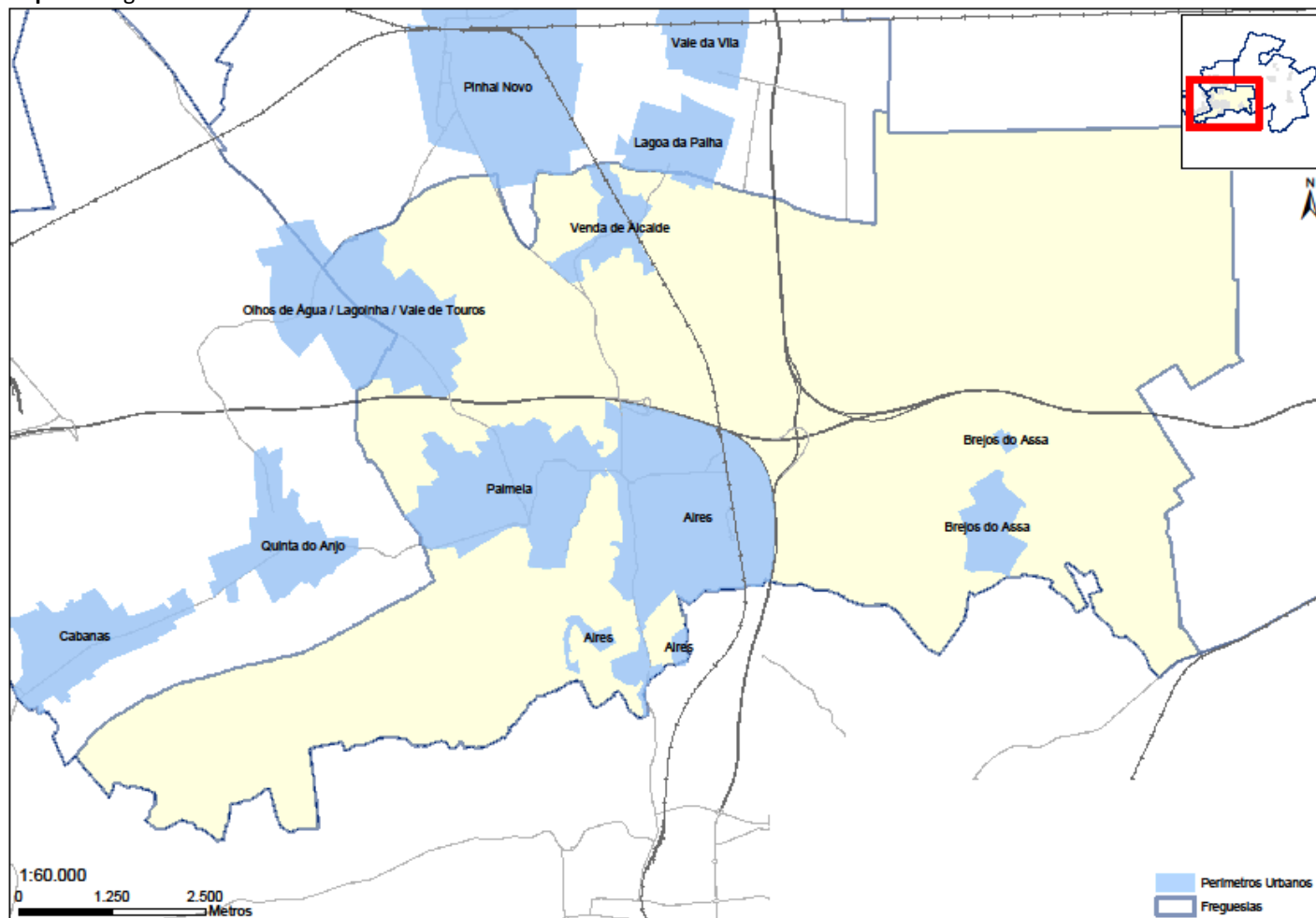
Município
Palmela

Caderno de Freguesias

Diagnóstico Social
Concelho de Palmela

rede social
PALMELA

Mapa 1. Freguesia de Palmela



Fonte: CMP, DRHO-SIG

Área – 77,5 km²

Fonte: DGT, CAOP 2013

População – 17.481 habitantes

Fonte: INE, Censos 2011

População e Famílias

Quadro 1. População residente

	1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	9.867.147	10.356.117	10.562.178	+7,0
Concelho Palmela	43.857	53.353	62.831	+43,3
Freguesia Palmela	13.874	16.116	17.481	+26,0

Fonte: INE, Censos

Quadro 2. Densidade populacional (nº hab./ km²)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	107,1	112,4	114,5	+7,4
Concelho Palmela	94,1	114,5	135,0	+40,9
Freguesia Palmela	184,5	214,4	225,2	+40,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 1. População residente

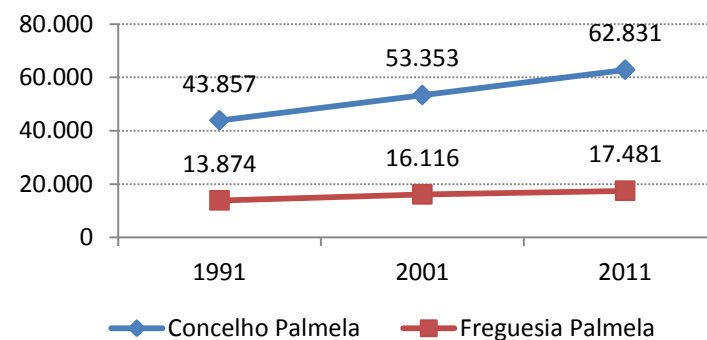
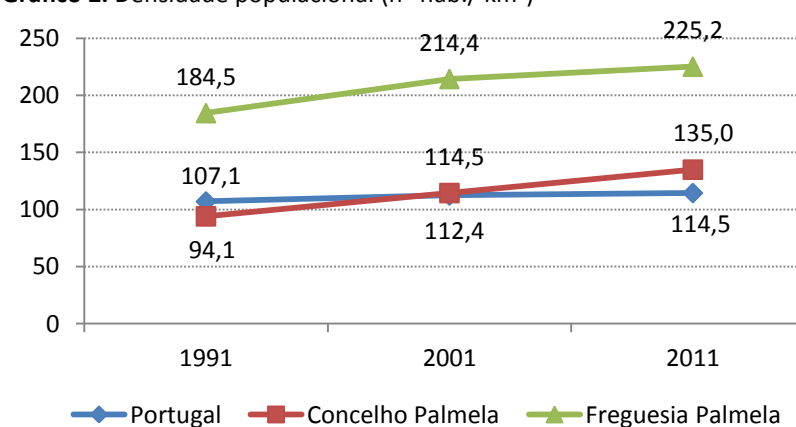


Gráfico 2. Densidade populacional (nº hab./ km²)

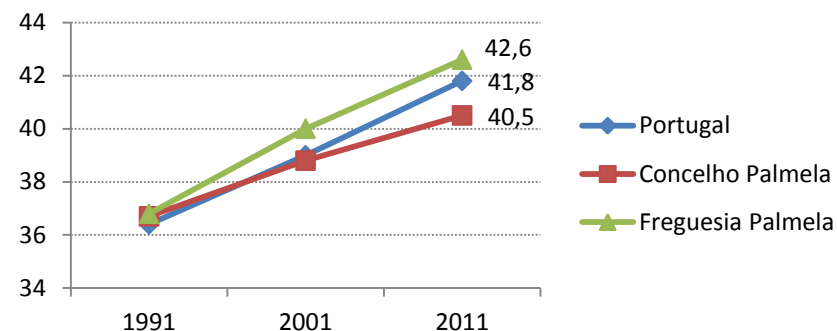


Quadro 3. Idade média (anos)

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	36,4	39,0	41,8	+5,4
Concelho Palmela	36,7	38,8	40,5	+3,8
Freguesia Palmela	36,8	40,0	42,6	+5,8

Fonte: INE, Censos

Gráfico 3. Idade média (anos)



Quadro 4. Estrutura etária

	1991	2001	2011	Varição (%)
Portugal	0-14 anos	1.972.403	1.572.329	-20,3
	15-24 anos	1.610.836	1.147.315	-28,8
	25-64 anos	4.941.164	5.832.470	+18,0
	65 e mais anos	1.342.744	2.010.064	+49,7
Concelho Palmela	0-14 anos	8.345	10.680	+28,0
	15-24 anos	6.618	6.205	-6,2
	25-64 anos	23.615	34.975	+48,1
	65 e mais anos	5.279	10.971	+107,8
Freguesia Palmela	0-14 anos	2.559	2.735	+6,9
	15-24 anos	2.119	1.677	-20,9
	25-64 anos	7.582	9.568	+26,2
	65 e mais anos	1.614	3.501	+116,9

Fonte: INE, Censos

Gráfico 4. Estrutura etária em 2011 (%)

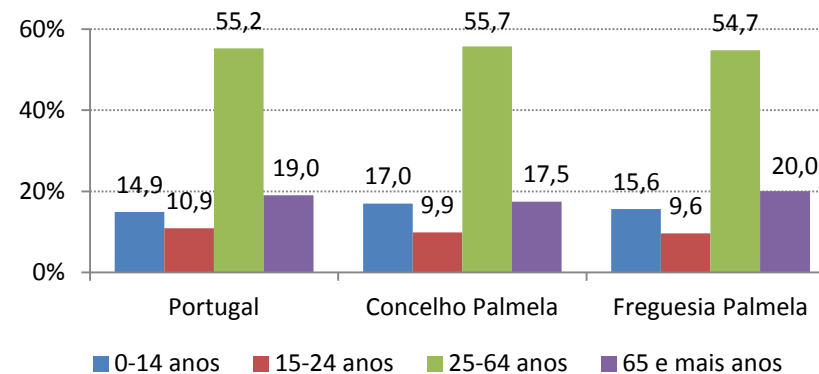


Gráfico 5. Pirâmide etária da freguesia de Palmela (1991)

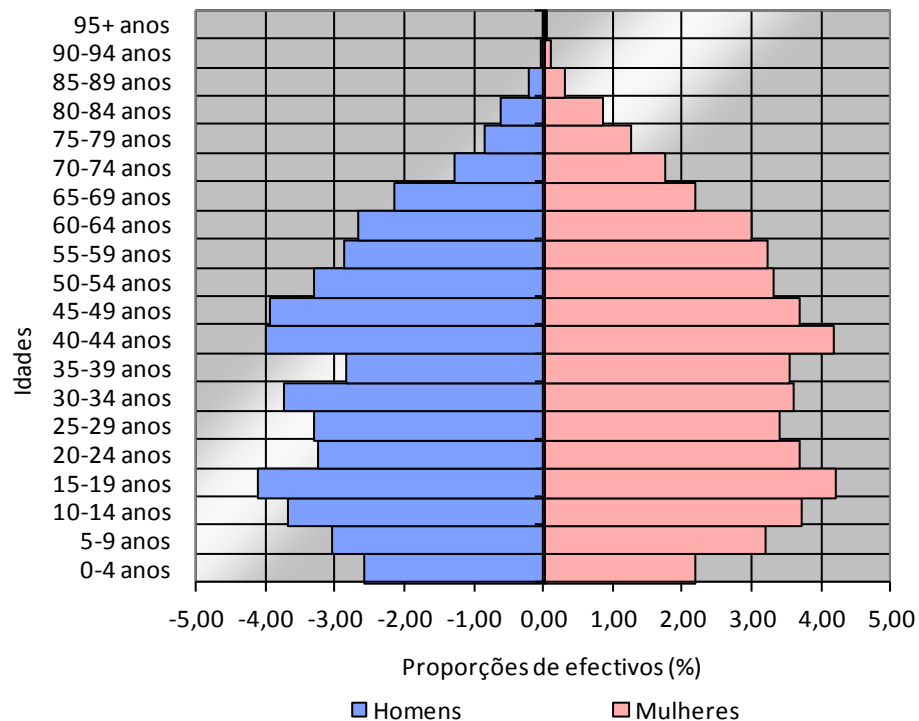
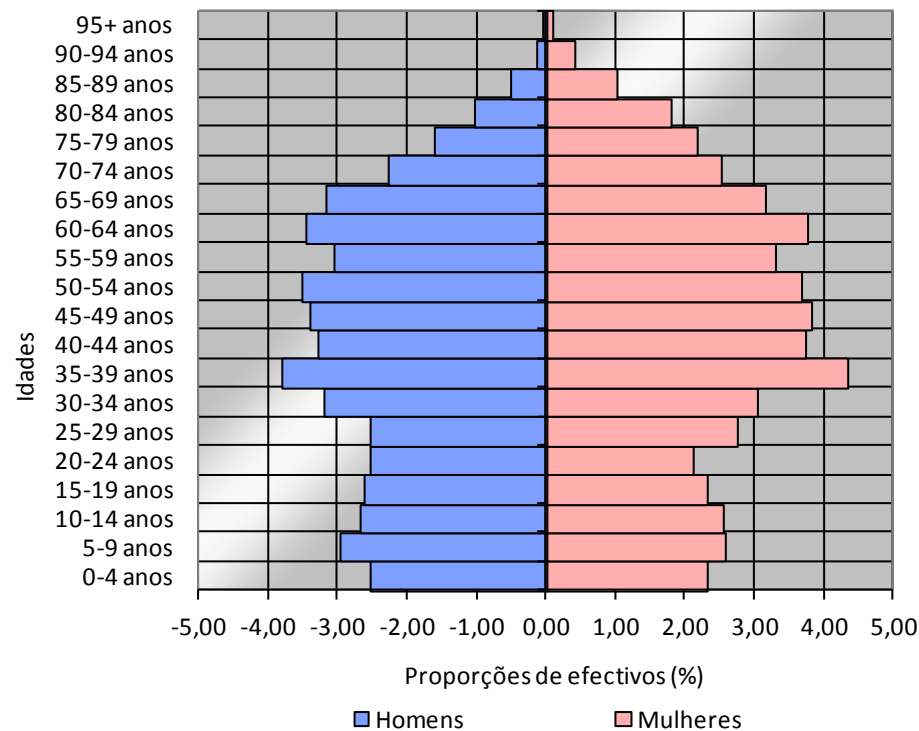


Gráfico 6. Pirâmide etária da freguesia de Palmela (2011)

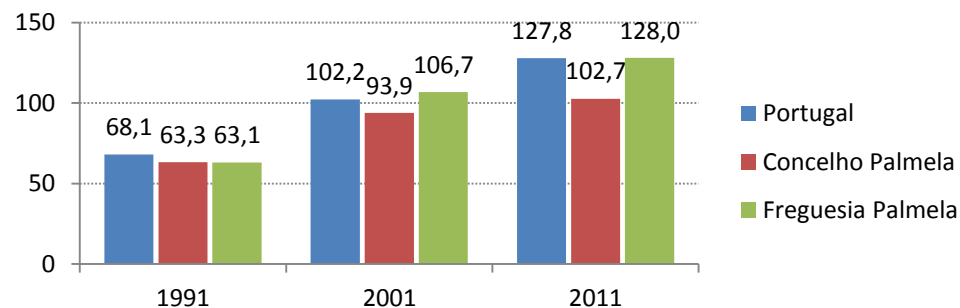


Quadro 5. Índice de envelhecimento¹

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	68,1	102,2	127,8	+59,7
Concelho Palmela	63,3	93,9	102,7	+39,4
Freguesia Palmela	63,1	106,7	128,0	+64,9

Fonte: INE, Censos

Gráfico 7. Índice de envelhecimento

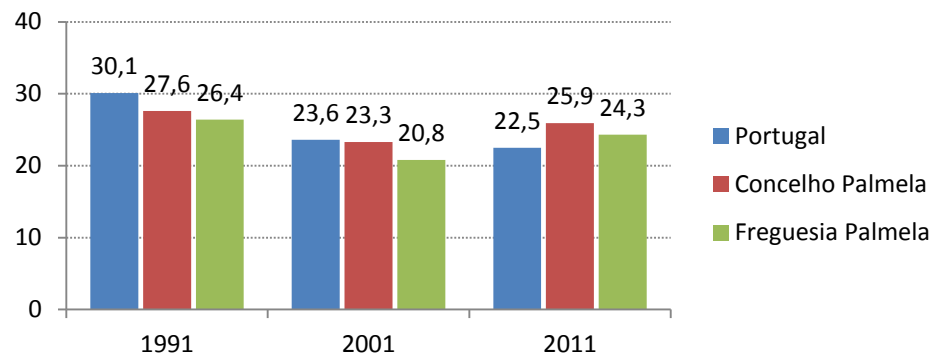


Quadro 6. Índice de dependência de jovens²

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	30,1	23,6	22,5	-7,6
Concelho Palmela	27,6	23,3	25,9	-1,7
Freguesia Palmela	26,4	20,8	24,3	-2,1

Fonte: INE, Censos

Gráfico 8. Índice de dependência de jovens



¹ Índice de envelhecimento: quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

² Índice de dependência de jovens: quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Quadro 7. Índice de dependência de idosos³

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	20,5	24,1	28,8	+8,3
Concelho Palmela	17,5	21,9	26,6	+9,1
Freguesia Palmela	16,6	22,2	31,1	+14,5

Fonte: INE, Censos

Quadro 8. Índice de dependência total⁴

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	50,6	47,8	51,3	+0,7
Concelho Palmela	45,1	45,2	52,6	+7,5
Freguesia Palmela	43,0	43,1	55,5	+12,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 9. Índice de dependência de idosos

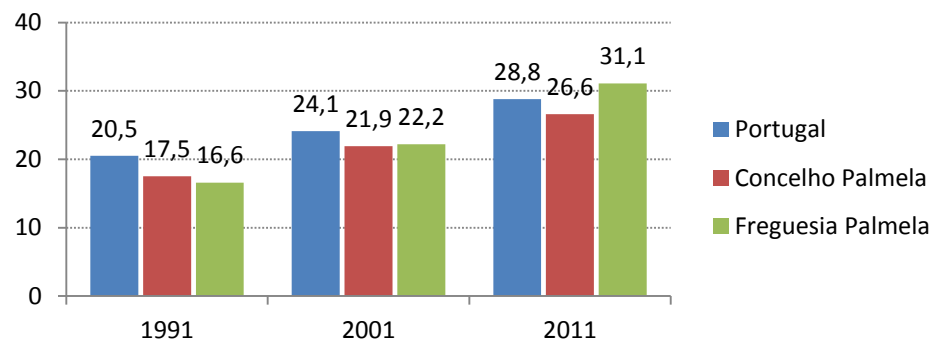
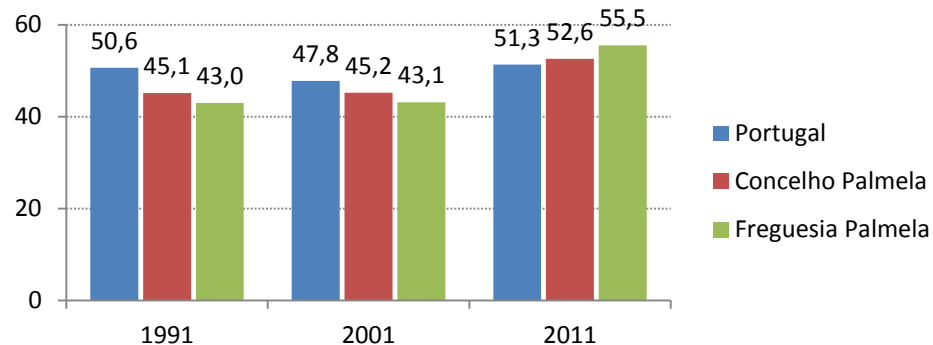


Gráfico 10. Índice de dependência total



³ Índice de dependência de idosos: quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

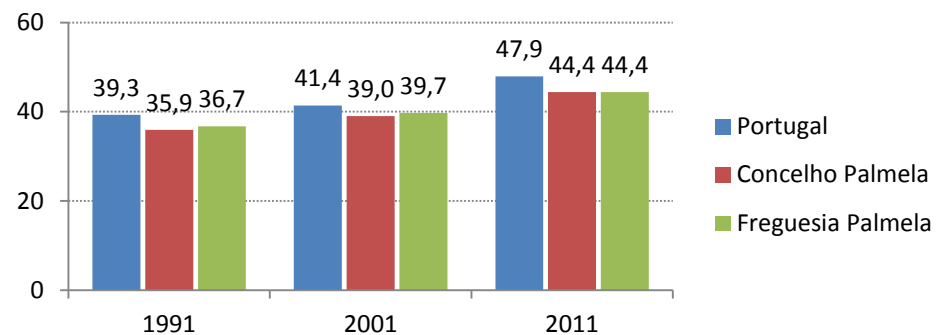
⁴ Índice de dependência total: quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos, e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Quadro 9. Índice de longevidade⁵

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	39,3	41,4	47,9	+8,6
Concelho Palmela	35,9	39,0	44,4	+8,5
Freguesia Palmela	36,7	39,7	44,4	+7,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 11. Índice de longevidade



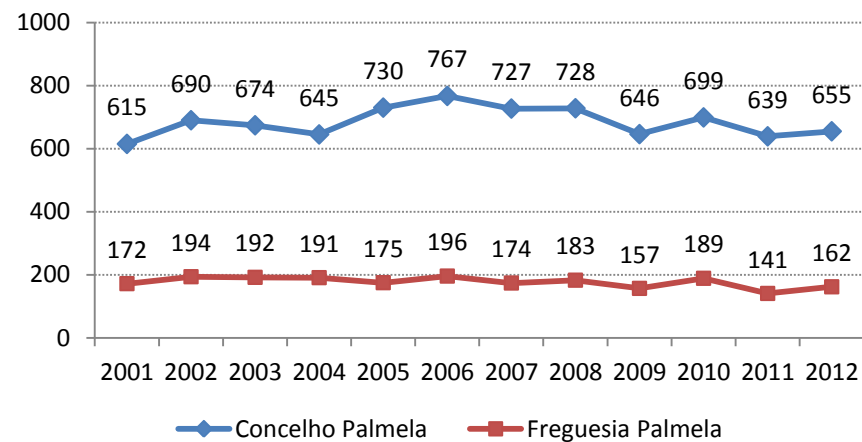
⁵ Índice de longevidade: relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos).

Quadro 10. Nados-vivos por local de residência da mãe

	Portugal	Concelho Palmela	Freguesia Palmela
2001	112.774	615	172
2002	114.383	690	194
2003	112.515	674	192
2004	109.298	645	191
2005	109.399	730	175
2006	105.449	767	196
2007	102.492	727	174
2008	104.594	728	183
2009	99.491	646	157
2010	101.381	699	189
2011	96.856	639	141
2012	89.841	655	162

Fonte: INE, Nados-Vivos

Gráfico 12. Nados-vivos por local de residência da mãe



Quadro 11. Famílias clássicas por dimensão

		1991	2001	2011	Varição (%)
Portugal	1 pessoa	435.863	631.762	866.827	+98,9
	2 pessoas	797.753	1.036.312	1.277.558	+60,1
	3 pessoas	748.094	918.735	965.781	+29,1
	4+ pessoas	1.165.576	1.063.948	933.560	-19,9
Concelho Palmela	1 pessoa	1.637	2.743	4.361	+166,4
	2 pessoas	3.947	5.862	7.765	+96,7
	3 pessoas	4.107	5.264	6.137	+49,4
	4+ pessoas	4.834	5.090	5.414	+12,0
Freguesia Palmela	1 pessoa	537	812	1.151	+114,3
	2 pessoas	1.229	1.757	2.206	+79,5
	3 pessoas	1.691	1.559	1.687	-0,2
	4+ pessoas	1.128	1.554	1.469	+30,2

Fonte: INE, Censos

Quadro 12. Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	7,7	8,8	10,1	+2,4
Concelho Palmela	5,9	7,0	8,2	+2,3
Freguesia Palmela	6,1	7,4	8,7	+2,6

Fonte: INE, Censos

Gráfico 13. Famílias clássicas da freguesia de Palmela por dimensão (%)

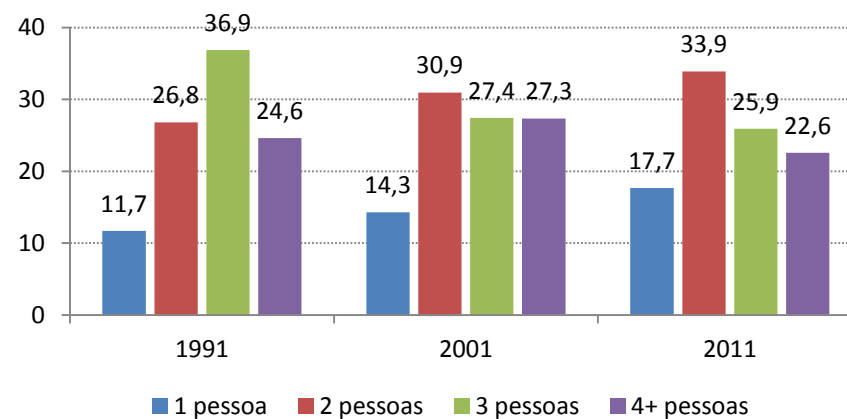
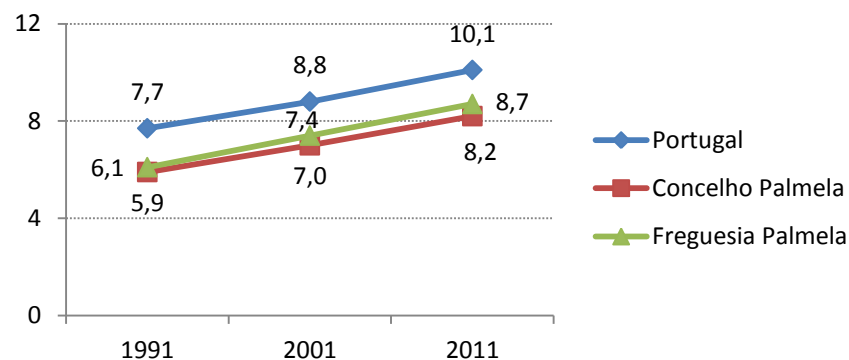


Gráfico 14. Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)

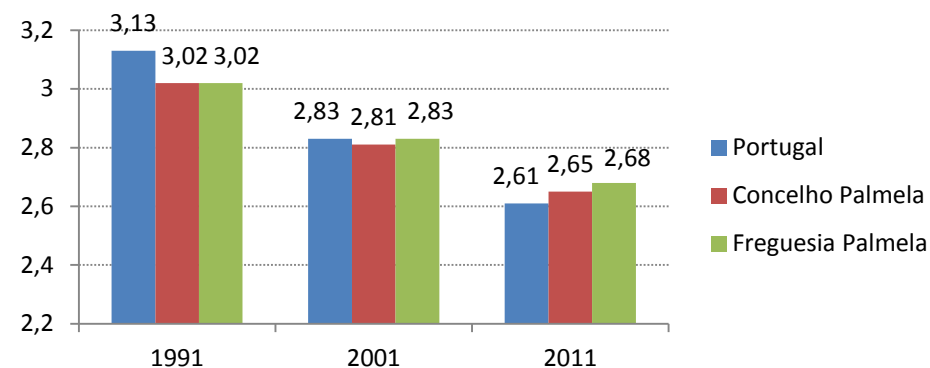


Quadro 13. Dimensão média das famílias

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	3,13	2,83	2,61	-0,52
Concelho Palmela	3,02	2,81	2,65	-0,37
Freguesia Palmela	3,02	2,83	2,68	-0,34

Fonte: INE, Censos

Gráfico 15. Dimensão média das famílias

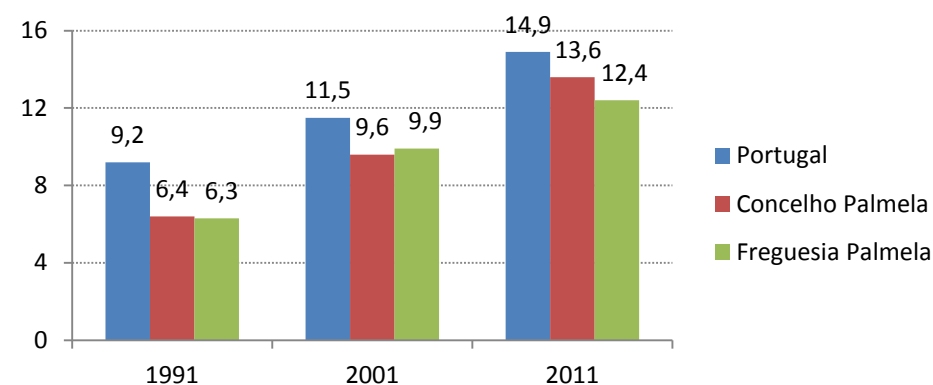


Quadro 14. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	9,2	11,5	14,9	+5,7
Concelho Palmela	6,4	9,6	13,6	+7,2
Freguesia Palmela	6,3	9,9	12,4	+6,1

Fonte: INE, Censos

Gráfico 16. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)



Educação e Trabalho

Quadro 15. Taxa de analfabetismo

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	11,0	9,0	5,2	-5,8
Concelho Palmela	15,0	10,8	5,8	-9,2
Freguesia Palmela	12,2	9,5	5,2	-7,0

Fonte: INE, Censos

Quadro 16. Taxa de analfabetismo por sexo (2011)

	Homens	Mulheres	Total
Portugal	3,52	6,77	5,23
Concelho Palmela	3,55	7,82	5,77
Freguesia Palmela	3,17	7,02	5,18

Fonte: INE, Censos

Gráfico 17. Taxa de analfabetismo

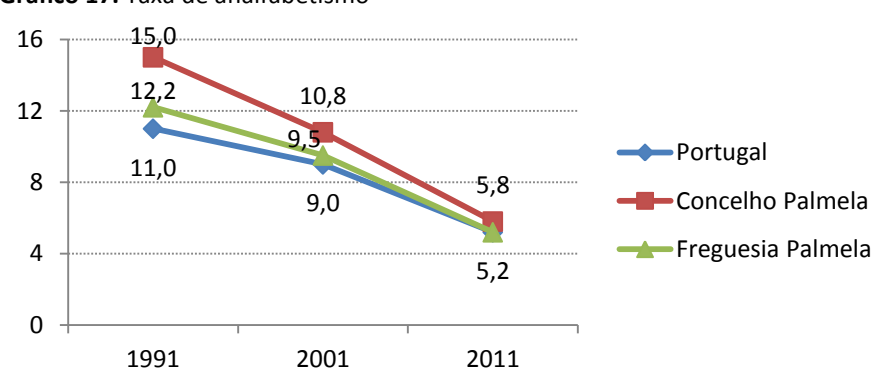
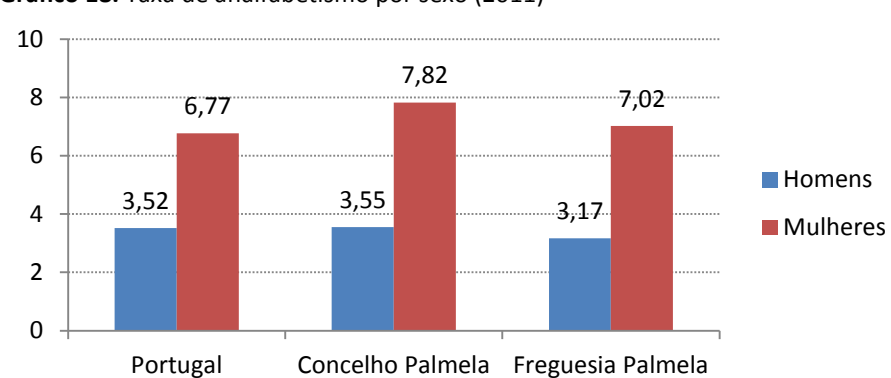


Gráfico 18. Taxa de analfabetismo por sexo (2011)



Quadro 17. Proporção da população residente com ensino superior completo (%)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	4,1	8,6	15,1	+11,0
Concelho Palmela	1,9	7,2	14,7	+12,8
Freguesia Palmela	3,0	10,2	17,7	+14,7

Fonte: INE, Censos

Quadro 18. Proporção da população residente com ensino superior completo por sexo (%) (2011)

	Homens	Mulheres	Total
Portugal	12,8	17,2	15,1
Concelho Palmela	12,4	16,8	14,7
Freguesia Palmela	16,0	19,3	17,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 19. Proporção da população residente com ensino superior completo (%)

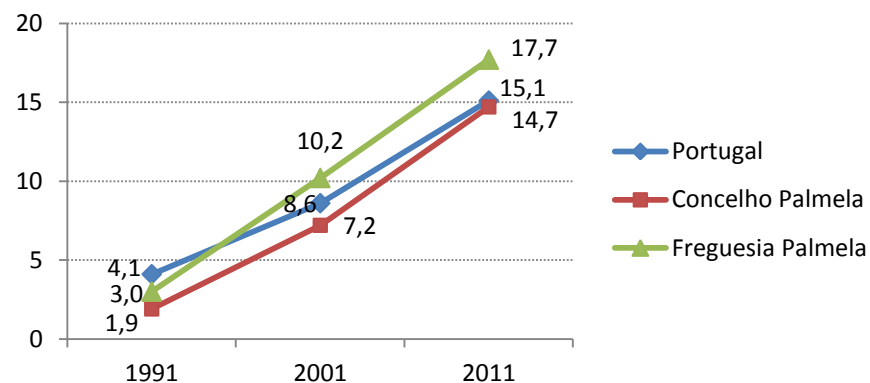
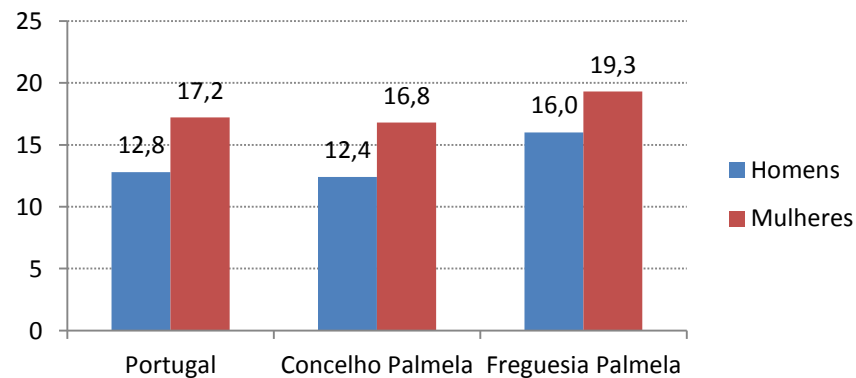


Gráfico 20. Proporção da população residente com ensino superior completo por sexo (%) (2011)

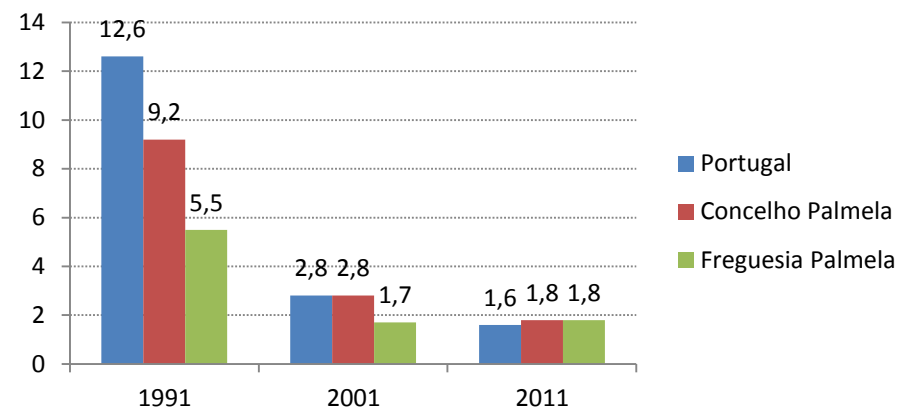


Quadro 19. Taxa de abandono escolar

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	12,6	2,8	1,6	-11,0
Concelho Palmela	9,2	2,8	1,8	-7,4
Freguesia Palmela	5,5	1,7	1,8	-3,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 21. Taxa de abandono escolar

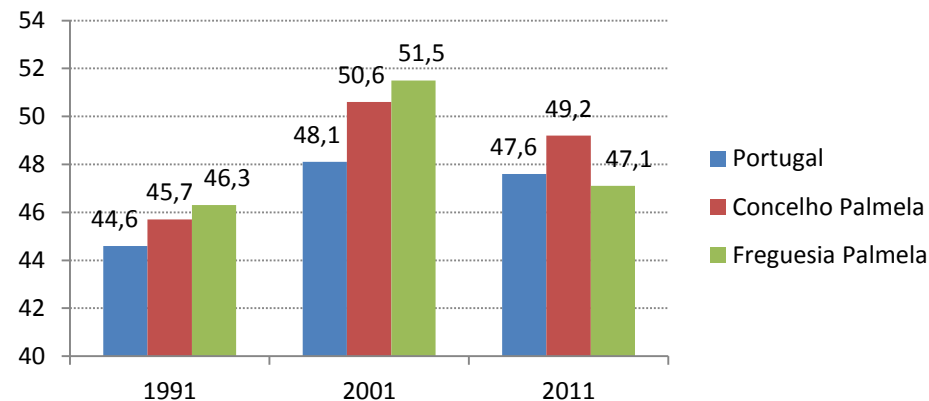


Quadro 20. Taxa de atividade da população residente

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	44,6	48,1	47,6	+3,0
Concelho Palmela	45,7	50,6	49,2	+3,5
Freguesia Palmela	46,3	51,5	47,1	+0,8

Fonte: INE, Censos

Gráfico 22. Taxa de atividade da população residente

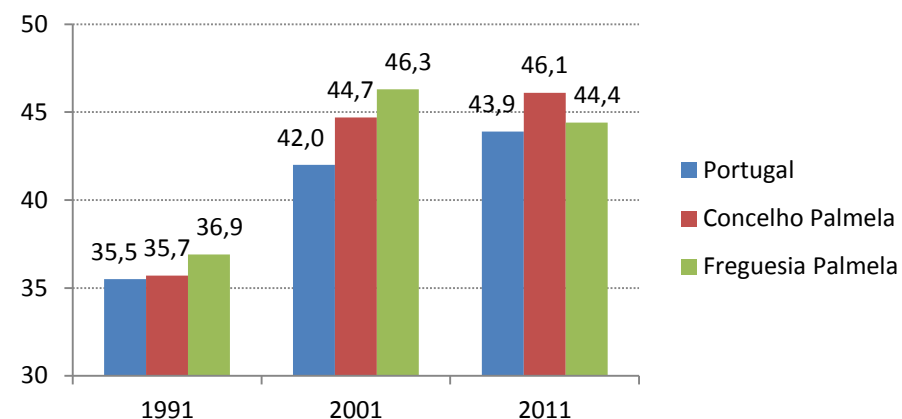


Quadro 21. Taxa de atividade feminina

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	35,5	42,0	43,9	+8,4
Concelho Palmela	35,7	44,7	46,1	+10,4
Freguesia Palmela	36,9	46,3	44,4	+7,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 23. Taxa de atividade feminina



Quadro 22. Índice de renovação da população em idade ativa⁶

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	136,2	143,0	94,3	-41,9
Concelho Palmela	121,3	133,4	91,4	-29,9
Freguesia Palmela	115,8	115,8	73,1	-42,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 24. Índice de renovação da população em idade ativa

⁶ Índice de renovação da população em idade ativa: relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos.

Quadro 23. População residente empregada (nº)

	1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	4.130.180	4.650.947	4.361.187	+5,6
Concelho Palmela	18.220	24.874	26.695	+46,5
Freguesia Palmela	5.834	7.633	7.202	+23,4

Fonte: INE, Censos

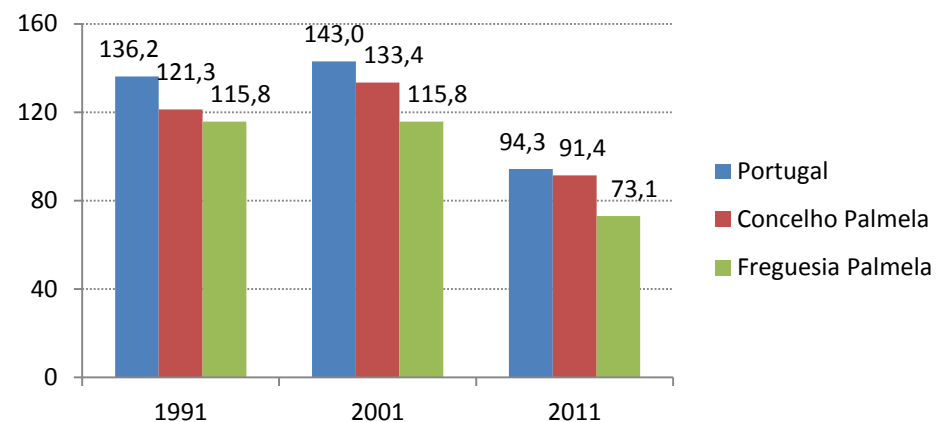
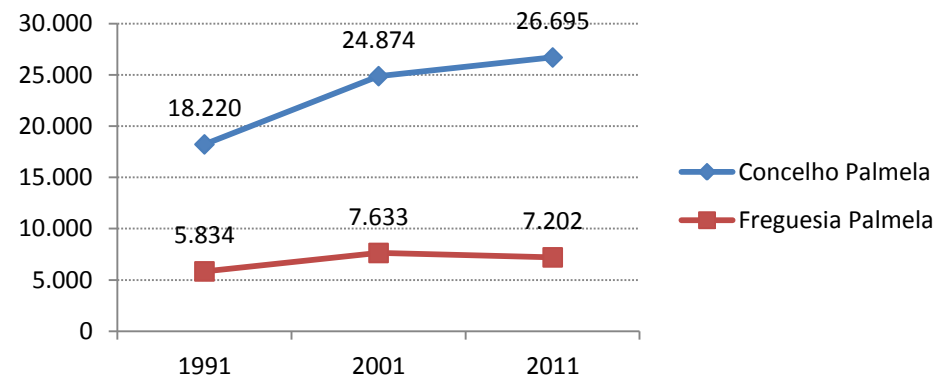


Gráfico 25. População residente empregada (nº)

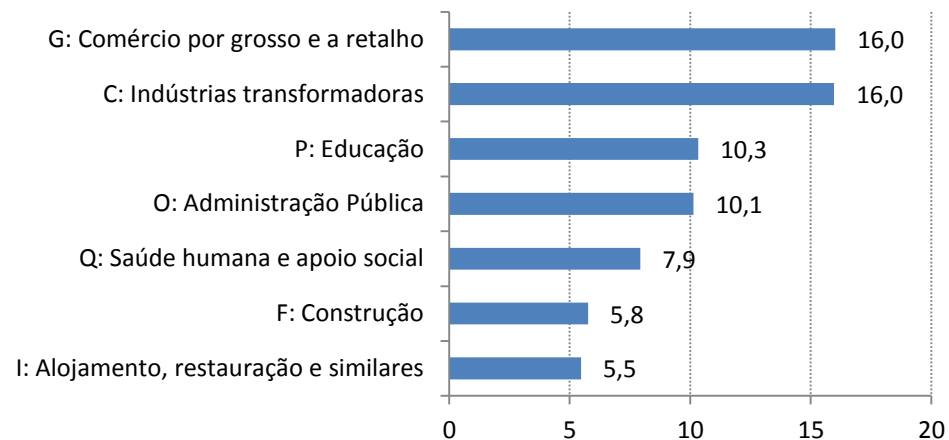


Quadro 24. População residente empregada por setor de atividade económica (%)

		2001	2011	Varição
Portugal	Sector primário	5,0	3,1	-1,9
	Sector secundário	35,1	26,5	-8,6
	Sector terciário (social)	25,5	28,8	+3,3
	Sector terciário (económico)	34,4	41,7	+7,3
Concelho Palmela	Sector primário	7,8	4,2	-3,6
	Sector secundário	34,2	24,1	-10,1
	Sector terciário (social)	23,4	28,5	+5,1
	Sector terciário (económico)	34,6	43,2	+8,6
Freguesia Palmela	Sector primário	4,8	2,4	-2,4
	Sector secundário	31,2	23,7	-7,5
	Sector terciário (social)	28,8	32,7	+3,9
	Sector terciário (económico)	35,2	41,2	+6,0

Fonte: INE, Censos

Gráfico 26. População residente na freguesia de Palmela, empregada por principais ramos de atividade económica da CAE Rev. 3 (%) (2011)

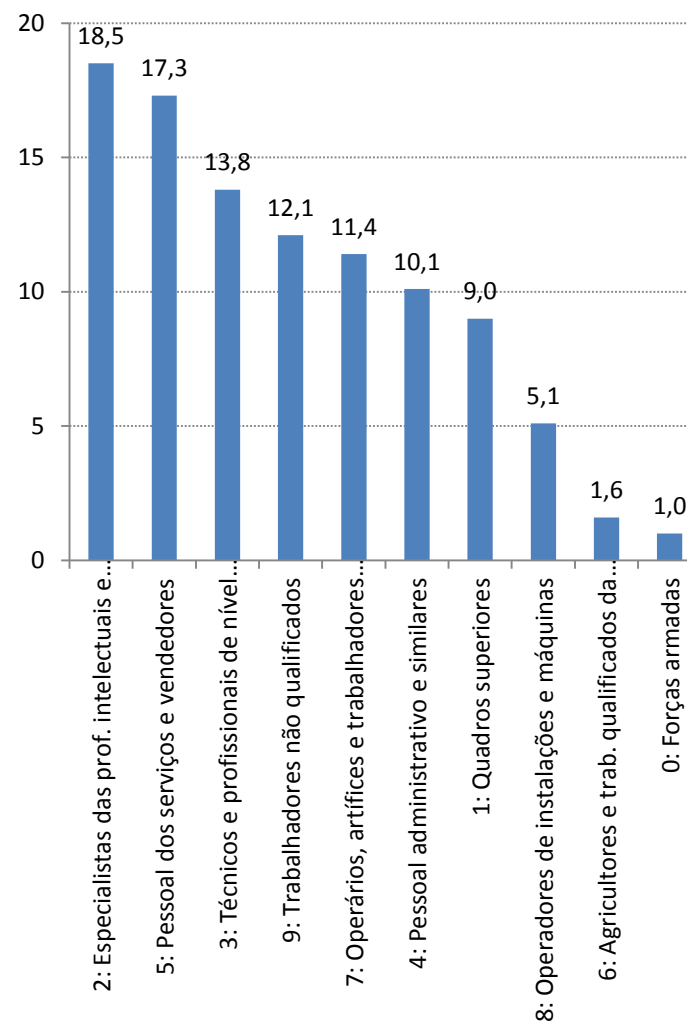


Quadro 25. População residente empregada por profissão (%)

		2001	2011	Varição
Portugal	0: Forças armadas	0,7	0,7	=
	1: Quadros superiores	7,0	7,4	+0,4
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	8,5	14,9	+6,4
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,5	11,0	+1,5
	4: Pessoal administrativo e similares	11,0	9,0	-2,0
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	14,2	19,7	+5,5
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	4,0	2,3	-1,7
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	21,5	15,7	-5,8
	8: Operadores de instalações e máquinas	8,6	6,1	-2,5
9: Trabalhadores não qualificados	15,0	13,1	-1,9	
Concelho Palmela	0: Forças armadas	1,3	1,5	+0,2
	1: Quadros superiores	7,3	7,5	+0,2
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	6,7	14,5	+7,8
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,7	13,1	+3,4
	4: Pessoal administrativo e similares	10,7	9,7	-1,0
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	13,3	18,5	+5,2
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	4,3	2,9	-1,4
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	19,7	12,4	-7,3
	8: Operadores de instalações e máquinas	9,1	6,3	-2,8
9: Trabalhadores não qualificados	17,9	13,6	-4,3	
Freguesia Palmela	0: Forças armadas	0,8	1,0	+0,2
	1: Quadros superiores	9,2	9,0	-0,2
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	10,1	18,5	+8,4
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	11,0	13,8	+2,8
	4: Pessoal administrativo e similares	12,1	10,1	-2,0
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	12,9	17,3	+4,4
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	2,7	1,6	-1,1
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	17,1	11,4	-5,7
	8: Operadores de instalações e máquinas	7,5	5,1	-2,4
9: Trabalhadores não qualificados	16,7	12,1	-4,6	

Fonte: INE, Censos

Gráfico 27. População residente na freguesia de Palmela, empregada por profissão (%) (2011)



Imigração e Deficiência

Quadro 26. População residente por nacionalidade (%)

		2001	2011	Variação (%)
Portugal	Portuguesa	10.001.074	9.956.911	-0,4
	Estrangeira	226.715	359.969	+58,8
	Dupla nacionalidade	127.253	244.745	+92,3
Concelho Palmela	Portuguesa	51.967	59.634	+14,8
	Estrangeira	844	2.004	+137,4
	Dupla nacionalidade	538	1.191	+121,4
Freguesia Palmela	Portuguesa	15.714	16.758	+6,6
	Estrangeira	231	418	+81,0
	Dupla nacionalidade	171	304	+77,8

Fonte: INE, Censos

Quadro 27. População estrangeira residente por nacionalidade (continente) (nº)

		2001	2011	Variação (%)
Portugal	Europa	72.355	131.019	+81,1
	África	103.271	96.418	-6,6
	América	44.334	110.769	+149,9
	Ásia e Oceânia	6.755	21.759	+222,1
Concelho Palmela	Europa	330	1.127	+241,5
	África	335	325	-3,0
	América	156	502	+221,8
	Ásia e Oceânia	23	50	+117,4
Freguesia Palmela	Europa	96	204	+112,5
	África	64	60	-6,3
	América	64	137	+114,1
	Ásia e Oceânia	7	17	+142,9

Fonte: INE, Censos

Gráfico 28. População residente por nacionalidade (%)

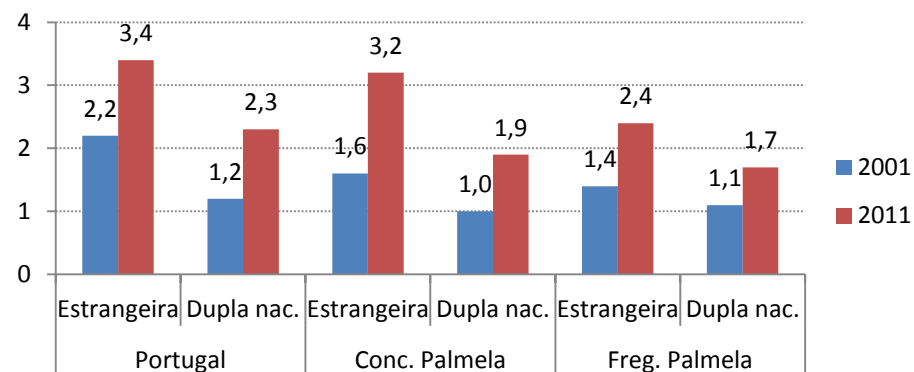
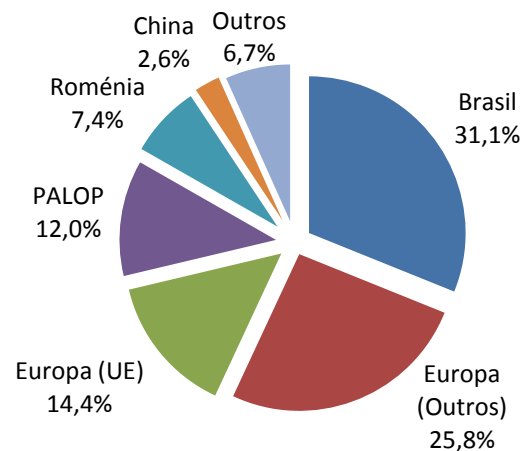


Gráfico 29. População estrangeira residente na freguesia de Palmela por nacionalidade (%) (2011)



Nota: na categoria Europa (Outros) incluem-se cidadãos da Moldávia e da Ucrânia.

Quadro 28. População residente com deficiência por grau de incapacidade atribuído (nº) (2001)

	Portugal	Concelho Palmela	Freguesia Palmela
Sem grau de deficiência atribuído	341.133	1.635	634
Inferior a 30%	56.103	339	122
Entre 30% e 59%	63.461	302	105
Entre 60% e 80%	101.518	486	168
Superior a 80%	73.844	334	106
Total	636.059	3.096	1.135

Fonte: INE, Censos

Quadro 29. População residente com deficiência por tipo de deficiência (nº) (2001)

	Portugal	Concelho Palmela	Freguesia Palmela
Auditiva	84.172	400	157
Visual	163.569	716	240
Motora	156.246	871	316
Mental	70.994	255	105
Paralisia cerebral	15.009	60	21
Outra deficiência	146.069	794	296
Total	636.059	3.096	1.135

Fonte: INE, Censos

Gráfico 30. População residente com deficiência por grau de incapacidade atribuído (%) (2001)

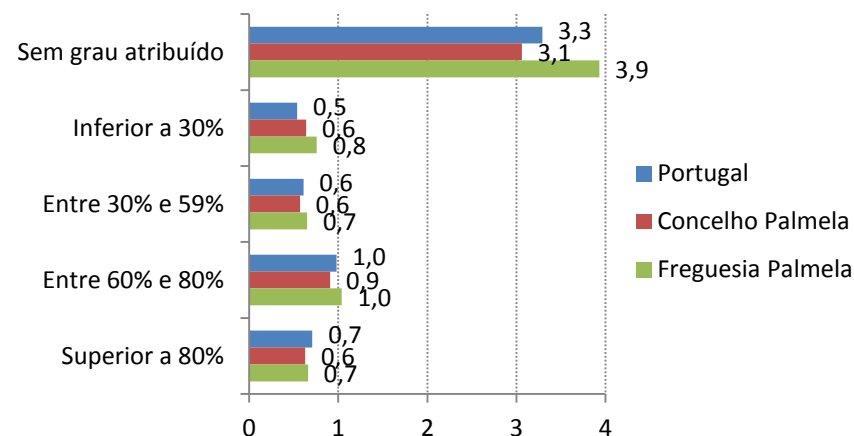
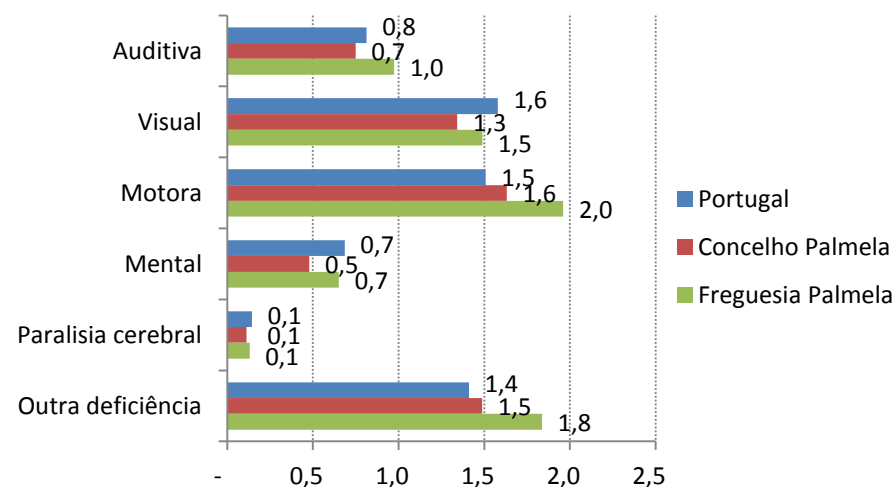


Gráfico 31. População residente com deficiência por tipo de deficiência (%) (2001)



Quadro 30. População residente com dificuldades por tipo e grau de dificuldade (nº) (2011)

		Portugal	Conc. Palmela	Freg. Palmela
Ver	Tem muita dificuldade	892.860	5.399	1.595
	Não consegue	27.659	165	52
Ouvir	Tem muita dificuldade	506.342	2.826	886
	Não consegue	26.860	170	44
Andar ou subir degraus	Tem muita dificuldade	875.129	5.132	1.500
	Não consegue	104.871	684	241
Memória ou concentração	Tem muita dificuldade	552.937	3.382	1.029
	Não consegue	102.440	698	224
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Tem muita dificuldade	323.451	1.853	574
	Não consegue	148.106	995	350
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Tem muita dificuldade	331.860	2.053	618
	Não consegue	68.029	421	132

Fonte: INE, Censos

Quadro 31. População residente com pelo menos uma dificuldade por número de dificuldades (nº) (2011)

	Portugal	Concelho Palmela	Freguesia Palmela
Pessoas com 1 dificuldade	821.298	4.847	1.374
Pessoas com 2 dificuldades	407.277	2.355	690
Pessoas com 3 dificuldades	224.595	1.273	384
Pessoas com 4 dificuldades	149.048	909	289
Pessoas com 5 dificuldades	88.291	542	169
Pessoas com 6 dificuldades	102.210	676	223
Total	1.792.719	10.602	3.129

Fonte: INE, Censos

Gráfico 32. População residente na freguesia de Palmela com dificuldades por tipo e grau de dificuldade (%) (2011)

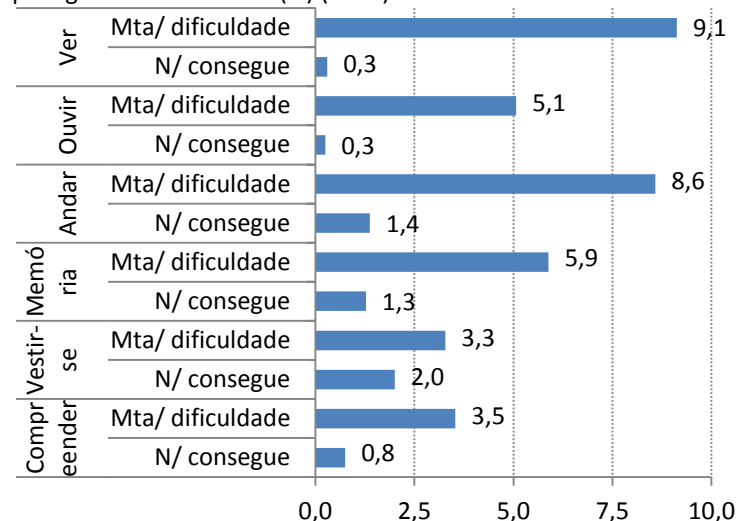
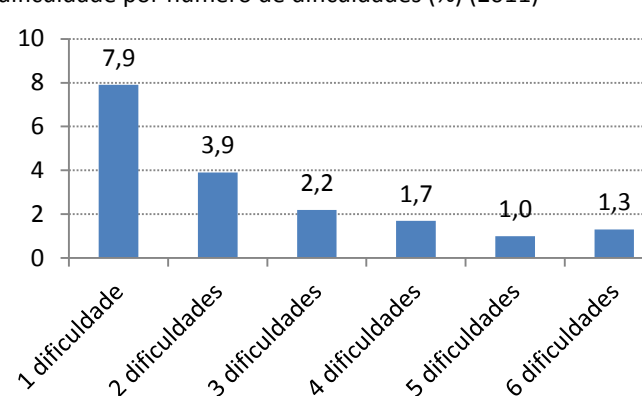


Gráfico 33. População residente na freguesia de Palmela com pelo menos uma dificuldade por número de dificuldades (%) (2011)



Equipamentos e Recursos Locais

Quadro 32. Rede de serviços e equipamentos sociais da freguesia de Palmela

Equipamento	Resposta Social	Instituição	Natureza jurídica
Intervenção Precoce de Palmela	Intervenção Precoce	APPACDM de Setúbal	Assoc. Solidariedade Social
Rouxinol	Centro de Atividades de Tempos Livres	Assoc. Solidariedade Social de Brejos do Assa - Rouxinol	Assoc. Solidariedade Social
Rouxinol	Creche	Assoc. Solidariedade Social de Brejos do Assa - Rouxinol	Assoc. Solidariedade Social
Centro de Convívio Associação dos Idosos de Palmela	Centro de Convívio	Associação dos Idosos de Palmela	Assoc. Solidariedade Social
Centro de Convívio Associação dos Idosos de Palmela	Centro de Dia	Associação dos Idosos de Palmela	Assoc. Solidariedade Social
Villa Maryah	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Aziz & Yasmin, Lda.	Entidade Lucrativa
Lar Santiago Martins	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Carlos António Silva, Acção Social para a 3ª Idade	Entidade Lucrativa
Casa de Repouso - O Refúgio Lda.	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Casa de Repouso - O Refúgio Lda.	Entidade Lucrativa
Villa Natura - Residência para Idosos Célia Rodrigues	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Célia Cesaltina Andrade Dias Rodrigues	Entidade Lucrativa
Porta Aberta	Centro de Acolhimento Temporário	Centro Social de Palmela	Assoc. Solidariedade Social
CAFAP COMVIDA - Centro de Apoio Familiar e Acons.	Centro de Apoio Familiar Acons. Parental	Centro Social de Palmela	Assoc. Solidariedade Social
CAPIJ - Centro de Animação Pedagógica Infante-Juvenil	Centro de Atividades de Tempos Livres	Centro Social de Palmela	Assoc. Solidariedade Social
A Árvore	Creche	Centro Social de Palmela	Assoc. Solidariedade Social
Fundação Robert Kalley	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	Fundação Robert Kalley	Fundação Solidariedade Social
LARPAL - Sociedade de Prestação de Serviços, Lda.	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	LARPAL - Sociedade de Prestação de Serviços, Lda.	Entidade Lucrativa
Casa de Repouso Maria Helena	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Maria Joaquina Silva Mestre Batista	Entidade Lucrativa
Casa de Repouso Lezita	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Mariana Antónia Garcia	Entidade Lucrativa
Algeruz Villas Residência Sénior	Centro de Dia	OBRIVENDA	Entidade Lucrativa
Algeruz Villas Residência Sénior	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	OBRIVENDA	Entidade Lucrativa
Algeruz Villas Residência Sénior	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	OBRIVENDA	Entidade Lucrativa
Questão de Equilíbrio - Lar de Infância e Juventude	Lar de Infância e Juventude	Questão de Equilíbrio - Assoc. Educação e Inserção Jovens	Assoc. Solidariedade Social
Santa Casa da Misericórdia de Palmela	Centro de Dia	Santa Casa da Misericórdia de Palmela	Irmandade da Misericórdia SCM
Lar de S. Pedro Santa Casa da Misericórdia de Palmela	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Santa Casa da Misericórdia de Palmela	Irmandade da Misericórdia SCM
Apartamento de Autonomia	Reinserção Social	Centro Jovem Tejo	Assoc. Solidariedade Social

Fonte: Carta Social, MEE-GEE (consultada em novembro de 2013)

Quadro 33. Capacidade instalada na freguesia de Palmela por área de intervenção e resposta social

Área de intervenção / resposta social	Capacidade
Infância e Juventude	416
Crianças e Jovens	246
Centro de Atividades de Tempos Livres	150
Creche	96
Crianças e Jovens com Deficiência	45
Intervenção Precoce	45
Crianças e Jovens em Situação de Perigo	125
Centro de Acolhimento Temporário	13
Centro de Apoio Familiar Acons. Parental	100
Lar de Infância e Juventude	12
População Adulta	667
Pessoas Idosas	667
Centro de Convívio	150
Centro de Dia	78
Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	331
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	108
Total	1083

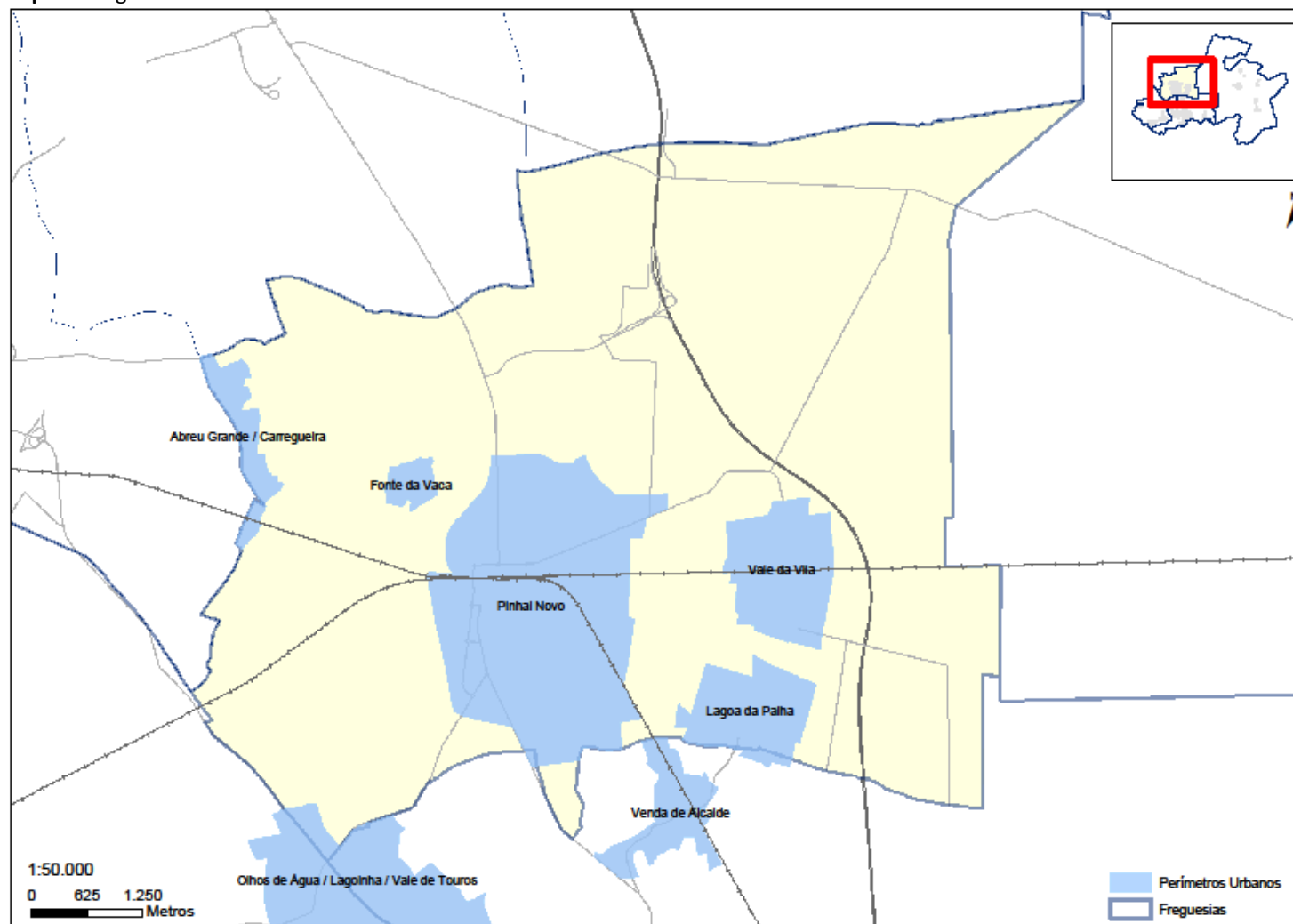
Fonte: Carta Social, MEE-GEE (consultada em novembro de 2013)

Quadro 34. Estabelecimentos de educação e ensino da freguesia de Palmela por tipo de rede

Rede	Estabelecimento de educação e ensino
Pública ⁷	EB1/ JI Joaquim José Carvalho
	EB1 n.º 2 de Palmela
	EB1/ JI de Aires
	EB1 n.º 1 de Brejos do Assa
	EB1 n.º 2 de Olhos de Água
	EB1/ CAIC Algeruz-Lau
	EB23 Hermenegildo Capelo
	Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de Palmela
Solidária	Centro Social de Palmela "A Árvore"
	Jardim Infantil "Rouxinol" da Assoc. Solidariedade Social de Brejos do Assa
Privada	Colégio Infantes de Portugal
	Jardim Infantil "O Espertalhão"
	Conservatório Regional de Palmela
	St. Peters's School
Fonte: BD Carta Educativa, CMP e Portal das Escolas, MEC (consultado em novembro de 2013)	

⁷ As escolas da rede pública da freguesia de Palmela estão integradas no Agrupamento Vertical de Escolas de Palmela.

Mapa 1. Freguesia de Pinhal Novo



Fonte: CMP, DRHO-SIG

Área – 54,4 km²

Fonte: DGT, CAOP 2013

População – 25.003 habitantes

Fonte: INE, Censos 2011

População e Famílias

Quadro 1. População residente

	1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	9.867.147	10.356.117	10.562.178	+7,0
Concelho Palmela	43.857	53.353	62.831	+43,3
Freguesia Pinhal Novo	15.353	20.993	25.003	+62,9

Fonte: INE, Censos

Quadro 2. Densidade populacional (nº hab./ km²)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	107,1	112,4	114,5	+7,4
Concelho Palmela	94,1	114,5	135,0	+40,9
Freguesia Pinhal Novo	275,9	377,2	459,1	+183,2

Fonte: INE, Censos

Gráfico 1. População residente

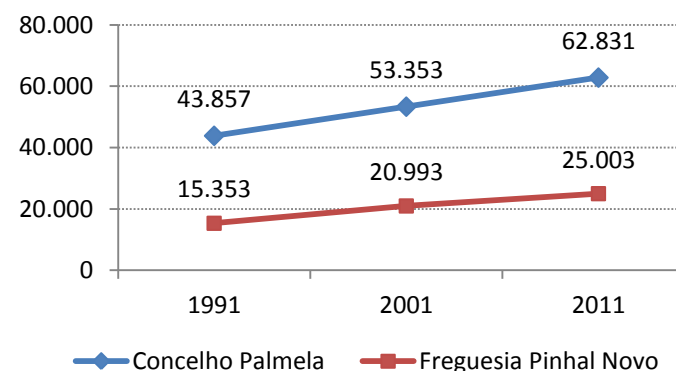
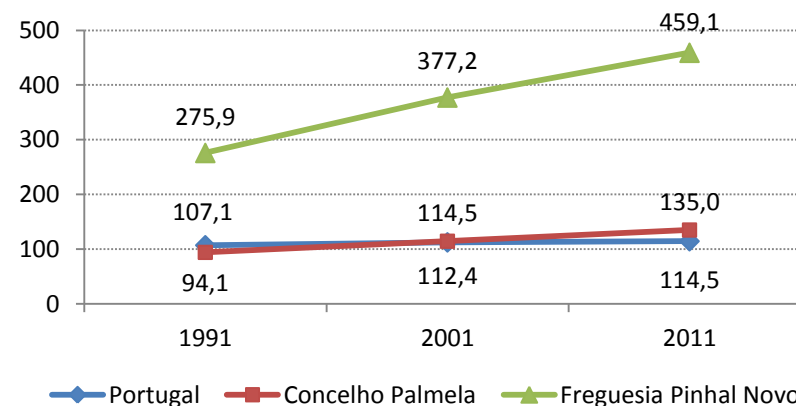


Gráfico 2. Densidade populacional (nº hab./ km²)

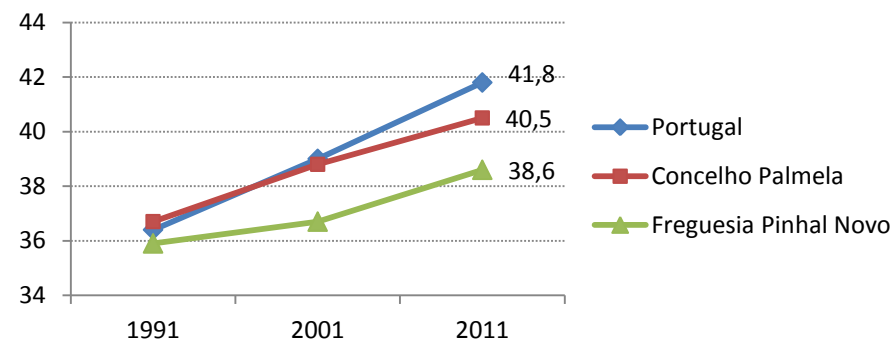


Quadro 3. Idade média (anos)

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	36,4	39,0	41,8	+5,4
Concelho Palmela	36,7	38,8	40,5	+3,8
Freguesia Pinhal Novo	35,9	36,7	38,6	+2,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 3. Idade média (anos)



Quadro 4. Estrutura etária

	1991	2001	2011	Varição (%)
Portugal	0-14 anos	1.972.403	1.572.329	-20,3
	15-24 anos	1.610.836	1.147.315	-28,8
	25-64 anos	4.941.164	5.832.470	+18,0
	65 e mais anos	1.342.744	2.010.064	+49,7
Concelho Palmela	0-14 anos	8.345	10.680	+28,0
	15-24 anos	6.618	6.205	-6,2
	25-64 anos	23.615	34.975	+48,1
	65 e mais anos	5.279	10.971	+107,8
Freguesia Pinhal Novo	0-14 anos	3.021	4.520	+49,6
	15-24 anos	2.271	2.575	+13,4
	25-64 anos	8.240	14.221	+72,6
	65 e mais anos	1.821	3.687	+102,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 4. Estrutura etária em 2011 (%)

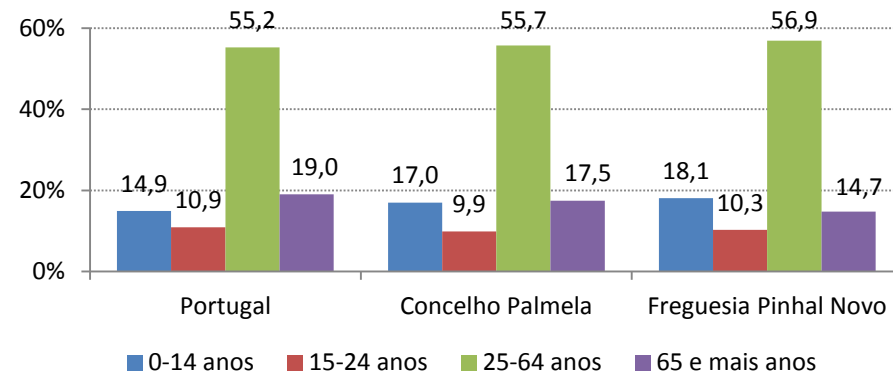


Gráfico 5. Pirâmide etária da freguesia de Pinhal Novo (1991)

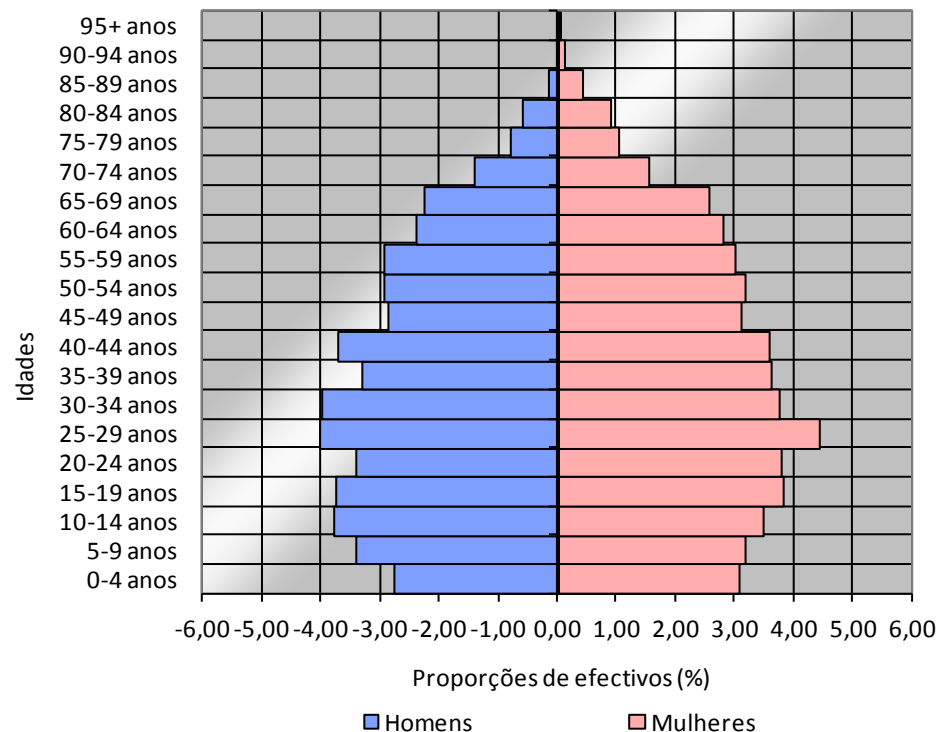
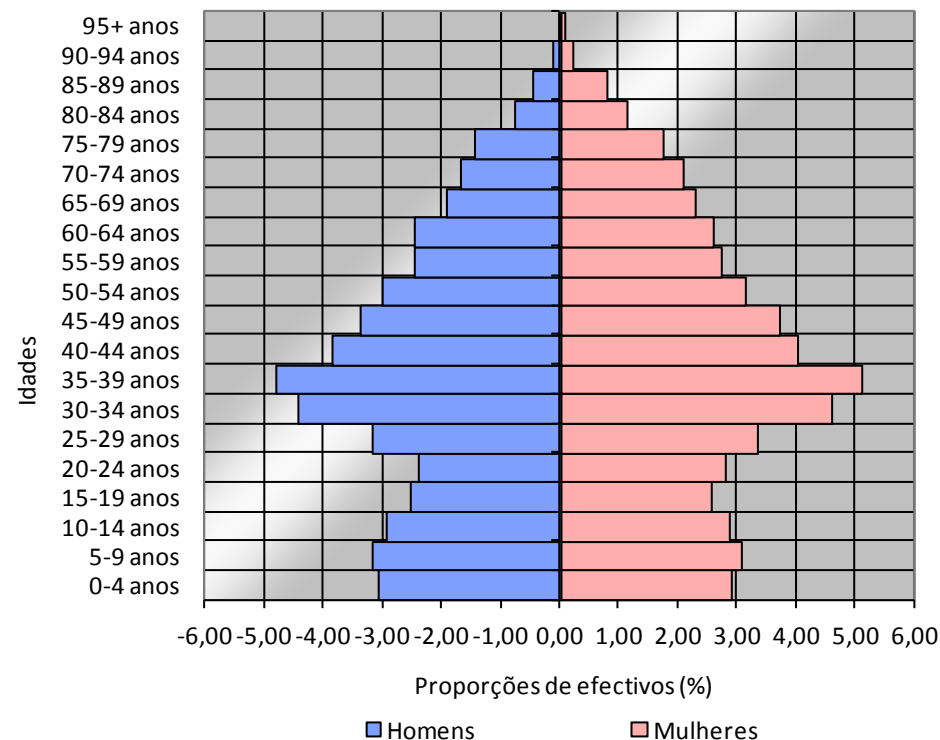


Gráfico 6. Pirâmide etária da freguesia de Pinhal Novo (2011)

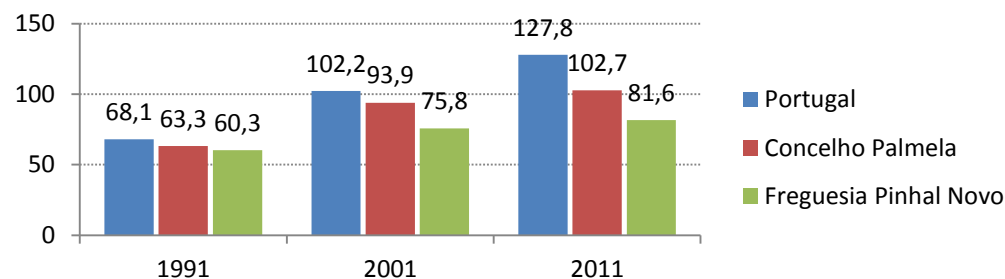


Quadro 5. Índice de envelhecimento¹

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	68,1	102,2	127,8	+59,7
Concelho Palmela	63,3	93,9	102,7	+39,4
Freguesia Pinhal Novo	60,3	75,8	81,6	+21,3

Fonte: INE, Censos

Gráfico 7. Índice de envelhecimento

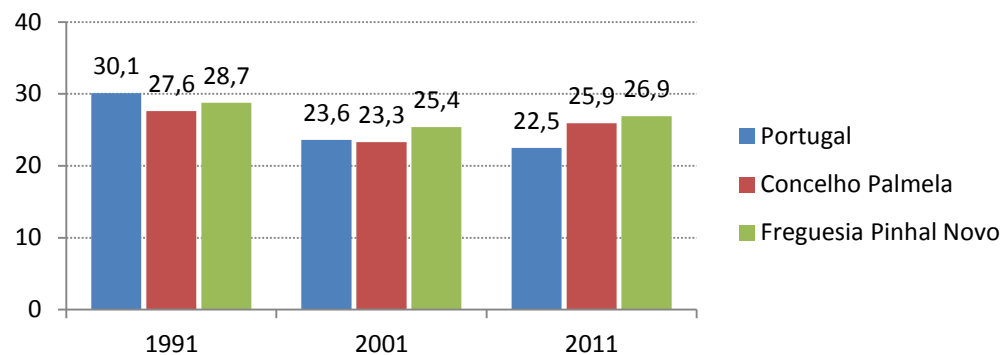


Quadro 6. Índice de dependência de jovens²

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	30,1	23,6	22,5	-7,6
Concelho Palmela	27,6	23,3	25,9	-1,7
Freguesia Pinhal Novo	28,7	25,4	26,9	-1,8

Fonte: INE, Censos

Gráfico 8. Índice de dependência de jovens



¹ Índice de envelhecimento: quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

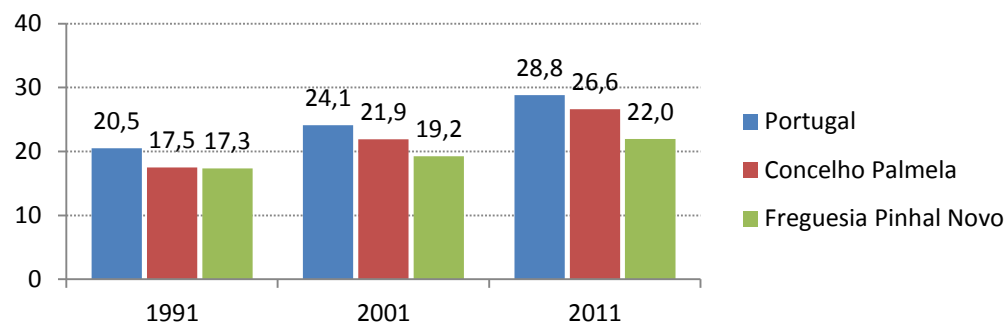
² Índice de dependência de jovens: quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Quadro 7. Índice de dependência de idosos³

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	20,5	24,1	28,8	+8,3
Concelho Palmela	17,5	21,9	26,6	+9,1
Freguesia Pinhal Novo	17,3	19,2	22,0	+4,6

Fonte: INE, Censos

Gráfico 9. Índice de dependência de idosos

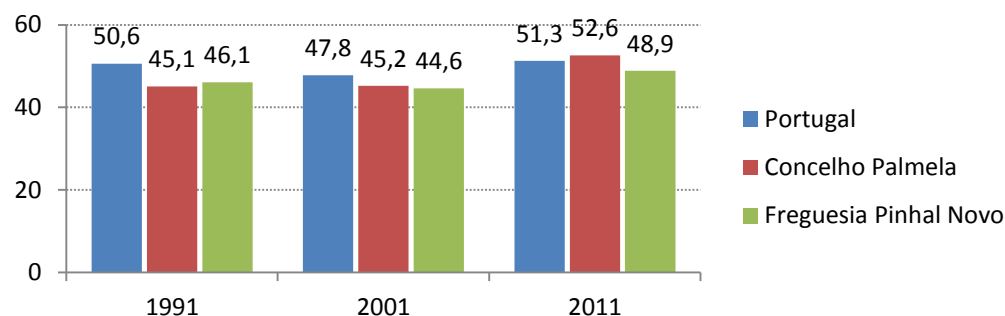


Quadro 8. Índice de dependência total⁴

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	50,6	47,8	51,3	+0,7
Concelho Palmela	45,1	45,2	52,6	+7,5
Freguesia Pinhal Novo	46,1	44,6	48,9	+2,8

Fonte: INE, Censos

Gráfico 10. Índice de dependência total



³ Índice de dependência de idosos: quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

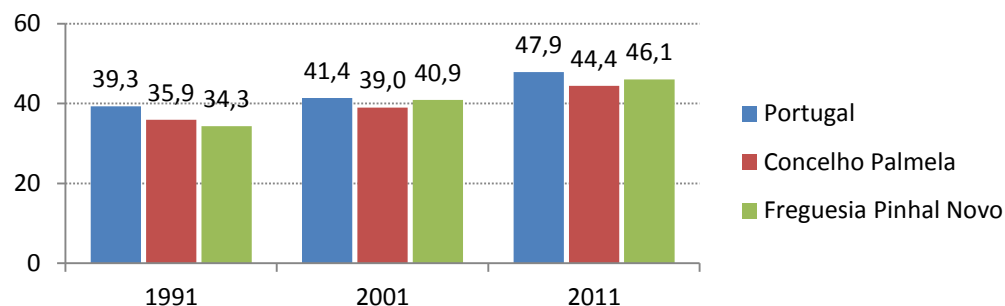
⁴ Índice de dependência total: quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos, e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Quadro 9. Índice de longevidade⁵

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	39,3	41,4	47,9	+8,6
Concelho Palmela	35,9	39,0	44,4	+8,5
Freguesia Pinhal Novo	34,3	40,9	46,1	+11,8

Fonte: INE, Censos

Gráfico 11. Índice de longevidade

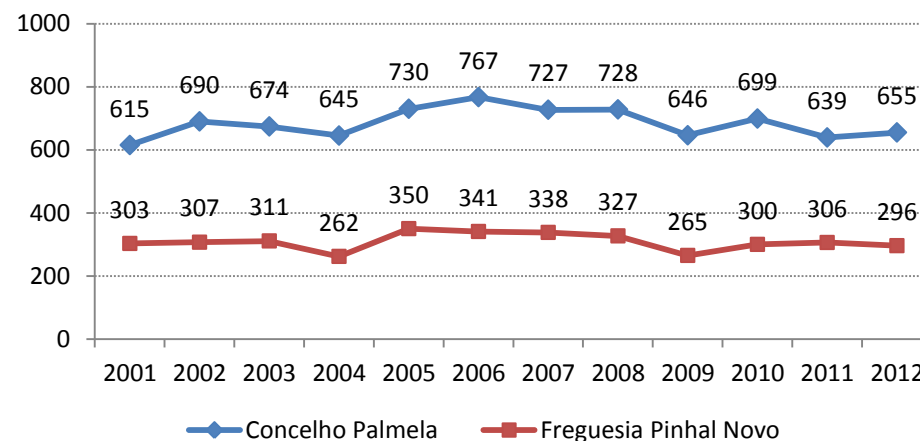


Quadro 10. Nados-vivos por local de residência da mãe

	Portugal	Concelho Palmela	Freguesia Pinhal Novo
2001	112.774	615	303
2002	114.383	690	307
2003	112.515	674	311
2004	109.298	645	262
2005	109.399	730	350
2006	105.449	767	341
2007	102.492	727	338
2008	104.594	728	327
2009	99.491	646	265
2010	101.381	699	300
2011	96.856	639	306
2012	89.841	655	296

Fonte: INE, Nados-Vivos

Gráfico 12. Nados-vivos por local de residência da mãe



⁵ Índice de longevidade: relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos).

Quadro 11. Famílias clássicas por dimensão

		1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	1 pessoa	435.863	631.762	866.827	+98,9
	2 pessoas	797.753	1.036.312	1.277.558	+60,1
	3 pessoas	748.094	918.735	965.781	+29,1
	4+ pessoas	1.165.576	1.063.948	933.560	-19,9
Concelho Palmela	1 pessoa	1.637	2.743	4.361	+166,4
	2 pessoas	3.947	5.862	7.765	+96,7
	3 pessoas	4.107	5.264	6.137	+49,4
	4+ pessoas	4.834	5.090	5.414	+12,0
Freguesia Pinhal Novo	1 pessoa	555	1.090	1.831	+229,9
	2 pessoas	1.391	2.187	2.974	+113,8
	3 pessoas	1.896	2.239	2.611	+37,7
	4+ pessoas	1.270	1.959	2.099	+65,3

Fonte: INE, Censos

Quadro 12. Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	7,7	8,8	10,1	+2,4
Concelho Palmela	5,9	7,0	8,2	+2,3
Freguesia Pinhal Novo	5,5	5,9	7,5	+2,0

Fonte: INE, Censos

Gráfico 13. Famílias clássicas da freguesia de Pinhal Novo por dimensão (%)

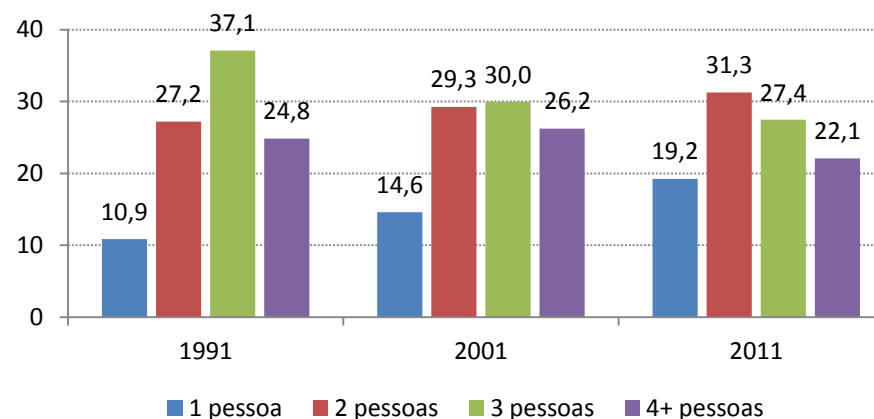
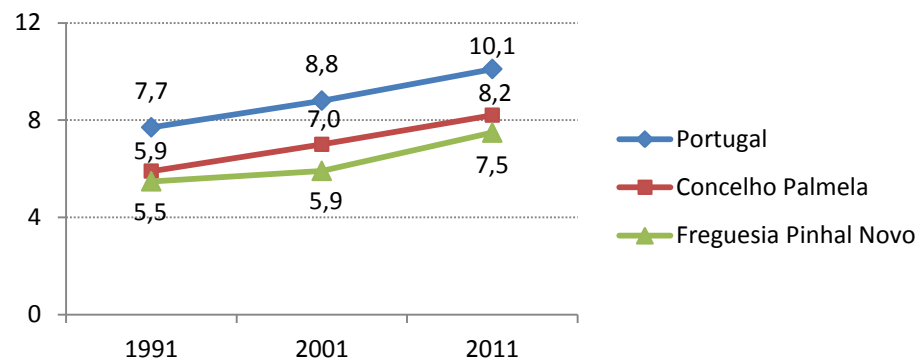


Gráfico 14. Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)

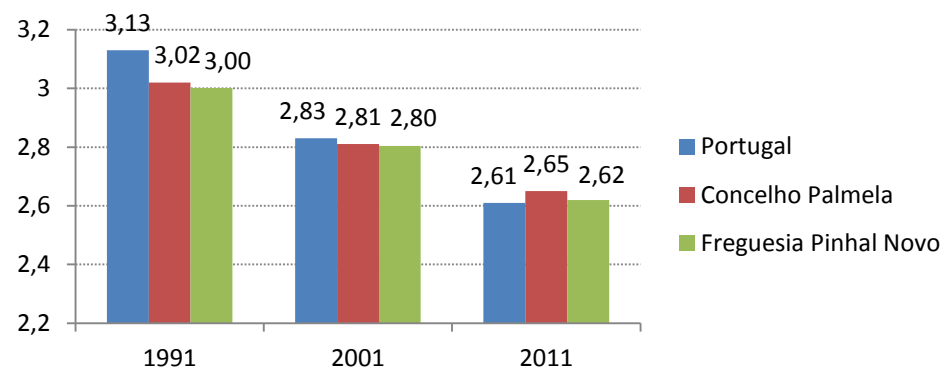


Quadro 13. Dimensão média das famílias

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	3,13	2,83	2,61	-0,52
Concelho Palmela	3,02	2,81	2,65	-0,37
Freguesia Pinhal Novo	3,00	2,80	2,62	-0,38

Fonte: INE, Censos

Gráfico 15. Dimensão média das famílias

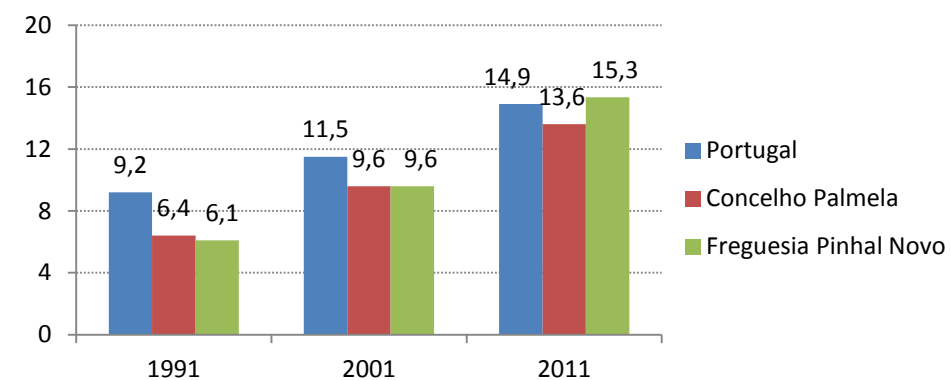


Quadro 14. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	9,2	11,5	14,9	+5,7
Concelho Palmela	6,4	9,6	13,6	+7,2
Freguesia Pinhal Novo	6,1	9,6	15,3	+9,3

Fonte: INE, Censos

Gráfico 16. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)



Educação e Trabalho

Quadro 15. Taxa de analfabetismo

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	11,0	9,0	5,2	-5,8
Concelho Palmela	15,0	10,8	5,8	-9,2
Freguesia Pinhal Novo	12,6	8,2	4,6	-8,0

Fonte: INE, Censos

Quadro 16. Taxa de analfabetismo por sexo (2011)

	Homens	Mulheres	Total
Portugal	3,52	6,77	5,23
Concelho Palmela	3,55	7,82	5,77
Freguesia Pinhal Novo	2,67	6,28	4,56

Fonte: INE, Censos

Gráfico 17. Taxa de analfabetismo

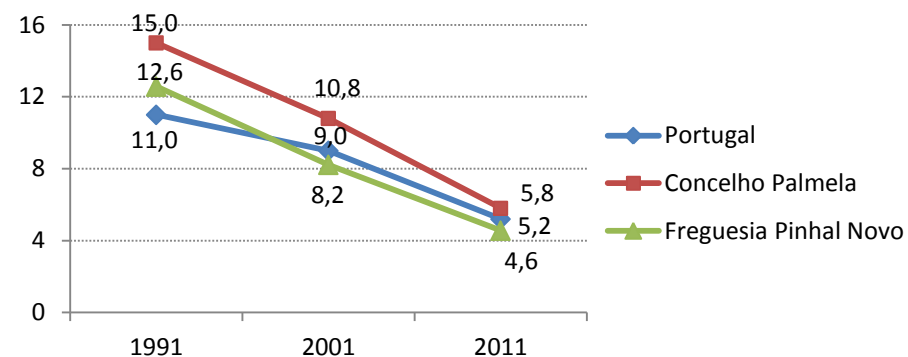
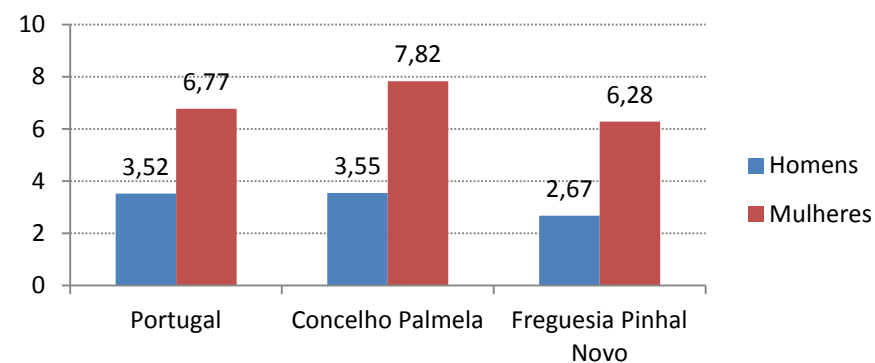


Gráfico 18. Taxa de analfabetismo por sexo (2011)



Quadro 17. Proporção da população residente com ensino superior completo (%)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	4,1	8,6	15,1	+11,0
Concelho Palmela	1,9	7,2	14,7	+12,8
Freguesia Pinhal Novo	1,8	6,4	13,5	+11,6

Fonte: INE, Censos

Quadro 18. Proporção da população residente com ensino superior completo por sexo (%) (2011)

	Homens	Mulheres	Total
Portugal	12,8	17,2	15,1
Concelho Palmela	12,4	16,8	14,7
Freguesia Pinhal Novo	10,7	15,9	13,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 19. Proporção da população residente com ensino superior completo (%)

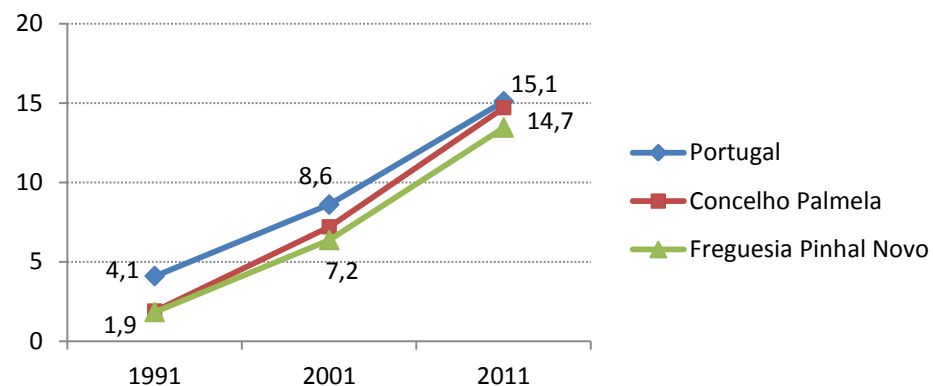
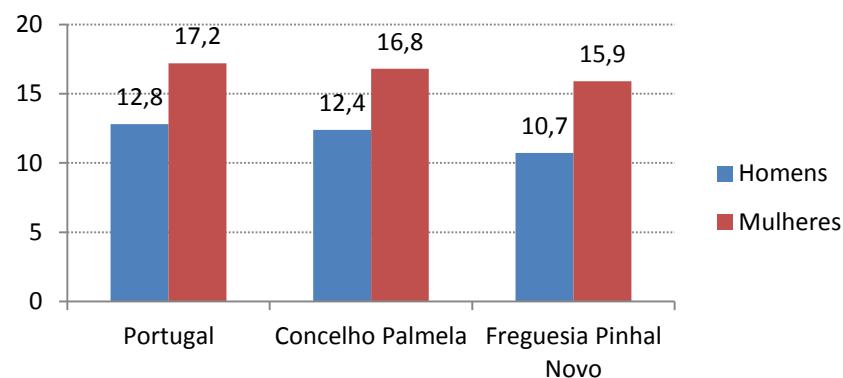


Gráfico 20. Proporção da população residente com ensino superior completo por sexo (%) (2011)

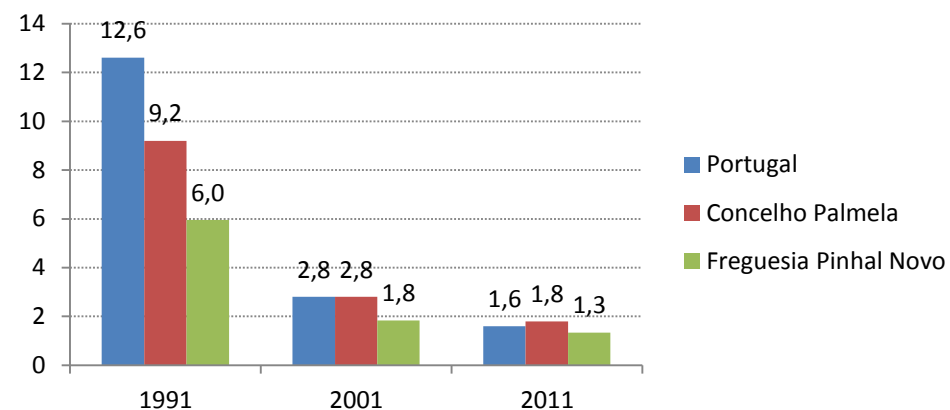


Quadro 19. Taxa de abandono escolar

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	12,6	2,8	1,6	-11,0
Concelho Palmela	9,2	2,8	1,8	-7,4
Freguesia Pinhal Novo	6,0	1,8	1,3	-4,6

Fonte: INE, Censos

Gráfico 21. Taxa de abandono escolar

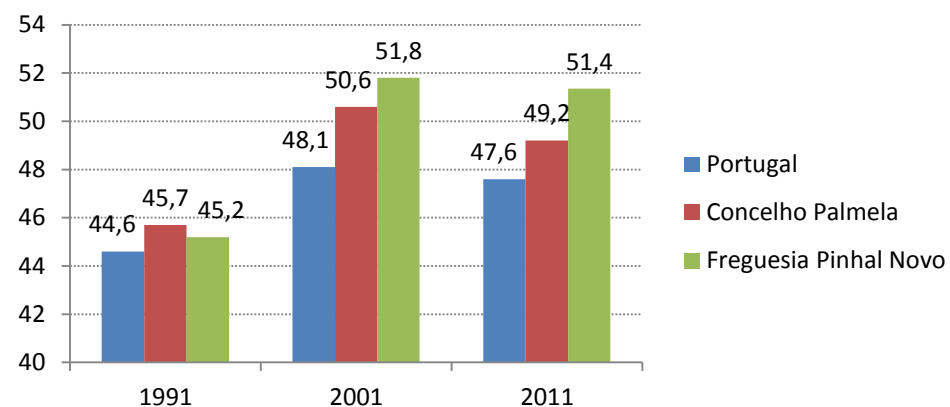


Quadro 20. Taxa de atividade da população residente

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	44,6	48,1	47,6	+3,0
Concelho Palmela	45,7	50,6	49,2	+3,5
Freguesia Pinhal Novo	45,2	51,8	51,4	+6,2

Fonte: INE, Censos

Gráfico 22. Taxa de atividade da população residente

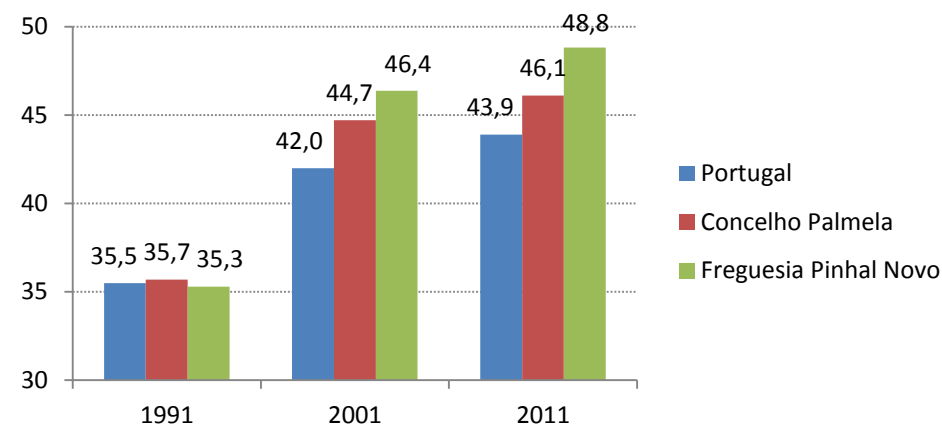


Quadro 21. Taxa de atividade feminina

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	35,5	42,0	43,9	+8,4
Concelho Palmela	35,7	44,7	46,1	+10,4
Freguesia Pinhal Novo	35,3	46,4	48,8	+13,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 23. Taxa de atividade feminina

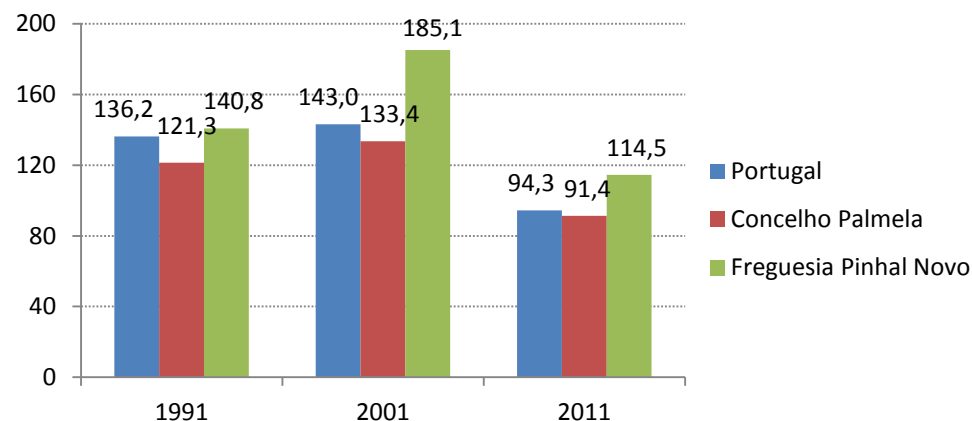


Quadro 22. Índice de renovação da população em idade ativa⁶

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	136,2	143,0	94,3	-41,9
Concelho Palmela	121,3	133,4	91,4	-29,9
Freguesia Pinhal Novo	140,8	185,1	114,5	-26,3

Fonte: INE, Censos

Gráfico 24. Índice de renovação da população em idade ativa



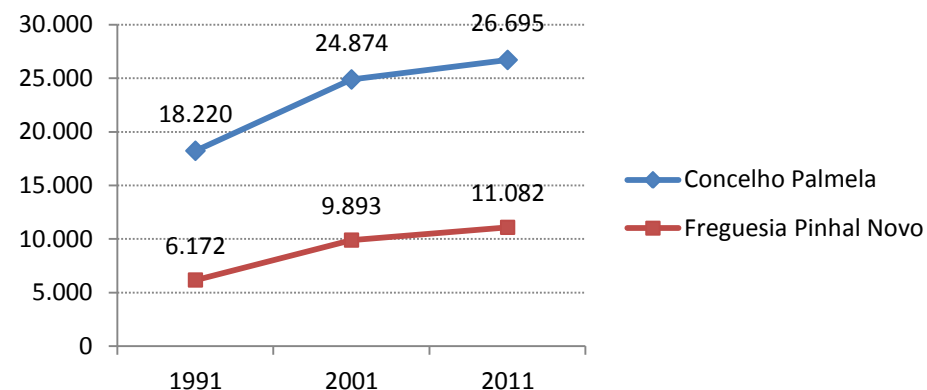
⁶ Índice de renovação da população em idade ativa: relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos.

Quadro 23. População residente empregada (nº)

	1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	4.130.180	4.650.947	4.361.187	+5,6
Concelho Palmela	18.220	24.874	26.695	+46,5
Freguesia Pinhal Novo	6.172	9.893	11.082	+79,6

Fonte: INE, Censos

Gráfico 25. População residente empregada (nº)

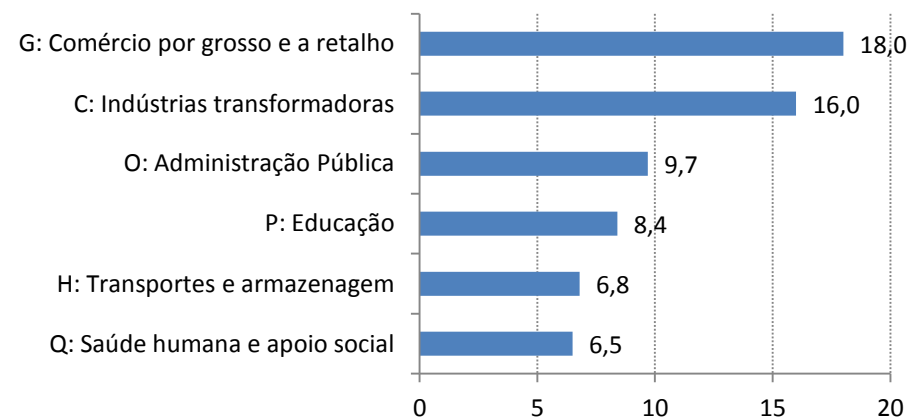


Quadro 24. População residente empregada por setor de atividade económica (%)

		2001	2011	Variação
Portugal	Sector primário	5,0	3,1	-1,9
	Sector secundário	35,1	26,5	-8,6
	Sector terciário (social)	25,5	28,8	+3,3
	Sector terciário (económico)	34,4	41,7	+7,3
Concelho Palmela	Sector primário	7,8	4,2	-3,6
	Sector secundário	34,2	24,1	-10,1
	Sector terciário (social)	23,4	28,5	+5,1
	Sector terciário (económico)	34,6	43,2	+8,6
Freguesia Pinhal Novo	Sector primário	4,5	2,0	-2,5
	Sector secundário	34,9	24,0	-11,0
	Sector terciário (social)	24,3	28,5	+4,2
	Sector terciário (económico)	36,3	45,5	+9,2

Fonte: INE, Censos

Gráfico 26. População residente na freguesia de Pinhal Novo, empregada por principais ramos de atividade económica da CAE Rev. 3 (%) (2011)

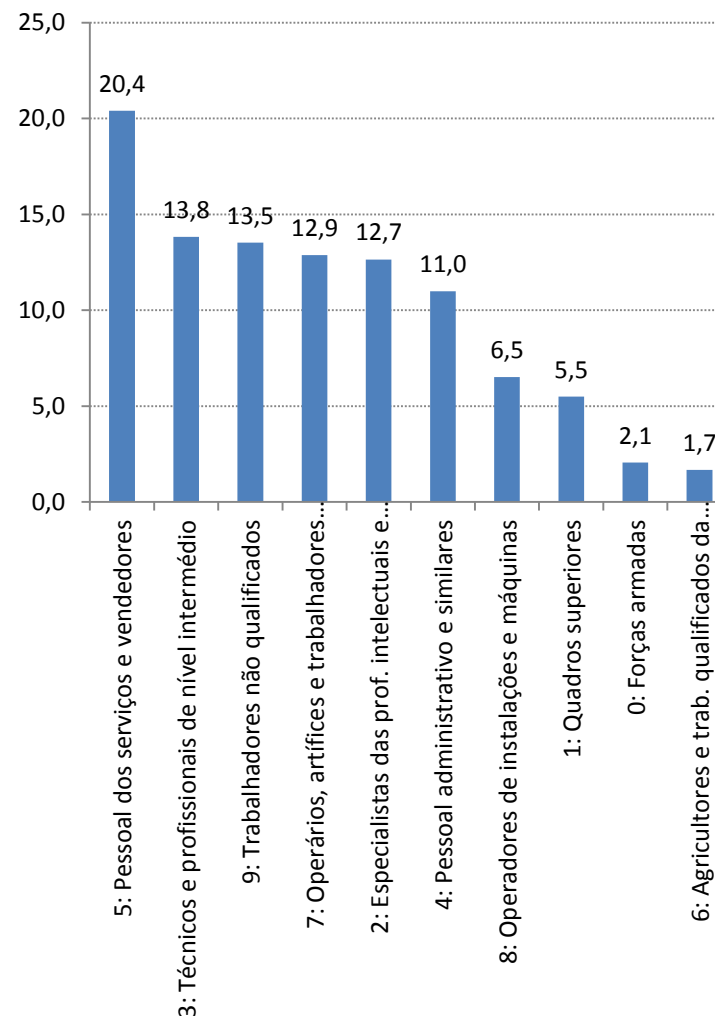


Quadro 25. População residente empregada por profissão (%)

		2001	2011	Varição
Portugal	0: Forças armadas	0,7	0,7	=
	1: Quadros superiores	7,0	7,4	+0,4
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	8,5	14,9	+6,4
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,5	11,0	+1,5
	4: Pessoal administrativo e similares	11,0	9,0	-2,0
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	14,2	19,7	+5,5
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	4,0	2,3	-1,7
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	21,5	15,7	-5,8
	8: Operadores de instalações e máquinas	8,6	6,1	-2,5
9: Trabalhadores não qualificados	15,0	13,1	-1,9	
Concelho Palmela	0: Forças armadas	1,3	1,5	+0,2
	1: Quadros superiores	7,3	7,5	+0,2
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	6,7	14,5	+7,8
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,7	13,1	+3,4
	4: Pessoal administrativo e similares	10,7	9,7	-1,0
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	13,3	18,5	+5,2
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	4,3	2,9	-1,4
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	19,7	12,4	-7,3
	8: Operadores de instalações e máquinas	9,1	6,3	-2,8
9: Trabalhadores não qualificados	17,9	13,6	-4,3	
Freguesia Pinhal Novo	0: Forças armadas	1,9	2,1	+0,1
	1: Quadros superiores	5,8	5,5	-0,3
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	5,4	12,7	+7,2
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	11,0	13,8	+2,8
	4: Pessoal administrativo e similares	11,8	11,0	-0,8
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	14,7	20,4	+5,7
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	3,1	1,7	-1,4
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	20,9	12,9	-8,0
	8: Operadores de instalações e máquinas	9,3	6,5	-2,8
9: Trabalhadores não qualificados	16,2	13,5	-2,6	

Fonte: INE, Censos

Gráfico 27. População residente na freguesia de Pinhal Novo, empregada por profissão (%) (2011)



Imigração e Deficiência

Quadro 26. População residente por nacionalidade (%)

		2001	2011	Variação (%)
Portugal	Portuguesa	10.001.074	9.956.911	-0,4
	Estrangeira	226.715	359.969	+58,8
	Dupla nacionalidade	127.253	244.745	+92,3
Concelho Palmela	Portuguesa	51.967	59.634	+14,8
	Estrangeira	844	2.004	+137,4
	Dupla nacionalidade	538	1.191	+121,4
Freguesia Pinhal Novo	Portuguesa	20.246	23.602	+16,6
	Estrangeira	466	838	+79,8
	Dupla nacionalidade	277	562	+102,9

Fonte: INE, Censos

Quadro 27. População estrangeira residente por nacionalidade (continente) (nº)

		2001	2011	Variação (%)
Portugal	Europa	72.355	131.019	+81,1
	África	103.271	96.418	-6,6
	América	44.334	110.769	+149,9
	Ásia e Oceânia	6.755	21.759	+222,1
Concelho Palmela	Europa	330	1.127	+241,5
	África	335	325	-3,0
	América	156	502	+221,8
	Ásia e Oceânia	23	50	+117,4
Freguesia Pinhal Novo	Europa	150	363	+142,0
	África	226	215	-4,9
	América	76	236	+210,5
	Ásia e Oceânia	14	24	+71,4

Fonte: INE, Censos

Gráfico 28. População residente por nacionalidade (%)

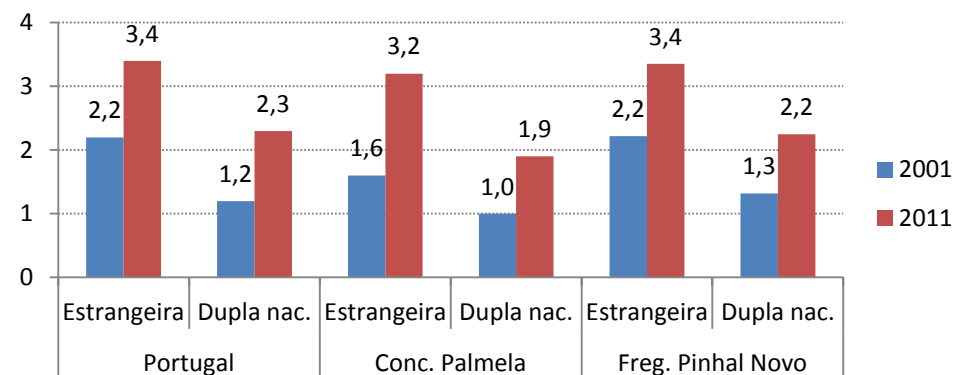
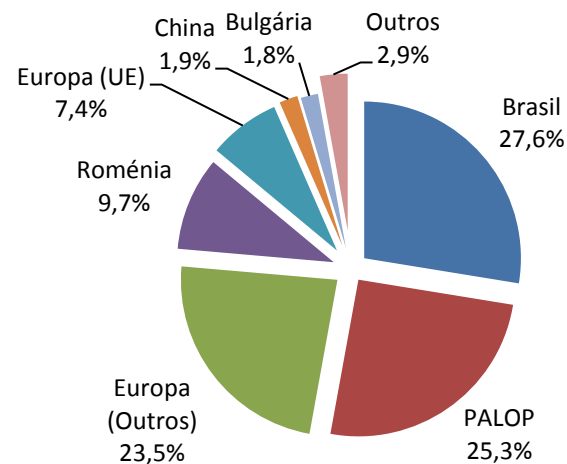


Gráfico 29. População estrangeira residente na freguesia de Pinhal Novo por nacionalidade (%) (2011)



Nota: na categoria Europa (Outros) incluem-se cidadãos da Moldávia e da Ucrânia.

Quadro 28. População residente com deficiência por grau de incapacidade atribuído (nº) (2001)

	Portugal	Concelho Palmela	Freg. Pinhal Novo
Sem grau de deficiência atribuído	341.133	1.635	661
Inferior a 30%	56.103	339	132
Entre 30% e 59%	63.461	302	104
Entre 60% e 80%	101.518	486	188
Superior a 80%	73.844	334	113
Total	636.059	3.096	1.198

Fonte: INE, Censos

Quadro 29. População residente com deficiência por tipo de deficiência (nº) (2001)

	Portugal	Concelho Palmela	Freg. Pinhal Novo
Auditiva	84.172	400	164
Visual	163.569	716	322
Motora	156.246	871	315
Mental	70.994	255	80
Paralisia cerebral	15.009	60	19
Outra deficiência	146.069	794	298
Total	636.059	3.096	1.198

Fonte: INE, Censos

Gráfico 30. População residente com deficiência por grau de incapacidade atribuído (%) (2001)

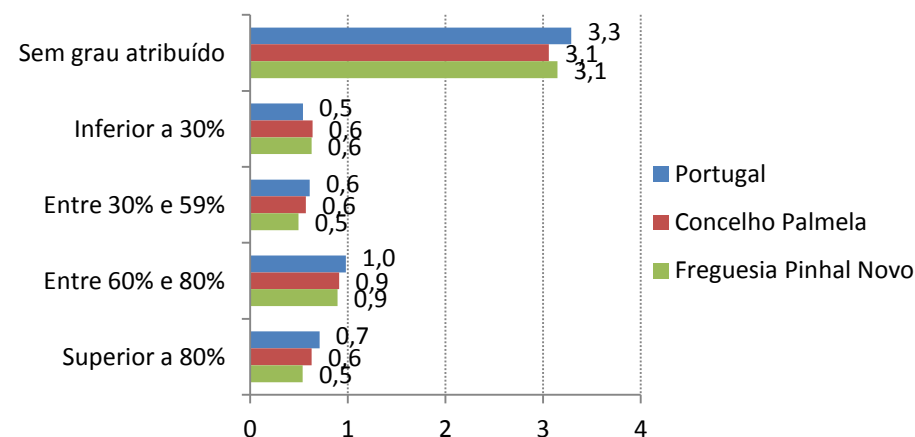
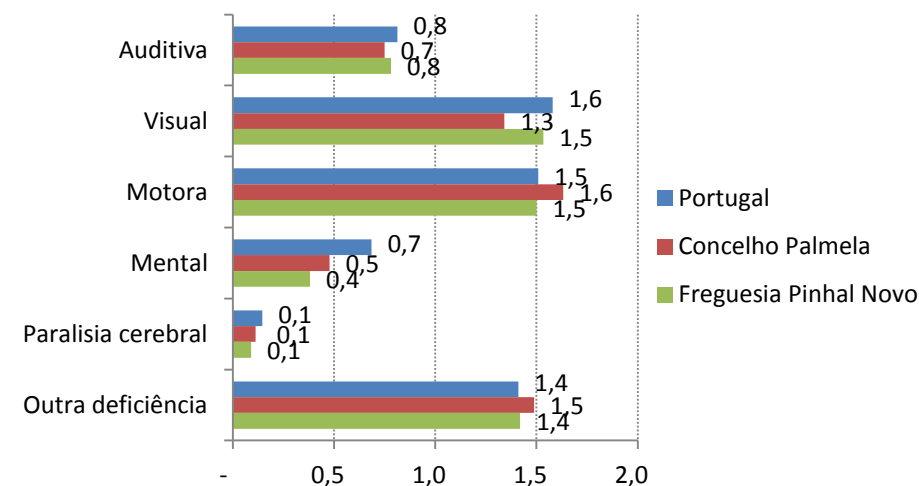


Gráfico 31. População residente com deficiência por tipo de deficiência (%) (2001)



Quadro 30. População residente com dificuldades por tipo e grau de dificuldade (nº) (2011)

		Portugal	Conc. Palmela	Freg. Pinhal Novo
Ver	Tem muita dificuldade	892.860	5.399	2.035
	Não consegue	27.659	165	59
Ouvir	Tem muita dificuldade	506.342	2.826	1.019
	Não consegue	26.860	170	61
Andar ou subir degraus	Tem muita dificuldade	875.129	5.132	1.932
	Não consegue	104.871	684	228
Memória ou concentração	Tem muita dificuldade	552.937	3.382	1.263
	Não consegue	102.440	698	244
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Tem muita dificuldade	323.451	1.853	681
	Não consegue	148.106	995	358
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Tem muita dificuldade	331.860	2.053	768
	Não consegue	68.029	421	146

Fonte: INE, Censos

Quadro 31. População residente com pelo menos uma dificuldade por número de dificuldades (nº) (2011)

	Portugal	Concelho Palmela	Freguesia Pinhal Novo
Pessoas com 1 dificuldade	821.298	4.847	1.891
Pessoas com 2 dificuldades	407.277	2.355	882
Pessoas com 3 dificuldades	224.595	1.273	461
Pessoas com 4 dificuldades	149.048	909	323
Pessoas com 5 dificuldades	88.291	542	194
Pessoas com 6 dificuldades	102.210	676	249
Total	1.792.719	10.602	4.000

Fonte: INE, Censos

Gráfico 32. População residente na freguesia de Pinhal Novo com dificuldades por tipo e grau de dificuldade (%) (2011)

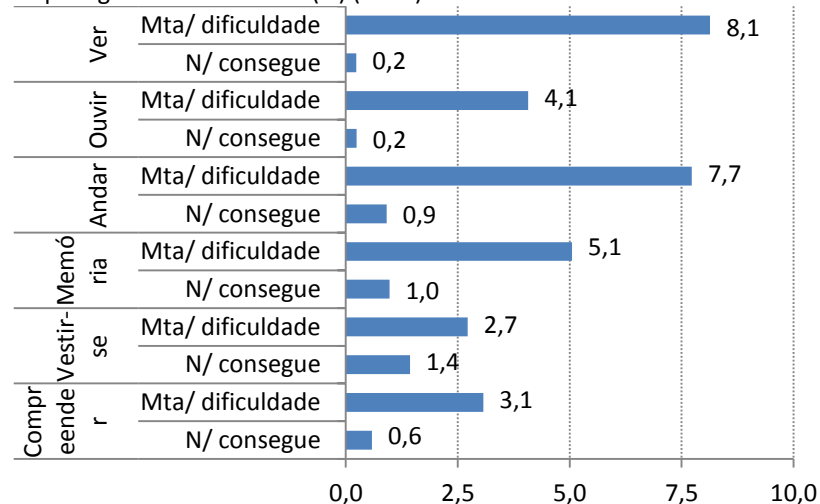
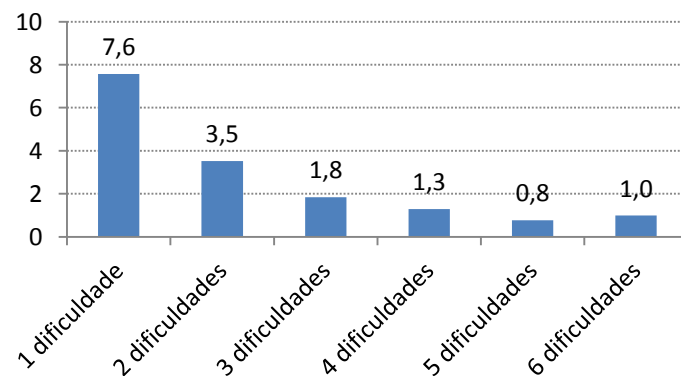


Gráfico 33. População residente na freguesia de Pinhal Novo com pelo menos uma dificuldade por número de dificuldades (%) (2011)



Equipamentos e Recursos Locais

Quadro 32. Rede de serviços e equipamentos sociais da freguesia de Pinhal Novo

Equipamento	Resposta Social	Instituição	Natureza jurídica
Jardim de Infância Nova Árvore	Centro de Atividades de Tempos Livres	Anabela Costa Cachado	Entidade Lucrativa
Ninho do Sol Berçário e Creche	Creche	Anabela Costa Cachado	Entidade Lucrativa
Associação Reformados Pensionistas e Idosos do Pinhal Novo	Centro de Convívio	ARPI Pinhal Novo	Assoc. Solidariedade Social
Associação Reformados Pensionistas e Idosos do Pinhal Novo	Centro de Dia	ARPI Pinhal Novo	Assoc. Solidariedade Social
Associação Reformados Pensionistas e Idosos do Pinhal Novo	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	ARPI Pinhal Novo	Assoc. Solidariedade Social
Caixa de Pandora - Atelier de Tempos Livres, Lda.	Centro de Atividades de Tempos Livres	Caixa de Pandora, Lda.	Entidade Lucrativa
Casa de Repouso Jardim de Outono, Unipessoal Lda.	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Casa Rep. Jardim de Outono Lda.	Entidade Lucrativa
Villa Pinhal Novo - Casa de Repouso S. João de Deus	Centro de Dia	Casa Rep. S. João de Deus, Lda.	Entidade Lucrativa
Villa Pinhal Novo - Casa de Repouso S. João de Deus	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Casa Rep. S. João de Deus, Lda.	Entidade Lucrativa
Jardim de Infância do Centro Social Paroquial de Pinhal Novo	Creche	Centro Social Paroq. Pinhal Novo	Centro Social Paroquial
Centro de Dia do Centro Social Paroquial de Pinhal Novo	Centro de Dia	Centro Social Paroq. Pinhal Novo	Centro Social Paroquial
Centro de Dia do Centro Social Paroquial de Pinhal Novo	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	Centro Social Paroq. Pinhal Novo	Centro Social Paroquial
Crescer no Campo - Jardins de Infância	Creche	Crescer no Campo Lda.	Entidade Lucrativa
Contas e Rabiscos - Actividades de Tempos Livres	Centro de Atividades de Tempos Livres	Fernanda Maria Lopes Soares	Entidade Lucrativa
Centro de Acolhimento Temporário Crianças em Risco (0-6 anos)	Centro de Acolhimento Temporário	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Centro de Acolhimento Temporário Crianças e Jovens em Risco (12-18 anos)	Centro de Acolhimento Temporário	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Centro de Apoio Familiar Acons. Parental	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Creche Fundação COI Pinhal Novo	Creche	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Creche Fundação COI Pinhal Novo	Centro de Atividades de Tempos Livres	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Creche Fundação COI Pinhal Novo	Serviço de Apoio Domiciliário (Dependência)	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Creche Fundação COI Rio Frio	Creche	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Creche - Vila Bela - Pinhal Novo	Creche	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Lar de Crianças e Jovens Fundação COI	Lar de Infância e Juventude	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Residência de Idosos Fundação COI Pinhal Novo	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Lar Residencial Fundação COI Pinhal Novo	Lar Residencial	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Lar Residencial Fundação COI Pinhal Novo	Residência Autónoma	Fundação COI	Fundação Solidariedade Social
Casa de Repouso Refúgio do Avôzinho	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Maria Rosa de Sousa	Entidade Lucrativa
Smart and Happy Kids	Centro de Atividades de Tempos Livres	Sónia Isabel Marcelino Soares	Entidade Lucrativa
Viver Feliz	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	Viver Feliz Lda.	Entidade Lucrativa

Fonte: Carta Social, MEE-GEE (consultada em novembro de 2013)

Quadro 33. Capacidade instalada na freguesia de Pinhal Novo por área de intervenção e resposta social

Área de intervenção / resposta social	Capacidade
Infância e Juventude	684
Crianças e Jovens	474
Centro de Atividades de Tempos Livres	218
Creche	256
Crianças e Jovens em Situação de Perigo	210
Centro de Acolhimento Temporário	32
Centro de Apoio Familiar Acons Parental	164
Lar de Infância e Juventude	14
População Adulta	498
Pessoas Adultas com Deficiência	29
Lar Residencial	24
Residência Autónoma	5
Pessoas em Situação de Dependência	30
Serviço de Apoio Domiciliário (Dependência)	30
Pessoas Idosas	439
Centro de Convívio	80
Centro de Dia	85
Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	134
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	140
Total	1182

Fonte: Carta Social, MEE-GEE (consultada em novembro de 2013)

Quadro 34. Estabelecimentos de educação e ensino da freguesia de Pinhal Novo por tipo de rede

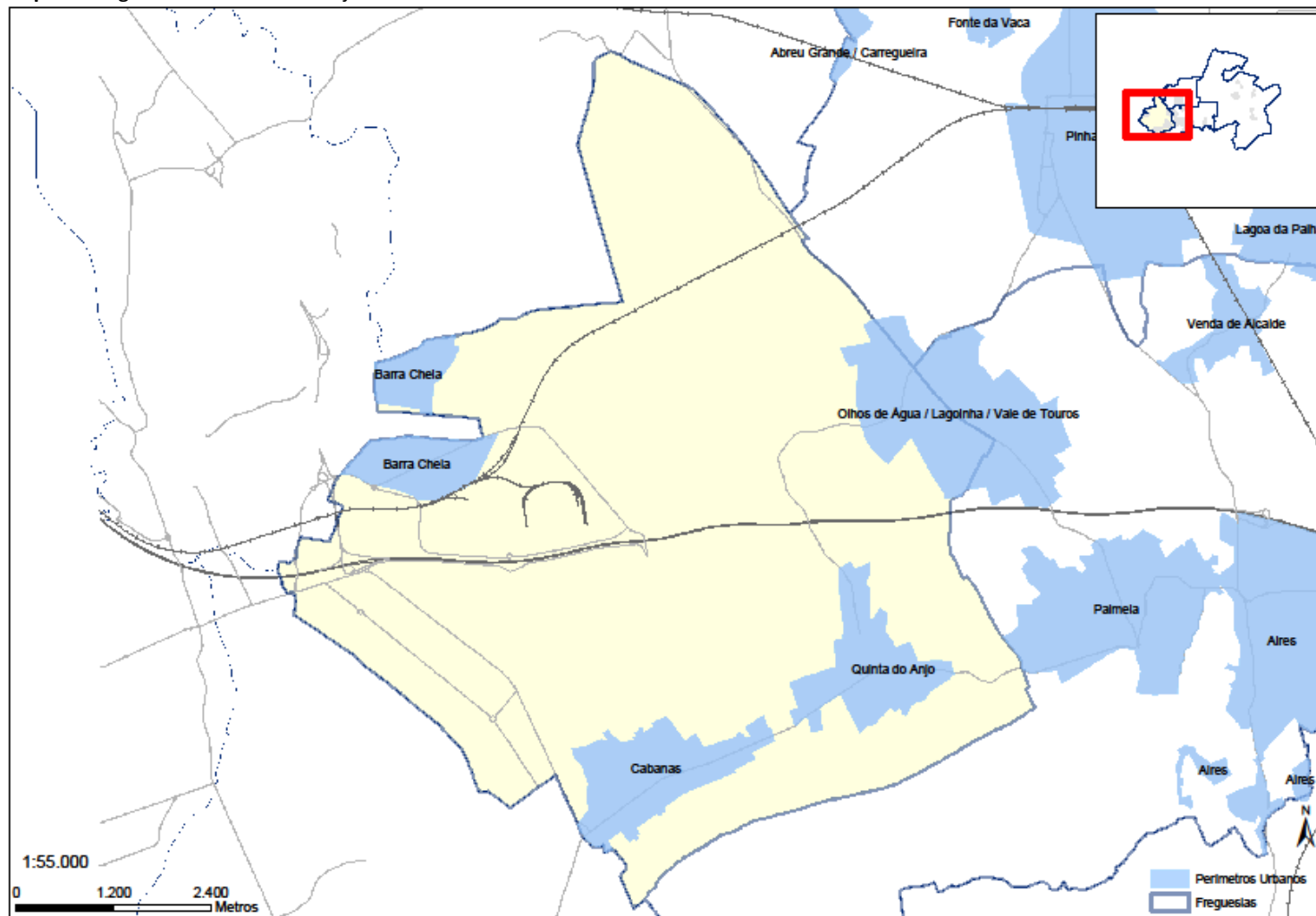
Rede	Estabelecimento de educação e ensino
Pública ⁷	EB1/ JI Alberto Valente
	EB1/ JI Salgueiro Maia
	EB1/ JI Zeca Afonso
	EB1/ JI António Santos Jorge
	EB1 João Eduardo Xavier
	JI de Vale da Vila
	EB1 da Lagoa da Palha
	EB1 de Arraiados
	EB1 de Palhota
	EB1 de Batudes ⁸
	EB23 José Maria dos Santos
	Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de Pinhal Novo
Solidária	Fundação COI
	Jardim Infantil do Centro Social Paroquial de Pinhal Novo
Privada	Jardim Infantil "Nova Árvore"
	Jardim de Infância Crescer no Campo
	Jardim de Infância O Atelier Infantil
	Jardim de Infância Pinheirinho Novo
	Colégio O Mundo da Criança
	Colégio do Pinhal

Fonte: BD Carta Educativa, CMP e Portal das Escolas, MEC (consultado em novembro de 2013)

⁷ As escolas da rede pública da freguesia de Pinhal Novo estão integradas no Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos.

⁸ Apesar de localizada na freguesia de Palmela, a EB1 de Batudes está integrada no Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos.

Mapa 1. Freguesia de Quinta do Anjo



Fonte: CMP, DRHO-SIG

Área – 51,1 km²
Fonte: DGT, CAOP 2013

População – 11.865 habitantes
Fonte: INE, Censos 2011

População e Famílias

Quadro 1. População residente

	1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	9.867.147	10.356.117	10.562.178	+7,0
Concelho Palmela	43.857	53.353	62.831	+43,3
Freguesia Quinta Anjo	6.592	8.354	11.865	+80,0

Fonte: INE, Censos

Quadro 2. Densidade populacional (nº hab./ km²)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	107,1	112,4	114,5	+7,4
Concelho Palmela	94,1	114,5	135,0	+40,9
Freguesia Quinta Anjo	128,4	162,7	232,1	+103,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 1. População residente

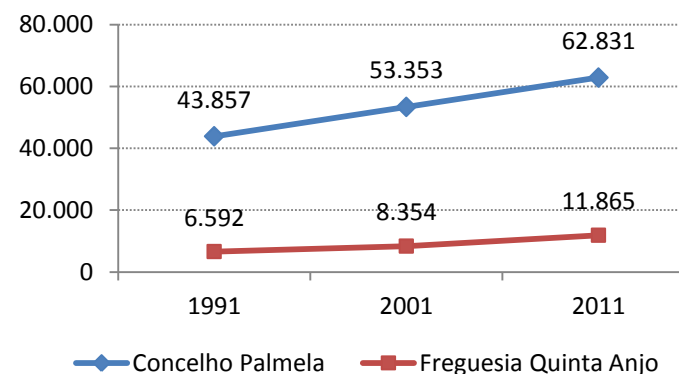
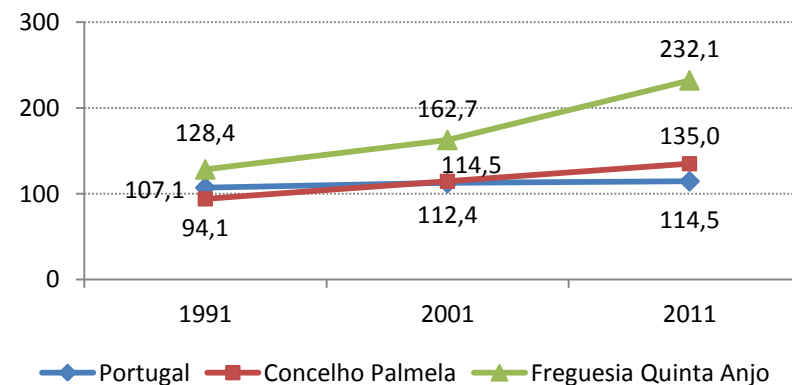


Gráfico 2. Densidade populacional (nº hab./ km²)

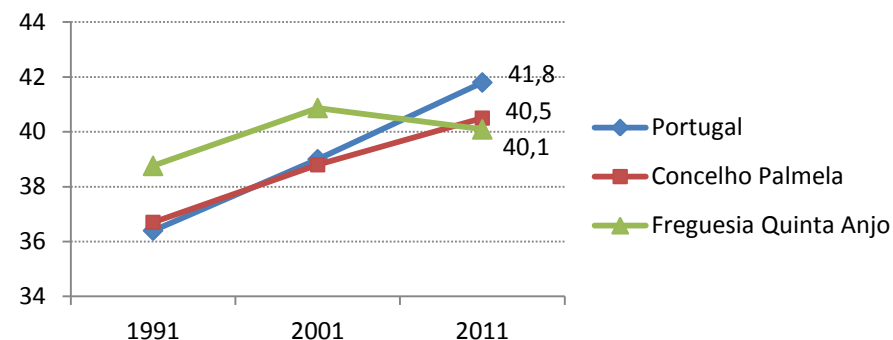


Quadro 3. Idade média (anos)

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	36,4	39,0	41,8	+5,4
Concelho Palmela	36,7	38,8	40,5	+3,8
Freguesia Quinta Anjo	38,8	40,9	40,1	+1,3

Fonte: INE, Censos

Gráfico 3. Idade média (anos)



Quadro 4. Estrutura etária

	1991	2001	2011	Varição (%)
Portugal	0-14 anos	1.972.403	1.572.329	-20,3
	15-24 anos	1.610.836	1.147.315	-28,8
	25-64 anos	4.941.164	5.832.470	+18,0
	65 e mais anos	1.342.744	2.010.064	+49,7
Concelho Palmela	0-14 anos	8.345	10.680	+28,0
	15-24 anos	6.618	6.205	-6,2
	25-64 anos	23.615	34.975	+48,1
	65 e mais anos	5.279	10.971	+107,8
Freguesia Quinta Anjo	0-14 anos	1.147	2.091	+82,3
	15-24 anos	947	1.043	+10,1
	25-64 anos	3.551	6.679	+88,1
	65 e mais anos	947	2.052	+116,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 4. Estrutura etária em 2011 (%)

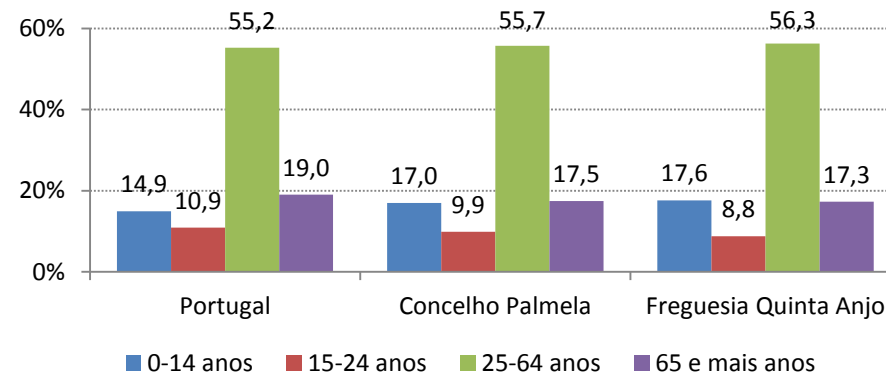


Gráfico 5. Pirâmide etária da freguesia de Quinta do Anjo (1991)

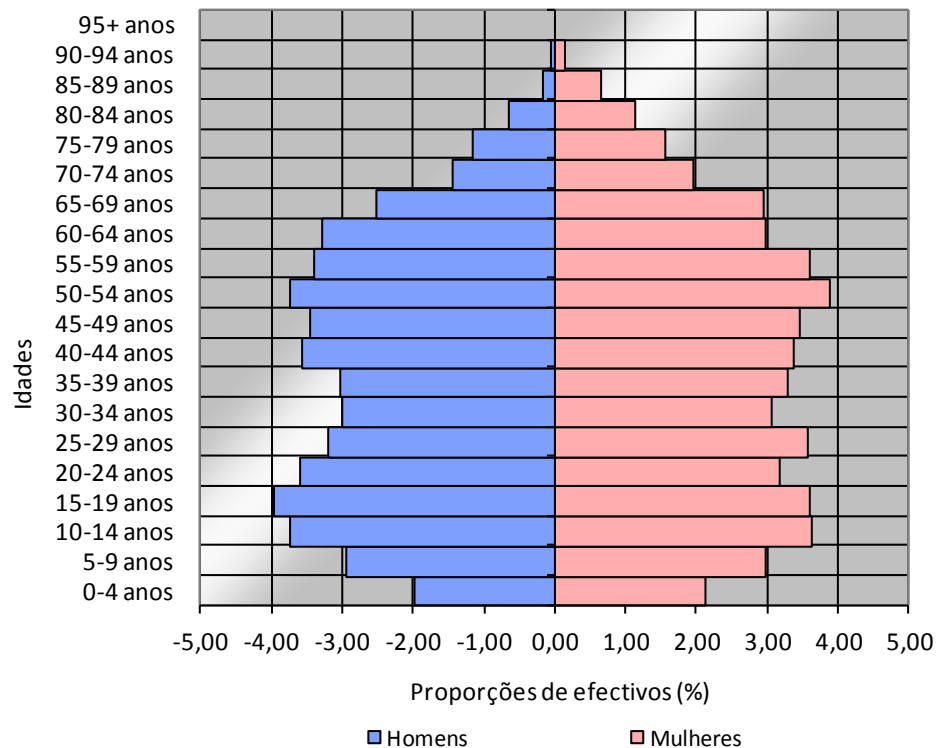
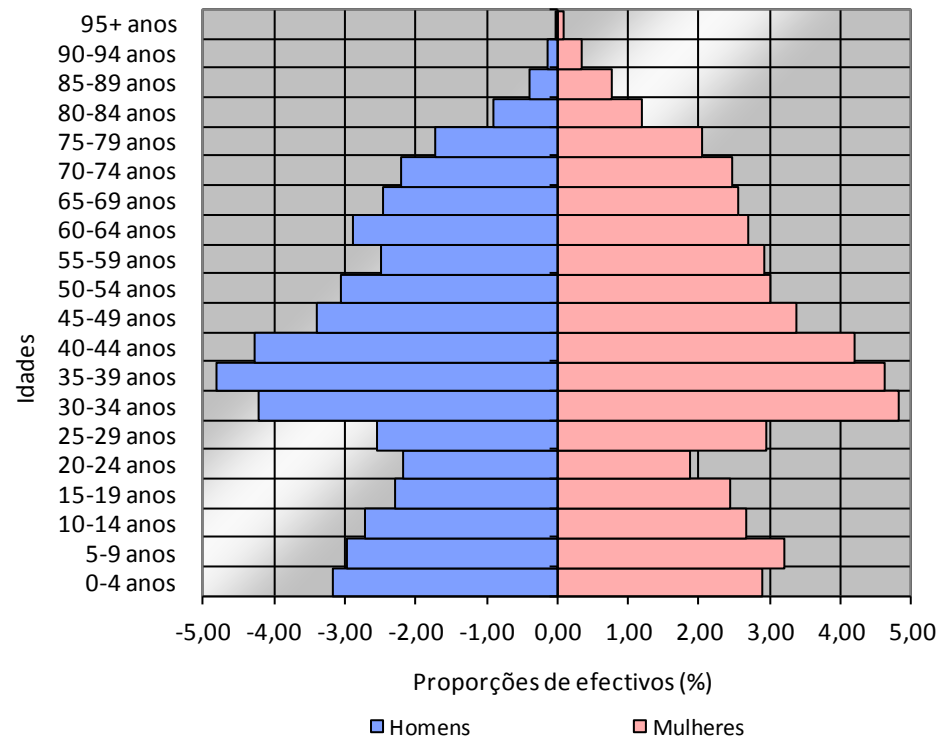


Gráfico 6. Pirâmide etária da freguesia de Quinta do Anjo (2011)

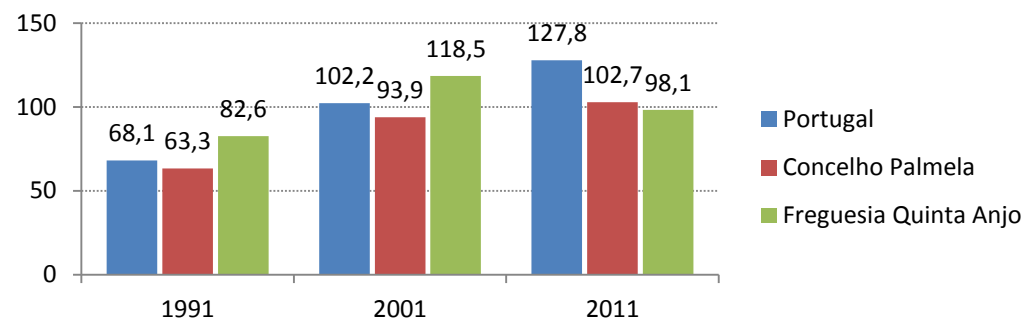


Quadro 5. Índice de envelhecimento¹

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	68,1	102,2	127,8	+59,7
Concelho Palmela	63,3	93,9	102,7	+39,4
Freguesia Quinta Anjo	82,6	118,5	98,1	+15,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 7. Índice de envelhecimento

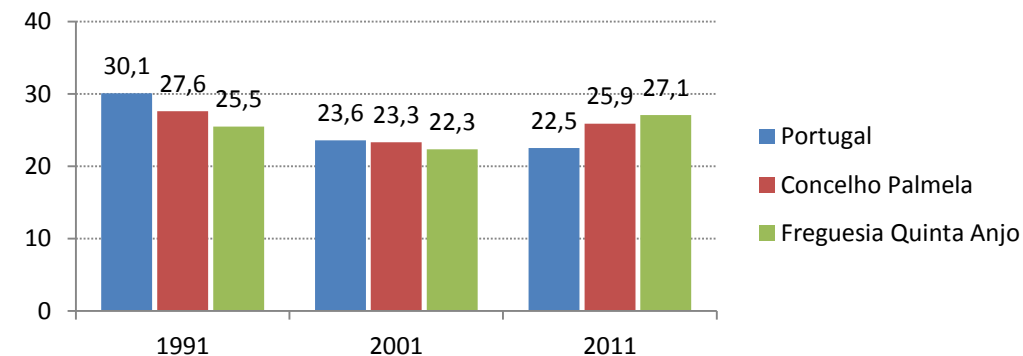


Quadro 6. Índice de dependência de jovens²

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	30,1	23,6	22,5	-7,6
Concelho Palmela	27,6	23,3	25,9	-1,7
Freguesia Quinta Anjo	25,5	22,3	27,1	+1,6

Fonte: INE, Censos

Gráfico 8. Índice de dependência de jovens



¹ Índice de envelhecimento: quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

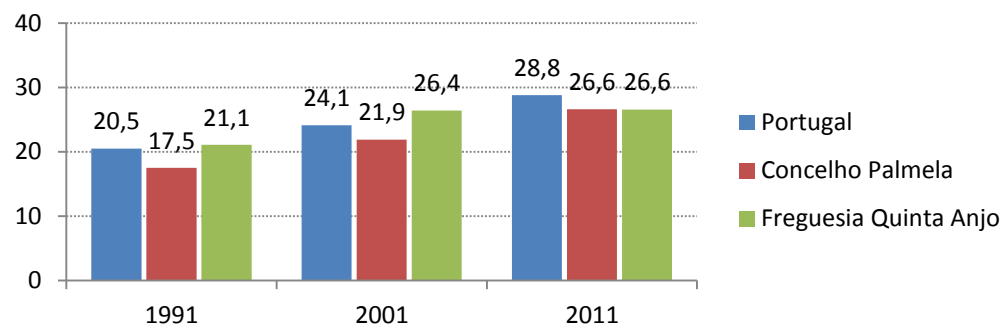
² Índice de dependência de jovens: quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Quadro 7. Índice de dependência de idosos³

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	20,5	24,1	28,8	+8,3
Concelho Palmela	17,5	21,9	26,6	+9,1
Freguesia Quinta Anjo	21,1	26,4	26,6	+5,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 9. Índice de dependência de idosos

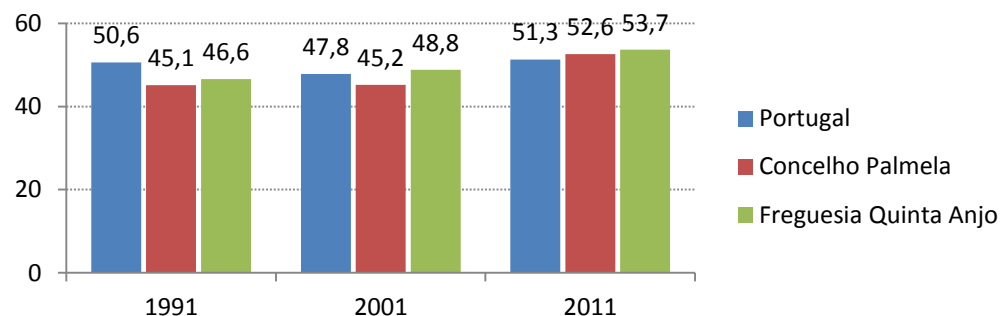


Quadro 8. Índice de dependência total⁴

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	50,6	47,8	51,3	+0,7
Concelho Palmela	45,1	45,2	52,6	+7,5
Freguesia Quinta Anjo	46,6	48,8	53,7	+7,1

Fonte: INE, Censos

Gráfico 10. Índice de dependência total



³ Índice de dependência de idosos: quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

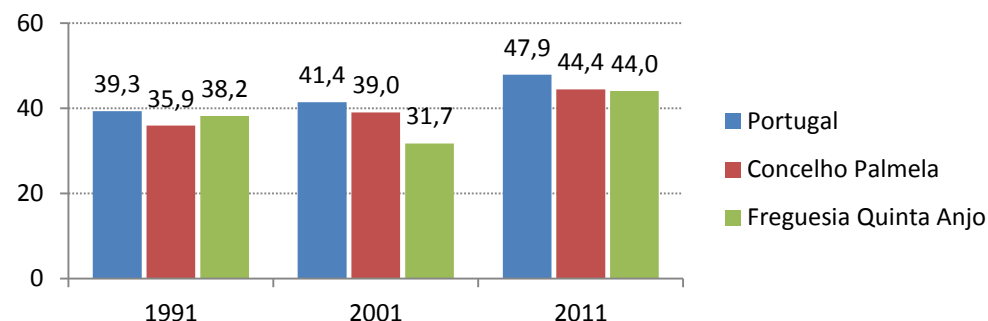
⁴ Índice de dependência total: quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos, e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Quadro 9. Índice de longevidade⁵

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	39,3	41,4	47,9	+8,6
Concelho Palmela	35,9	39,0	44,4	+8,5
Freguesia Quinta Anjo	38,2	31,7	44,0	+5,8

Fonte: INE, Censos

Gráfico 11. Índice de longevidade

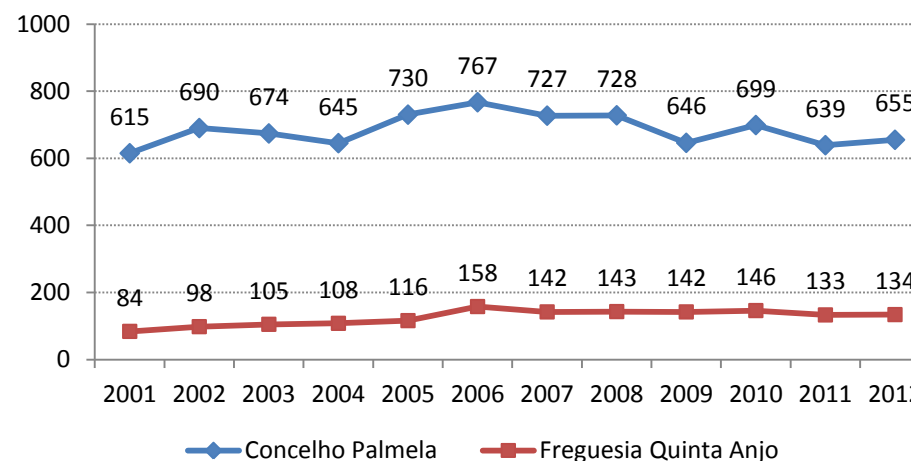


Quadro 10. Nados-vivos por local de residência da mãe

	Portugal	Concelho Palmela	Freguesia Quinta Anjo
2001	112.774	615	84
2002	114.383	690	98
2003	112.515	674	105
2004	109.298	645	108
2005	109.399	730	116
2006	105.449	767	158
2007	102.492	727	142
2008	104.594	728	143
2009	99.491	646	142
2010	101.381	699	146
2011	96.856	639	133
2012	89.841	655	134

Fonte: INE, Nados-Vivos

Gráfico 12. Nados-vivos por local de residência da mãe



⁵ Índice de longevidade: relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos).

Quadro 11. Famílias clássicas por dimensão

		1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	1 pessoa	435.863	631.762	866.827	+98,9
	2 pessoas	797.753	1.036.312	1.277.558	+60,1
	3 pessoas	748.094	918.735	965.781	+29,1
	4+ pessoas	1.165.576	1.063.948	933.560	-19,9
Concelho Palmela	1 pessoa	1.637	2.743	4.361	+166,4
	2 pessoas	3.947	5.862	7.765	+96,7
	3 pessoas	4.107	5.264	6.137	+49,4
	4+ pessoas	4.834	5.090	5.414	+12,0
Freguesia Quinta Anjo	1 pessoa	267	454	794	+197,4
	2 pessoas	649	1.036	1.520	+134,2
	3 pessoas	762	721	1.073	+40,8
	4+ pessoas	520	802	1.068	+105,4

Fonte: INE, Censos

Quadro 12. Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	7,7	8,8	10,1	+2,4
Concelho Palmela	5,9	7,0	8,2	+2,3
Freguesia Quinta Anjo	7,0	8,3	7,8	+0,8

Fonte: INE, Censos

Gráfico 13. Famílias clássicas da freguesia de Quinta do Anjo por dimensão (%)

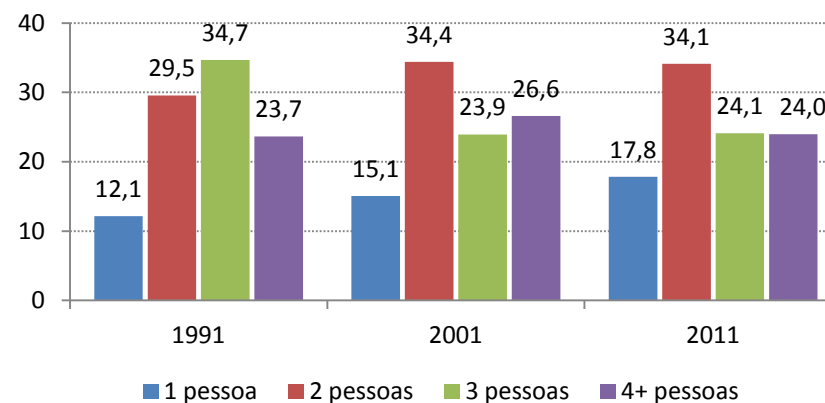
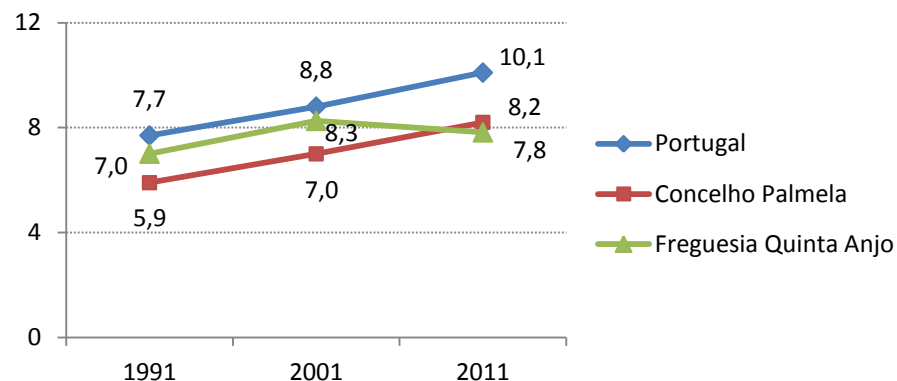


Gráfico 14. Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)

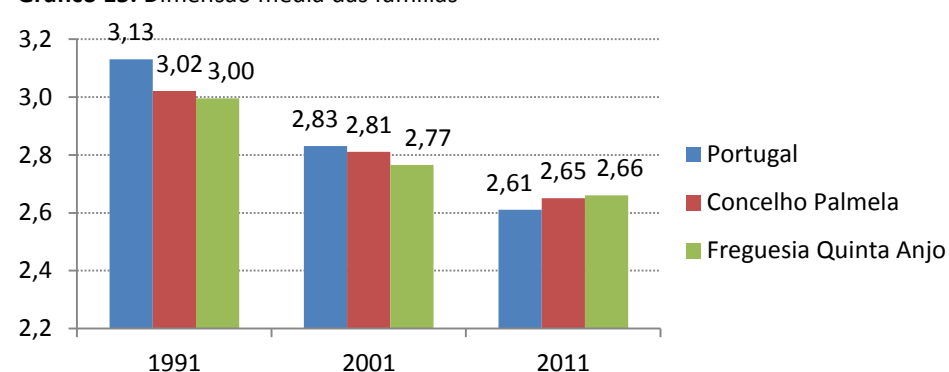


Quadro 13. Dimensão média das famílias

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	3,13	2,83	2,61	-0,52
Concelho Palmela	3,02	2,81	2,65	-0,37
Freguesia Quinta Anjo	3,00	2,77	2,66	-0,34

Fonte: INE, Censos

Gráfico 15. Dimensão média das famílias

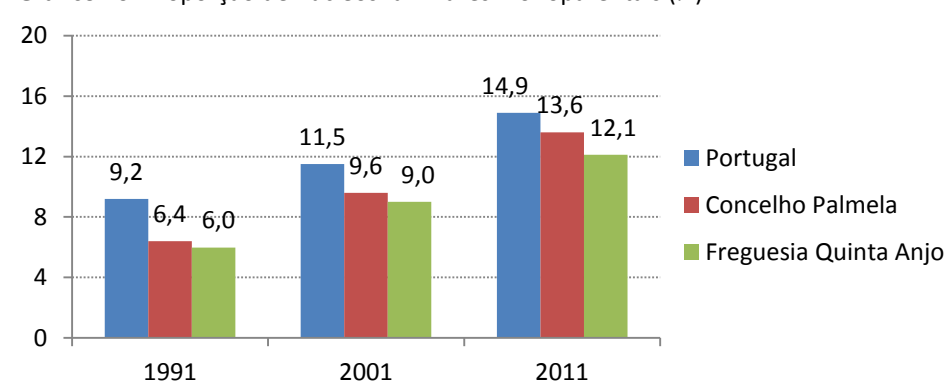


Quadro 14. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	9,2	11,5	14,9	+5,7
Concelho Palmela	6,4	9,6	13,6	+7,2
Freguesia Quinta Anjo	6,0	9,0	12,1	+6,1

Fonte: INE, Censos

Gráfico 16. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)



Educação e Trabalho

Quadro 15. Taxa de analfabetismo

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	11,0	9,0	5,2	-5,8
Concelho Palmela	15,0	10,8	5,8	-9,2
Freguesia Quinta Anjo	15,6	12,1	4,9	-10,7

Fonte: INE, Censos

Quadro 16. Taxa de analfabetismo por sexo (2011)

	Homens	Mulheres	Total
Portugal	3,52	6,77	5,23
Concelho Palmela	3,55	7,82	5,77
Freguesia Quinta Anjo	3,43	6,32	4,91

Fonte: INE, Censos

Gráfico 17. Taxa de analfabetismo

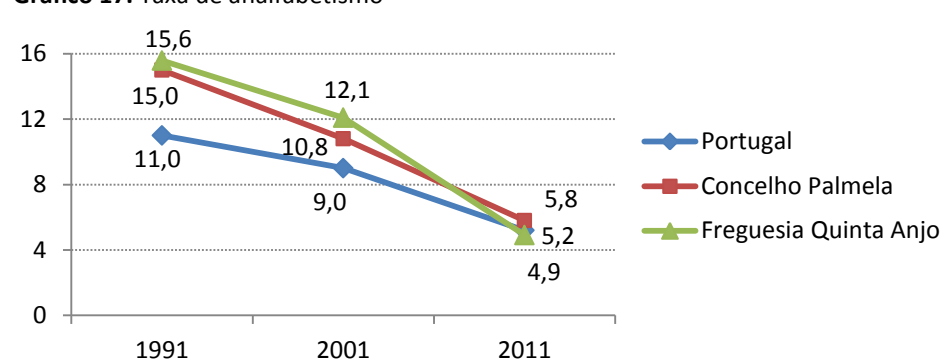
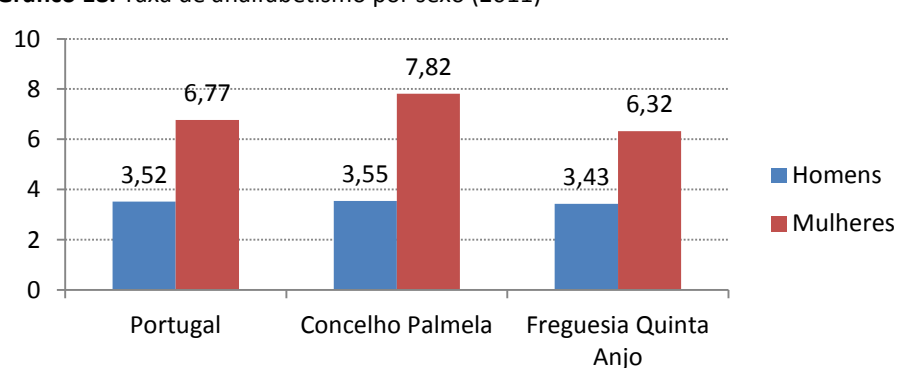


Gráfico 18. Taxa de analfabetismo por sexo (2011)



Quadro 17. Proporção da população residente com ensino superior completo (%)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	4,1	8,6	15,1	+11,0
Concelho Palmela	1,9	7,2	14,7	+12,8
Freguesia Quinta Anjo	1,9	8,2	19,7	+17,8

Fonte: INE, Censos

Quadro 18. Proporção da população residente com ensino superior completo por sexo (%) (2011)

	Homens	Mulheres	Total
Portugal	12,8	17,2	15,1
Concelho Palmela	12,4	16,8	14,7
Freguesia Quinta Anjo	16,6	22,6	19,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 19. Proporção da população residente com ensino superior completo (%)

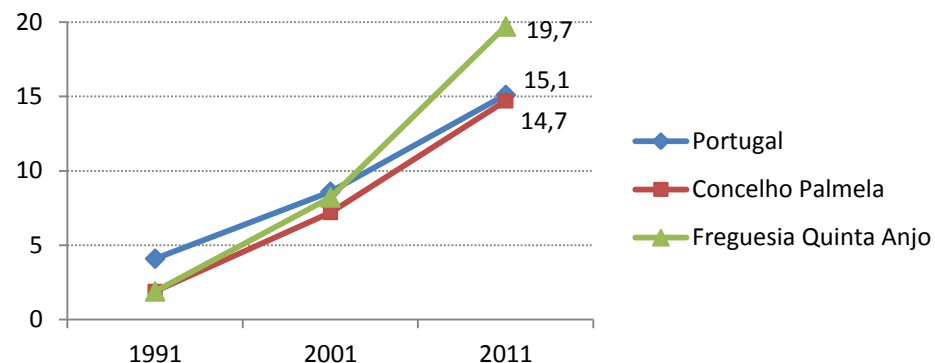
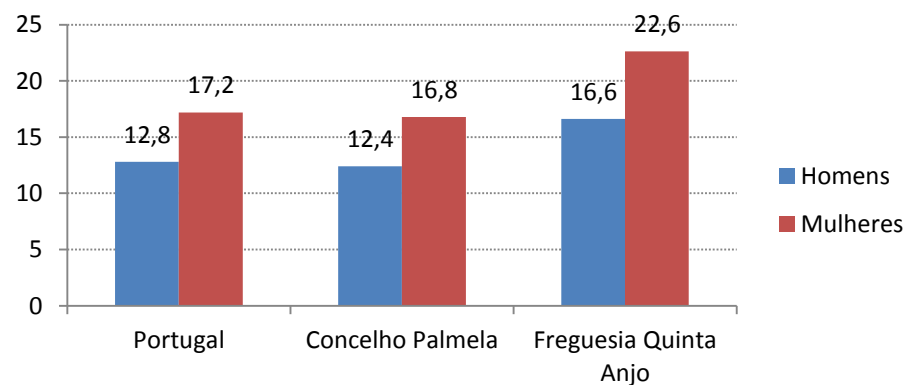


Gráfico 20. Proporção da população residente com ensino superior completo por sexo (%) (2011)



Quadro 19. Taxa de abandono escolar

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	12,6	2,8	1,6	-11,0
Concelho Palmela	9,2	2,8	1,8	-7,4
Freguesia Quinta Anjo	8,8	2,8	1,9	-6,9

Fonte: INE, Censos

Quadro 20. Taxa de atividade da população residente

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	44,6	48,1	47,6	+3,0
Concelho Palmela	45,7	50,6	49,2	+3,5
Freguesia Quinta Anjo	43,8	47,6	49,5	+5,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 21. Taxa de abandono escolar

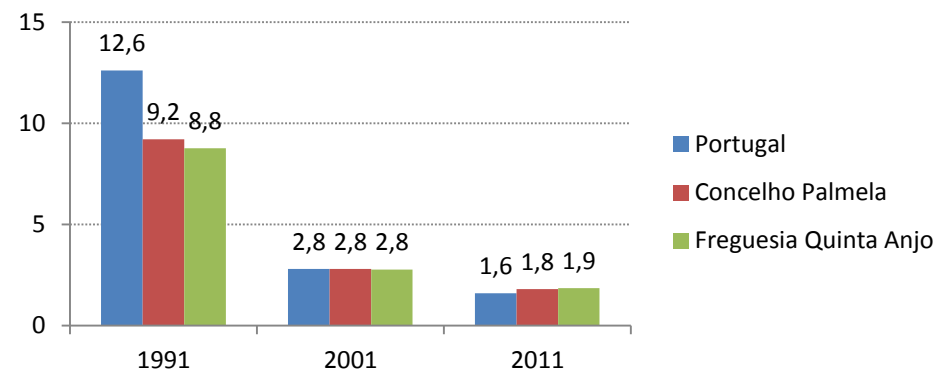
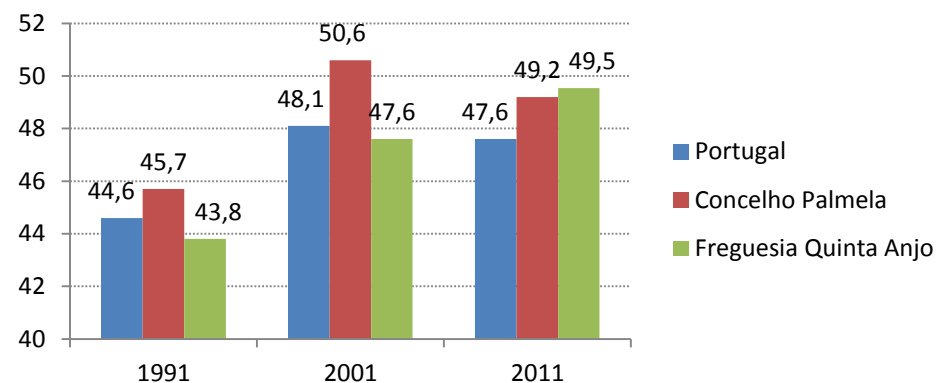


Gráfico 22. Taxa de atividade da população residente

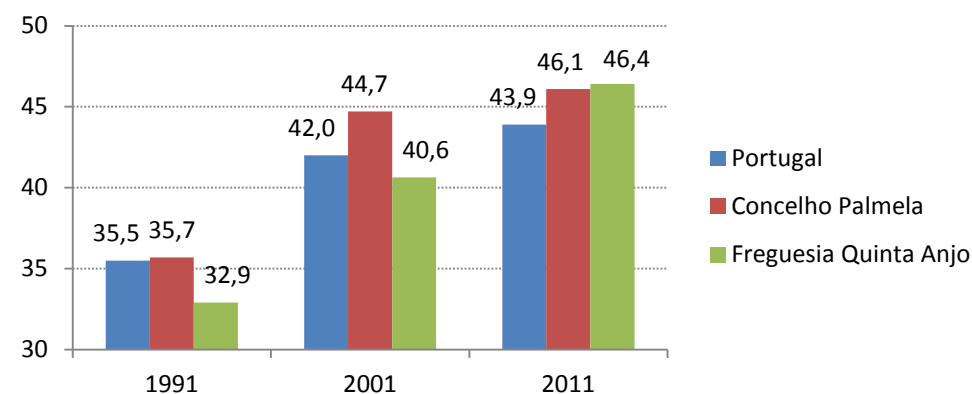


Quadro 21. Taxa de atividade feminina

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	35,5	42,0	43,9	+8,4
Concelho Palmela	35,7	44,7	46,1	+10,4
Freguesia Quinta Anjo	32,9	40,6	46,4	+13,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 23. Taxa de atividade feminina

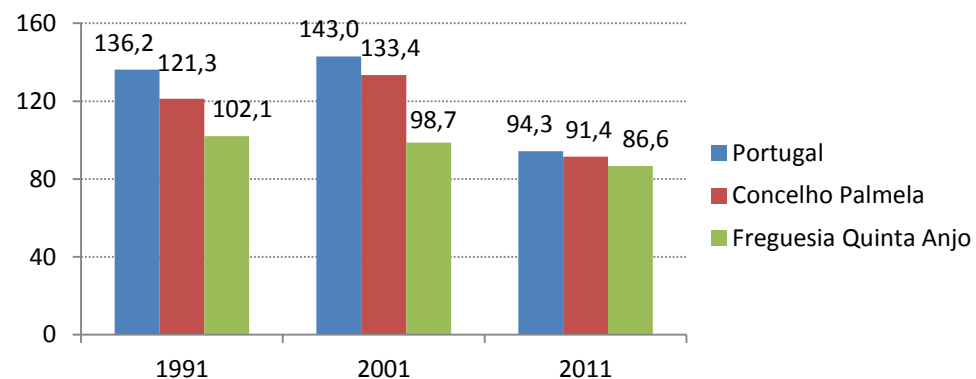


Quadro 22. Índice de renovação da população em idade ativa⁶

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	136,2	143,0	94,3	-41,9
Concelho Palmela	121,3	133,4	91,4	-29,9
Freguesia Quinta Anjo	102,1	98,7	86,6	-15,4

Fonte: INE, Censos

Gráfico 24. Índice de renovação da população em idade ativa



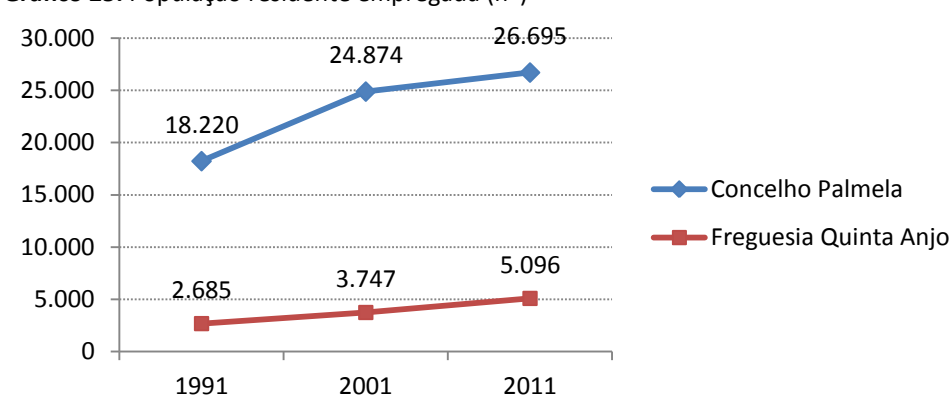
⁶ Índice de renovação da população em idade ativa: relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos.

Quadro 23. População residente empregada (nº)

	1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	4.130.180	4.650.947	4.361.187	+5,6
Concelho Palmela	18.220	24.874	26.695	+46,5
Freguesia Quinta Anjo	2.685	3.747	5.096	+89,8

Fonte: INE, Censos

Gráfico 25. População residente empregada (nº)



Quadro 24. População residente empregada por setor de atividade económica (%)

		2001	2011	Variação
Portugal	Sector primário	5,0	3,1	-1,9
	Sector secundário	35,1	26,5	-8,6
	Sector terciário (social)	25,5	28,8	+3,3
	Sector terciário (económico)	34,4	41,7	+7,3
Concelho Palmela	Sector primário	7,8	4,2	-3,6
	Sector secundário	34,2	24,1	-10,1
	Sector terciário (social)	23,4	28,5	+5,1
	Sector terciário (económico)	34,6	43,2	+8,6
Freguesia Quinta Anjo	Sector primário	4,5	2,0	-2,5
	Sector secundário	34,9	24,0	-10,9
	Sector terciário (social)	24,3	28,5	+4,2
	Sector terciário (económico)	36,3	45,5	+9,2

Fonte: INE, Censos

Gráfico 26. População residente na freguesia de Quinta do Anjo, empregada por principais ramos de atividade económica da CAE Rev. 3 (%) (2011)

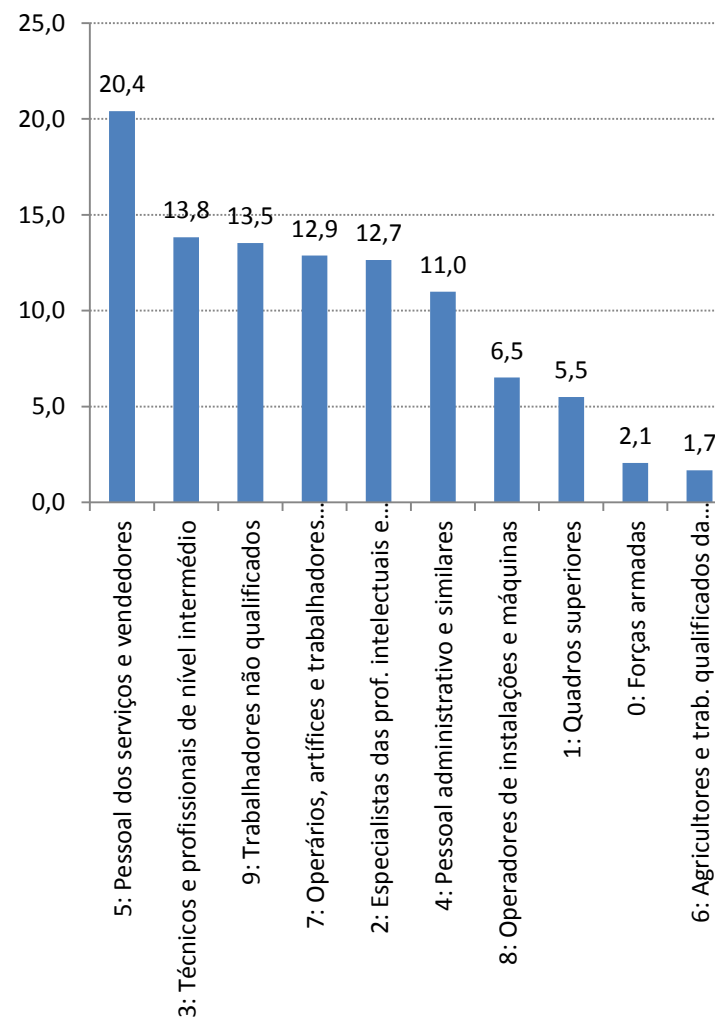


Quadro 25. População residente empregada por profissão (%)

	2001	2011	Variação
Portugal	0: Forças armadas	0,7	=
	1: Quadros superiores	7,0	+0,4
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	8,5	+6,4
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,5	+1,5
	4: Pessoal administrativo e similares	11,0	-2,0
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	14,2	+5,5
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	4,0	-1,7
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	21,5	-5,8
	8: Operadores de instalações e máquinas	8,6	-2,5
Concelho Palmela	9: Trabalhadores não qualificados	15,0	-1,9
	0: Forças armadas	1,3	+0,2
	1: Quadros superiores	7,3	+0,2
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	6,7	+7,8
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,7	+3,4
	4: Pessoal administrativo e similares	10,7	-1,0
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	13,3	+5,2
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	4,3	-1,4
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	19,7	-7,3
Freguesia Quinta Anjo	8: Operadores de instalações e máquinas	9,1	-2,8
	9: Trabalhadores não qualificados	17,9	-4,3
	0: Forças armadas	1,3	+0,3
	1: Quadros superiores	8,9	+0,8
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	8,0	+11,0
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,8	+4,6
	4: Pessoal administrativo e similares	10,3	-0,9
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	12,7	+4,1
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	3,5	-1,7
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	22,6	-11,0
	8: Operadores de instalações e máquinas	8,3	-4,0
	9: Trabalhadores não qualificados	14,4	-3,2

Fonte: INE, Censos

Gráfico 27. População residente na freguesia de Quinta do Anjo, empregada por profissão (%) (2011)



Imigração e Deficiência

Quadro 26. População residente por nacionalidade (%)

		2001	2011	Variação (%)
Portugal	Portuguesa	10.001.074	9.956.911	-0,4
	Estrangeira	226.715	359.969	+58,8
	Dupla nacionalidade	127.253	244.745	+92,3
Concelho Palmela	Portuguesa	51.967	59.634	+14,8
	Estrangeira	844	2.004	+137,4
	Dupla nacionalidade	538	1.191	+121,4
Freguesia Quinta Anjo	Portuguesa	8.197	11.187	+36,5
	Estrangeira	93	447	+380,6
	Dupla nacionalidade	64	231	+260,9

Fonte: INE, Censos

Quadro 27. População estrangeira residente por nacionalidade (continente) (nº)

		2001	2011	Variação (%)
Portugal	Europa	72.355	131.019	+81,1
	África	103.271	96.418	-6,6
	América	44.334	110.769	+149,9
	Ásia e Oceânia	6.755	21.759	+222,1
Concelho Palmela	Europa	330	1.127	+241,5
	África	335	325	-3,0
	América	156	502	+221,8
	Ásia e Oceânia	23	50	+117,4
Freguesia Quinta Anjo	Europa	55	318	+478,2
	África	23	28	+21,7
	América	13	94	+623,1
	Ásia e Oceânia	2	7	+250,0

Fonte: INE, Censos

Gráfico 28. População residente por nacionalidade (%)

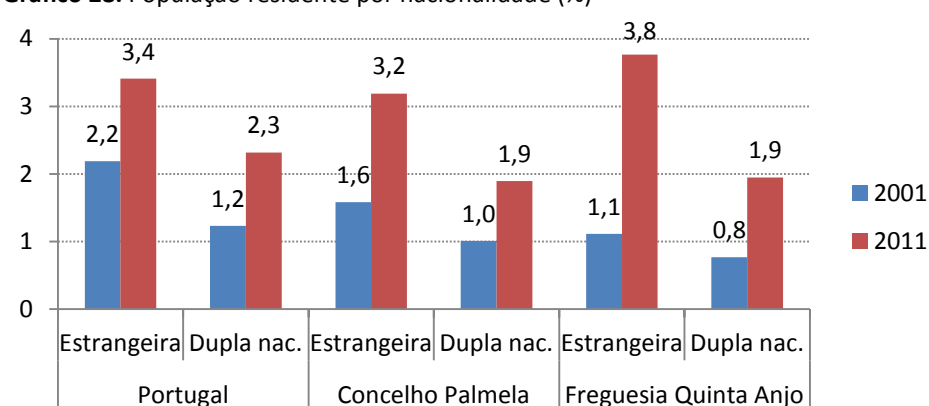
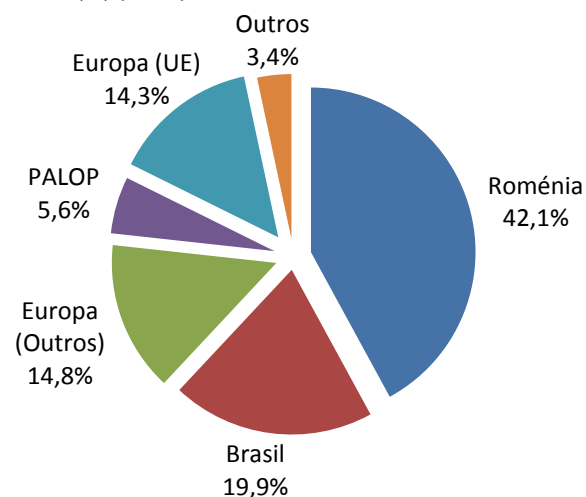


Gráfico 29. População estrangeira residente na freguesia de Quinta do Anjo por nacionalidade (%) (2011)



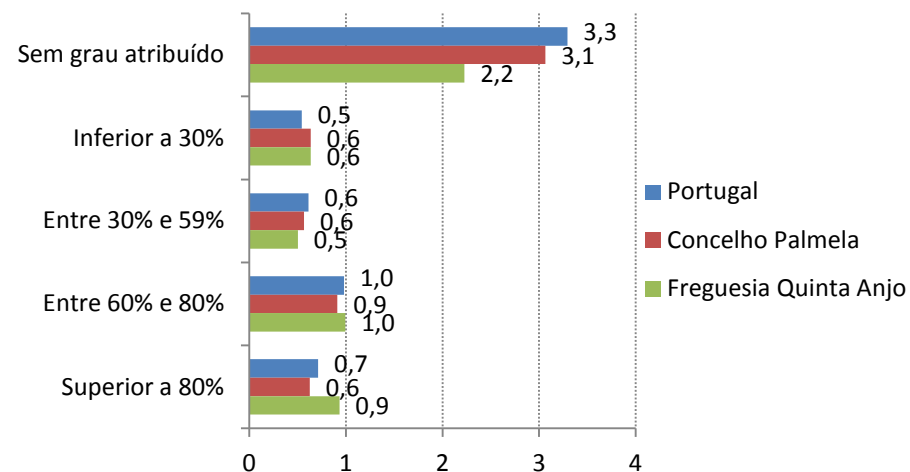
Nota: na categoria Europa (Outros) incluem-se cidadãos da Moldávia e da Ucrânia.

Quadro 28. População residente com deficiência por grau de incapacidade atribuído (nº) (2001)

	Portugal	Concelho Palmela	Freg. Quinta Anjo
Sem grau de deficiência atribuído	341.133	1.635	186
Inferior a 30%	56.103	339	53
Entre 30% e 59%	63.461	302	42
Entre 60% e 80%	101.518	486	83
Superior a 80%	73.844	334	78
Total	636.059	3.096	442

Fonte: INE, Censos

Gráfico 30. População residente com deficiência por grau de incapacidade atribuído (%) (2001)

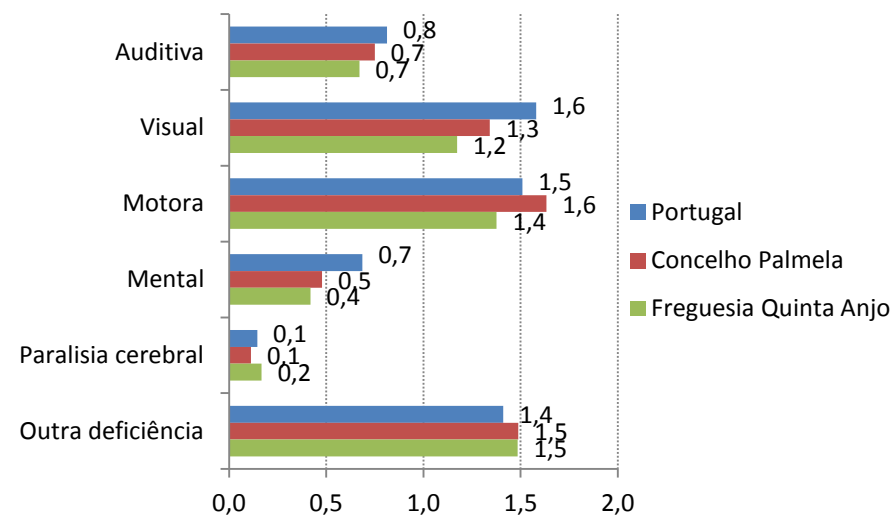


Quadro 29. População residente com deficiência por tipo de deficiência (nº) (2001)

	Portugal	Concelho Palmela	Freg. Quinta Anjo
Auditiva	84.172	400	56
Visual	163.569	716	98
Motora	156.246	871	115
Mental	70.994	255	35
Paralisia cerebral	15.009	60	14
Outra deficiência	146.069	794	124
Total	636.059	3.096	442

Fonte: INE, Censos

Gráfico 31. População residente com deficiência por tipo de deficiência (%) (2001)



Quadro 30. População residente com dificuldades por tipo e grau de dificuldade (nº) (2011)

		Portugal	Conc. Palmela	Freg. Quinta Anjo
Ver	Tem muita dificuldade	892.860	5.399	985
	Não consegue	27.659	165	28
Ouvir	Tem muita dificuldade	506.342	2.826	513
	Não consegue	26.860	170	42
Andar ou subir degraus	Tem muita dificuldade	875.129	5.132	913
	Não consegue	104.871	684	128
Memória ou concentração	Tem muita dificuldade	552.937	3.382	595
	Não consegue	102.440	698	132
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Tem muita dificuldade	323.451	1.853	329
	Não consegue	148.106	995	175
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Tem muita dificuldade	331.860	2.053	375
	Não consegue	68.029	421	77

Fonte: INE, Censos

Quadro 31. População residente com pelo menos uma dificuldade por número de dificuldades (nº) (2011)

	Portugal	Concelho Palmela	Freguesia Quinta Anjo
Pessoas com 1 dificuldade	821.298	4.847	860
Pessoas com 2 dificuldades	407.277	2.355	445
Pessoas com 3 dificuldades	224.595	1.273	236
Pessoas com 4 dificuldades	149.048	909	162
Pessoas com 5 dificuldades	88.291	542	98
Pessoas com 6 dificuldades	102.210	676	116
Total	1.792.719	10.602	1.917

Fonte: INE, Censos

Gráfico 32. População residente na freguesia de Quinta do Anjo com dificuldades por tipo e grau de dificuldade (%) (2011)

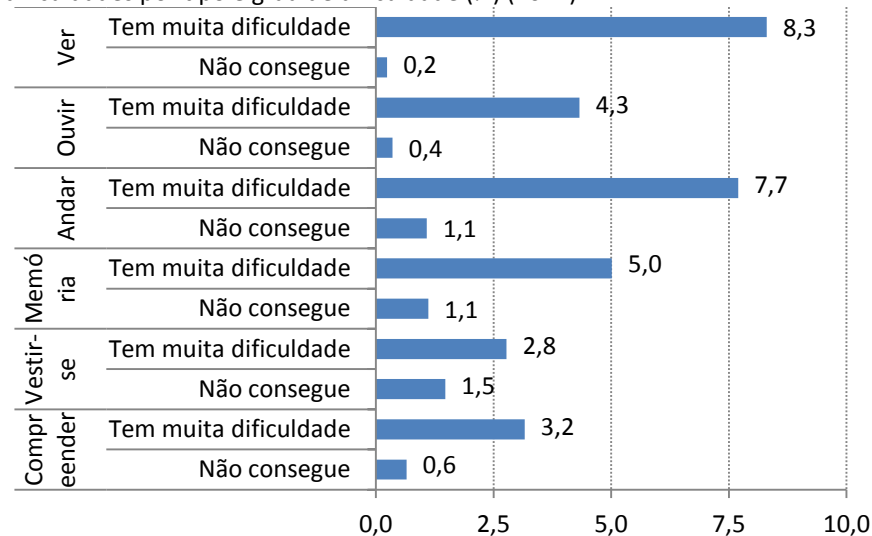
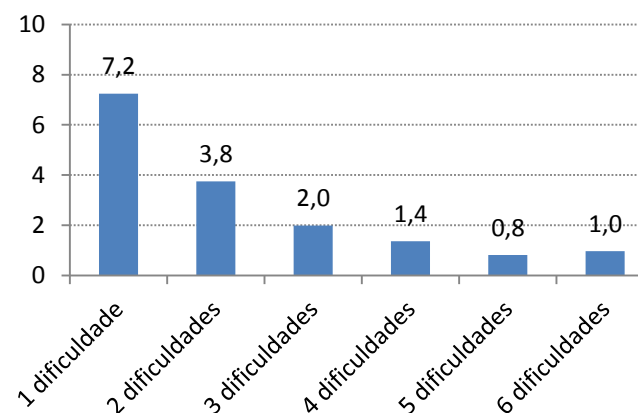


Gráfico 33. População residente na freguesia de Quinta do Anjo com pelo menos uma dificuldade por número de dificuldades (%) (2011)



Equipamentos e Recursos Locais

Quadro 32. Rede de serviços e equipamentos sociais da freguesia de Quinta do Anjo

Equipamento	Resposta Social	Instituição	Natureza jurídica
Centro de Convívio para Idosos de Cabanas	Centro de Convívio	Associação de Convívio para Idosos de Cabanas	Assoc. Solidariedade Social
Casa de Repouso Quinta de Santo António	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Casa de Repouso Quinta de Santo António, Lda.	Entidade Lucrativa
Jardim de Infância do Centro Social da Quinta do Anjo	Centro de Atividades de Tempos Livres	Centro Social da Quinta do Anjo	Assoc. Solidariedade Social
Jardim de Infância do Centro Social da Quinta do Anjo	Creche	Centro Social da Quinta do Anjo	Assoc. Solidariedade Social
Jardim de Infância do Centro Social da Quinta do Anjo	Atendimento/Acompanhamento Social	Centro Social da Quinta do Anjo	Assoc. Solidariedade Social
Centro Social da Quinta do Anjo	Centro de Dia	Centro Social da Quinta do Anjo	Assoc. Solidariedade Social
Centro Social da Quinta do Anjo	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	Centro Social da Quinta do Anjo	Assoc. Solidariedade Social
Fátima Park	Centro de Dia	Ibrahim & Hassam, Lda.	Entidade Lucrativa
Fátima Park	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Ibrahim & Hassam, Lda.	Entidade Lucrativa
A Quinta Guimarães	Creche	Jardim Infantil Irmãos Guimarães, Lda.	Entidade Lucrativa
Lar de Santa Teresinha	Centro de Dia	Lar Santa Teresinha, Lda.	Entidade Lucrativa
Lar de Santa Teresinha	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Lar Santa Teresinha, Lda.	Entidade Lucrativa
Centro Jovem Tejo	Comunidade Terapeutica de Internamento	Centro Jovem Tejo	Assoc. Solidariedade Social

Fonte: Carta Social, MEE-GEE (consultada em novembro de 2013)

Quadro 33. Capacidade instalada na freguesia de Quinta do Anjo por área de intervenção e resposta social

Área de intervenção / resposta social	Capacidade
Família e Comunidade	200
Família e Comunidade em Geral	200
Atendimento/Acompanhamento Social	200
Infância e Juventude	164
Crianças e Jovens	164
Centro de Atividades de Tempos Livres	55
Creche	109
População Adulta	248
Pessoas Idosas	248
Centro de Convívio	35
Centro de Dia	55
Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	98
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	60
Total	612

Fonte: Carta Social, MEE-GEE (consultada em novembro de 2013)

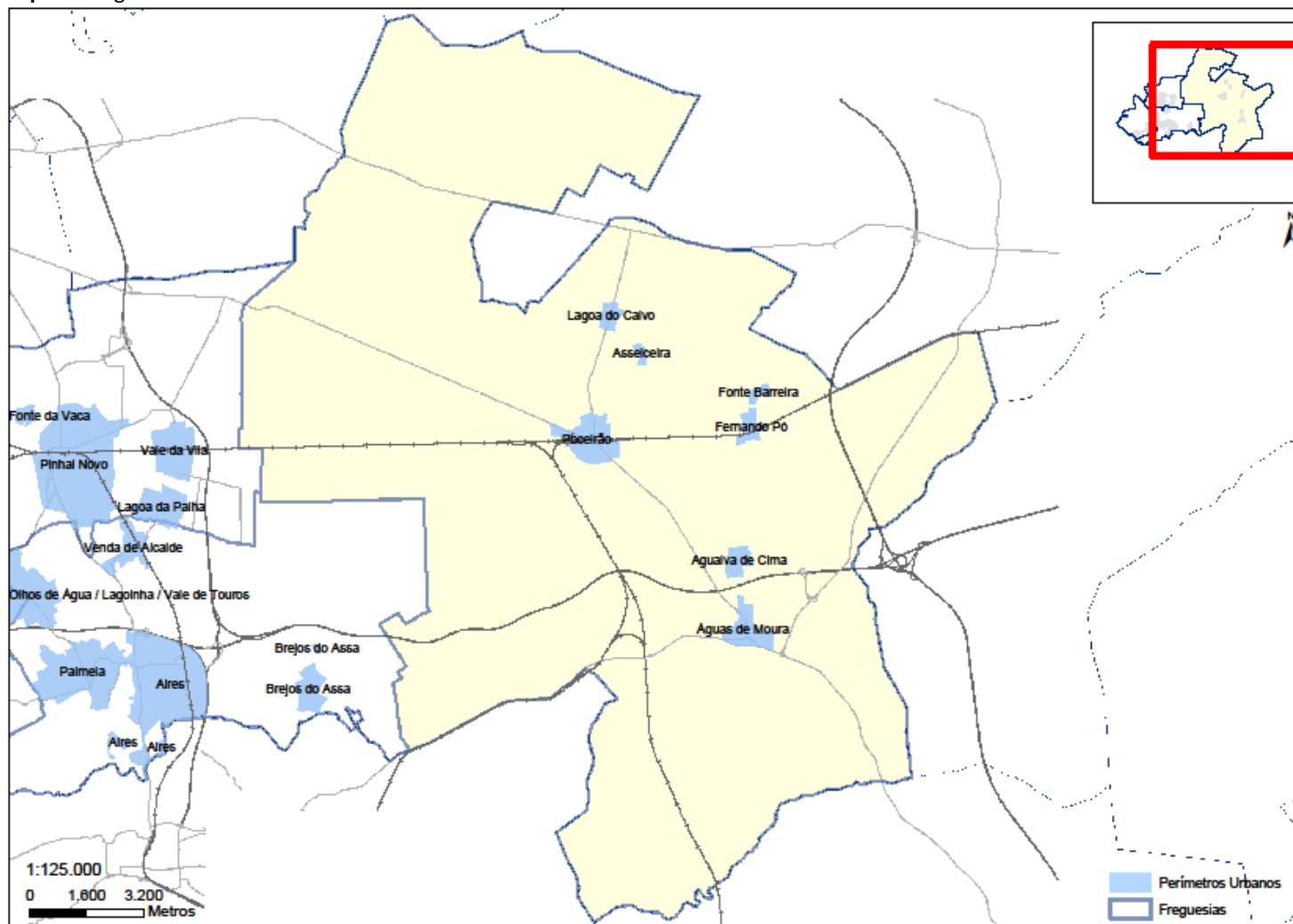
Quadro 34. Estabelecimentos de educação e ensino da freguesia de Quinta do Anjo por tipo de rede

Rede	Estabelecimento de educação e ensino
Pública ⁷	EB1/ JI António Matos Fortuna
	EB1/ JI de Cabanas
	EB1/ JI do Bairro Alentejano
	JI n.º 1 de Olhos de Água, Palmela
Solidária	Jardim de Infância do Centro Social da Quinta do Anjo
Privada	Jardim Infantil A Quinta Guimarães
	Escola Básica da Comunidade Islâmica de Palmela

Fonte: BD Carta Educativa, CMP e Portal das Escolas, MEC (consultado em novembro de 2013)

⁷ As escolas da rede pública da freguesia de Quinta do Anjo estão integradas no Agrupamento Vertical de Escolas de Palmela.

Mapa 1. Freguesias de Poceirão e Marateca



Fonte: CMP, DRHO-SIG

Área – 282,0 km²

Fonte: DGT, CAOP 2013

População – 8.482 habitantes

Fonte: INE, Censos 2011

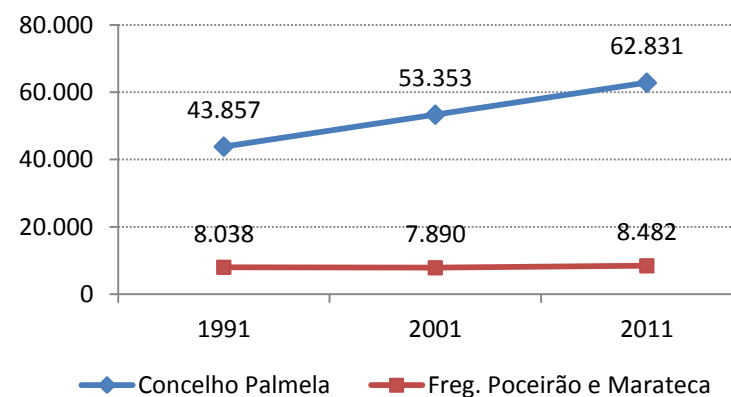
População e Famílias

Quadro 1. População residente

	1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	9.867.147	10.356.11	10.562.17	+7,0
Concelho Palmela	43.857	53.353	62.831	+43,3
Freg. Poceirão e Marateca	8.038	7.890	8.482	+5,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 1. População residente

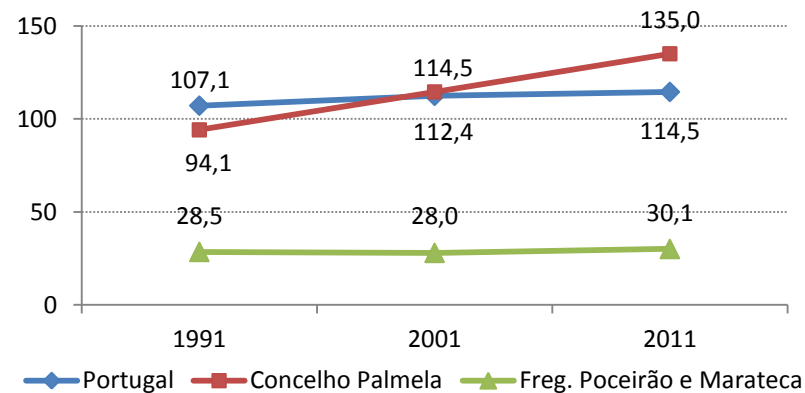


Quadro 2. Densidade populacional (nº hab./ km²)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	107,1	112,4	114,5	+7,4
Concelho Palmela	94,1	114,5	135,0	+40,9
Freg. Poceirão e Marateca	28,5	28,0	30,1	+1,6

Fonte: INE, Censos

Gráfico 2. Densidade populacional (nº hab./ km²)

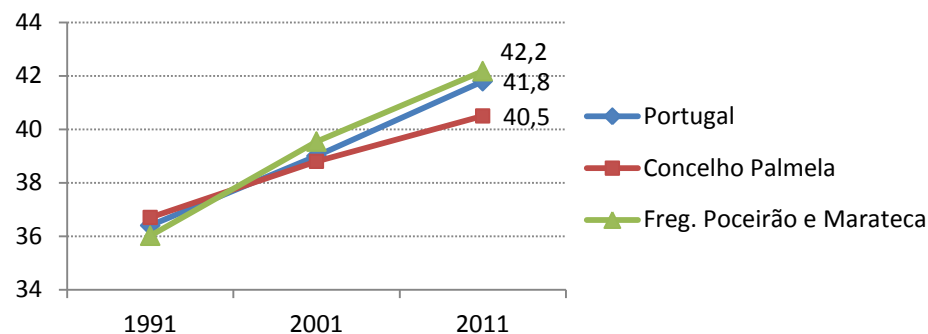


Quadro 3. Idade média (anos)

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	36,4	39,0	41,8	+5,4
Concelho Palmela	36,7	38,8	40,5	+3,8
Freg. Poceirão e Marateca	36,0	39,5	42,2	+6,2

Fonte: INE, Censos

Gráfico 3. Idade média (anos)



Quadro 4. Estrutura etária

		1991	2001	2011	Varição (%)
Portugal	0-14 anos	1.972.403	1.656.602	1.572.329	-20,3
	15-24 anos	1.610.836	1.479.587	1.147.315	-28,8
	25-64 anos	4.941.164	5.526.435	5.832.470	+18,0
	65 e mais anos	1.342.744	1.693.493	2.010.064	+49,7
Concelho Palmela	0-14 anos	8.345	8.567	10.680	+28,0
	15-24 anos	6.618	7.129	6.205	-6,2
	25-64 anos	23.615	29.606	34.975	+48,1
	65 e mais anos	5.279	8.051	10.971	+107,8
Fr. Poceirão e Marateca	0-14 anos	1.618	1.281	1.334	-17,6
	15-24 anos	1.281	1.075	910	-29,0
	25-64 anos	4.242	4.269	4.507	+6,2
	65 e mais anos	897	1.265	1.731	+93,0

Fonte: INE, Censos

Gráfico 4. Estrutura etária em 2011 (%)

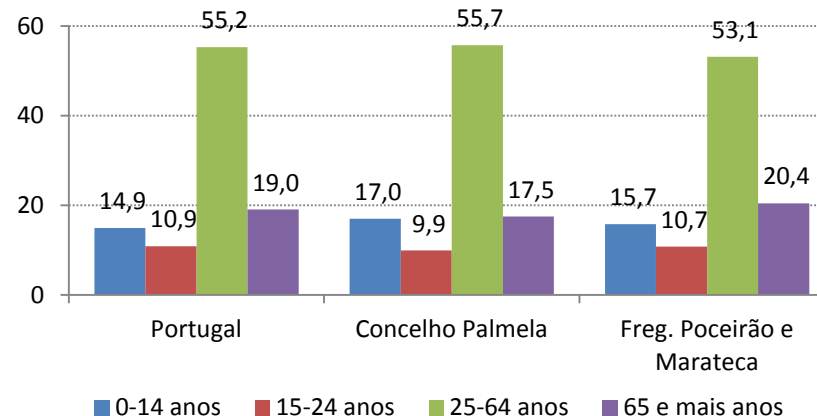


Gráfico 5. Pirâmide etária das freguesias de Poceirão e Marateca (1991)

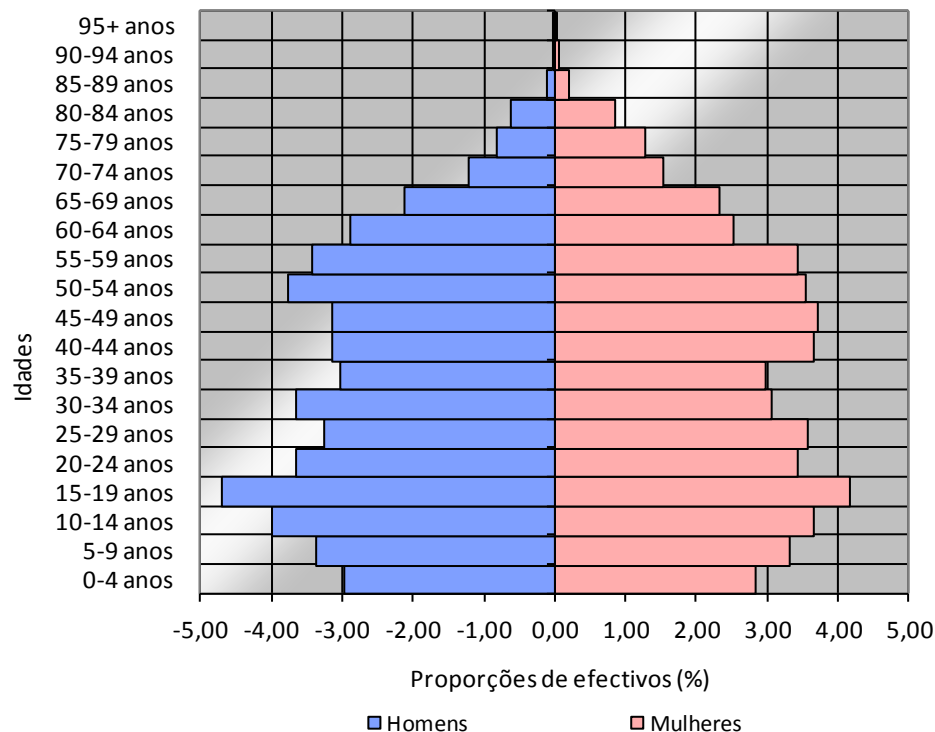
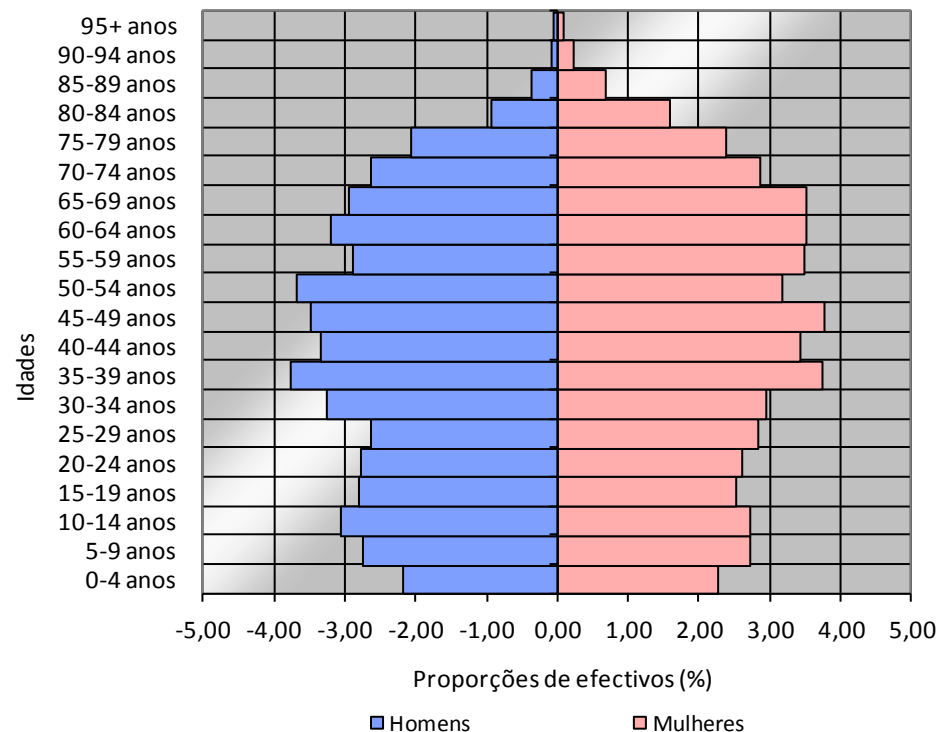


Gráfico 6. Pirâmide etária das freguesias de Poceirão e Marateca (2011)

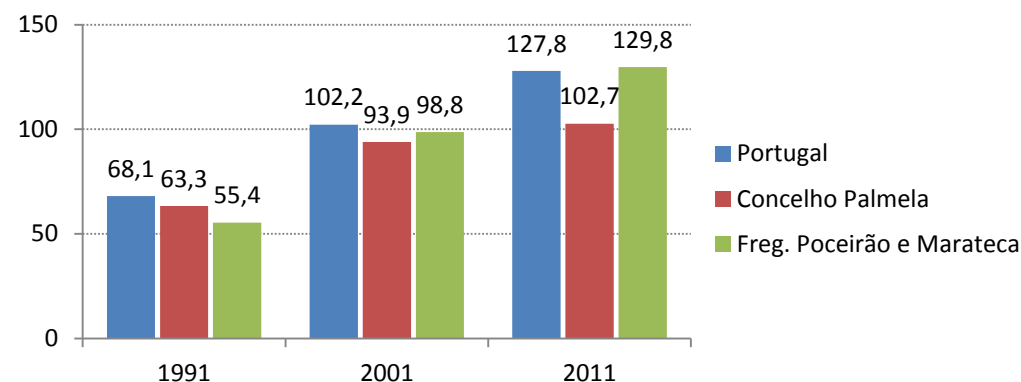


Quadro 5. Índice de envelhecimento¹

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	68,1	102,2	127,8	+59,7
Concelho Palmela	63,3	93,9	102,7	+39,4
Freg. Poceirão e Marateca	55,4	98,8	129,8	+74,3

Fonte: INE, Censos

Gráfico 7. Índice de envelhecimento

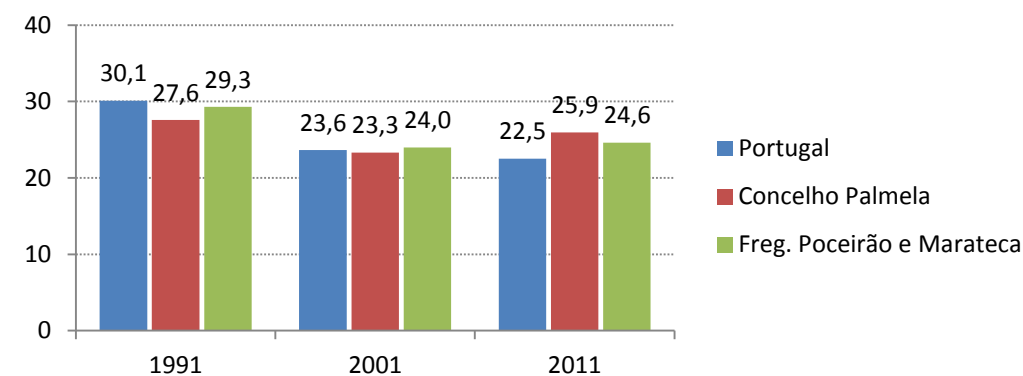


Quadro 6. Índice de dependência de jovens²

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	30,1	23,6	22,5	-7,6
Concelho Palmela	27,6	23,3	25,9	-1,7
Freg. Poceirão e Marateca	29,3	24,0	24,6	-4,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 8. Índice de dependência de jovens



¹ Índice de envelhecimento: quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

² Índice de dependência de jovens: quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Quadro 7. Índice de dependência de idosos³

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	20,5	24,1	28,8	+8,3
Concelho Palmela	17,5	21,9	26,6	+9,1
Freg. Poceirão e Marateca	16,2	23,7	32,0	+15,7

Fonte: INE, Censos

Quadro 8. Índice de dependência total⁴

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	50,6	47,8	51,3	+0,7
Concelho Palmela	45,1	45,2	52,6	+7,5
Freg. Poceirão e Marateca	45,5	47,6	56,6	+11,0

Fonte: INE, Censos

Gráfico 9. Índice de dependência de idosos

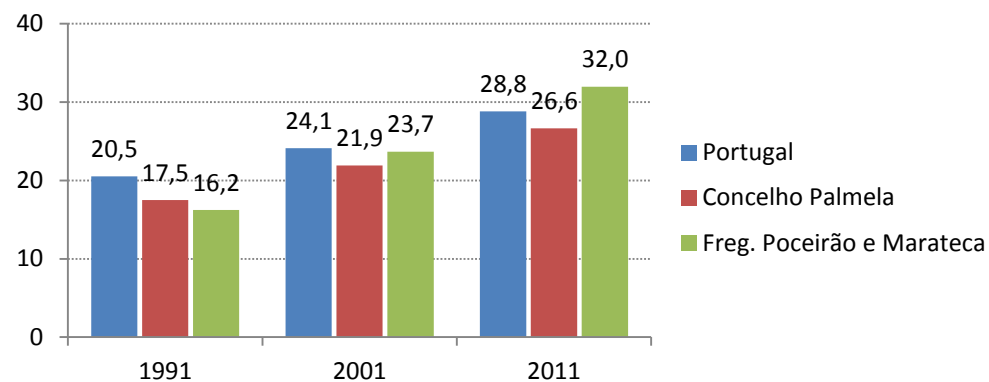
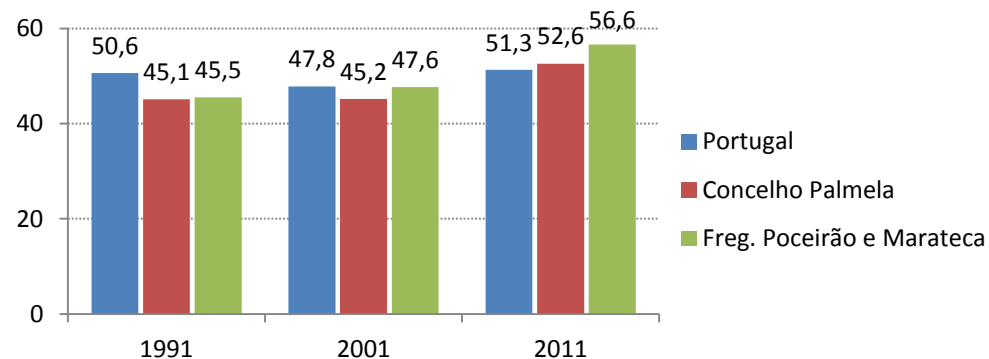


Gráfico 10. Índice de dependência total



³ Índice de dependência de idosos: quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

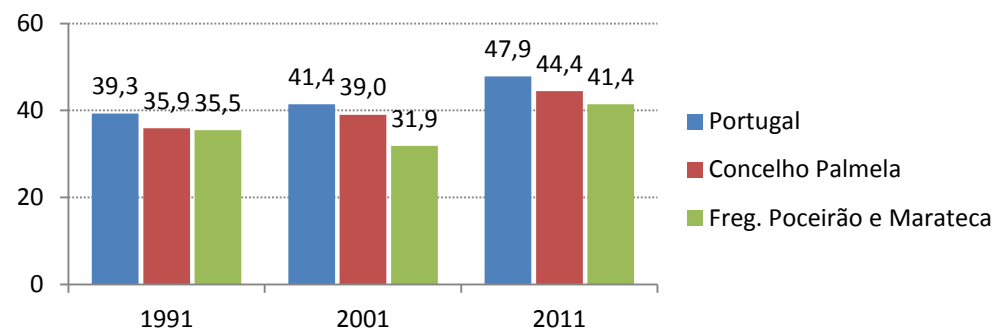
⁴ Índice de dependência total: quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos, e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Quadro 9. Índice de longevidade⁵

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	39,3	41,4	47,9	+8,6
Concelho Palmela	35,9	39,0	44,4	+8,5
Freg. Poceirão e Marateca	35,5	31,9	41,4	+6,0

Fonte: INE, Censos

Gráfico 11. Índice de longevidade



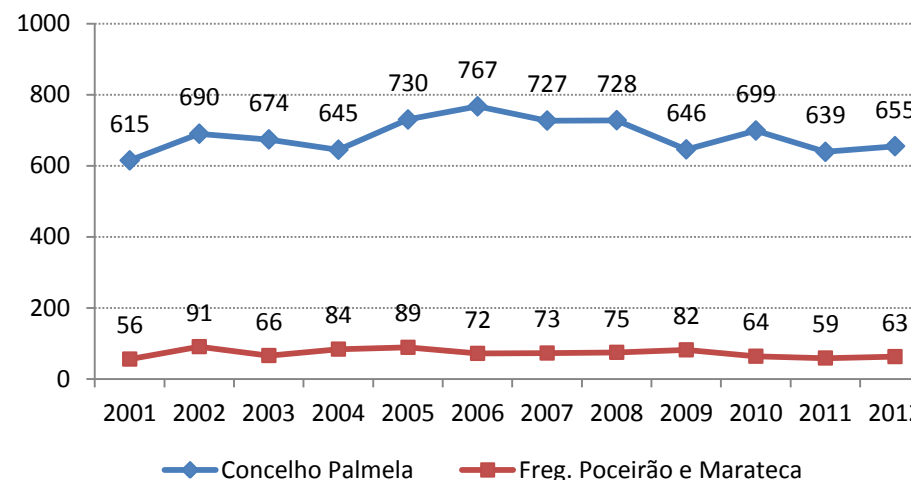
⁵ Índice de longevidade: relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

Quadro 10. Nados-vivos por local de residência da mãe

	Portugal	Concelho Palmela	Freg. Poceirão e Marateca
2001	112.774	615	56
2002	114.383	690	91
2003	112.515	674	66
2004	109.298	645	84
2005	109.399	730	89
2006	105.449	767	72
2007	102.492	727	73
2008	104.594	728	75
2009	99.491	646	82
2010	101.381	699	64
2011	96.856	639	59
2012	89.841	655	63

Fonte: INE, Nados-Vivos

Gráfico 12. Nados-vivos por local de residência da mãe



Quadro 11. Famílias clássicas por dimensão

		1991	2001	2011	Varição (%)
Portugal	1 pessoa	435.863	631.762	866.827	+98,9
	2 pessoas	797.753	1.036.312	1.277.558	+60,1
	3 pessoas	748.094	918.735	965.781	+29,1
	4+ pessoas	1.165.576	1.063.948	933.560	-19,9
Concelho Palmela	1 pessoa	1.637	2.743	4.361	+166,4
	2 pessoas	3.947	5.862	7.765	+96,7
	3 pessoas	4.107	5.264	6.137	+49,4
	4+ pessoas	4.834	5.090	5.414	+12,0
Freg. Poceirão e Marateca	1 pessoa	278	387	585	+110,4
	2 pessoas	678	882	1.065	+57,1
	3 pessoas	972	745	766	-21,2
	4+ pessoas	702	775	778	+10,8

Fonte: INE, Censos

Quadro 12. Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	7,7	8,8	10,1	+2,4
Concelho Palmela	5,9	7,0	8,2	+2,3
Freg. Poceirão e Marateca	5,2	7,7	10,2	+5,0

Fonte: INE, Censos

Gráfico 13. Famílias clássicas das freguesias de Poceirão e Marateca por dimensão (%)

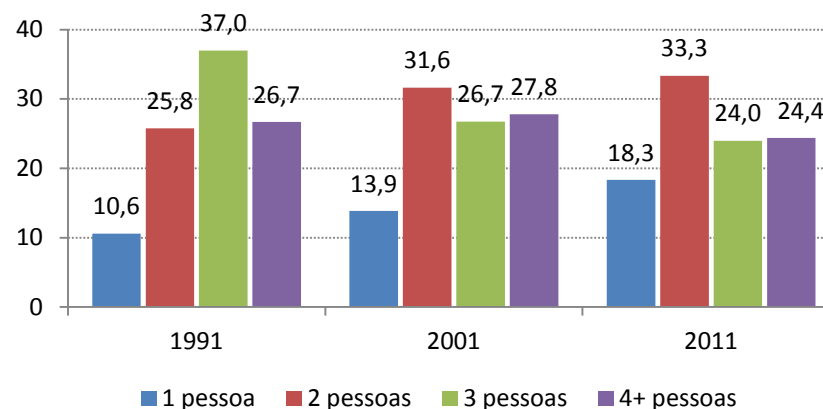
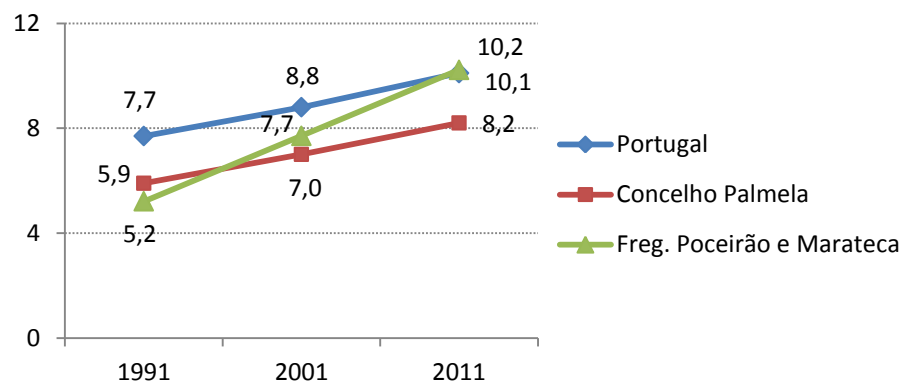


Gráfico 14. Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%)

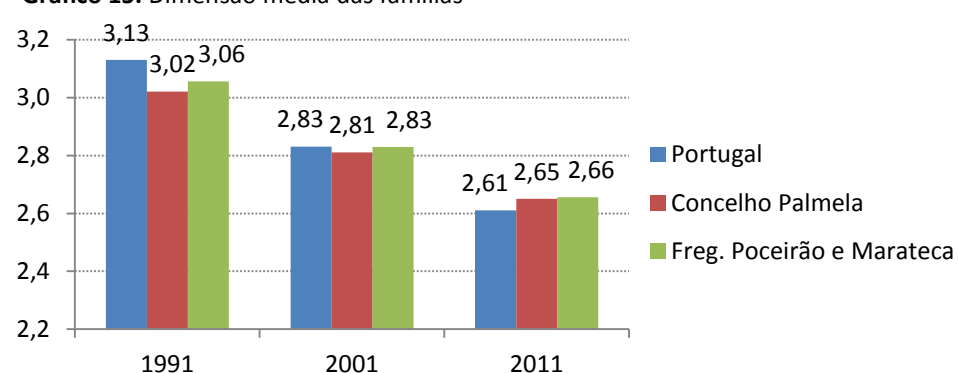


Quadro 13. Dimensão média das famílias

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	3,13	2,83	2,61	-0,52
Concelho Palmela	3,02	2,81	2,65	-0,37
Freg. Poceirão e Marateca	3,06	2,83	2,66	-0,40

Fonte: INE, Censos

Gráfico 15. Dimensão média das famílias

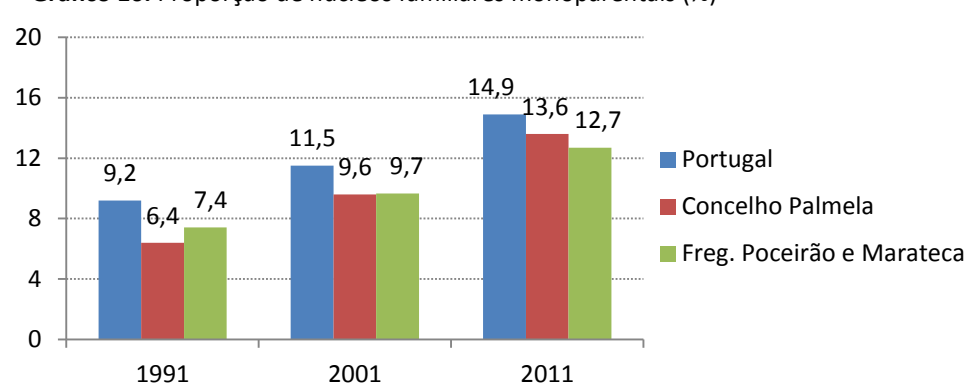


Quadro 14. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	9,2	11,5	14,9	+5,7
Concelho Palmela	6,4	9,6	13,6	+7,2
Freg. Poceirão e Marateca	7,4	9,7	12,7	+5,3

Fonte: INE, Censos

Gráfico 16. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)



Educação e Trabalho

Quadro 15. Taxa de analfabetismo

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	11,0	9,0	5,2	-5,8
Concelho Palmela	15,0	10,8	5,8	-9,2
Freg. Poceirão e Marateca	24,1	19,2	11,6	-12,5

Fonte: INE, Censos

Quadro 16. Taxa de analfabetismo por sexo (2011)

	Homens	Mulheres	Total
Portugal	3,52	6,77	5,23
Concelho Palmela	3,55	7,82	5,77
Freg. Poceirão e Marateca	3,43	6,32	4,91

Fonte: INE, Censos

Gráfico 17. Taxa de analfabetismo

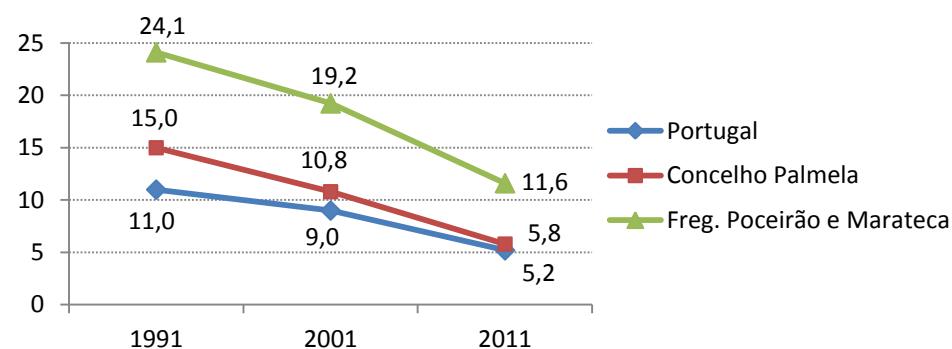
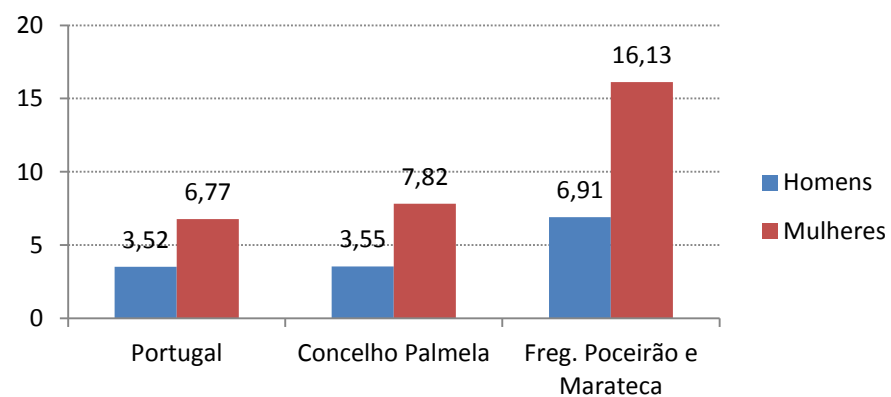


Gráfico 18. Taxa de analfabetismo por sexo (2011)



Quadro 17. Proporção da população residente com ensino superior completo (%)

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	4,1	8,6	15,1	+11,0
Concelho Palmela	1,9	7,2	14,7	+12,8
Freg. Poceirão e Marateca	0,3	1,7	4,9	+4,6

Fonte: INE, Censos

Quadro 18. Proporção da população residente com ensino superior completo por sexo (%) (2011)

	Homens	Mulheres	Total
Portugal	12,8	17,2	15,1
Concelho Palmela	12,4	16,8	14,7
Freg. Poceirão e Marateca	3,7	5,9	4,9

Fonte: INE, Censos

Gráfico 19. Proporção da população residente com ensino superior completo (%)

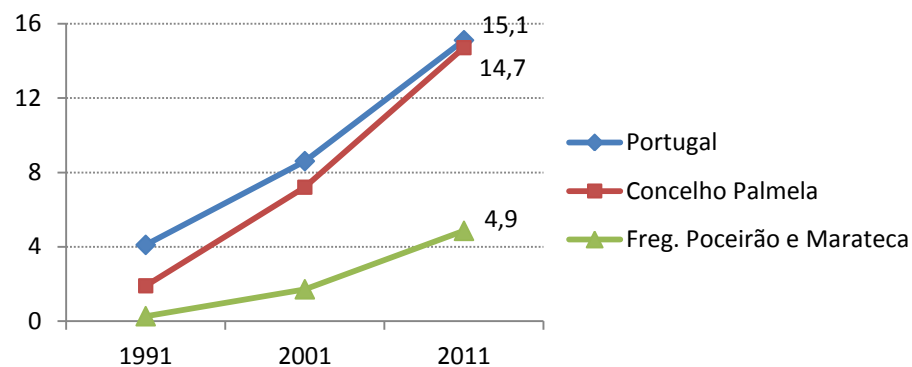
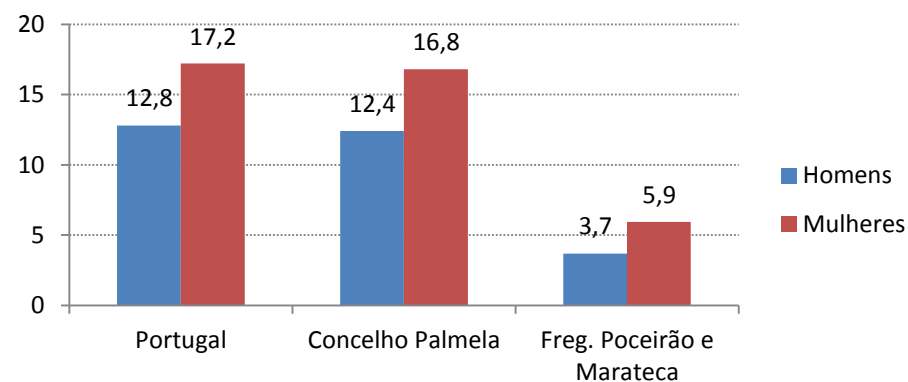


Gráfico 20. Proporção da população residente com ensino superior completo por sexo (%) (2011)



Quadro 19. Taxa de abandono escolar

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	12,6	2,8	1,6	-11,0
Concelho Palmela	9,2	2,8	1,8	-7,4
Freg. Poceirão e Marateca	21,9	7,8	3,1	-18,8

Fonte: INE, Censos

Quadro 20. Taxa de atividade da população residente

	1991	2001	2011	Variação
Portugal	44,6	48,1	47,6	+3,0
Concelho Palmela	45,7	50,6	49,2	+3,5
Freg. Poceirão e Marateca	47,4	48,5	46,3	-1,1

Fonte: INE, Censos

Gráfico 21. Taxa de abandono escolar

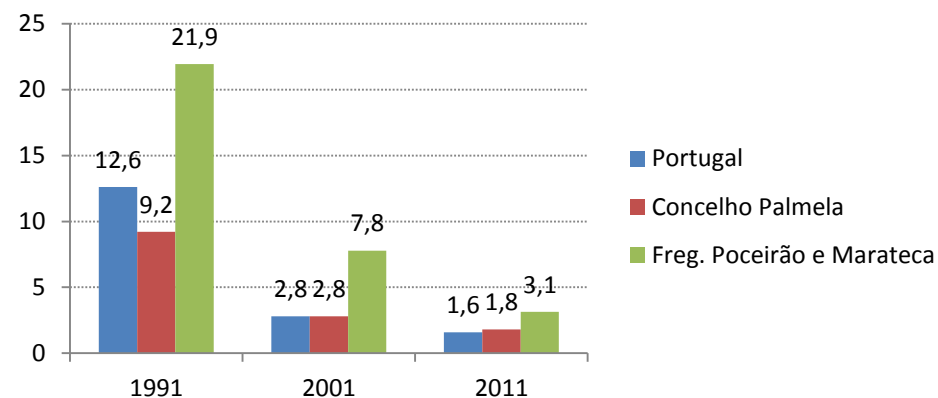
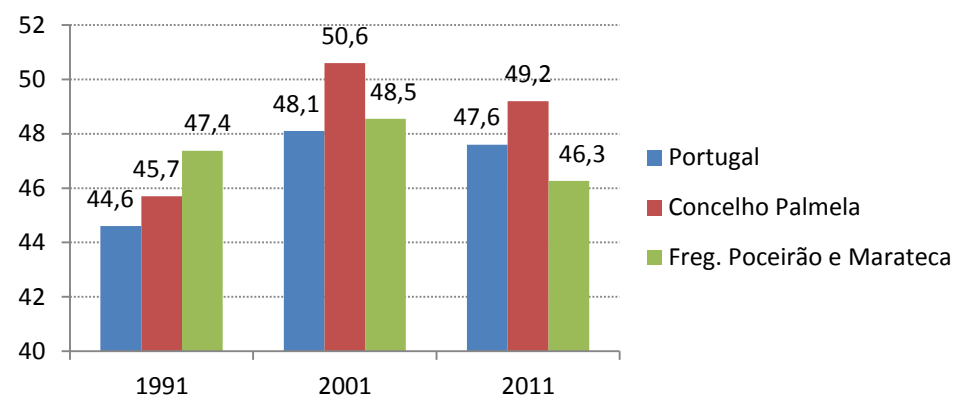


Gráfico 22. Taxa de atividade da população residente

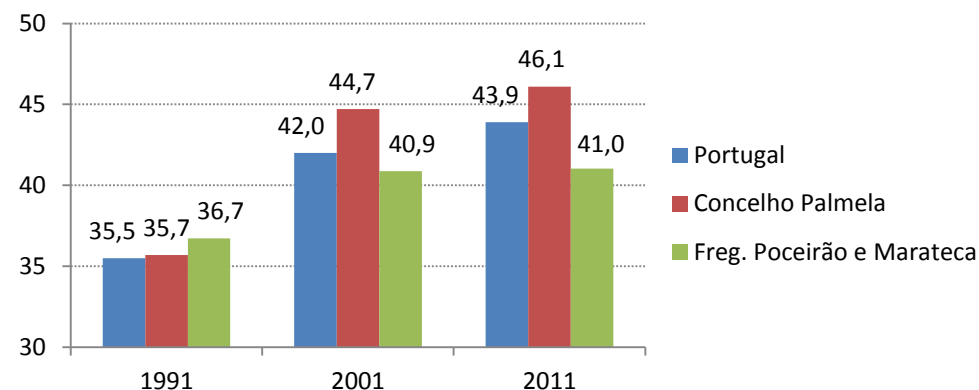


Quadro 21. Taxa de atividade feminina

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	35,5	42,0	43,9	+8,4
Concelho Palmela	35,7	44,7	46,1	+10,4
Freg. Poceirão e Marateca	36,7	40,9	41,0	+4,3

Fonte: INE, Censos

Gráfico 23. Taxa de atividade feminina

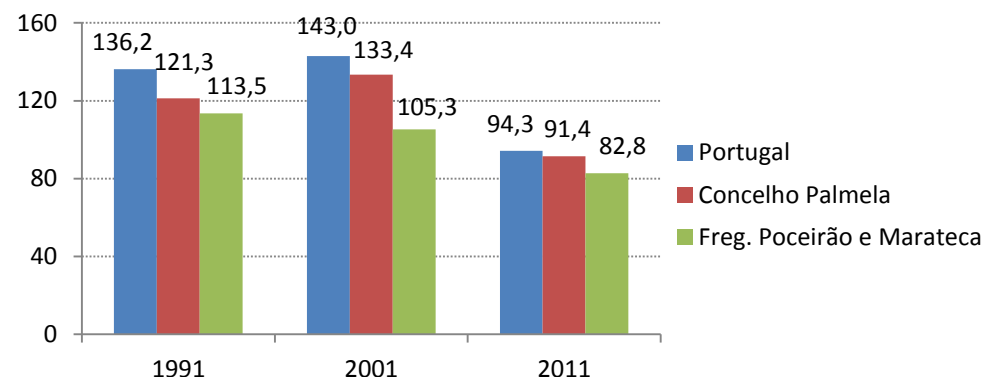


Quadro 22. Índice de renovação da população em idade ativa⁶

	1991	2001	2011	Varição
Portugal	136,2	143,0	94,3	-41,9
Concelho Palmela	121,3	133,4	91,4	-29,9
Freg. Poceirão e Marateca	113,5	105,3	82,8	-30,7

Fonte: INE, Censos

Gráfico 24. Índice de renovação da população em idade ativa



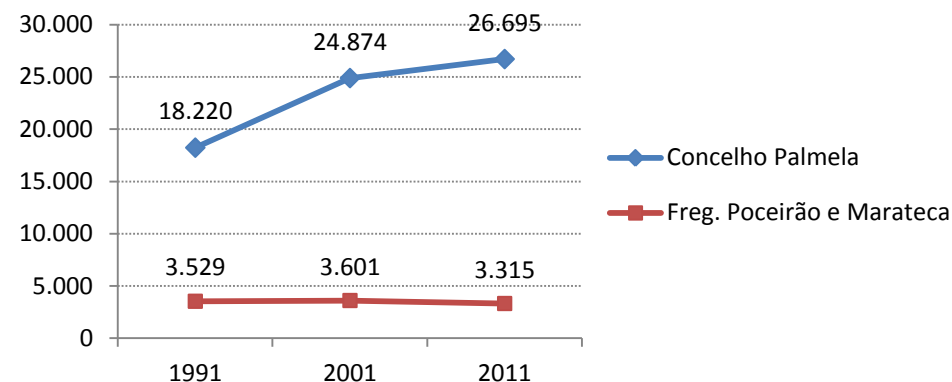
⁶ Índice de renovação da população em idade ativa: relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos.

Quadro 23. População residente empregada (nº)

	1991	2001	2011	Variação (%)
Portugal	4.130.180	4.650.947	4.361.187	+5,6
Concelho Palmela	18.220	24.874	26.695	+46,5
Freg. Poceirão e Marateca	3.529	3.601	3.315	-6,1

Fonte: INE, Censos

Gráfico 25. População residente empregada (nº)

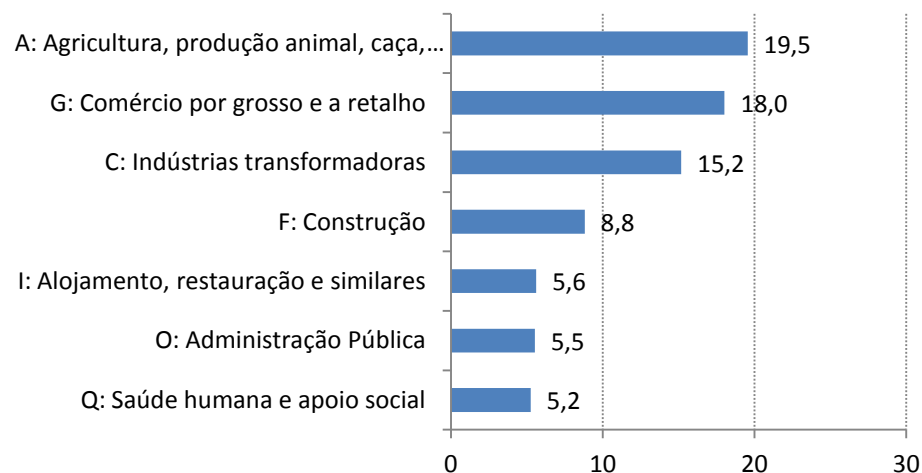


Quadro 24. População residente empregada por setor de atividade económica (%)

		2001	2011	Variação
Portugal	Sector primário	5,0	3,1	-1,9
	Sector secundário	35,1	26,5	-8,6
	Sector terciário (social)	25,5	28,8	+3,3
	Sector terciário (económico)	34,4	41,7	+7,3
Concelho Palmela	Sector primário	7,8	4,2	-3,6
	Sector secundário	34,2	24,1	-10,1
	Sector terciário (social)	23,4	28,5	+5,1
	Sector terciário (económico)	34,6	43,2	+8,6
Freguesia Poceirão e Marateca	Sector primário	26,7	19,5	-7,2
	Sector secundário	33,6	25,5	-8,1
	Sector terciário (social)	13,1	18,9	+5,8
	Sector terciário (económico)	26,6	36,1	+9,5

Fonte: INE, Censos

Gráfico 26. População residente nas freguesias de Poceirão e Marateca, empregada por principais ramos de atividade económica da CAE Rev. 3 (%) (2011)

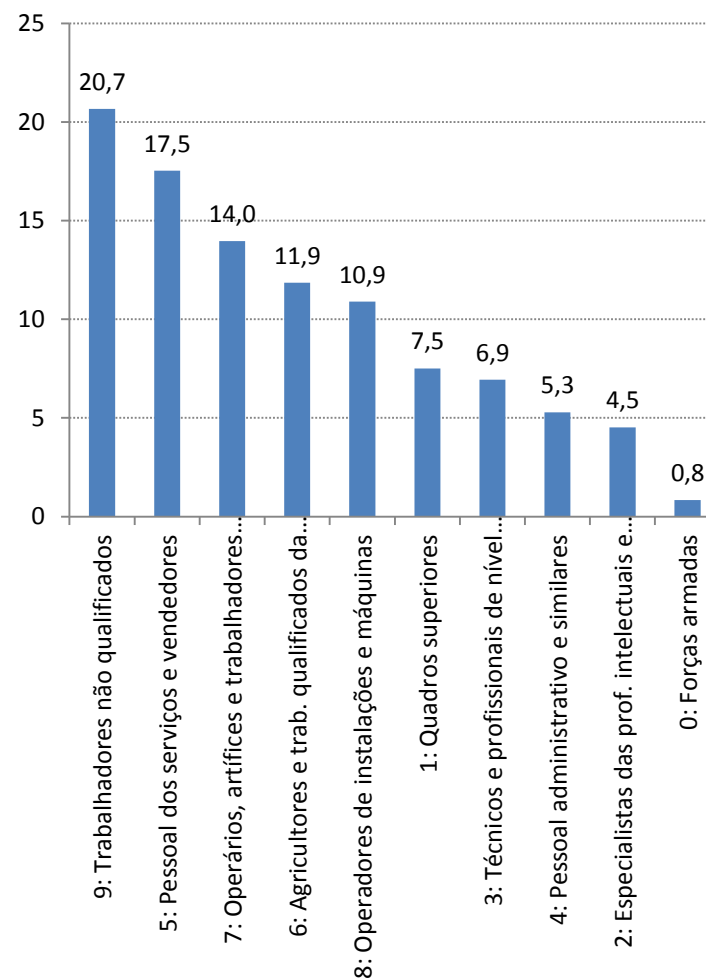


Quadro 25. População residente empregada por profissão (%)

		2001	2011	Variação
Portugal	0: Forças armadas	0,7	0,7	=
	1: Quadros superiores	7,0	7,4	+0,4
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	8,5	14,9	+6,4
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,5	11,0	+1,5
	4: Pessoal administrativo e similares	11,0	9,0	-2,0
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	14,2	19,7	+5,5
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	4,0	2,3	-1,7
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	21,5	15,7	-5,8
	8: Operadores de instalações e máquinas	8,6	6,1	-2,5
Concelho Palmela	9: Trabalhadores não qualificados	15,0	13,1	-1,9
	0: Forças armadas	1,3	1,5	+0,2
	1: Quadros superiores	7,3	7,5	+0,2
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	6,7	14,5	+7,8
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,7	13,1	+3,4
	4: Pessoal administrativo e similares	10,7	9,7	-1,0
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	13,3	18,5	+5,2
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	4,3	2,9	-1,4
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	19,7	12,4	-7,3
Freg. Poceirão e Marateca	8: Operadores de instalações e máquinas	9,1	6,3	-2,8
	9: Trabalhadores não qualificados	17,9	13,6	-4,3
	0: Forças armadas	0,6	0,8	+0,2
	1: Quadros superiores	5,7	7,5	+1,8
	2: Especialistas das prof. intelectuais e científicas	1,5	4,5	+3,0
	3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	3,2	6,9	+3,7
	4: Pessoal administrativo e similares	5,0	5,3	+0,3
	5: Pessoal dos serviços e vendedores	11,3	17,5	+6,2
	6: Agricultores e trab. qualificados da agricultura	11,8	11,9	+0,1
	7: Operários, artífices e trabalhadores similares	19,1	14,0	-5,1
	8: Operadores de instalações e máquinas	13,1	10,9	-2,2
	9: Trabalhadores não qualificados	28,7	20,7	-8,0

Fonte: INE, Censos

Gráfico 27. População residente nas freguesias de Poceirão e Marateca, empregada por profissão (%) (2011)



Imigração e Deficiência

Quadro 26. População residente por nacionalidade (%)

		2001	2011	Variação (%)
Portugal	Portuguesa	10.001.074	9.956.911	-0,4
	Estrangeira	226.715	359.969	+58,8
	Dupla nacionalidade	127.253	244.745	+92,3
Concelho Palmela	Portuguesa	51.967	59.634	+14,8
	Estrangeira	844	2.004	+137,4
	Dupla nacionalidade	538	1.191	+121,4
Freguesia Poceirão e Marateca	Portuguesa	7.810	8.087	+3,5
	Estrangeira	54	301	+457,4
	Dupla nacionalidade	26	94	+261,5

Fonte: INE, Censos

Quadro 27. População estrangeira residente por nacionalidade (continente) (nº)

		2001	2011	Variação (%)
Portugal	Europa	72.355	131.019	+81,1
	África	103.271	96.418	-6,6
	América	44.334	110.769	+149,9
	Ásia e Oceânia	6.755	21.759	+222,1
Concelho Palmela	Europa	330	1.127	+241,5
	África	335	325	-3,0
	América	156	502	+221,8
	Ásia e Oceânia	23	50	+117,4
Freguesia Poceirão e Marateca	Europa	55	318	+478,2
	África	23	28	+21,7
	América	13	94	+623,1
	Ásia e Oceânia	2	7	+250,0

Fonte: INE, Censos

Gráfico 28. População residente por nacionalidade (%)

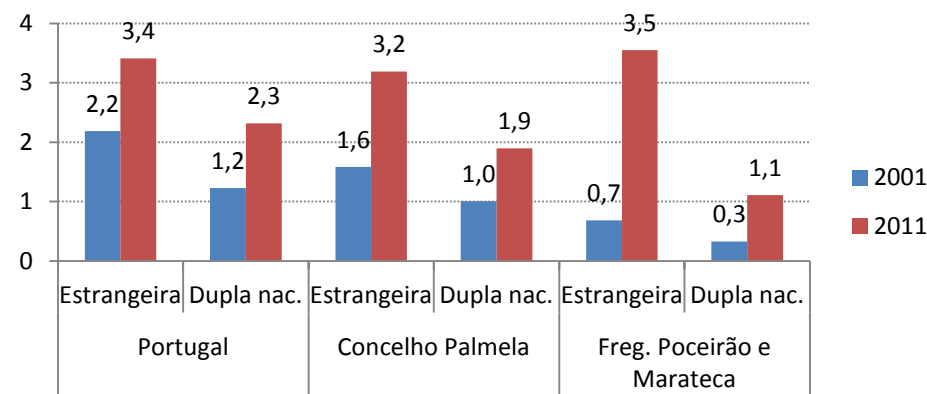
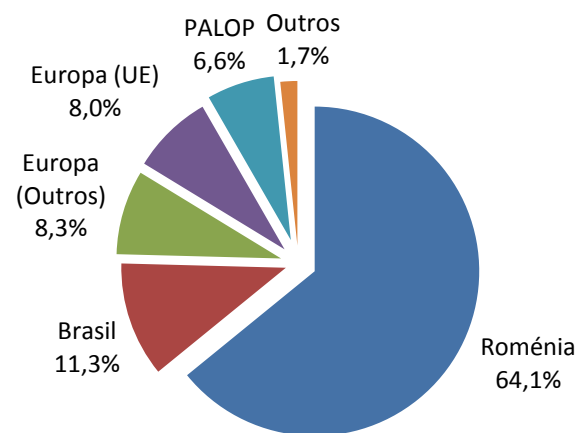


Gráfico 29. População estrangeira residente nas freguesias de Poceirão e Marateca por nacionalidade (%) (2011)



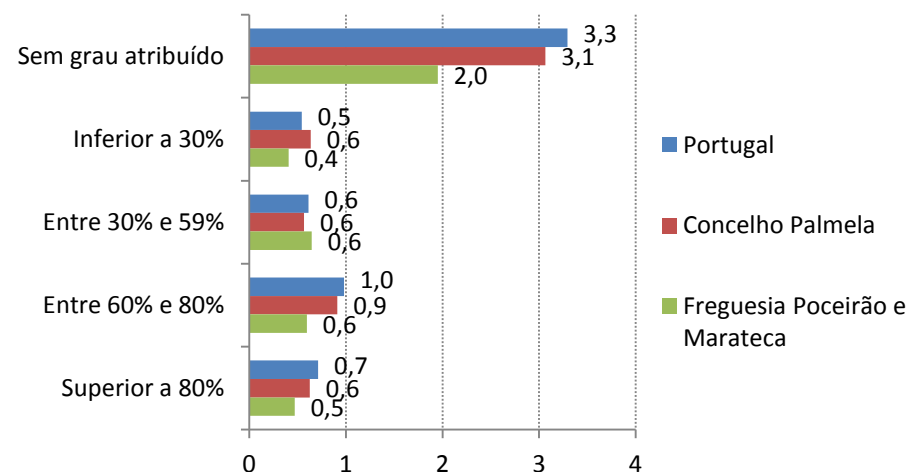
Nota: na categoria Europa (Outros) incluem-se cidadãos da Moldávia e da Ucrânia.

Quadro 28. População residente com deficiência por grau de incapacidade atribuído (nº) (2001)

	Portugal	Concelho Palmela	Freg. Poceirão e Marateca
Sem grau de deficiência atribuído	341.133	1.635	154
Inferior a 30%	56.103	339	32
Entre 30% e 59%	63.461	302	51
Entre 60% e 80%	101.518	486	47
Superior a 80%	73.844	334	37
Total	636.059	3.096	321

Fonte: INE, Censos

Gráfico 30. População residente com deficiência por grau de incapacidade atribuído (%) (2001)

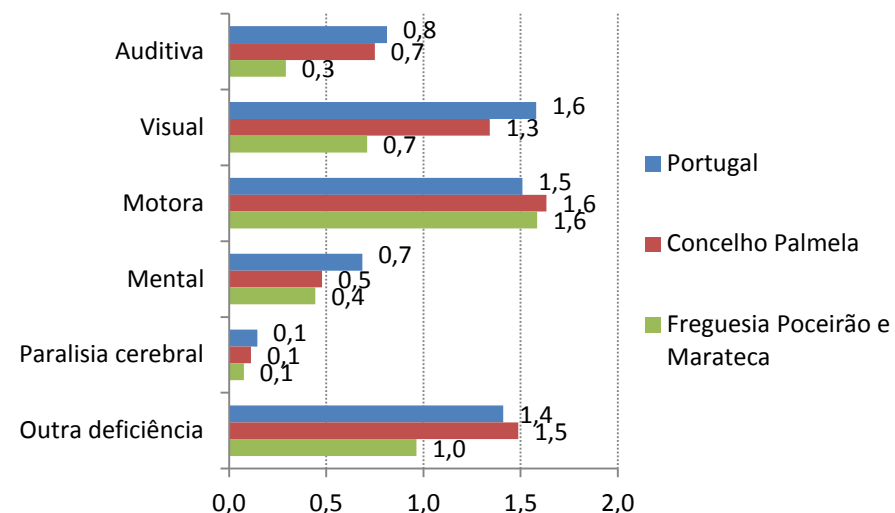


Quadro 29. População residente com deficiência por tipo de deficiência (nº) (2001)

	Portugal	Concelho Palmela	Freg. Poceirão e Marateca
Auditiva	84.172	400	23
Visual	163.569	716	56
Motora	156.246	871	125
Mental	70.994	255	35
Paralisia cerebral	15.009	60	6
Outra deficiência	146.069	794	76
Total	636.059	3.096	321

Fonte: INE, Censos

Gráfico 31. População residente com deficiência por tipo de deficiência (%) (2001)



Quadro 30. População residente com dificuldades por tipo e grau de dificuldade (nº) (2011)

		Portugal	Conc. Palmela	Freg. Poceirão e Marateca
Ver	Tem muita dificuldade	892.860	5.399	784
	Não consegue	27.659	165	26
Ouvir	Tem muita dificuldade	506.342	2.826	408
	Não consegue	26.860	170	23
Andar ou subir degraus	Tem muita dificuldade	875.129	5.132	787
	Não consegue	104.871	684	87
Memória ou concentração	Tem muita dificuldade	552.937	3.382	495
	Não consegue	102.440	698	98
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Tem muita dificuldade	323.451	1.853	269
	Não consegue	148.106	995	112
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Tem muita dificuldade	331.860	2.053	292
	Não consegue	68.029	421	66

Fonte: INE, Censos

Quadro 31. População residente com pelo menos uma dificuldade por número de dificuldades (nº) (2011)

	Portugal	Concelho Palmela	Freg. Poceirão e Marateca
Pessoas com 1 dificuldade	821.298	4.847	722
Pessoas com 2 dificuldades	407.277	2.355	338
Pessoas com 3 dificuldades	224.595	1.273	192
Pessoas com 4 dificuldades	149.048	909	135
Pessoas com 5 dificuldades	88.291	542	81
Pessoas com 6 dificuldades	102.210	676	88
Total	1.792.719	10.602	1.556

Fonte: INE, Censos

Gráfico 32. População residente nas freguesias de Poceirão e Marateca com dificuldades por tipo e grau de dificuldade (%) (2011)

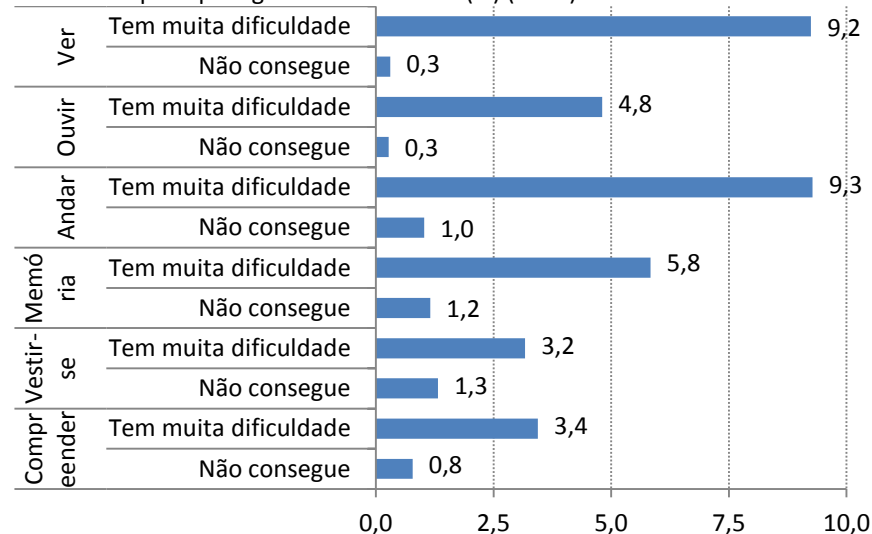
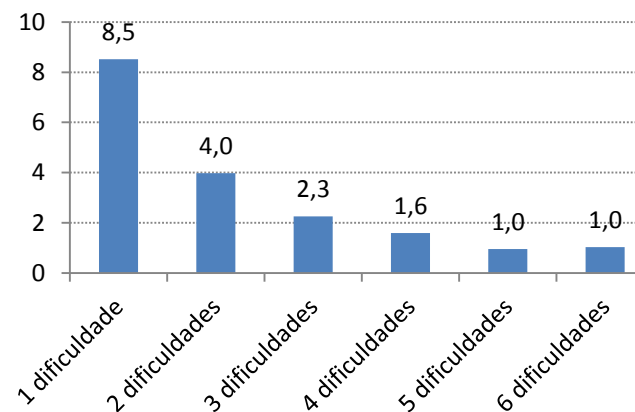


Gráfico 33. População residente nas freguesias de Poceirão e Marateca com pelo menos uma dificuldade por número de dificuldades (%) (2011)



Equipamentos e Recursos Locais

Quadro 32. Rede de serviços e equipamentos sociais das freguesias de Poceirão e Marateca

Equipamento	Resposta Social	Instituição	Natureza jurídica
Centro Comunitário de São Pedro	Centro Comunitário	Cáritas Diocesana de Setúbal	Institutos de Organizações Religiosas
Centro Social de Lagameças	Creche	Casa do Povo de Palmela	Casa do Povo
Centro Social de Lagameças	Centro de Atividades de Tempos Livres	Casa do Povo de Palmela	Casa do Povo
Centro Social de Lagameças	Centro de Dia	Casa do Povo de Palmela	Casa do Povo
Centro Social de Lagameças	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	Casa do Povo de Palmela	Casa do Povo
A Cegonha	Creche	Centro Social de Palmela	Assoc. Solidariedade Social
A Cegonha	Centro de Atividades de Tempos Livres	Centro Social de Palmela	Assoc. Solidariedade Social
Lar de Terceira Idade Jardim de São Carlos	Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	Lar de Terceira Idade Jardim de São Carlos, Lda.	Entidade Lucrativa
Jardim de Infância União Sol Crescente da Marateca	Creche	União Sol Crescente da Marateca	Assoc. Solidariedade Social
Jardim de Infância União Sol Crescente da Marateca	Centro de Atividades de Tempos Livres	União Sol Crescente da Marateca	Assoc. Solidariedade Social
Centro de Dia União Sol Crescente da Marateca	Centro de Dia	União Sol Crescente da Marateca	Assoc. Solidariedade Social
Centro de Dia União Sol Crescente da Marateca	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	União Sol Crescente da Marateca	Assoc. Solidariedade Social

Fonte: Carta Social, MEE-GEE (consultada em novembro de 2013)

Quadro 33. Capacidade instalada nas freguesias de Poceirão e Marateca por área de intervenção e resposta social

Área de intervenção / resposta social	Capacidade
Família e Comunidade	303
Família e Comunidade em Geral	303
Centro Comunitário	303
Infância e Juventude	153
Crianças e Jovens	153
Centro de Atividades de Tempos Livres	80
Creche	73
População Adulta	128
Pessoas Idosas	128
Centro de Dia	80
Estrutura Residencial para Idosos (Lar)	18
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	30
Total	584

Fonte: Carta Social, MEE-GEE (consultada em novembro de 2013)

Quadro 34. Estabelecimentos de educação e ensino das freguesias de Poceirão e Marateca por tipo de rede

Rede	Estabelecimento de educação e ensino
Pública ⁷	EB1 de Águas de Moura
	EB1/ JI de Cajados
	JI de Lagameças
	JI da Lagoa do Calvo
	EB23 c/ 1.º Ciclo José Saramago
Solidária	Casa do Povo de Palmela - Centro Social de Lagameças
	Centro Social de Palmela "A Cegonha"
	União Sol Crescente da Marateca "Os Cenourinhas"
Privada	Externato "Nuno Álvares"

Fonte: BD Carta Educativa, CMP e Portal das Escolas, MEC (consultado em novembro de 2013)

⁷ As escolas da rede pública das freguesias de Poceirão e Marateca estão integradas no Agrupamento de Escolas José Saramago.